DEMANDA HABITACIONAL NO BRASIL

Brasília

CAIXA

2012

DEMANDA HABITACIONAL NO BRASIL

Brasília

CAIXA

2012

© 2011CAIXA
É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.

República Federativa do Brasil
Dilma Vana Rousseff
Presidente
Ministério da Fazenda
Guido Mantega
Ministro
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Jorge Hereda
Presidente
Vice-Presidente de Governo
José Urbano Duarte
Superintendência Nacional de Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável
José Carlos Medaglia Filho

C138 Caixa Econômica Federal.
Demanda habitacional no Brasil / Caixa Econômica Federal. - Brasília : CAIXA, 2011.

170 p.: il. color. ; 23cm.
ISBN 978-85-86836-33-6

1. Demanda habitacional – Brasil. 2. Política habitacional – Brasil. I. Caixa Econômica Federal.

CDD 711.59

Equipe Técnica
Emmanuel Carlos de Araujo Braz - Coordenação Geral
Anna Rita Scott Kilson
Eduardo Speggiorin
Sérgio Amadeo
Vera Lucia de Araujo Torres Sobral
José Eustáquio Diniz Alves (Consultor)
Suzana Cavenaghi (Consultor)

Colaboradores
Alex de Sousa Araujo
André Luiz Storti
Franco de Padua Costa Reis
Iris Luna Macedo
Jedson Freire Passos
Paulo Florencio de Barros
Rosana Macedo da Graca Ferreira
Tatiana Thome de Oliveira
Maria das Dores Gomes Pinheiro Araujo
Teresa Cristina Montalvao Moreira

Revisão Ortográfica e Editoração
D+ Comunicação

CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Setor Bancário Sul – Quadra 4 – Lote 3/4 – 19º andar - Edifício Matriz da CAIXA
CEP 70.092-900 – Brasília-DF
Homepage: http://www.caixa.gov.br
Disque CAIXA – 0800 726 0101 – e Ouvidoria – 0800 725 7474
Tiragem: 3.000 exemplares

Sumário

Apresentação		5
Introdução		7
1.	As políticas habitacionais e a atuação da CAIXA	9
1.1	Os resultados da CAIXA no setor habitacional	10
2.	A situação habitacional brasileira	13
2.1.	Aspectos demográficos	13
2.2.	Características do bem habitação	18
3.	Os conceitos de déficit e demanda habitacional	21
4.	A metodologia desenvolvida pela CAIXA para cálculo da demanda potencial por habitação	25
5.	O comportamento da demanda habitacional no Brasil	31
5.1.	Demanda Habitacional Urbana e Rural	36
5.2.	Demanda Habitacional nos estados	38
5.3.	Demanda Habitacional nos Municípios	43
5.4	Demanda Habitacional intra municipal	47
6.	A aplicação do Estudo de Demanda Habitacional	59
7.	Considerações finais	81
8.	Referências Bibliográficas	85
9.	Anexos	89
	Anexo I	89
	Anexo II	96
	Anexo III	150

Melhor Prática: Branca Flor (2009) - Itapecerica da Serra/SP

Apresentação

Para os brasileiros, a CAIXA é considerada o Banco da Habitação, que disponibiliza crédito para a aquisição da casa própria, possibilitando o atendimento da necessidade básica de moradia digna, direito fundamental assegurado na Constituição Federal.

Com a missão de promover a cidadania e o desenvolvimento sustentável do país, a CAIXA, parceira estratégica do Estado brasileiro, é um banco público que se diferencia pela amplitude de sua atuação como principal agente operador de políticas públicas de caráter social, em especial, na área de habitação.

O presente trabalho, iniciado pela CAIXA em 2005, representa uma resposta ao desafio de identificar, com maior precisão, onde, de que forma e para quem estão sendo produzidas habitações no país, questões fundamentais para o equacionamento da demanda por habitações. Propõe nova ótica para a compreensão da questão habitacional brasileira, a partir do aprofundamento acerca das recentes transformações sociais do país, da evolução dos arranjos familiares e demais fatores que influenciam a demanda por moradias.

O conteúdo desta publicação abrange uma composição de indicadores e um conjunto de informações sistematizadas, disponibilizadas em nível de setor censitário, que permite a sua mensuração. O cálculo da demanda habitacional no Brasil foi aplicado para as 27 Unidades da Federação e 776 municípios, que concentram cerca de 70% da população brasileira.

A metodologia desenvolvida por uma equipe de Técnicos da CAIXA, especialistas no assunto, foi validada por docentes da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que também colaboraram na composição de indicadores e na pesquisa de dados primários.

Ao quantificar e qualificar a demanda habitacional, este estudo proporciona subsídios para a formulação de políticas e o estabelecimento de metas para o enfrentamento do problema do habitacional brasileiro, além de possibilitar à CAIXA maior precisão na análise de empreendimentos habitacionais.

Boa Leitura!

Melhor Prática: A Casa e o Rio (2009) - Curitiba/PR

Introdução

A CAIXA, presente em todos os municípios brasileiros, possui uma rede de 58 unidades especializadas em serviços de desenvolvimento urbano nas capitais e regiões metropolitanas. Responsáveis pela contratação e acompanhamento de empreendimentos nas áreas de habitação, saneamento e infra-estrutura, essas unidades são dotadas de equipes multidisciplinares de engenheiros, arquitetos, técnicos sociais e analistas.

Para instrumentalizar seu corpo técnico, tornando-o apto a prestar atendimento cada vez mais ágil e preciso, a CAIXA tem investido crescentemente em estudos e pesquisas para o desenvolvimento de metodologias e tecnologias, voltadas para o aprimoramento de sua atuação como executora das políticas públicas de caráter social.

Esta publicação é uma contribuição da CAIXA para auxiliar o entendimento do comportamento das principais variáveis que determinam a dinâmica do mercado imobiliário. A metodologia desenvolvida considera as condições demográficas do país, principalmente a estrutura etária e as configurações familiares, como fatores fundamentais para a demanda por habitação. Assim, permite identificar os potenciais demandantes de novas moradias, bem como, a população que vive em de imóveis sem condições de habitabilidade.

Este livro está dividido em sete capítulos e três anexos. O primeiro descreve o contexto das políticas habitacionais brasileiras e apresenta os resultados da atuação da CAIXA no setor habitacional no período analisado no estudo. O segundo expõe a situação habitacional brasileira. O terceiro conceitua déficit e demanda habitacional. O quarto explica o estudo da demanda potencial habitacional no Brasil elaborado pela CAIXA. O quinto mostra o comportamento da Demanda Habitacional no período de 2001 a 2009. O sexto demonstra a aplicação do Estudo de Demanda Habitacional. O sétimo traz as considerações finais e os anexos contêm o artigo: Indicadores para o cálculo do déficit e da demanda habitacional no Brasil e as mudanças nos questionários do censo demográfico 2010 do IBGE, tabelas com os valores da demanda potencial por habitação calculada as 27 Unidades da Federação e para 776 municípios brasileiros.

Melhor Prática: Canal da Vida (2009) - Olinda/PE

1. As políticas habitacionais e a atuação da CAIXA

A primeira iniciativa brasileira de criação de uma política habitacional de abrangência nacional com objetivos e metas definidos, fontes de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento ocorreu em 1964, com a edição da lei nº 4.380/64. Esta lei instituiu o Sistema Financeiro de Habitação - SFH, o Banco Nacional da Habitação - BNH e a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, dentre outras medidas.

A partir de então, o Governo Federal passou a ter as atribuições de formular a política nacional de habitação e coordenar as ações públicas e privadas para estimular a construção e o financiamento para aquisição de habitações de interesse social.

A política habitacional executada pelo BHN teve por objetivo viabilizar o acesso à moradia aos diferentes estratos sociais, com foco nas famílias de baixa e média renda. Foi financiada com recursos do SFH provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

A crise econômica iniciada no final dos anos 70 provocou inflação, desemprego, queda dos níveis salariais, o que gerou um forte desequilíbrio no SFH em decorrência das seguidas alterações nas regras de correção monetária, dentre outros fatores. Tal cenário resultou na extinção do BNH, pelo Decreto-Lei 2.291/86, de novembro de 1986 cujas funções foram redistribuídas por vários órgãos de governo. Coube a CAIXA a administração do passivo, do ativo, do pessoal e dos bens do BNH, bem como a operação do FGTS, assumindo, desde então a condição de maior executor das políticas habitacionais do Governo Federal.

A pressão populacional nos centros urbanos, a crise econômica, o desemprego e o alto custo do solo urbano associados à ausência de política habitacional forçaram as famílias de menor renda a buscar por conta própria alternativas precárias de moradia. Este processo acelerou a favelização, a ocupação irregular da periferia e de áreas de risco configurando, desta forma, os atuais problemas urbanos brasileiros.

Pouco se fez para o atendimento das necessidades habitacionais no Brasil, no período de 1986 a 2002, por iniciativa direta do governo federal. Desta forma, o setor privado ocupou esta lacuna provendo habitação para o segmento de maior renda. A deficiência de ação governamental agravou a carência habitacional no país para as famílias de baixa renda.

A situação começou a mudar a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e a aprovação da Política Nacional de Habitação - PNH em 2004, que propôs uma visão ampliada e integrada das questões de desenvolvimento urbano nas cidades.

A Política Nacional de Habitação é viabilizada por meio do Sistema Nacional da Habitação e também pelo Desenvolvimento Institucional, Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento, Plano Nacional da Habitação – PLANAB e pela regulamentação do Estatuto das Cidades.

O Sistema Nacional da Habitação articula ações integradas nos três níveis de governo. Divide-se em Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, voltado à população com renda entre 0 a 5 SM. e em Sistema de Habitação de Mercado, que atende, principalmente, às classes de renda entre 5 a 10 SM.

Os Programas do Sistema de Habitação de Interesse Social contemplam ações de urbanização de favelas, realocação de famílias em áreas de risco, alagados, cortiços, etc . São utilizados recursos originários do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, do Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e do Orçamento Geral da União OGU.

O Sistema de Habitação de Mercado atende à população com renda mais alta por meio de Construtoras e incorporadoras que atuam como agentes promotores. Também pode atender a segmentos de baixa renda (mercado popular), desde que sem a contrapartida do poder público. Para financiar as ações deste Sistema o Governo incentiva a utilização de recursos originários da captação das Cadernetas de Poupança (SBPE), de Consórcios Habitacionais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e demais investimentos institucionais e de pessoas físicas.

Para impulsionar o desenvolvimento brasileiro e universalizar os benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do país, foi lançado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Cabe a CAIXA a execução das ações do programa relativas a habitação, saneamento e infra-estrutura urbana. Trata-se de um novo conceito de investimento em infra-estrutura no Brasil que visa “romper barreiras e superar limites”, por ser um indutor de transformações das cidades, que busca esgotar, com investimentos, o déficit de saneamento, da habitação e de urbanização nas favelas. Em 2009, foram contratados R$ 41,8 bilhões dentro do PAC, dos quais 83,9% foram direcionados a obras de habitação .

Em reação à crise financeira internacional de 2008, o Governo tomou uma série de medidas anti-cíclicas para manter o ritmo do crescimento econômico do país, estimulando notadamente o setor da construção civil. Neste contexto foi concebido o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV operado pela CAIXA, representa um marco na política de acesso à moradia, articulando ações do Governo Federal em parceria com os Estados, municípios e iniciativa privada.

O PMCMV promove a construção de novas unidades habitacionais voltadas às camadas da população com menor renda, concedendo expressivos subsídios, principalmente para a faixa de 0 a 3 salários mínimos. Imóveis antes inacessíveis a esta faixa de renda familiar podem ser adquiridos com subsídios que representam até 88% do valor do imóvel .

A produção de imóveis residenciais impulsiona a economia e proporciona oportunidades de desenvolvimento para o país. No PMCMV, foram contratadas mais de um milhão de unidades habitacionais de abril de 2009 até 2010. Estas obras geraram milhares de empregos e representaram uma significativa contribuição para o aquecimento da economia, minimizando os efeitos da crise financeira internacional no Brasil.

1.1. Os resultados da CAIXA no setor habitacional

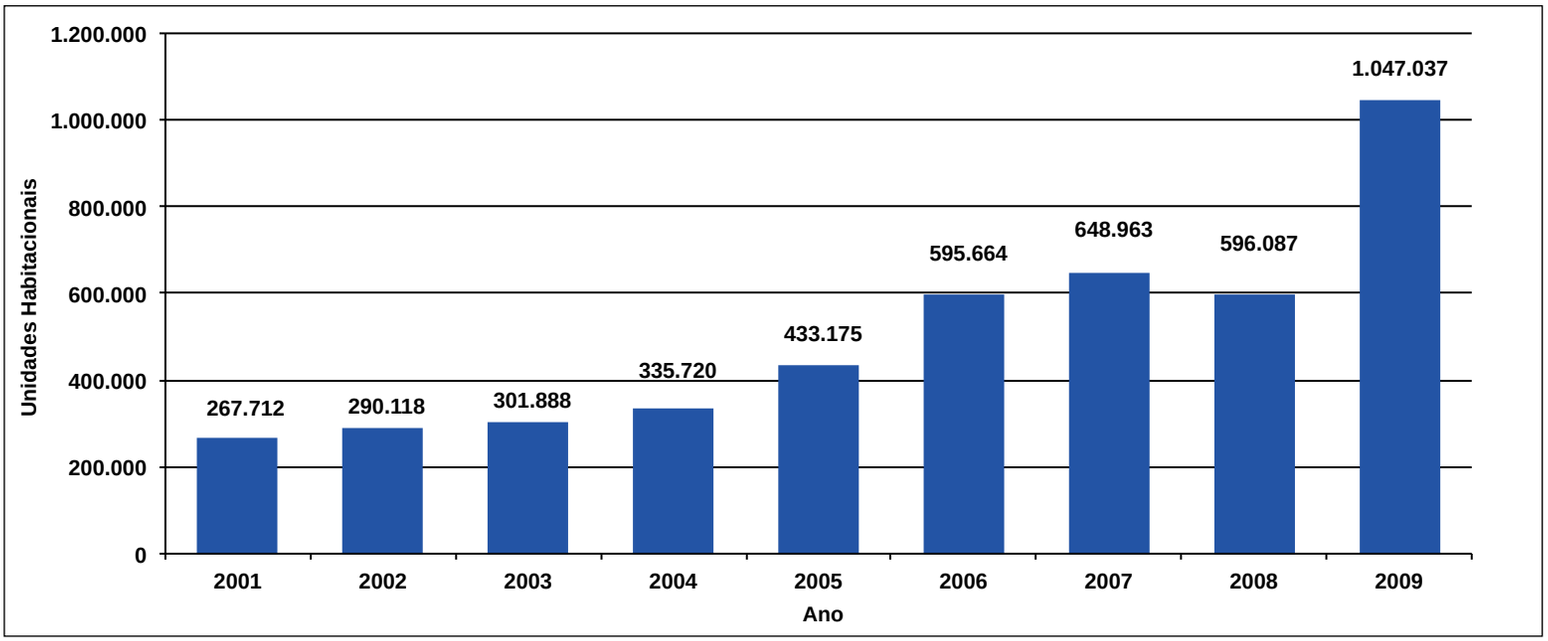
Ao longo de seus 150 anos de existência, a CAIXA desempenha o papel de banco social, mantendo seu compromisso com o povo brasileiro. Exemplo disso foi sua atuação como único banco no país a receber escravos como correntistas. É a principal instituição financeira pública responsável pela execução das políticas de caráter social do Governo Federal, principalmente, no setor habitacional.

A CAIXA executa os programas habitacionais do Governo Federal com recursos de diversas fontes. Analisa, acompanha, supervisiona e avalia projetos de empreendimentos dos setores público e privado. Neste segmento tem se destacado e contribuído para o atendimento da demanda habitacional no Brasil. No período de 2001 a 2009, a CAIXA financiou um total de 4.516.364 de unidades .

Os investimentos realizados de 2001 a 2009 equivalem a um montante nominal de R$ 139,84 bilhões. Os programas PAC e Minha Casa Minha Vida representam em três anos aproximadamente 68% do que foi investido nos últimos 9 anos.

O esforço empreendido pela CAIXA se reflete no crescimento das operações financiadas no setor habitacional na última década, posicionando-se como líder neste mercado. Sua atuação proporciona acesso a moradia para milhões de famílias, contribuindo para o atendimento da demanda habitacional no Brasil.

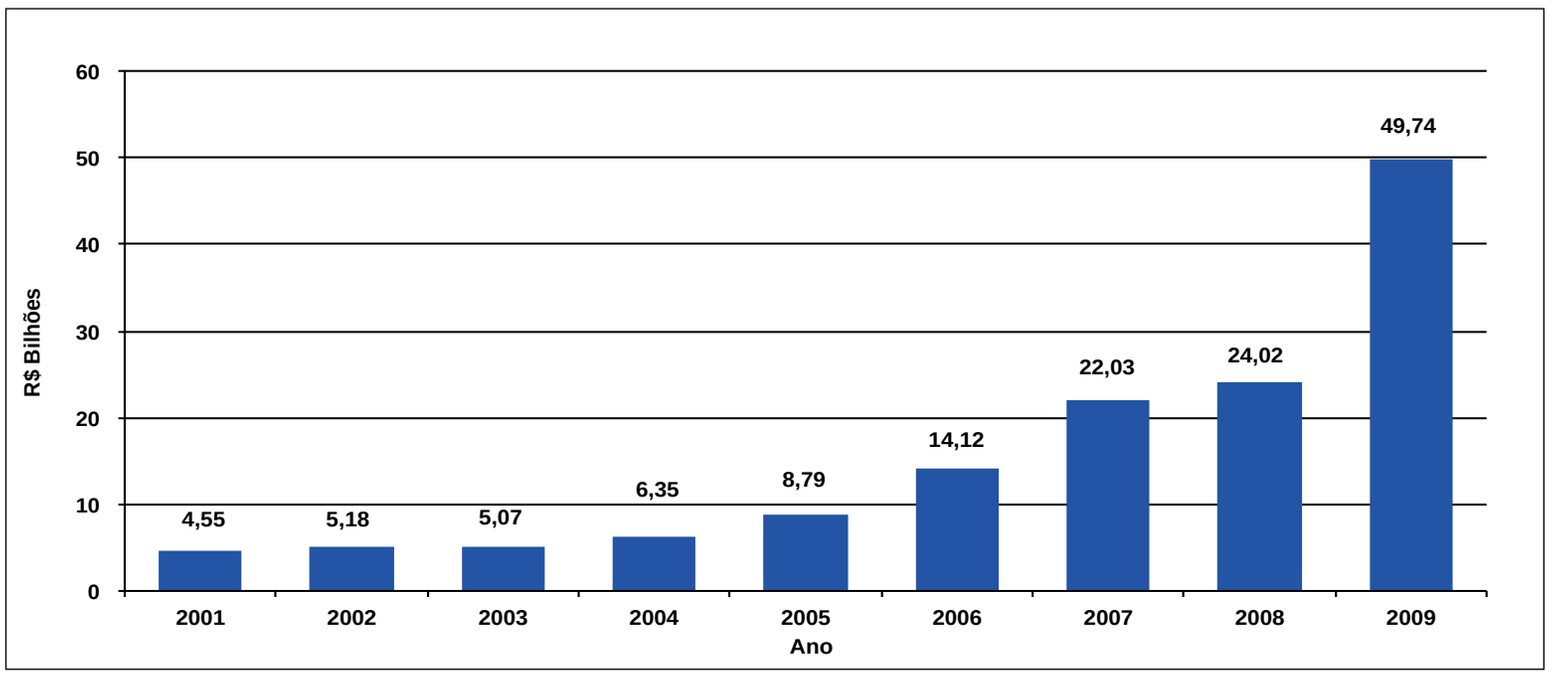
Gráfico 1 - Financiamentos e Repasses - Quantidades de Unidades Habitacionais



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA

Nota: Quantidade de unidades habitacionais referentes a financiamentos e repasses, considerando Material de Construção e Consórcios

Gráfico 2 – Financiamentos e Repasses - Valores



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA

Nota: Valores referentes a financiamentos e repasses, considerando Material de Construção e Consórcios

Melhor Prática: A Casa e o Rio (2009) - Curitiba/PR

2. A situação habitacional brasileira

2.1. Aspectos demográficos

As características demográficas brasileiras demonstram um país heterogêneo, tanto nos seus aspectos econômicos, quanto nos sociais e regionais. Nas últimas décadas, o Brasil vem apresentando grandes transformações no aspecto habitacional. Três fatores se destacam como causas dessas mudanças: a emigração da área rural para as cidades, o envelhecimento da população e modificações nas configurações familiares. Estes foram determinantes para a urbanização acelerada e desordenada das cidades.

Em meados do século passado, com maior intensidade na década de 1960, o êxodo rural provocou a concentração de domicílios nas grandes metrópoles, fenômeno provocado pelo abandono do campo por trabalhadores rurais que se transferiram para os centros urbanos em busca de oportunidades de empregos estáveis e melhores condições de vida.

O fenômeno se intensificou com o aumento da população urbana que ultrapassou a rural na metade da década de 60, até que no ano 2000, passou a representar mais de 80% do total da população do país. Esta tendência de urbanização pressionou os maiores centros urbanos do Brasil, causando a expansão das grandes metrópoles em direção à periferia. O crescimento desordenado provocou o processo de favelização e trouxe graves problemas urbanos.

Outro fator que contribuiu para as transformações das cidades, diz respeito a modificação da estrutura etária da população brasileira. Segundo MOREIRA, 2000 e 2002, o processo de envelhecimento se concretiza quando a participação da população idosa se torna considerável em relação à população jovem.

No gráfico 4, constata-se o envelhecimento da população residente no Brasil ao longo do período de 2001 a 2009. Ob-

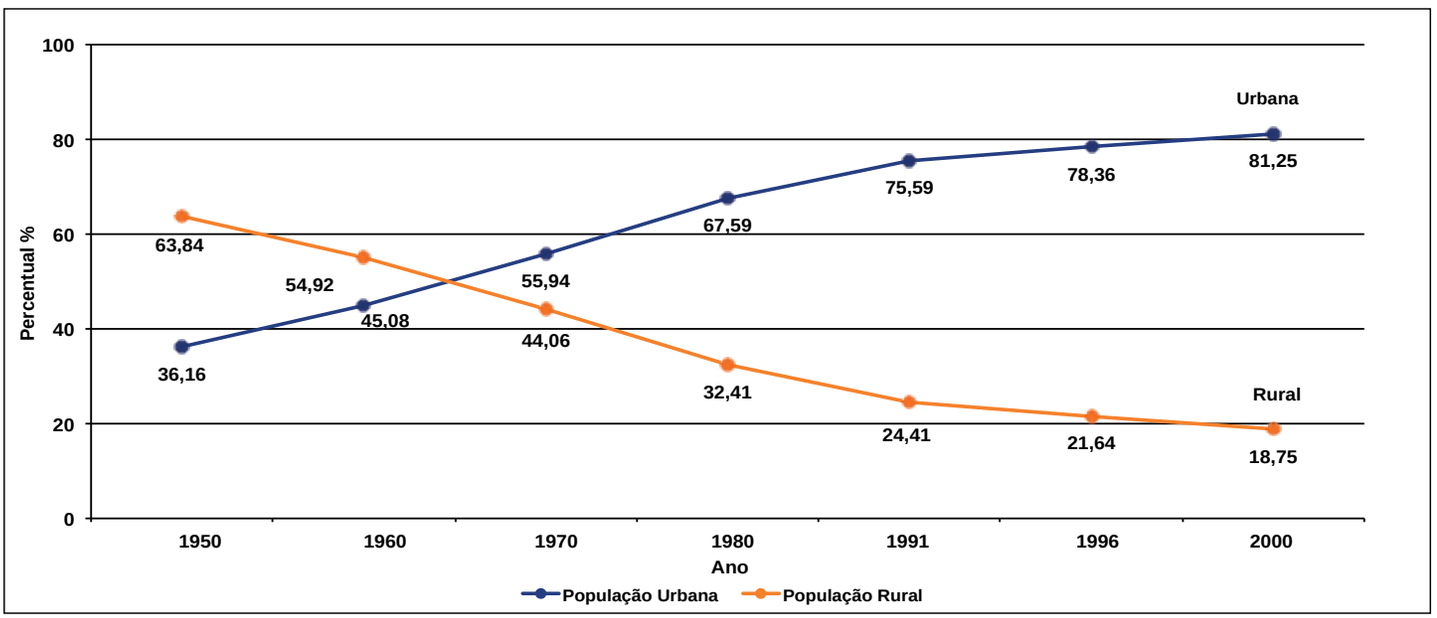
serva-se crescimento nas faixas etárias de 30 a 49, 50 a 69 e com mais de 70 anos. Entretanto, percebe-se estabilidade nas faixas etárias mais jovens.

A diversificação dos arranjos familiares é mais um fator que influencia diretamente no aumento do número de domicílios. Este é um elemento fundamental para que se compreenda a demanda habitacional no país. Atualmente, podemos perceber diversas conformações familiares; a família nuclear vem perdendo relevância para a monoparental e para outros arranjos compostos por vários membros de uma mesma família ou apenas parentes mais íntimos.

A transformação dos modelos familiares teve inicio na década de 60, quando as famílias eram compostas pela união de dois indivíduos com estabilidade duradoura. A partir de então, a instituição de novos conceitos sociais provocou mudanças de comportamento dos indivíduos. Tornando mais freqüentes as ocorrências de separações, divórcios e recomposições conjugais.

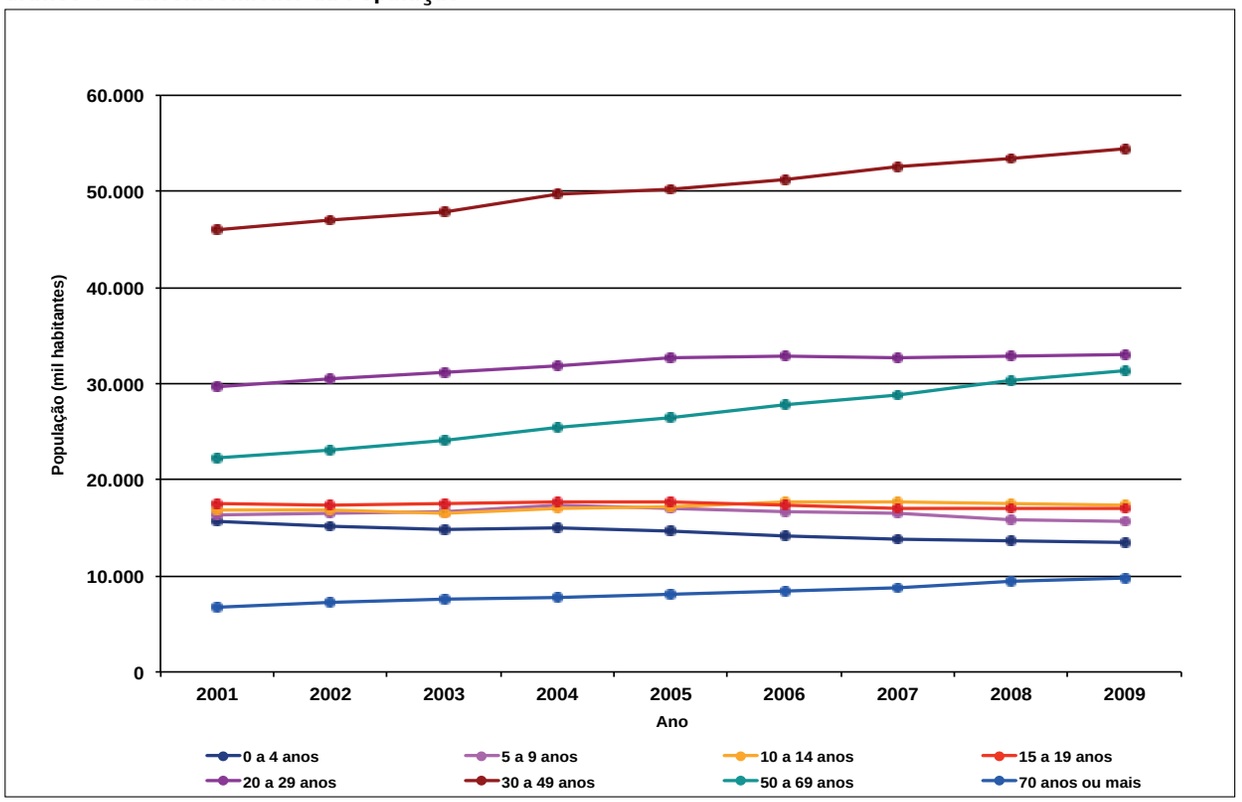
Como reflexo destas mudanças sociais verifica-se que no período entre 1970 e 2010, a população brasileira cresceu 104,78%, enquanto os domicílios particulares permanentes ocupados cresceram 220,68%, conforme demonstração no gráfico 5.

Gráfico 3 – População Urbana e Rural – 1950 a 2000



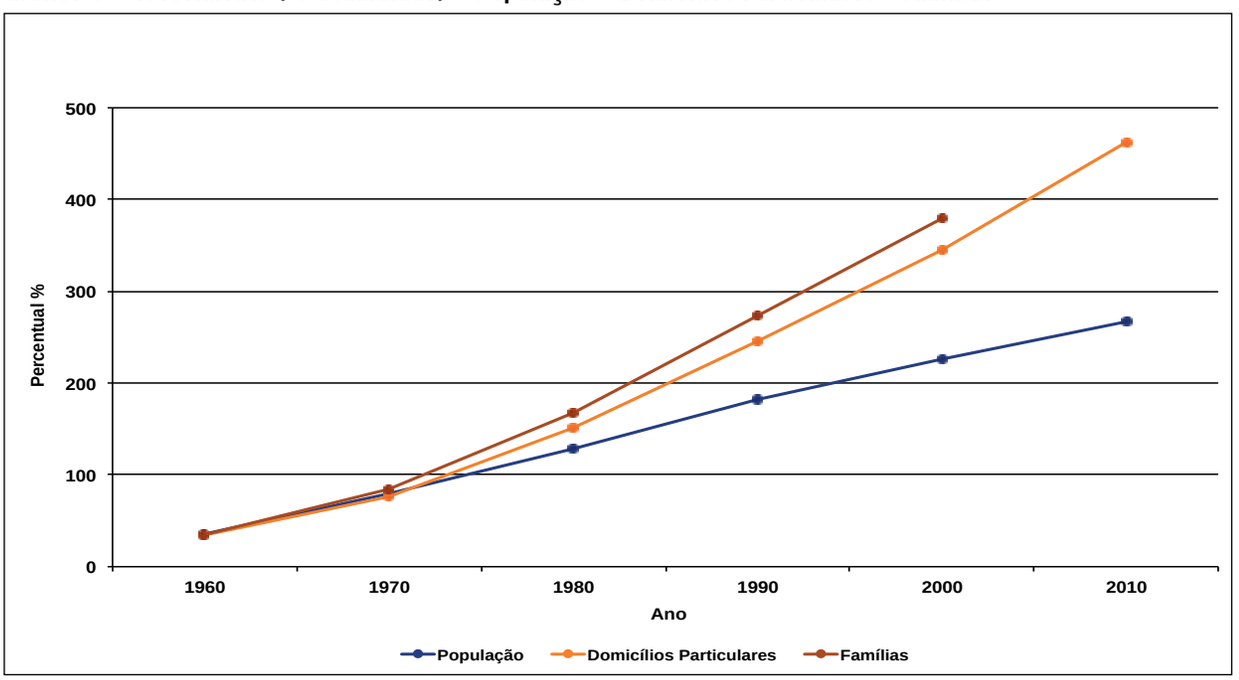
Fonte: Censos Demográficos IBGE

Gráfico 4 – Envelhecimento da População



Fonte: IBGE (PNAD 2001-2009)

Gráfico 5 – Crescimento (% acumulado) – População – Domicílios Particulares - Famílias



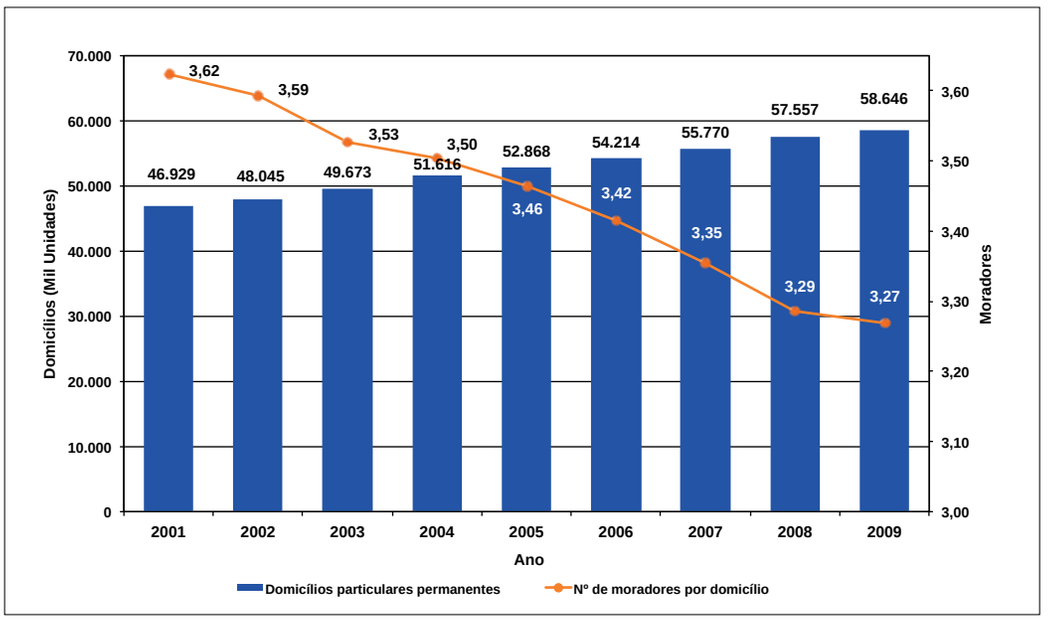
Fonte: IBGE (Censos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)
Nota: A informação sobre o número de famílias no Censo 2010 não foi divulgada até o momento.

No Censo de 1970, havia 17.629 mil domicílios no território brasileiro para uma população de 93.135 mil habitantes, representando 5,28 hab/dom. Conforme o Censo 2010 , constata-se que o Brasil tem um total de 56.541 mil domicílios para uma população de 190.732 mil habitantes, ao que corresponde uma média de 3,37 hab/dom. O gráfico 7 ilustra a redução da quantidade de moradores por domicílios e o crescimento do número de domicílios no período de 2001 a 2009.

A PNAD 2009 demonstra que a quantidade média de habitantes por domicílio não é uniforme nas diversas regiões do Brasil, a Região Sul apresenta a menor média do país e a Região Norte a maior.

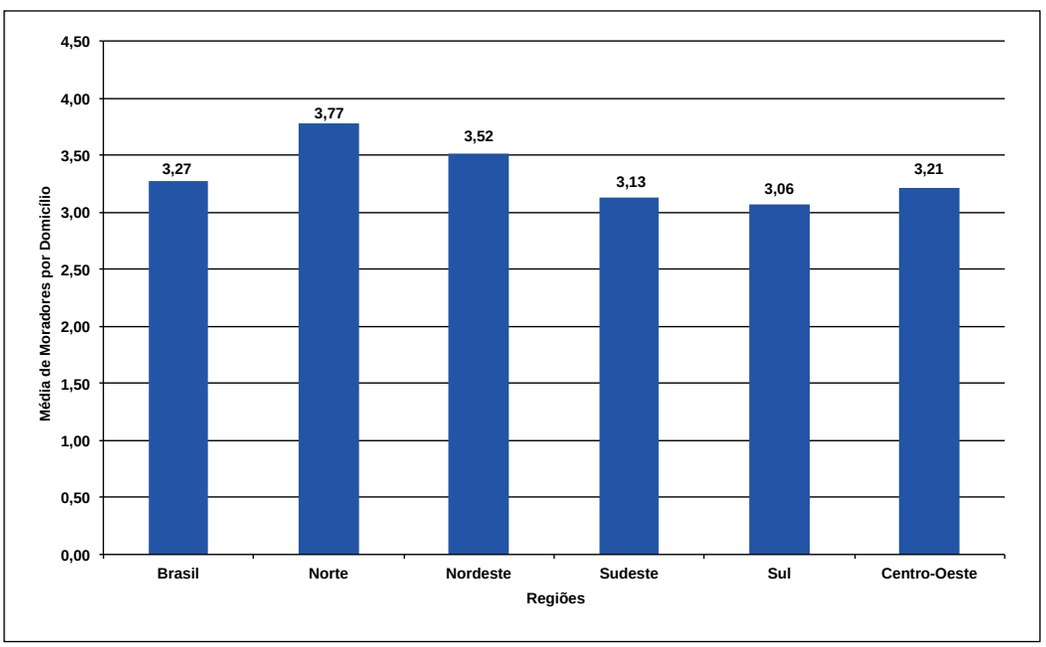
O número de domicílios no país aumentou 24,79% entre 2001 e 2009. Verificou-se o maior crescimento na região Sudeste, correspondendo 37,65% e o menor no Centro-Oeste na ordem de 8,09%, conforme demonstração da tabela e mapa ao lado.

Gráfico 6 – Domicílios Particulares Permanentes X Número de Moradores por Domicílio - 2009



Fonte: IBGE, SIDRA, PNAD.

Gráfico 7 – Quantidade Média de Habitantes por Domicílios - Regiões



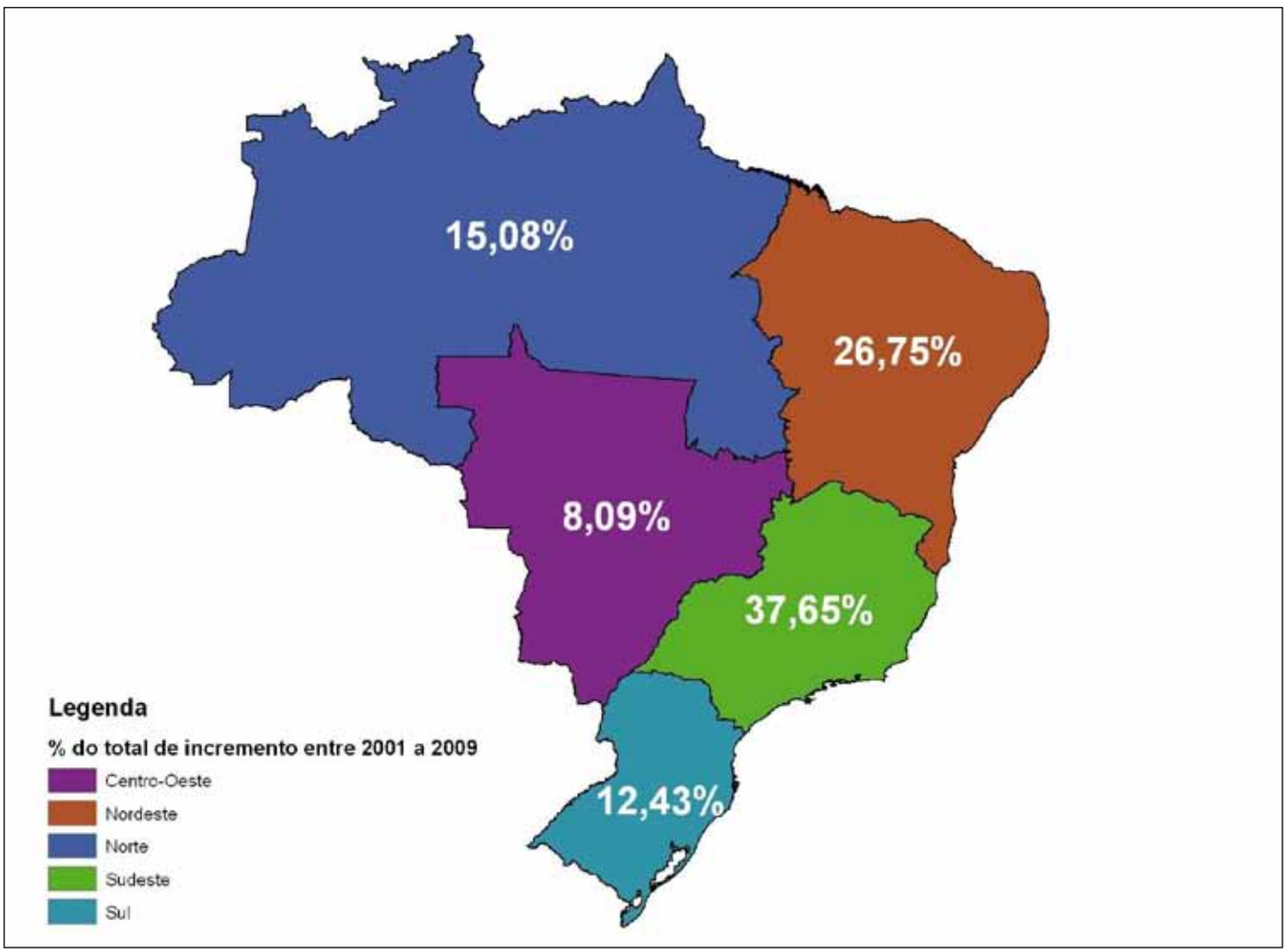
Fonte: IBGE - PNAD 2009

Tabela 1 - Crescimento do número de domicílios por região – 2001 - 2009

	BRASIL	Crescimento	Sul	Crescimento	Sudeste	Crescimento	Centro-Oeste	Crescimento	Nordeste	Crescimento	Norte	Crescimento
2001	46.994.866		7.618.621		21.358.282		3.414.492		12.238.610		2.364.861	
2002	48.095.210	1.100.344	7.793.572	174.951	21.885.825	527.543	3.513.240	98.748	12.457.726	219.116	2.444.847	79.986
2003	49.729.167	1.633.957	7.993.865	200.293	22.561.831	676.006	3,665.155	151.915	12.932.760	475.034	2.575.556	130.709
2004	51.666.039	1.936.872	8.162.928	169.063	22.935.084	373.253	3.771.164	106.009	13.263.879	331.119	3.532.984	957.428
2005	52.910.174	1.244.135	8.327.947	165.019	23.497.336	562.252	3.871.438	100.274	13.542.575	278.696	3.670.878	137.894
2006	54.282.533	1.372.359	8.467.844	139.897	24.129.438	632.102	3.980.904	109.466	13.989.626	447.051	3.714.721	43.843
2007	55.877.855	1.595.322	8.768.147	300.303	24.660.563	531.125	4.172.740	191.836	14.444.825	455.199	3.831.580	116.859
2008	57.656.117	1.778.262	9.004.353	236.206	25.341.417	680.854	4.264.492	91.752	15.010.978	566.153	4.034.877	203.297
2009	58.646.432	990.315	9.066.510	62.157	25.745.170	403.753	4.356.883	92.391	15.355.584	344.606	4.122.285	87.408

Fonte: IBGE (PNAD 2001-2009)

Figura 1 - Participação das regiões no incremento de domicílios no Brasil entre 2001 e 2009



Fonte: IBGE (PNAD 2001-2009)

2.2. Características do bem habitação

O conceito de habitação apropriada, digna, segura e confortável pode ser diferenciado em cada região. Porém considera-se universal o desejo de uma família ou indivíduo possuir um imóvel próprio. Esta busca pela habitação molda o mercado de acordo com as especificidades locais.

O "bem habitação", que no texto pode ser compreendido como unidade residencial, possui características particulares que fazem com que a dinâmica do mercado habitacional seja bastante distinta da maioria dos demais mercados. O conhecimento acerca deste mercado vem se ampliando. Entretanto, ainda existem poucos trabalhos focados em cálculo de demanda habitacional, velocidade de vendas, dimensionamento de estoque, indicadores de valorização imobiliária e similares.

O estoque de residências é bastante heterogêneo. Mesmo considerando-se apenas uma única tipologia, não existe no mercado um imóvel exatamente igual ao outro. A heterogeneidade do "bem habitação" atribui a cada unidade habitacional um preço diferente, que depende das características de localização no espaço urbano e também da sua singularidade, observada em relação às características espaciais e estruturais.

As alterações na disponibilidade de estoque de moradias provocam mudanças na dinâmica do mercado imobiliário das cidades. A oferta de unidades residenciais está diretamente relacionada à quantidade de imóveis existentes em curto prazo. Isto reflete nos preços de acordo com a demanda. As características dos imóveis ofertados precisam ser compatíveis com as exigências de cada segmento do mercado para que haja equilíbrio entre preços e demanda.

Diante da imobilidade do "bem habitação", a oferta de imóveis em determinada localização não pode ser deslocada para compensar a falta de habitações em outra área fora de seu raio de atratividade. Porém, os indivíduos, em busca de moradia adequada, podem locomover-se em um perímetro de interesse. Desde que sejam fornecidas condições compatíveis com seu perfil socioeconômico.

As unidades residenciais geralmente são produzidas pela iniciativa privada de forma independente, mas principalmente, associada a programas de governo. O custo elevado de produção, aliado ao alto preço da terra urbana dificulta a conquista de um domicilio digno e seguro para a população de menor renda. Desta forma, as políticas públicas habitacionais são fundamentais para facilitar o acesso à moradia. Principalmente no segmento que atende às famílias que enfrentam dificuldades para arcar com os custos de financiamento imobiliário em condições de mercado.

Melhor Prática: Vanguarda (2009) - Santos/SP

Melhor Prática: Coroa do Meio (2009) - Aracaju/SE

3. Os conceitos de déficit e demanda habitacional

As necessidades habitacionais podem ser estudadas pela ótica do déficit ou da demanda. Embora pareça simples semântica, a escolha de uma ou outra denominação remete a utilização de variáveis distintas que ocasionarão resultados diferentes.

A definição mais comum de déficit habitacional é a que exprime a falta de moradias para as pessoas ou famílias que necessitam de habitação. Esta interpretação pode ser adotada em discussões superficiais do tema. Porém é insuficiente na formulação de parâmetros para subsidiar políticas habitacionais. Desse modo, é importante um aprofundamento conceitual que represente a configuração econômico-social e espacial da carência habitacional no Brasil.

A etimologia permite a compreensão da origem desses conceitos. Na definição do Dicionário Aurélio (Aurélio,1986, p.528) “déficit” é: “O que falta para completar uma conta, um orçamento, uma provisão,etc.” e “demanda” é:“ a ação de demandar”, e “demandar” é: “ter necessidade de; precisar de; necessitar”.

O déficit habitacional, pelo conceito etimológico, é a falta física da unidade habitacional (casa, apartamento, etc.) no estoque de habitações de mercado. A demanda habitacional é a necessidade, por parte de uma população, do “bem habitação”, considerando as características intrínsecas e extrínsecas do imóvel, além das características socioeconômicas da população.

O tema déficit habitacional brasileiro foi objeto de diversas publicações ao longo dos últimos anos. Porém foram desenvolvidos mais trabalhos conceituais e qualitativos do que quantitativos. Mesmo entre os estudos conceituais há inúmeras definições de “demanda” e principalmente de “déficit habitacional”.

Segundo Garcia e Castelo (2006) o déficit habitacional se refere às carências habitacionais de uma determinada sociedade não restritas à falta de moradias, inclui também as más condições das unidades habitacionais existentes. "O déficit habitacional é uma fotografia que mostra o excesso de população que necessita de habitações. Ou seja, é o excedente entre a demanda e oferta de um bem de caráter social."

Ainda que a questão habitacional venha sendo amplamente discutida, os estudos quantitativos relacionados ao tema consideram principalmente o déficit habitacional e medidas de estoque. Conforme o estágio de desenvolvimento do sistema habitacional de cada país, podem ser adotadas abordagens sob o enfoque do déficit ou da demanda por habitação que consistem em cálculos diferentes e com funções especificas. (Givisiez,2005).

Os conceitos de déficit e demanda habitacional se estruturam a partir da disponibilidade de bases de informações seguras e com abrangência territorial adequada para seu cálculo. As diferenças metodológicas entre as instituições que calculam o déficit ou demanda habitacional geram distorções nas estimativas que, entre 2000 e 2007, variavam de 3 a 14 milhões de unidades habitacionais.

A Fundação João Pinheiro produziu o estudo mais difundido no Brasil a respeito do tema que foi adotado pelo Ministério das Cidades na formulação da Política Habitacional. Este conceitua o déficit habitacional como as deficiências do estoque de moradias. Considerando neste cálculo as moradias em estado precário que precisam ser repostas e as novas que representam um incremento do estoque, em função da coabitação familiar ou da moradia em locais inadequados. Assim, o déficit habitacional pode ser compreendido como déficit por reposição e incremento de estoque.

A Fundação complementa a sua definição diferenciando dois tipos de necessidades habitacionais no país:

- O déficit habitacional propriamente dito, mais comumente utilizado na formulação de políticas habitacionais que abrange o incremento e a reposição do estoque de habitações, como definido anteriormente;
- As inadequações de domicílios, que englobam os domicílios com necessidade de melhorias ou complementos na sua infra-estrutura interna ou externa para passarem a compor o estoque de habitações adequadas e dignas para a população.

A verificação dos estudos desenvolvidos sobre as necessidades habitacionais no Brasil leva a constatação de que há uma elevada quantidade de abordagens sobre o tema. Contudo, há dificuldade para a obtenção de dados fidedignos, focados na compreensão e mensuração do que se conceituou como carência habitacional brasileira.

No presente estudo é adotado o conceito de demanda habitacional que representa a necessidade dos indivíduos residirem em local adequado, sob o aspecto demográfico das relações sociais e econômicas da população com o meio urbano. A demanda pode ser potencial, se no cálculo forem considerados os indivíduos caracterizados como demandantes, sem levar em conta sua capacidade econômica e financeira para aquisição do "bem habitação", ou efetiva quando este aspecto é verificado.

Melhor Prática: De Novo Centro (2009) - Salvador/BA

Melhor Prática: Canal da Vida (2009) - Olinda/PE

4. A metodologia desenvolvida pela CAIXA para cálculo da demanda potencial por habitação

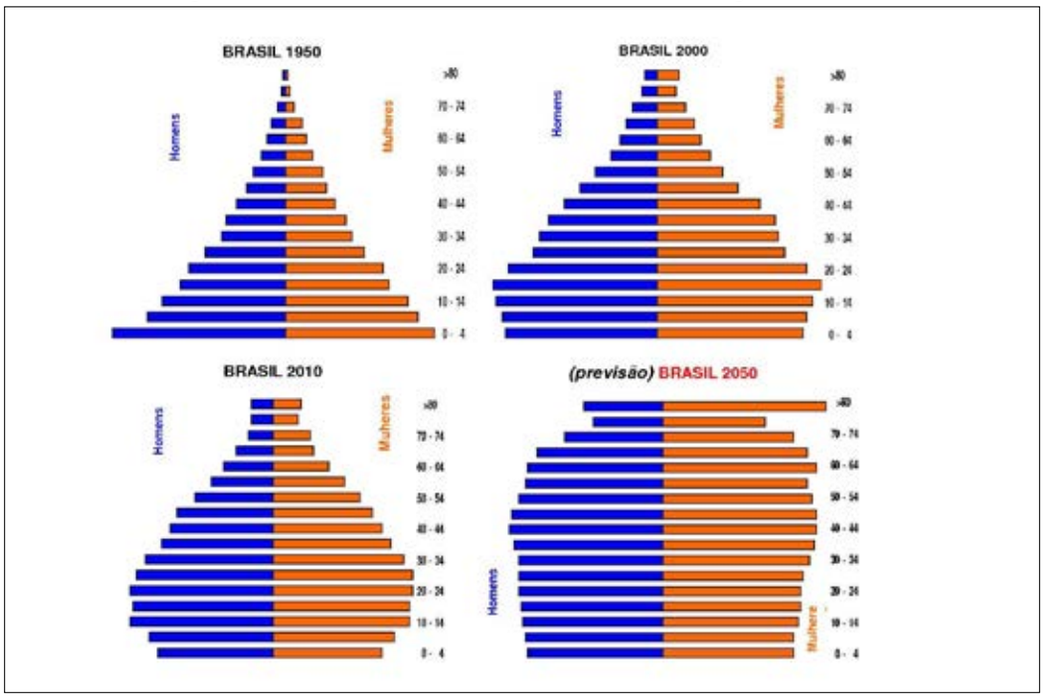
A CAIXA elaborou um estudo para aprimorar o conhecimento a respeito da dinâmica do mercado imobiliário com o objetivo de identificar o comportamento das principais variáveis que determinam a demanda potencial por habitação. O modelo metodológico desenvolvido permite a geração de diagnósticos demográficos georreferenciados que proporcionam elementos para orientar a execução das políticas públicas de habitação.

O embasamento conceitual se fundamenta na premissa de que a demanda por habitação é constituída por pessoas que pretendem formar um novo arranjo domiciliar (uma pessoa sozinha, duas pessoas unidas pelo casamento, duas ou mais pessoas com ou sem laços de parentesco que decidem morar juntas, entre outros) ou que necessitam substituir um domicílio inadequado.

As condições demográficas de um país, especialmente a sua estrutura etária, são fatores determinantes para a demanda habitacional. Por exemplo, a demanda habitacional de um país jovem, com alta proporção de crianças em sua população, geralmente, é inferior a de um país com maior população de adultos. Isto ocorre porque as crianças não têm autonomia para gerar um novo arranjo domiciliar, mas os adultos e idosos podem ser potenciais demandantes de habitação.

No caso do Brasil, a variação apresentada nas pirâmides etárias dos anos 1950, 2000, 2010 e a projeção de 2050*, representam que o país está passando por uma transição demográfica e na sua estrutura etária. Assim, a demanda habitacional tende a aumentar em decorrência do processo de envelhecimento populacional.

Gráfico 8 – Variação das pirâmides etárias de 1950 a 2000 e projeção de 2050



Fonte: ONU (dados da revisão 2006 - visitado em 8/06/2007)

Portanto, é preciso considerar três fenômenos que têm conseqüências na configuração das necessidades habitacionais:

- O ciclo de vida e a transição da adolescência para a vida adulta;
- Os padrões de conjugalidade e a idade média ao casar;
- A formação de novos arranjos domiciliares e a distribuição das taxas de chefia.

Ao longo da vida dos indivíduos ocorrem vários fenômenos demográficos e sociais que compreendem o crescimento, a adolescência e a vida adulta. O processo de transição do jovem para a vida adulta é um evento multidimensional. Envolve a saída da escola, o ingresso no mercado de trabalho e a formação de um novo arranjo domiciliar em virtude de casamento ou de sua independência dos pais.

Estudos recentes mostram que a transição para a vida adulta tornou-se mais longa, heterogênea e marcada por descontinuidades e rupturas, existindo um prolongamento da condição juvenil. Considerando o ciclo anteriormente descrito, o casamento ou união estável é um marco neste processo que permeia as diversas etapas do ciclo de vida.

A formação de uma união estável influencia consideravelmente na necessidade de moradia. A idade média ao casar é um importante indicador dos padrões de nupcialidade e da constituição de chefes de arranjos domésticos. É uma variável fundamental para a estimativa da demanda habitacional.

A tabela 2 mostra a idade média ao casar dos brasileiros, calculada a partir da proporção de pessoas solteiras de 15 anos ou mais de idade, tendo como referência à técnica SMAM (Singulate Mean Age of Marriage). Nota-se que para o Brasil a média de idade permaneceu em torno de 24,2 anos entre 1980 e 2000.

Considerando que todo domicílio tem um (e apenas um) chefe ou responsável, utiliza-se a relação entre o número de chefes em cada grupo etário e a população desse grupo etário para entender a distribuição da demanda habitacional. Como o número de chefes e de domicílios é igual, o aumento ou diminuição deste número equivale a alteração correspondente na quantidade de domicílios. A taxa de chefia (headship rate)

é obtida dividindo o número de chefes de domicílios em cada grupo etário pelo total da população deste grupo e multiplicando o resultado por 100, conforme a seguinte fórmula:

$$ {}_nT_x(t) = \frac{{}_n n_x(t)}{{}_n N_x(t)} * 100 $$

${}_nT_x(t)$ = Taxa de chefia no grupo etário de x a x+n anos completos, no ano t;

${}_n n_x(t)$ = Total de chefes de domicílio no grupo etário x a x+n anos completos, no ano t;

${}_n N_x(t)$ = População do grupo etário x a x+n anos completos, no ano t.

A distribuição da taxa de chefia por faixa etária da população identifica os indivíduos que residem em um domicílio com outro núcleo familiar como potencias demandantes por habitação. Assim, os filhos com idade e capacidade socio-econômica para constituir um novo domicilio são possíveis demandantes de moradia.

A tabela 3 mostra a variação da taxa de chefia por grupo etário da população brasileira no ano 2000. Percebe-se que a taxa de chefia de 1,83% do grupo etário de 15 a 19 anos é muito baixa. No grupo seguinte, de 20 a 23 anos a taxa passa para 12,9%, se eleva para 30% no grupo 24 a 29 anos e sobe para 41,5% no grupo 30 a 34 anos até atingir 61,7% no grupo etário 60 a 64 anos. Portanto, a taxa de chefia está relacionada à etapa do ciclo de vida e cresce ao longo do processo de amadurecimento das pessoas até 64 anos. Após os 65 anos a taxa de chefia permanece constante ou diminui.

A análise do comportamento dos dois parâmetros: a idade média ao casar e taxa de chefia permite estabelecer um intervalo entre as faixas etárias de 24 a 64 anos, pois a partir dessa idade a taxa de chefia se estabiliza.

Tabela 2 - Idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais de idades segundo Grandes Regiões: 1980-2000

Segundo Grandes Regiões: 1980-2000	1980	1991	2000
Brasil	24,1	24,3	24,2
Norte	23,5	23,7	23,7
Nordeste	23,8	24,2	24,2
Sudeste	24,5	24,8	24,8
Sul	23,6	23,6	23,6
Centro-oeste	23,7	23,6	23,6

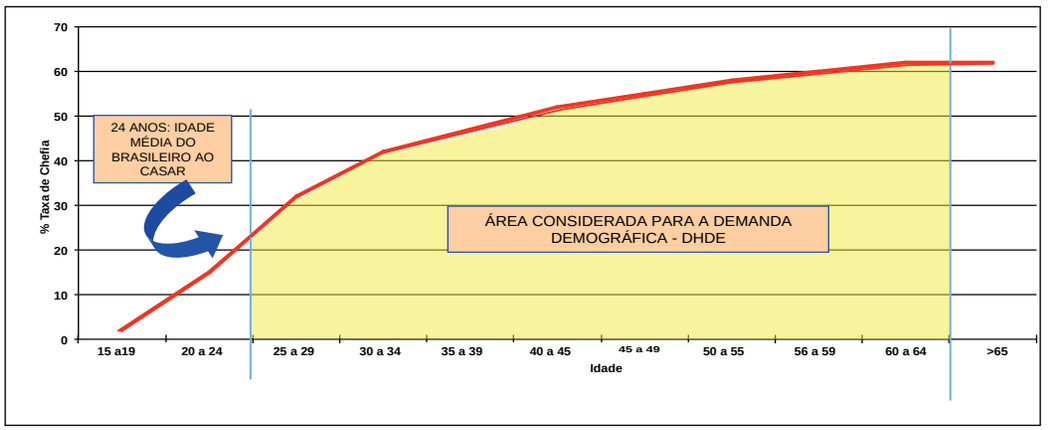
Fonte: Censo Demográfico de 2000 - IBGE

Tabela 3 - Taxa de chefia por grupos etários, Brasil - 2000

Grupos Etários	Chefes domicílio	População	Taxa de Chefia
10 a 14 anos	12.589	17.348.067	0,07
15 a 19 anos	327.730	17.939.815	1,83
20 a 23 anos	1.689.980	13.148.414	12,85
24 a 29 anos	4.979.395	16.842.766	29,56
30 a 34 anos	5.407.839	13.028.944	41,51
35 a 39 anos	5.798.621	12.261.529	47,29
40 a 44 anos	5.476.238	10.546.694	51,92
45 a 49 anos	4.808.050	8.721.541	55,13
50 a 54 anos	4.083.065	7.062.601	57,81
55 a 59 anos	3.246.744	5.444.715	59,63
60 a 64 anos	2.838.065	4.600.929	61,68
65 +	6.126.785	9.935.100	61,67
24-29	4.979.395	16.842.766	29,56
30-39	11.206.460	25.290.473	44,31
40-64	20.452.162	36.376.480	56,22

Fonte: Censo Demográfico de 2000 - IBGE

Gráfico 09 – Taxa de Chefia X Faixas Etárias



Fonte: CENSO 2008 IBGE

Com base neste raciocínio desenvolve-se o conceito de Demanda Habitacional Demográfica – DHDE que se refere à formação de um novo arranjo domiciliar (familiar ou não-familiar) em consequência da dinâmica demográfica e social.

A metodologia para o cálculo da DHDE foi estruturada da seguinte forma:

• Foram definidos como potenciais demandantes de novas moradias, os adultos com idades entre 24 e 64 anos que tem condições de formar um novo arranjo domiciliar. Pode ser uma pessoa sozinha, duas pessoas unidas pelo casamento, duas ou mais pessoas com ou sem laços de parentesco que decidem morar juntas, entre outras situações;

• Não foram computados na demanda habitacional demográfica os arranjos domiciliares onde o responsável pelo domicilio vive sozinho ou com cônjuge, com ou sem crianças e jovens abaixo de 24 anos, ou com idosos a partir de 65 anos, por serem considerados como atendidos por moradia;

• A taxa de chefia foi calculada por município, Estado ou para o país para os seguintes grupos de idade: 24 a 29 anos; 30 a 39 anos e 40 a 64 anos;

• Foram calculados os números de adultos (filhos e ou parentes e ou agregados) existentes nos domicílios (e que não são chefes ou cônjuges) para cada grupo de idade (24 a 29 anos, 30 a 39 anos e 40 a 64 anos) e multiplicados pela respectiva taxa de chefia de cada grupo. Por exemplo, se existe apenas um adulto entre 24 e 29 anos e a taxa de chefia neste grupo é 30%, então esse domicílio contribui com uma demanda de 0,3 (1 vez 0,3) unidade habitacional. Se existem 3 adultos entre 40 e 64 anos e a taxa de chefia neste grupo é 56%, então este domicílio contribui com a demanda de 1,68 (3 vezes 0,56) unidade habitacional e assim por diante;

• O valor da DHDE pode ser calculado por setor censitário, por município, por Unidade da Federação ou para o Brasil.

É importante destacar que a Demanda Habitacional Demográfica - DHDE é uma demanda potencial e não se confunde com a noção de déficit habitacional, embora considere fatores que costumam ser computados nos cálculos do déficit.

A metodologia permite incorporar as mudanças da dinâmica demográfica no cálculo da Demanda Habitacional Demográfica - DHDE. Capta, pela estrutura demográfica, as possibilidades de surgimento de novos chefes de família, pois calcula o número de pessoas adultas no domicílio (além do responsável e cônjuge) ponderadas pela taxa de chefia do respectivo grupo etário. Considera, inclusive, os domicílios com densidade excessiva de moradores adultos. Entretanto, a densidade excessiva de crianças no domicílio não é incluída no cálculo da demanda habitacional, por não possuírem capacidade legal e econômica para se tornarem chefes de família ou responsáveis por novos domicílios.

A Demanda Habitacional Domiciliar - DHDO é referente ao número de domicílios inadequados. Diz respeito às moradias

precárias que precisam ser substituídas por não oferecerem condições de habitabilidade e segurança. Inclui-se neste cômputo as necessidades habitacionais das camadas mais pobres da população.

O cálculo de Demanda Habitacional Domiciliar - DHDO considera uma das três características:

- Domicílios improvisados;
- Cômodos;
- Domicílios que não possuem banheiro ou vaso sanitário.

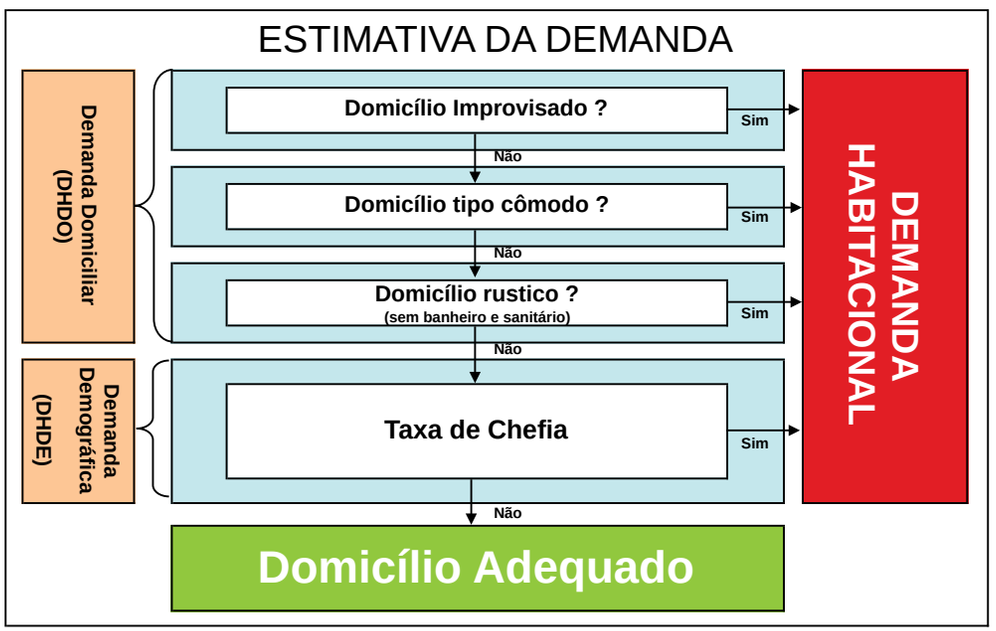
Conforme a definição do IBGE os domicílios improvisados são aqueles localizados em unidades não-residenciais (lojas, fábricas,etc) que não têm dependências destinadas exclusivamente à moradia. As casas de cômodos, cabeças de porco ou cortiços caracterizam-se como uma construção única, cuja estrutura interna foi adaptada para acomodar, em cada cômodo, um grupo familiar com vida independente dos demais, possuem, quase sempre, banheiro ou aparelho sanitário de uso coletivo .

A Demanda Habitacional Total é constituída pela soma da Demanda Habitacional Demográfica+ Demanda Habitacional Domiciliar (DHT=DHDE+DHDO). Estes componentes proporcionam a aferição da carência de moradia de maneira abrangente, contemplam tanto a demanda decorrente do crescimento da população do país quanto a necessidade de reposição unidades habitacionais.

Diante da abordagem descrita, podemos esquematizar a Demanda Habitacional utilizando a representação da figura 2.

A Demanda Habitacional pode ser interpretada de forma relativa, representada em percentual calculado pela razão entre o valor absoluto da demanda (DHDE, DHDO ou DHT) e a quantidade de domicílios particulares permanentes. Esta comparação facilita a compreensão da dimensão das necessidades habitacionais. Isto é, em valores absolutos a Demanda Habitacional Total (DHDE+DHDO) no Brasil, em 2009, é estimada em 9.297.214 de domicílios. Entretanto, observada em relação aos 58.646.432 de domicílios existentes no mesmo período, a proporção equivale a Demanda Relativa de 15,85%.

Figura 2 – Demanda Habitacional



Melhor Prática: Habita Vitoria (2009) - Vitória/ES

5. O comportamento da demanda habitacional no Brasil

Os conceitos anteriormente estabelecidos serviram de base para gerar os valores da Demanda Habitacional a partir de pesquisa realizada nos Dados Desidentificados do Censo 2000 do IBGE e dos dados da série histórica da PNAD, no período de 2001 a 2009. Dessa forma, obteve-se os resultados de DHDE e DHDO, estratificados por faixa de renda, para o Brasil e Unidades da Federação . O cálculo também foi aplicado para 776 municípios , que representam aproximadamente 72% da população brasileira, fornecendo valores por setor censitário que permitem a análise espacial da demanda na área urbana desses municípios.

Ao analisar-se a evolução da Demanda Habitacional Total (DHT=DHDE+DHDO) no Brasil em relação à quantidade de domicílios, de 2001 a 2009, constata-se que houve redução de 3,91%, com variação de 19,76% em 2001, para 15,85% em 2009. Em valores absolutos, a Demanda Habitacional Total passou de 9.287.321 para 9.297.214 unidades, permaneceu praticamente estável, enquanto a quantidade de domicílios aumentou 24,79%.

A Demanda Habitacional Demográfica – DHDE relativa manteve-se estável no período de 2001 a 2009 e em valores absolutos cresceu 28,24%, variando de 5.441.662 unidades para 6.978.415. Enquanto a Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO relativa diminuiu 4,23%, de 8,18% para 3,95% e em valores absolutos reduziu-se aproximadamente 65,85%, variando de 3.845.659 para 2.318.799 unidades.

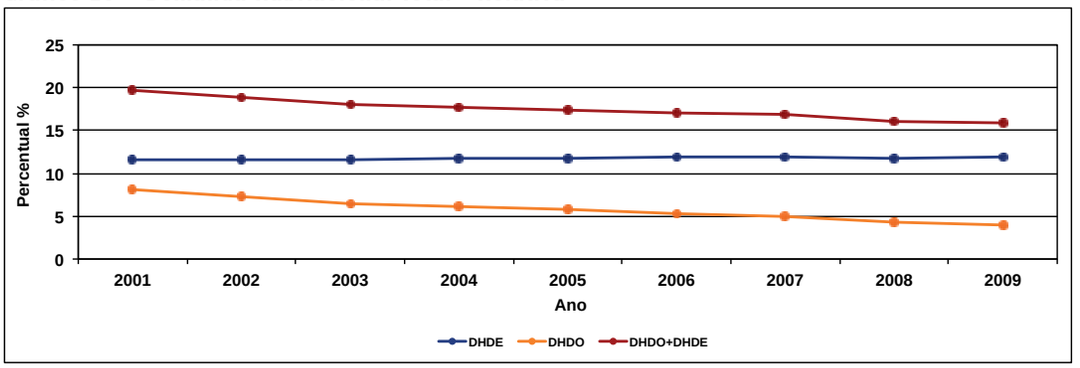
A estratificação da Demanda Habitacional Total por faixas de renda mostra que a Demanda Habitacional Domiciliar - DHDO está concentrada nas faixas de menor poder aquisitivo e a Demanda Habitacional Demográfica – DHDE está concentrada nas faixas de renda entre 3 a 10 salários mínimos. Este comportamento se mantém ao longo do período de 2001 a 2009, conforme pode ser observado nos gráficos 12 a 20.

Tabela 4 - Evolução da Demanda Habitacional 2001 a 2009

ANO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS	DHDE DEMANDA DEMOGRAFICA	DHDO DEMANDA DOMICILIAR	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)/ Domicilios
2001	46.994.866	5.441.662	3.845.659	9.287.321	19,76%
2002	48.095.210	5.562.830	3.498.303	9.061.133	18,84%
2003	49.729.167	5.746.217	3.247.523	8.993.740	18,09%
2004	51.666.039	6.043.317	3.151.322	9.194.639	17,80%
2005	52.910.174	6.199.923	3.029.404	9.229.327	17,44%
2006	54.282.533	6.430.460	2.839.964	9.270.424	17,08%
2007	55.877.855	6.681.275	2.767.152	9.448.427	16,91%
2008	57.656.117	6.746.274	2.478.686	9.224.960	16,00%
2009	58.646.432	6.978.415	2.318.799	9.297.214	15,85%

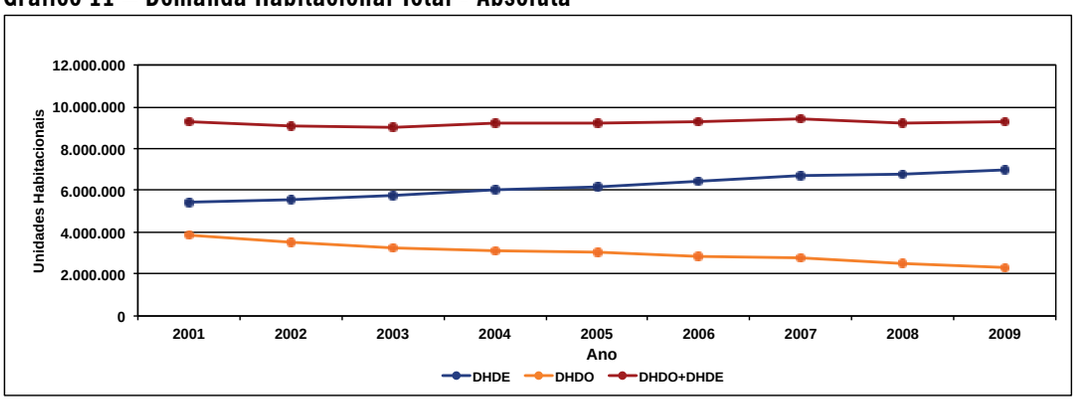
Fonte: PNAD (2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 10 – Demanda Habitacional Total - Relativa



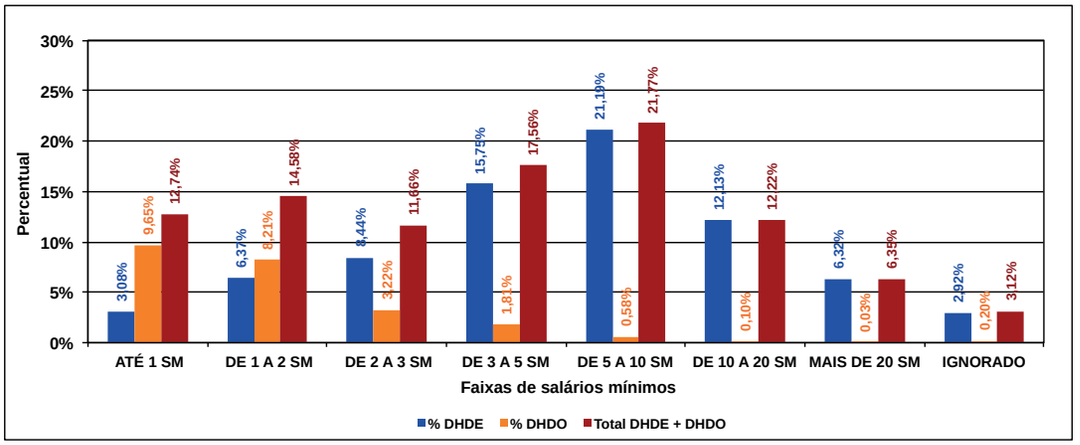
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 11 – Demanda Habitacional Total - Absoluta



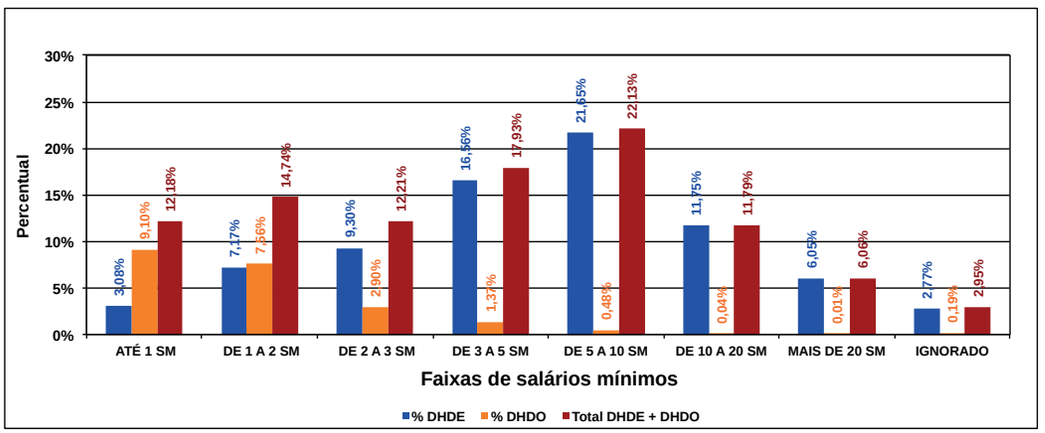
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 12 – Demanda Habitacional – 2001 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



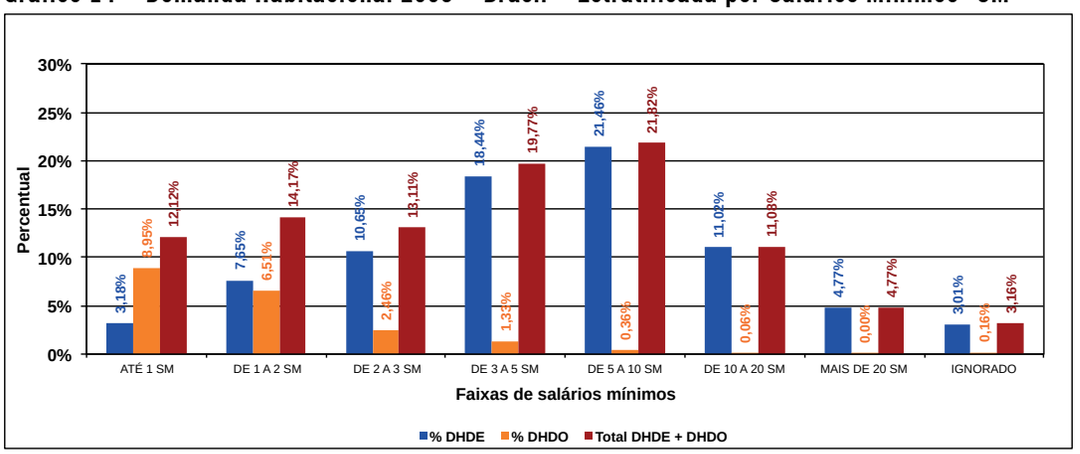
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 13 – Demanda Habitacional 2002 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



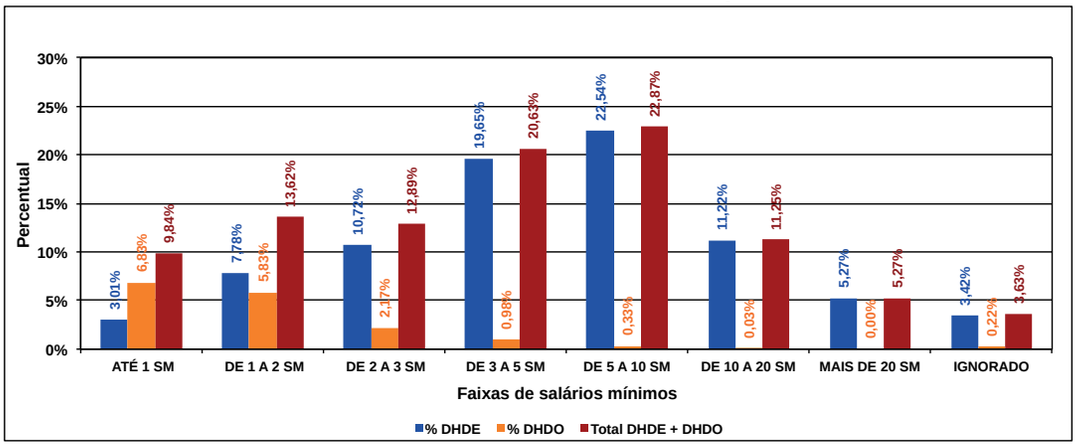
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 14 – Demanda Habitacional 2003 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



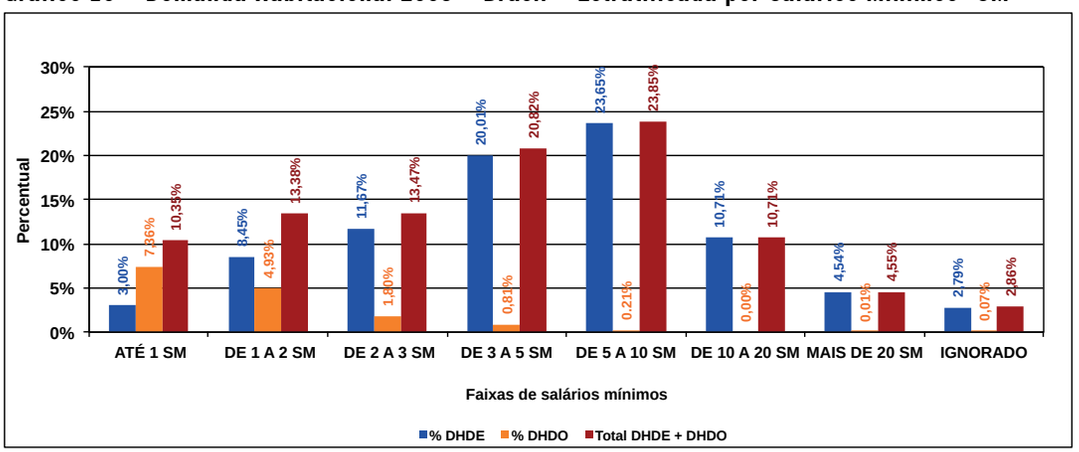
Fonte: PNAD (2001 a 2009) IBGE – Dados Reponderados e Estudo de Demanda Habitacional 2009

Gráfico 15 – Demanda Habitacional 2004 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



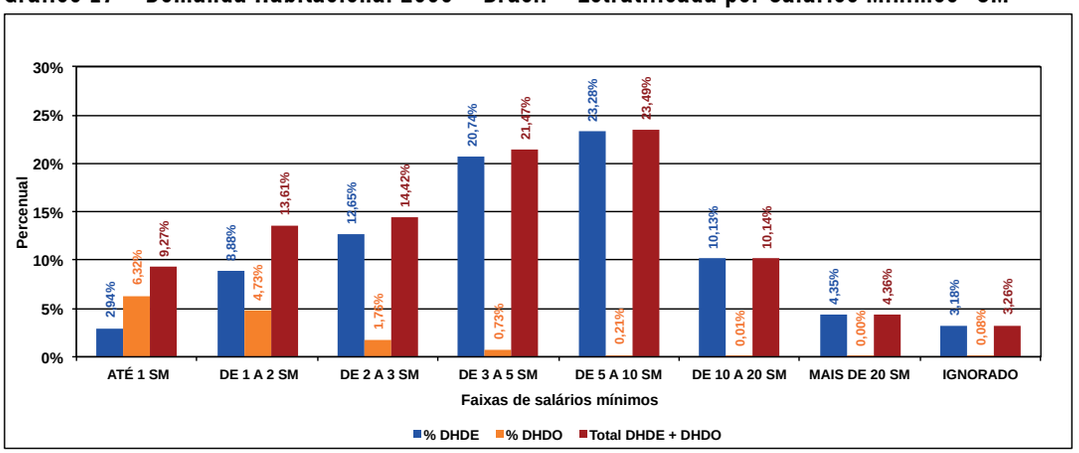
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 16 – Demanda Habitacional 2005 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



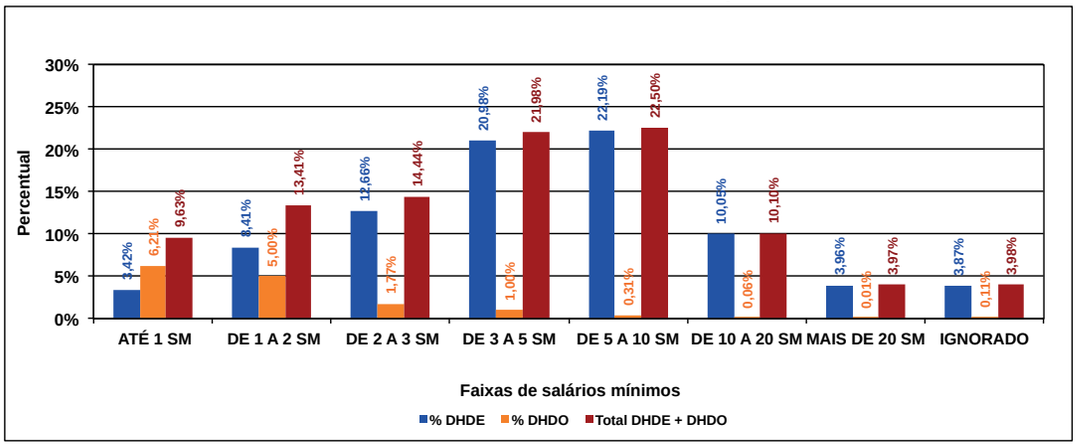
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 17 – Demanda Habitacional 2006 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



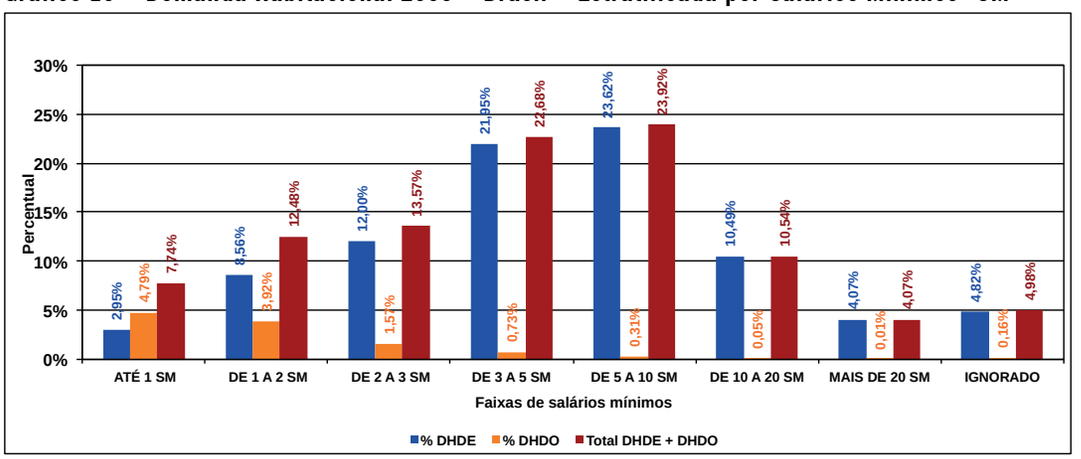
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 18 – Demanda Habitacional 2007 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



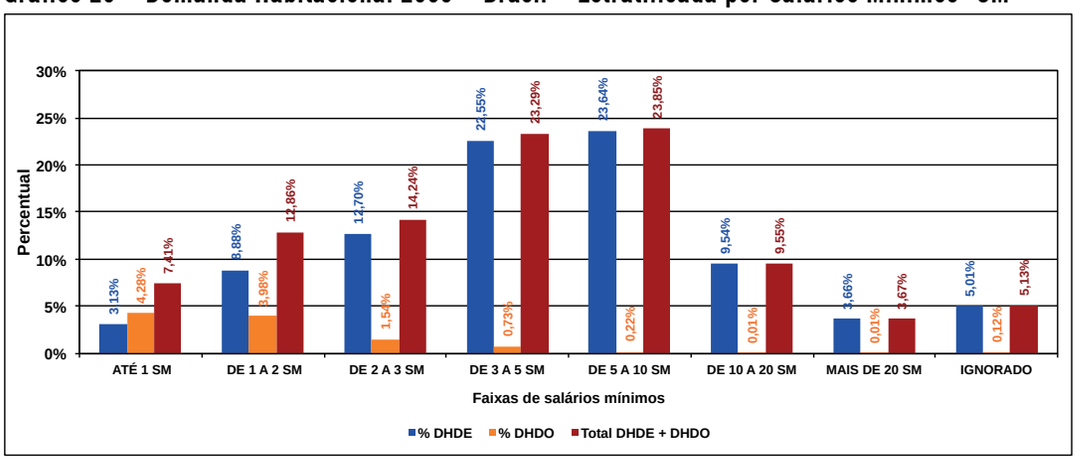
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 19 – Demanda Habitacional 2008 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 20 – Demanda Habitacional 2009 – Brasil – Estratificada por Salários Mínimos -SM



Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

5.1. Demanda Habitacional Urbana e Rural

A Demanda Habitacional apresenta comportamentos distintos no meio urbano e rural. A Demanda Total Relativa Urbana decresceu de 15,56% para 13,75% no período de 2001 a 2009. No entanto, a Demanda Habitacional Total absoluta urbana aumentou 10,17%, passando de 6.226.139 para 6.859.255, alinhada com a tendência de urbanização do Brasil

A variação da Demanda Habitacional Total Rural evidencia o processo migratório da população brasileira em direção ao meio urbano. De 2001 a 2009, apresentou redução de 25,63% variando de 3.061.183 para 2.437.959 domicílios. No mesmo período, a Demanda Total Relativa Rural decresceu de 43,78% para 27,82%.

Tabela 5 - Demanda Urbana - BRASIL

ANO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS URBANOS	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA URBANA	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR URBANA	DT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO) URBANA	DT DEMANDA TOTAL URBANA (DHDE+DHDO)/Domicilios
2001	40.002.511	4.744.762	1.481.377	6.226.139	15,56%
2002	41.137.353	4.849.048	1.340.534	6.189.582	15,05%
2003	42.573.497	5.004.536	1.237.751	6.242.287	14,66%
2004	43.670.507	5.231.959	1.025.923	6.257.882	14,33%
2005	44.691.023	5.355.905	958.101	6.314.006	14,13%
2006	45.976.582	5.574.298	895.968	6.470.266	14,07%
2007	47.389.129	5.804.112	980.845	6.784.957	14,32%
2008	48.982.602	5.909.104	770.749	6.679.853	13,64%
2009	49.882.057	6.112.380	746.875	6.859.255	13,75%

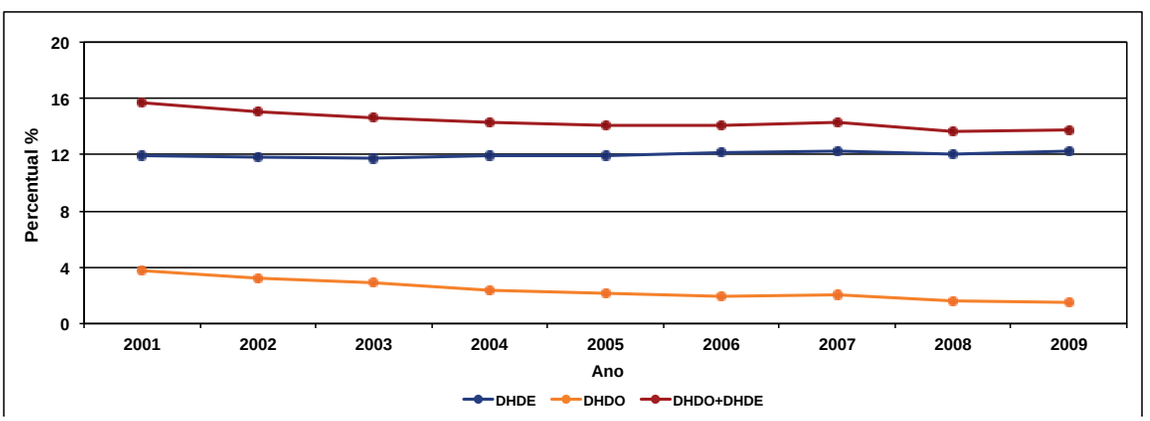
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Tabela 6 - Demanda Rural - BRASIL

ANO	QUANTIDADE DE DOMICÍLIOS RURAIS	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA RURAL	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR RURAL	DT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO) RURAL	DT DEMANDA TOTAL RURAL (DHDE+DHDO)/ Domicílios
2001	6.992.355	696.901	2.364.282	3.061.183	43,78%
2002	6.957.857	713.782	2.157.769	2.871.551	41,27%
2003	7.155.670	741.680	2.009.772	2.751.452	38,45%
2004	7.995.532	811.358	2.125.399	2.936.757	36,73%
2005	8.219.151	844.018	2.071.303	2.915.321	35,47%
2006	8.305.951	856.161	1.943.996	2.800.157	33,71%
2007	8.488.726	877.163	1.786.307	2.663.470	31,38%
2008	8.673.515	837.170	1.707.937	2.545.107	29,34%
2009	8.764.375	866.035	1.571.924	2.437.959	27,82%

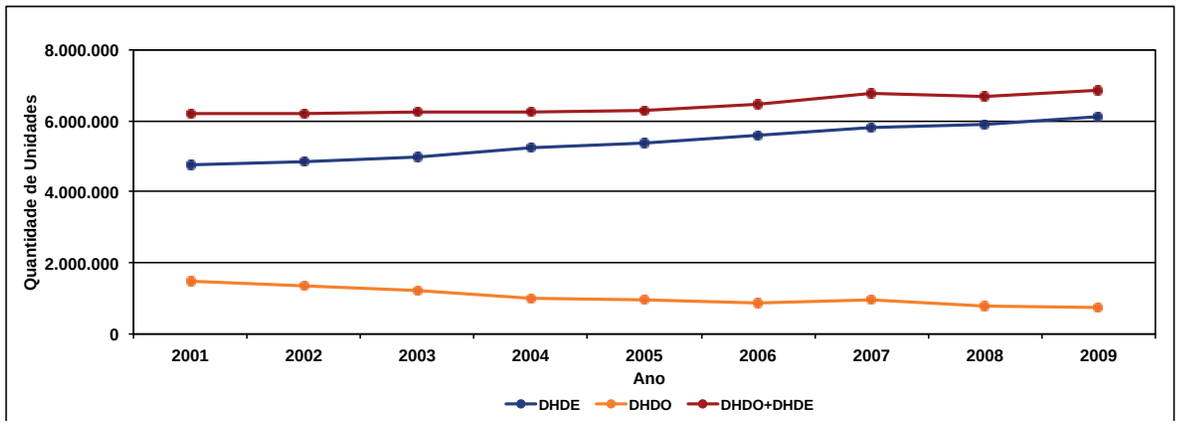
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 21 – Demanda Habitacional Urbana - Relativa



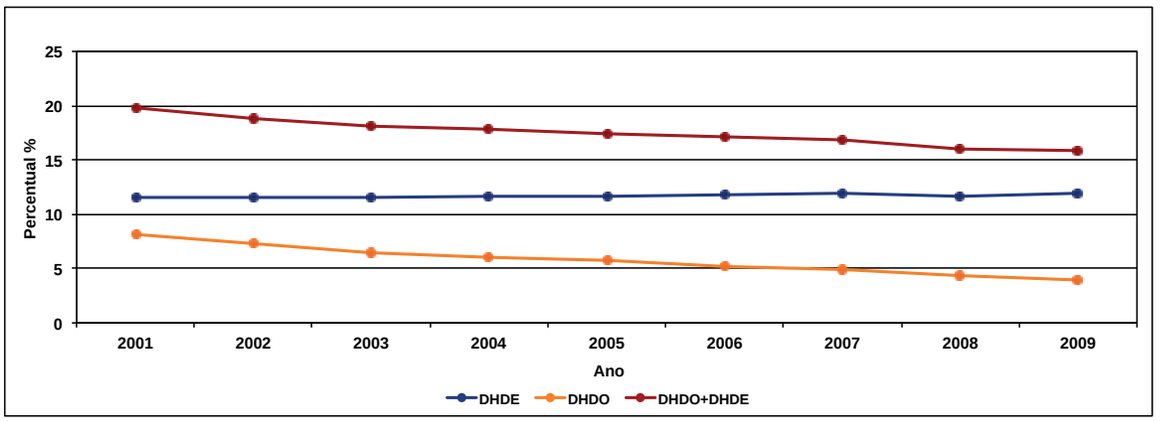
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 22 – Demanda Habitacional Urbana - Absoluta



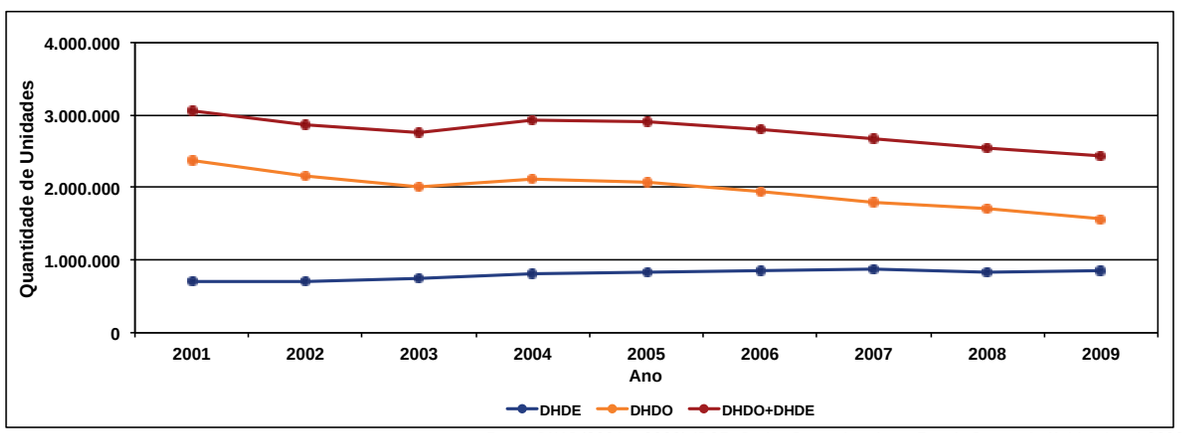
Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 23 - Demanda Habitacional Rural - Relativa



Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 24 - Demanda Habitacional Rural – Absoluta



Fonte: PNAD(2001 a 2009) IBGE- Dados Reponderados e Estudo Demanda Habitacional 2009

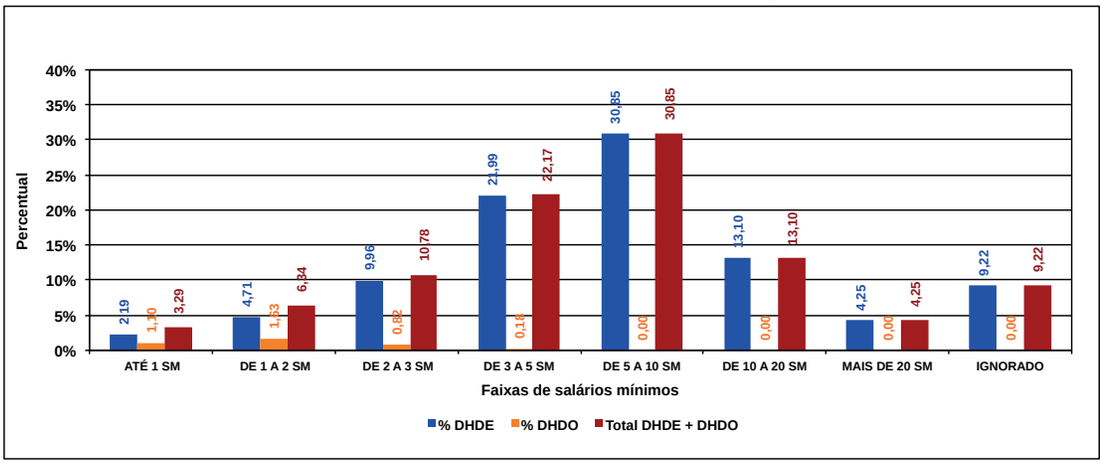
5.2. Demanda Habitacional nos estados

A variação da Demanda Habitacional nas Unidades da Federação reflete a heterogeneidade socioeconômica e cultural do território brasileiro. Em alguns Estados, a Demanda Habitacional Demográfica - DHDE é predominante em todas as faixas de renda. Observa-se este comportamento na demanda estratificada do Estado de São Paulo, representada no gráfico 25.

A Demanda Habitacional Domiciliar - DHDO nos Estados, em geral, concentra-se nas faixas de menor renda (0 a 5 SM). Esta constatação facilita o estabelecimento de critérios e a quantificação de metas para programas de habitação de acordo com as especificidades locais da demanda habitacional (As tabelas com os cálculos da Demanda Habitacional nos Estados para o período de 2001 a 2009 são apresentados no Anexo II).

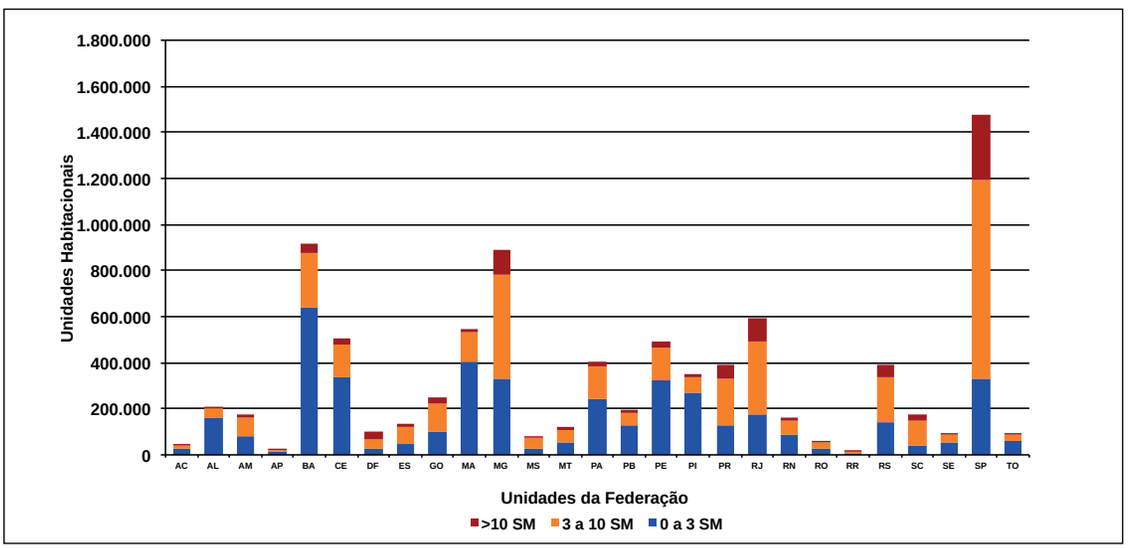
A distribuição dos valores absolutos de Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO pelas unidades da federação, calculada com base na PNAD 2009 – IBGE, pode ser observada no gráfico 26.

Gráfico 25 – Demanda Habitacional 2009 – São Paulo – Estratificada por Salários Mínimos -SM



Fonte: PNAD 2009 IBGE- Estudo Demanda Habitacional 2009

Gráfico 26 – Demanda Habitacional 2009 – UF – Estratificada por Salários Mínimos -SM



Fonte: PNAD 2009 IBGE- Estudo Demanda Habitacional 2009

A tabela 7 apresenta os valores absolutos de Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO referentes às Unidades da Federação, calculados com base na PNAD 2009 – IBGE.

Os valores correspondentes à Demanda Habitacional Relativa nas unidades da federação, são apresentados na tabela 8.

Tabela 7 - Demanda Habitacional por Unidade da Federação

UF	DHDE	DHDO	DHT
Rondônia	43.166	20.745	63.911
Acre	21.601	24.198	45.799
Amazonas	129.480	49.691	179.171
Roraima	13.217	2.777	15.994
Pará	258.415	168.997	427.412
Amapá	24.016	3.611	27.627
Tocantins	40.126	51.168	91.294
Maranhão	211.329	340.340	551.669
Piauí	118.407	233.662	352.069
Ceará	321.424	191.539	512.963
Rio Grande do Norte	129.914	29.843	159.757
Paraíba	141.957	55.209	197.166
Pernambuco	347.277	170.095	517.372
Alagoas	103.959	104.480	208.439
Sergipe	76.925	18.019	94.944
Bahia	524.943	418.503	943.446
Minas Gerais	784.946	131.499	916.445
Espírito Santo	126.986	11.259	138.245
Rio de Janeiro	618.849	37.888	656.737
São Paulo	1.567.697	60.752	1.628.449
Paraná	354.038	41.680	395.718
Santa Catarina	176.666	11.343	188.009
Rio Grande do Sul	353.262	51.264	404.526
Mato grosso do Sul	74.823	9.495	84.318
Mato Grosso	97.170	26.082	123.252
Goiás	216.070	43.667	259.737
Distrito Federal	101.752	10.993	112.745
BRASIL	**6.978.415**	**2.318.799**	**9.297.214**

Fonte: Estudo de Demanda Potencial por Habitação 2009

Tabela 8 - Demanda Habitacional Relativa por Unidade da Federação

UF	Domicílios	DHDE	DHDO	DHT
Rondônia	448.695	9,62%	4,62%	14,24%
Acre	185.283	11,66%	13,06%	24,72%
Amazonas	857.747	15,10%	5,79%	20,89%
Roraima	118.810	11,12%	2,34%	13,46%
Pará	1.974.720	13,09%	8,56%	21,64%
Amapá	152.901	15,71%	2,36%	18,07%
Tocantins	384.129	10,45%	13,32%	23,77%
Maranhão	1.700.756	12,43%	20,01%	32,44%
Piauí	896.431	13,21%	26,07%	39,27%
Ceará	2.394.946	13,42%	8,00%	21,42%
Rio Grande do Norte	922.787	14,08%	3,23%	17,31%
Paraíba	1.079.645	13,15%	5,11%	18,26%
Pernambuco	2.577.099	13,48%	6,60%	20,08%
Alagoas	886.171	11,73%	11,79%	23,52%
Sergipe	594.953	12,93%	3,03%	15,96%
Bahia	4.302.796	12,20%	9,73%	21,93%
Minas Gerais	6.228.722	12,60%	2,11%	14,71%
Espírito Santo	1.090.128	11,65%	1,03%	12,68%
Rio de Janeiro	5.387.488	11,49%	0,70%	12,19%
São Paulo	13.038.832	12,02%	0,47%	12,49%
Paraná	3.436.564	10,30%	1,21%	11,51%
Santa Catarina	1.970.765	8,96%	0,58%	9,54%
Rio Grande do Sul	3.659.181	9,65%	1,40%	11,06%
Mato grosso do Sul	752.418	9,94%	1,26%	11,21%
Mato Grosso	957.440	10,15%	2,72%	12,87%
Goiás	1.859.868	11,62%	2,35%	13,97%
Distrito Federal	787.157	12,93%	1,40%	14,32%
BRASIL	**58.646.432**	**11,90%**	**3,95%**	**15,85%**

Fonte: GEIPA - Estudo de Demanda Habitacional 2009

Os mapas seguintes ilustram a Demanda Habitacional em valores absolutos e em percentuais por Unidade da Federação.

Figura 3 – Demanda Habitacional Total – Absoluta -2009

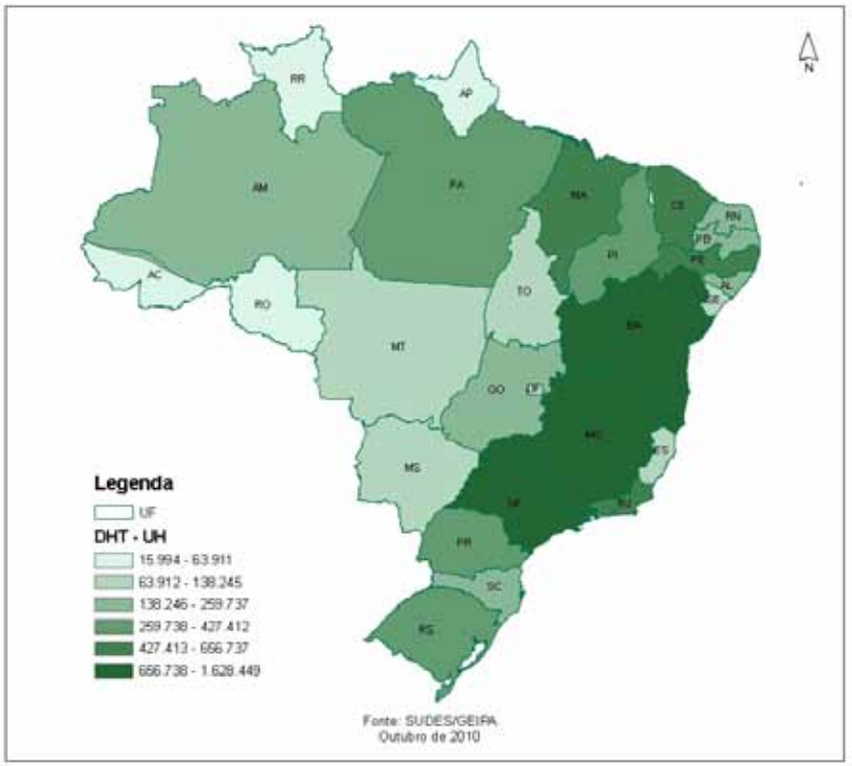


Figura 4 – Demanda Habitacional Total – Relativa -2009

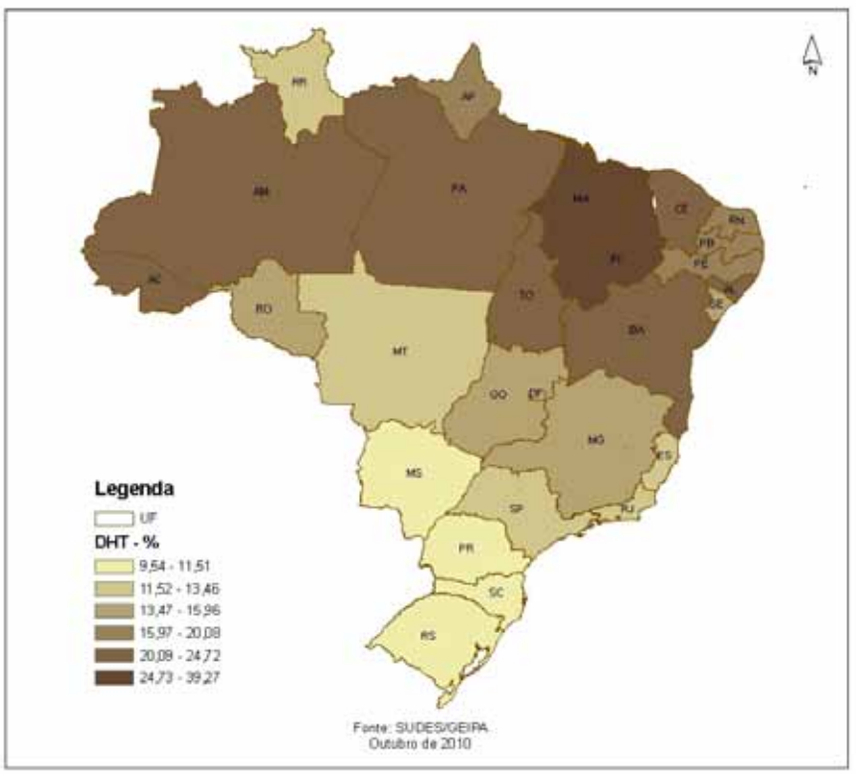


Figura 5 – Demanda Habitacional Demográfica – Absoluta -2009

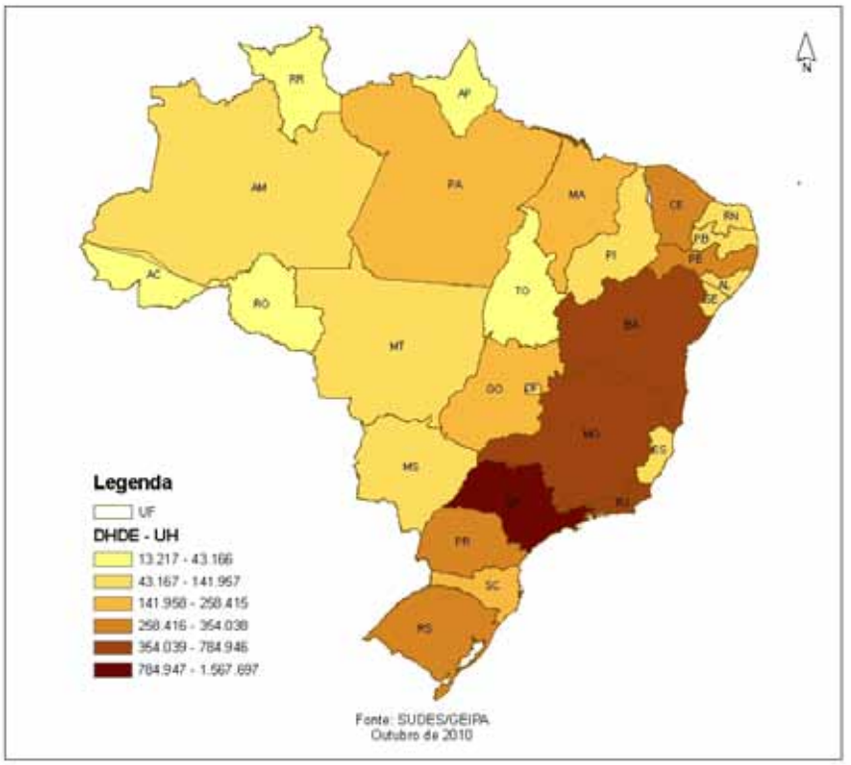


Figura 6 – Demanda Habitacional Demográfica – Relativa -2009

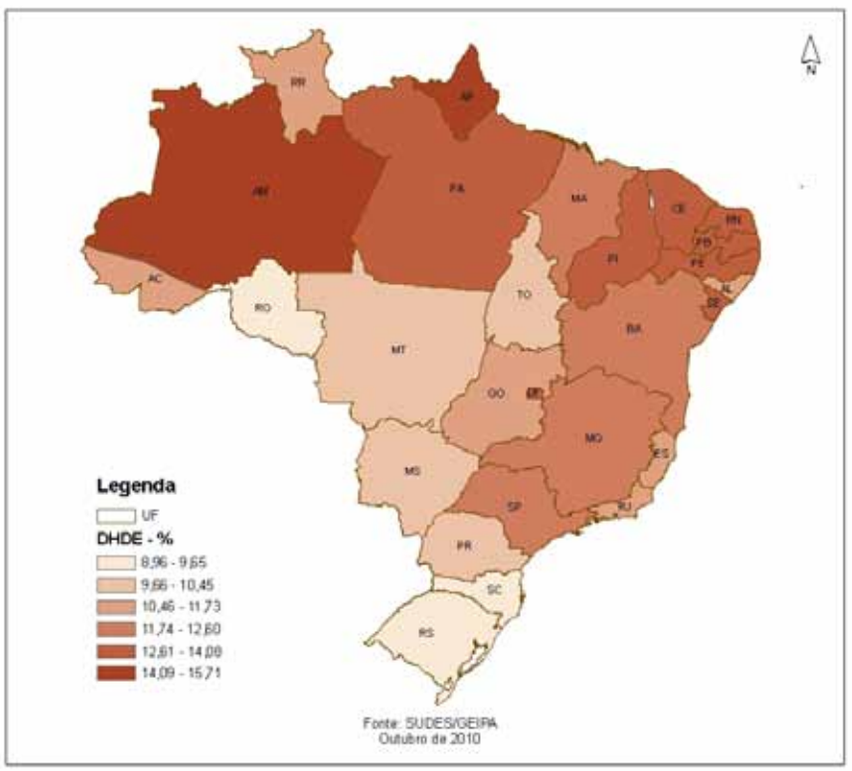


Figura 7 – Demanda Habitacional Domiciliar – Absoluta -2009

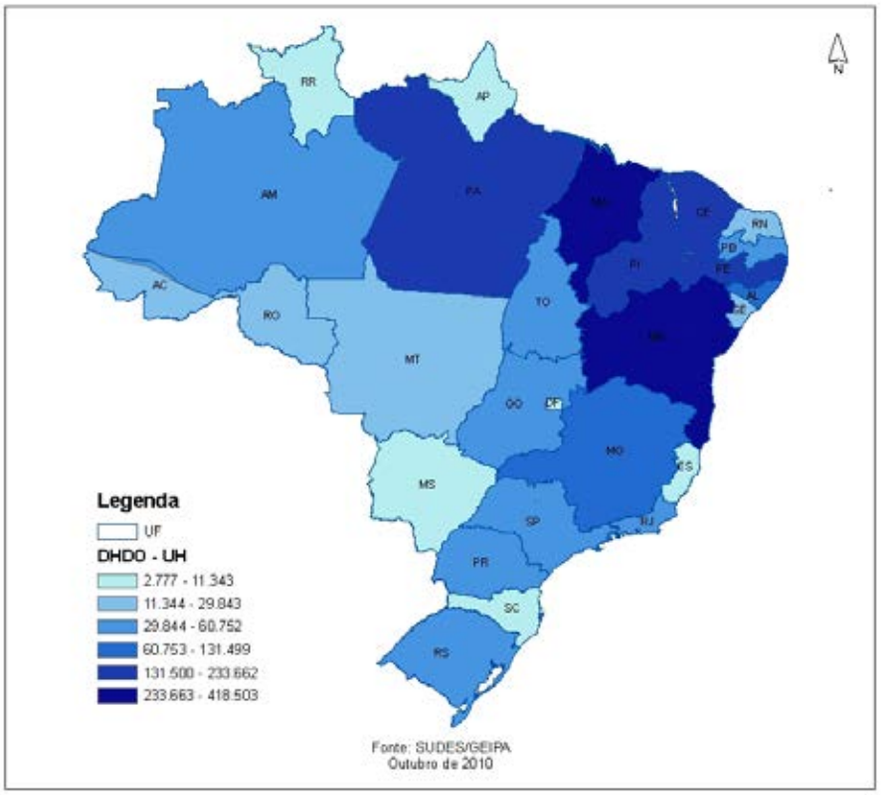
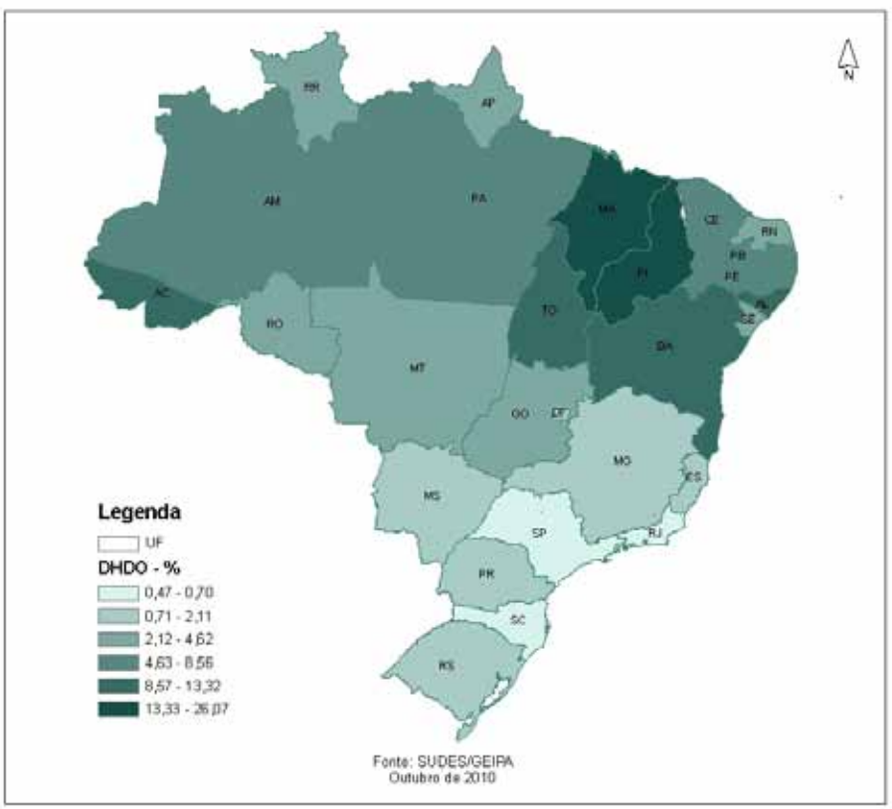


Figura 8 – Demanda Habitacional Domiciliar – Relativa -2009



5.3. Demanda Habitacional nos Municípios

Os valores de Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO, obtidos com a aplicação da metodologia, foram calculados com base nos dados do Censo 2000, por setor censitário para 776 municípios brasileiros, estratificados por faixa de renda. Essa relação de municípios contempla todas as regiões do Brasil e inclui as capitais brasileiras, suas regiões metropolitanas e todos os municípios com população superior a 50.000 habitantes.

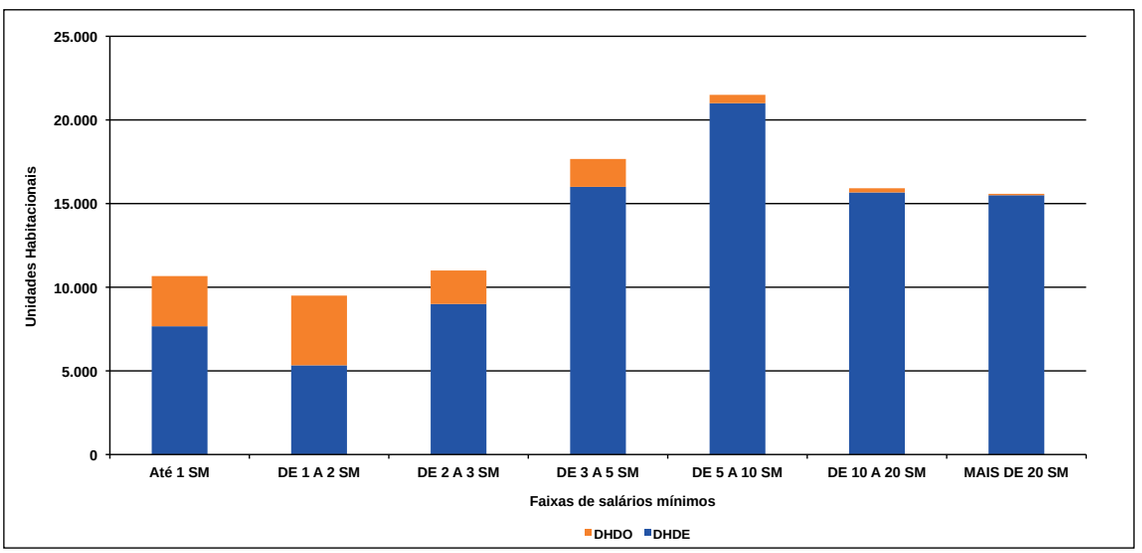
A metodologia desenvolvida neste estudo mantém a correspondência conceitual tanto para o cálculo da Demanda Habitacional nas Unidades da Federação e no Brasil, a partir dos dados da PNAD, quantos dos municípios e setores censitários, com base no Censo. As variáveis e métodos utilizados para o calculo de qualquer uma das fontes é a mesma. Desta forma a série histórica dos resultados da demanda habitacional com dados da PNAD pode ser confrontada com os resultados decenais do Censo do IBGE Ademais, a Demanda Habitacional pode ser gerada em várias escalas. Inclusive, com sua distribuição espacial dentro da cidade, nos diferentes bairros e nos setores censitários georreferenciados.

Apresenta-se na seqüência exemplos de Demanda Habitacional calculada para alguns municípios com portes equivalentes, em regiões distintas, escolhidos, aleatoriamente, entre os 776 municípios brasileiros, selecionados para a realização do estudo.

A Demanda Habitacional Total para o município de Fortaleza/CE, que possui 2.141.402 habitantes e 527.905 domicílios, segundo o Censo 2000, é de 109.102 novos domicílios. Destes, 86.606 são referentes à Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e 22.496 à Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO.

No gráfico 27, observa-se a distribuição da Demanda Habitacional do município estratificada por faixa de renda.

Gráfico 27 – Demanda Habitacional Municipal – Fortaleza/CE – Estratificada por Salários Mínimos



Fonte: GEIPA - Estudo de Demanda Habitacional 2008

O município de Belo Horizonte/MG, com população de 2.238.526 habitantes e 630.377 domicílios, de acordo com Censo 2000, apresenta Demanda Habitacional Total de 104.561 domicílios, onde 91.272 correspondem a Demanda Habitacional Demográfica - DHDE e 13.289 a Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO. A distribuição da Demanda Habitacional em valores absolutos estratificada por faixa de renda no município é verificada no gráfico 28.

Os municípios de Belo Horizonte e Fortaleza possuem população equivalente, porém apresentam características distintas quanto a Demanda Habitacional. Comparando estas cidades, percebe-se que em Belo Horizonte a DHDO corresponde a 13.289 domicílios e apresenta maior incidência na faixa de renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos. Fortaleza apresenta DHDO de 22.496 domicílios, 60% maior, concentrada na faixa de renda de 0 a 5 salários, que compreende uma amplitude de renda maior. Conforme a definição, DHDO é composta por domicílios improvisados, do tipo cômodo ou sem banheiro (proxi de rústicos), e, portanto, considerados inadequados. Conclui-se desta forma, que em Fortaleza a carência de moradias adequadas atinge uma população com renda mais alta que em Belo Horizonte.

A comparação dos percentuais correspondentes à Demanda Habitacional Total Relativa, calculada a partir do valor absoluto da demanda em função da quantidade de domicílios, dos municípios demonstra que Fortaleza supera Belo Horizonte tanto em DHDE, quanto em DHDO. Em Fortaleza a DHDT é de 20,67%, onde, 16,41% correspondem à Demanda Demográfica - DHDE e 4,26% à Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO. A Demanda Total relativa é de 16,59%, deste percentual, 14,48% são referentes à Demanda Demográfica - DHDE e 2,11% à Demanda Domiciliar – DHDO.

A mesma comparação realizada entre os valores de Demanda Demográfica - DHDE e Demanda Domiciliar – DHDO dos municípios de Belo Horizonte/MG e Fortaleza/CE pode ser aplicada em municípios de qualquer porte, o que se verifica confrontando-se os dados dos municípios de Juazeiro/BA e Anápolis /GO, demonstra-se, assim, a flexibilidade da metodologia.

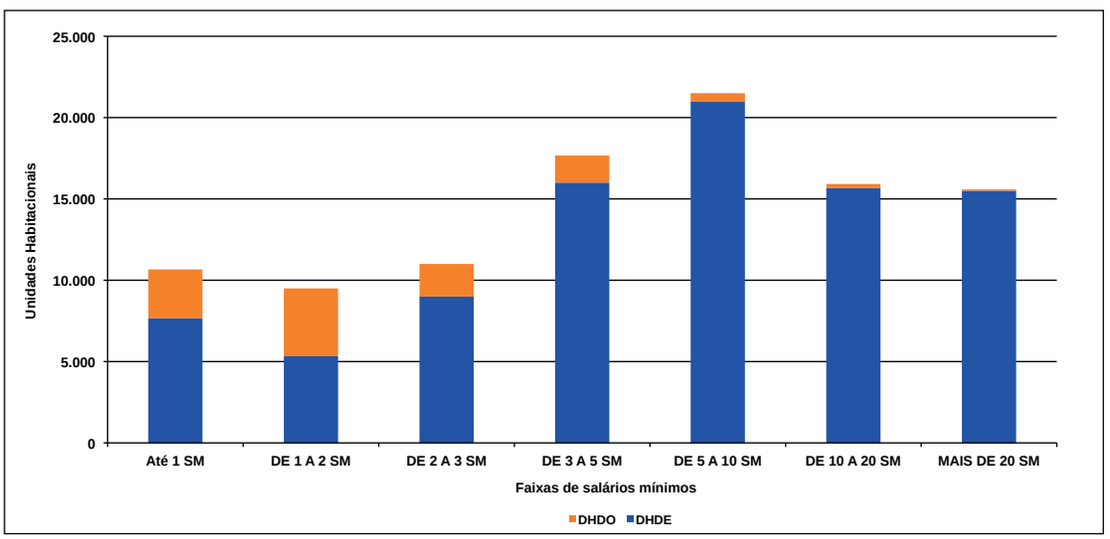
O município de Anápolis/GO, segundo o Censo 2000, possui 288.085 habitantes e 80.703 domicílios. A demanda habitacional total, calculada com os dados do Censo 2000, é de 11.731 domicílios, sendo 9.628 referentes a Demanda Demográfica - DHDE e 2.103 a Demanda Domiciliar – DHDO. No gráfico XX observa-se a distribuição da Demanda Habitacional do município estratificada por faixa de renda.

O município de Juazeiro, de acordo com o Censo 2000, tem 174.567 habitantes e 42.559 domicílios. A demanda habitacional total, calculada com os dados do Censo 2000, é de 14.757 domicílios, sendo 5.740 correspondentes a Demanda Demográfica - DHDE e 9.017 a Demanda Domiciliar – DHDO. O gráfico a seguir apresenta a distribuição da Demanda Habitacional do município estratificada por faixa de renda.

A análise da Demanda Habitacional, em valores absolutos, dos dois municípios demonstra que Juazeiro, com menos habitantes que Anápolis, apresenta Demanda Habitacional Total maior devido a DHDO que se refere a inadequação de domicílios.

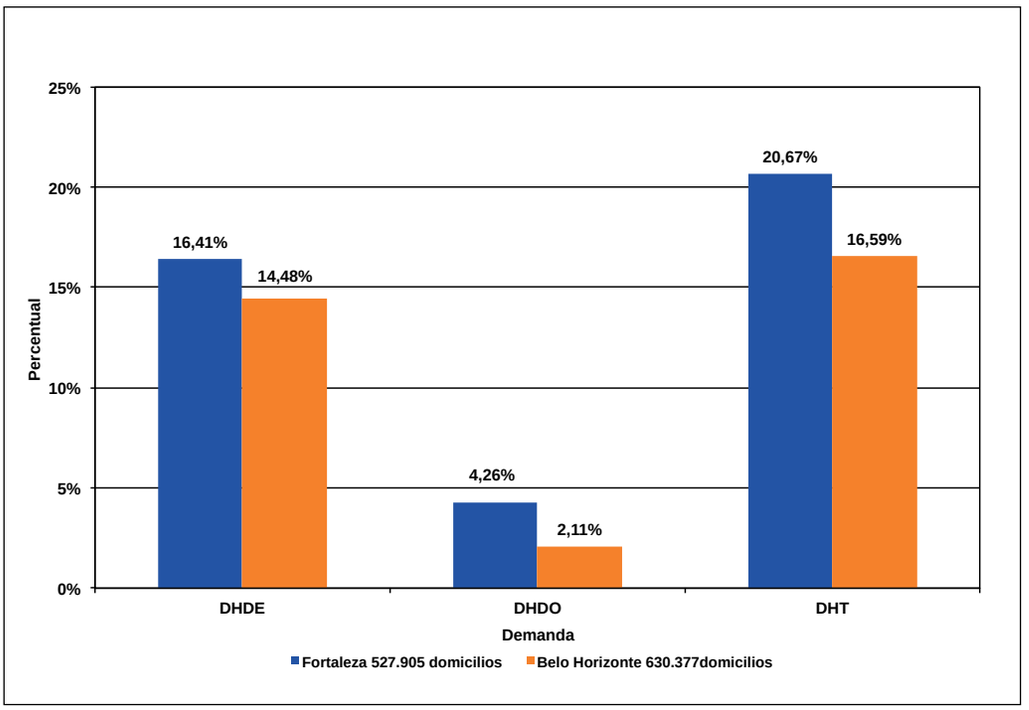
Confrontando-se a Demanda Total Relativa de Anápolis e Juazeiro, é possível notar grande discrepância nos percentuais de DHDO, respectivamente 2,61% e 21,19%. Entretanto, os percentuais referentes a DHDE de 11,93% e 13,49% são aproximados.

Gráfico 28 – Demanda Habitacional Municipal – Belo Horizonte/MG – Estratificada por Salários Mínimos - SM



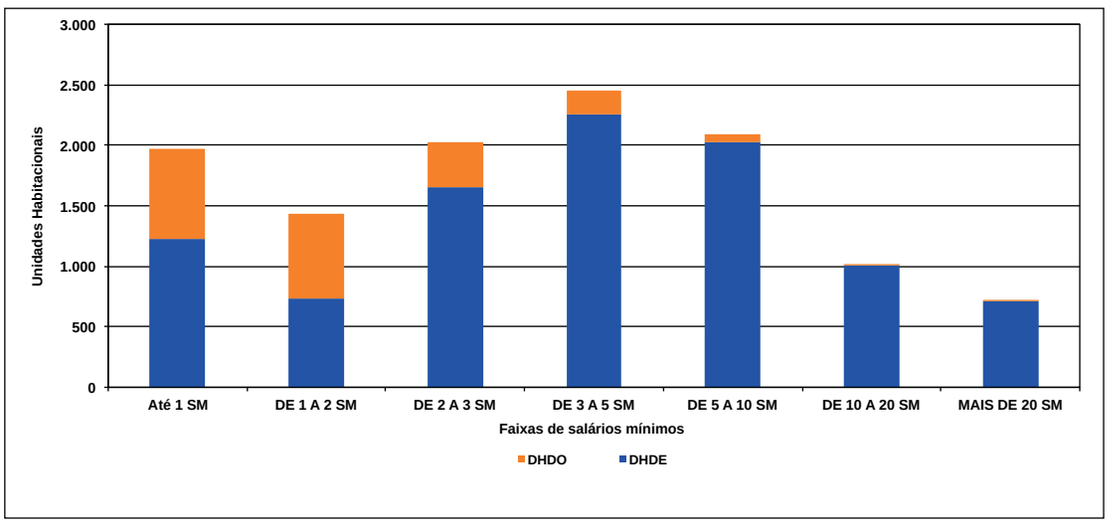
Fonte: GEIPA - Estudo de Demanda Habitacional 2008

Gráfico 29 – Demanda Habitacional Municipal – Fortaleza/CE e Belo Horizonte/MG



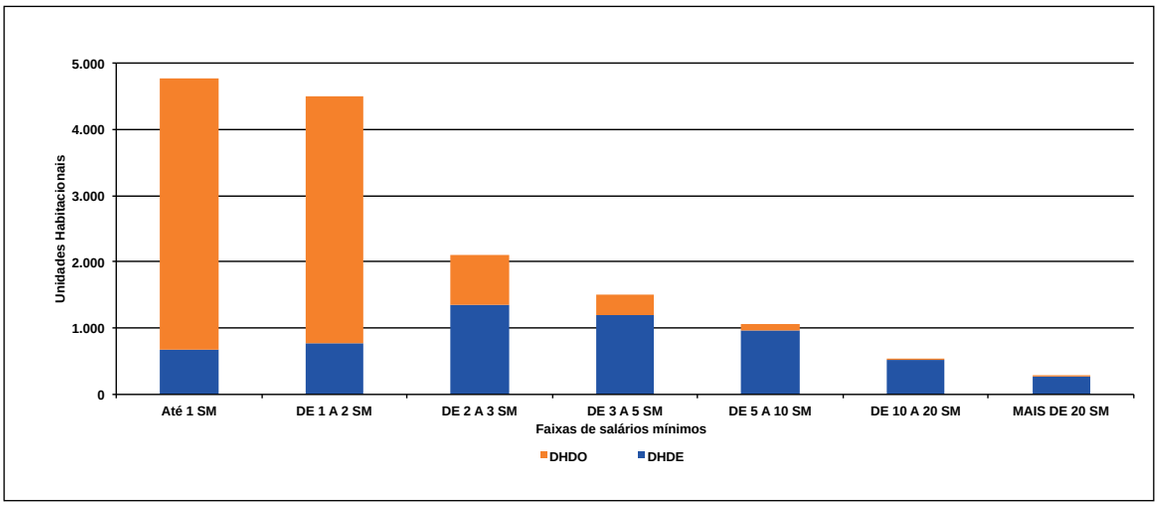
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Gráfico 30 – Demanda Habitacional Municipal – Anápolis/GO– Estratificada por Salários Mínimos -SM



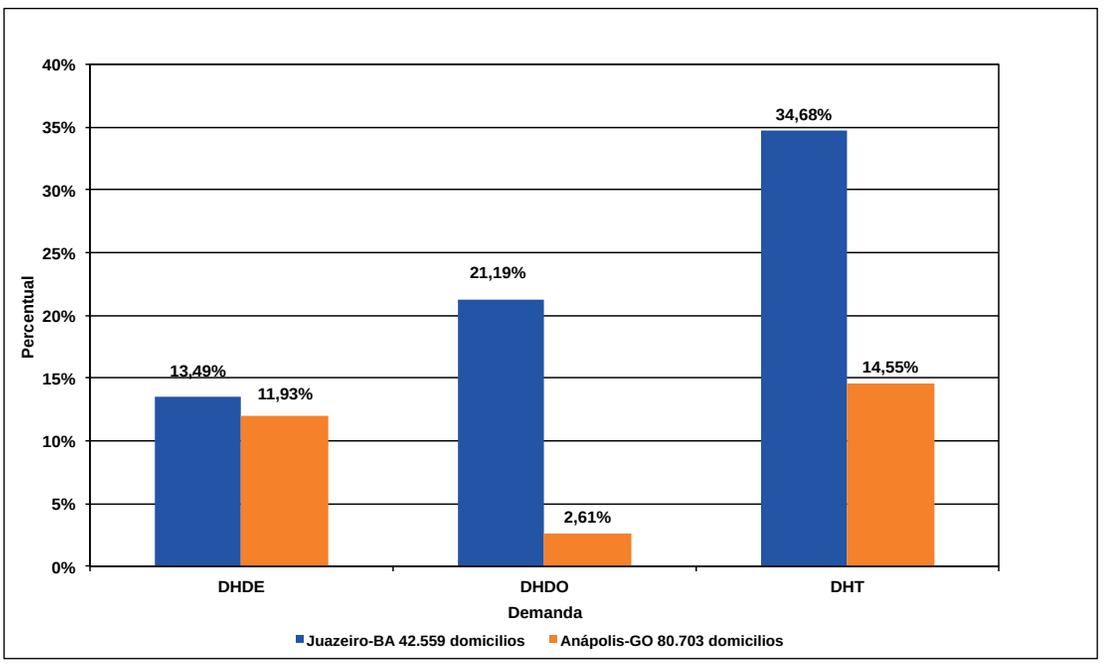
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Gráfico 31 – Demanda Habitacional Municipal – Juazeiro/BA– Estratificada por Salários Mínimos -SM



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Gráfico 32– Demanda Habitacional Municipal – Anápolis/GO e Juazeiro/BA



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4. Demanda Habitacional intra municipal

A localização precisa das carências habitacionais no município é tão importante quanto a quantificação e a caracterização da Demanda Habitacional. Esta vizualização espacial no bairro ou no setor censitário proporciona melhores condições para o atendimento das necessidades de cada família.

De acordo com a conceituação estabelecida, a Demanda Habitacional Total é relacionada ao perfil demográfico e socioeconômico da população, bem como a sua localização no sítio urbano. Sua distribuição no território é definida pelas características da tipologia predominante de moradias (casas ou apartamentos), da configuração espacial da malha urbana e outras características topológicas.

Em geral, os demandantes por habitação, quando têm a possibilidade, optam por áreas próximas às suas residência. Ou seja, a oferta de novas habitações deve sempre que possível, ocorrer nas proximidades onde reside a população demandante.

A identificação das especificidades da demanda habitacional de cada cidade, por setor censitário através da metodologia proposta pela CAIXA é informação relevante na formulação de políticas para o setor e pode favorecer a otimização de recursos públicos.

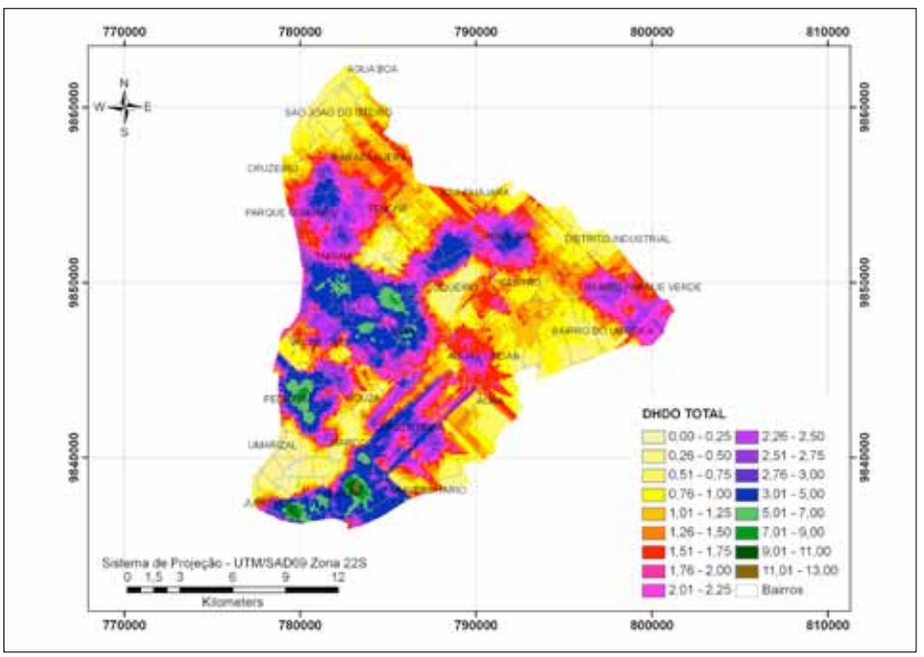
5.4.1. Distribuição da DHDO – Demanda Habitacional Domiciliar

A distribuição espacial da Demanda Habitacional Domiciliar – DHDO é demonstrada por meio dos mapas dos municípios de Belém, Fortaleza, Campo Grande, Campinas e Porto Alegre, apresentados, a seguir, para exemplificar as diferentes configurações em cada região brasileira.

5.4.1.1. REGIÃO NORTE - CIDADE DE BELÉM/PA

Belém apresenta pontos de concentração de DHDO de até 5,00 dom/ha em diversos trechos da cidade, com exceção das áreas próximas ao centro.

Figura 9 – Demanda Domiciliar – Belém/PA

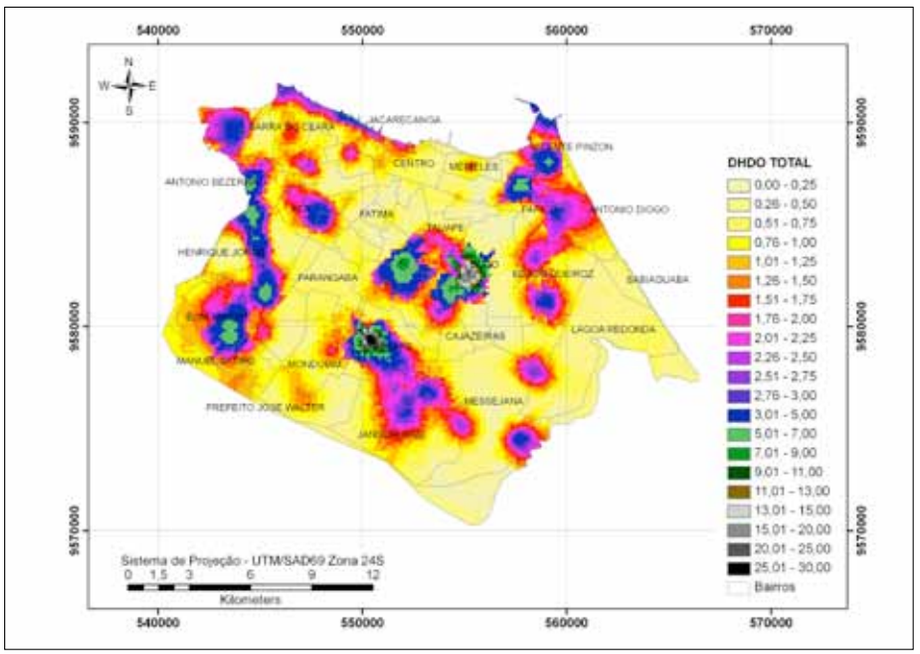


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.1.2. REGIÃO NORDESTE - CIDADE DE FORTALEZA/CE

Em Fortaleza a DHDO ocorre com maior concentração nos bairros mais afastados do centro e na região Oeste do litoral.

Figura 10 – Demanda Domiciliar – Fortaleza/CE

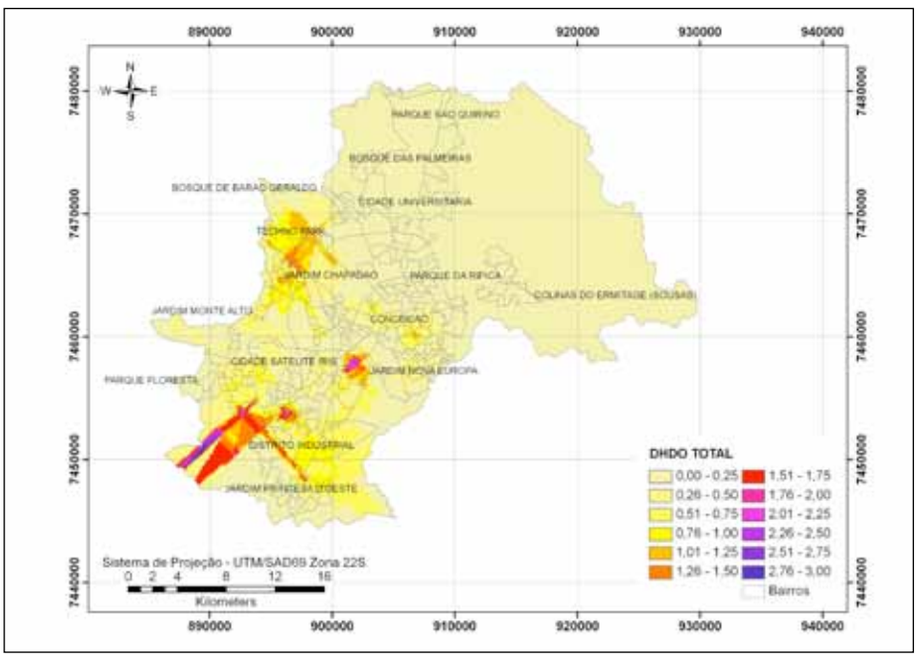


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.1.3. REGIÃO SUDESTE - CIDADE DE CAMPINAS/SP

A DHDO em Campinas se evidencia apenas em algumas áreas da zona Sul e Oeste, com valores até 3,0 DHDO dom/ha.

Figura 11 – Demanda Domiciliar – Campinas/SP

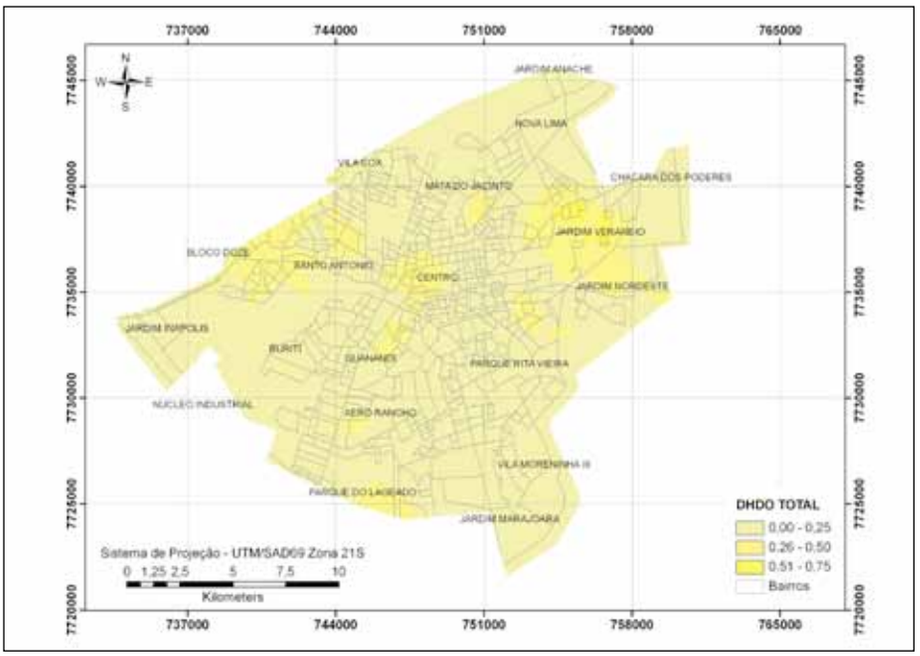


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.1.4. REGIÃO CENTRO-OESTE - CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS

Campo Grande se diferencia das demais cidades analisadas neste trabalho por apresentar uma distribuição homogênea de DHDO em todo o território

Figura 12 – Demanda Domiciliar – Campo Grande/MS

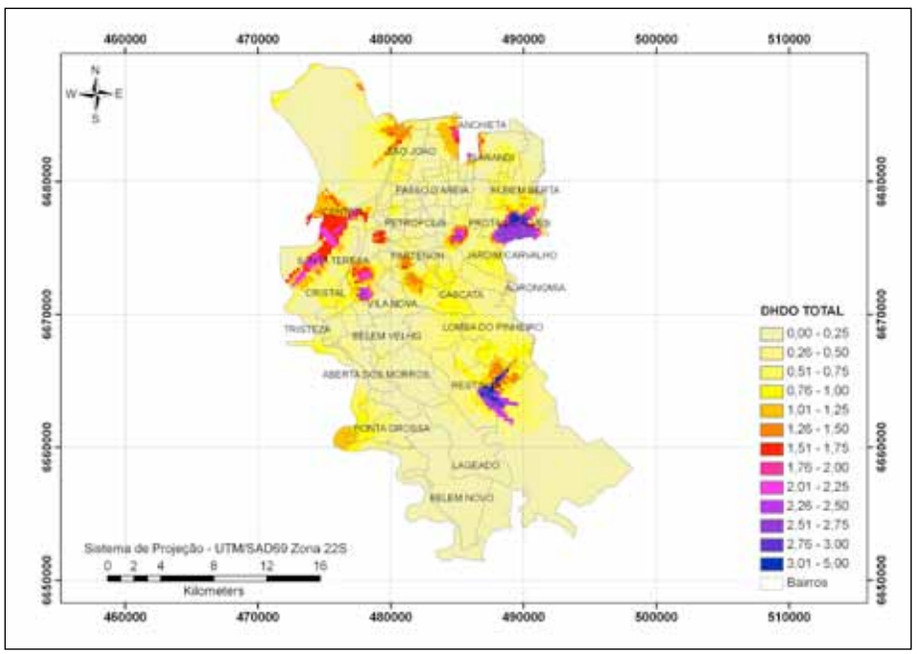


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.1.5. REGIÃO SUL - CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

A distribuição espacial de DHDO em Porto Alegre tem maior concentração no centro da cidade e em algumas áreas especificas da **periferia.**

Figura 13 – Demanda Domiciliar – Porto Alegre/RS



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

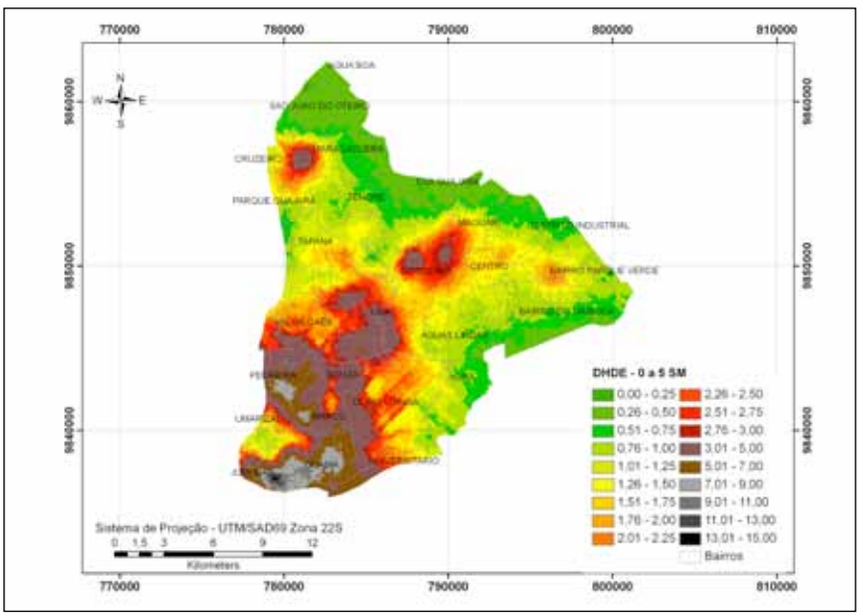
5.4.2. Distribuição da DHDE – Demanda Habitacional Demográfica

Os mapas, a seguir, ilustram a distribuição por faixa de renda da Demanda Habitacional Demográfica – DHDE nos municípios de Belém, Fortaleza, Campo Grande, Campinas e Porto Alegre.

5.4.2.1. REGIÃO NORTE - CIDADE DE BELÉM/PA

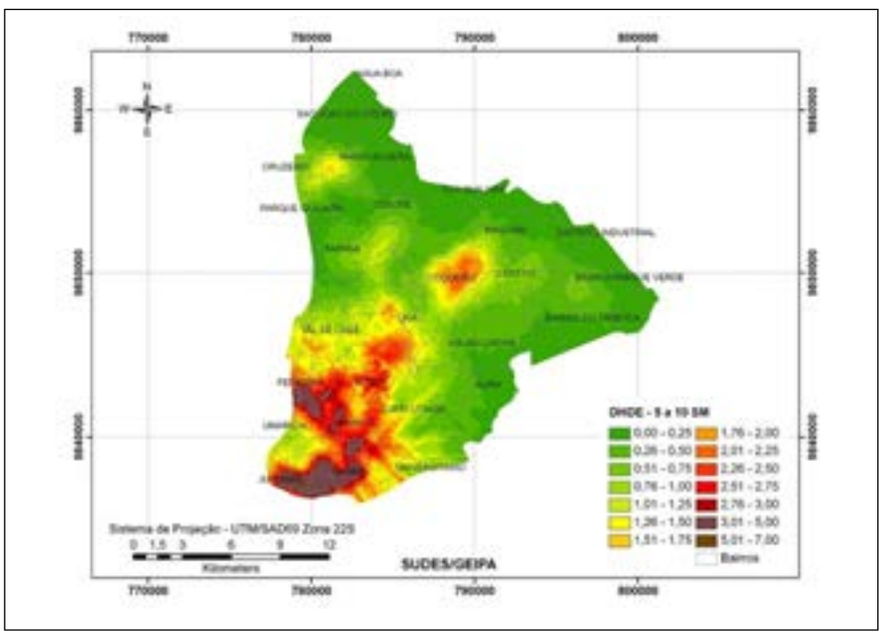
Em Belém, a DHDE ocorre com maior intensidade na área sul da cidade, em todas as faixas de renda. Contudo, apresenta maior concentração na faixa de renda mais baixa, com forte correlação com a distribuição espacial de DHDO

Figura 14 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda de 0 a 5 SM - Belém/PA



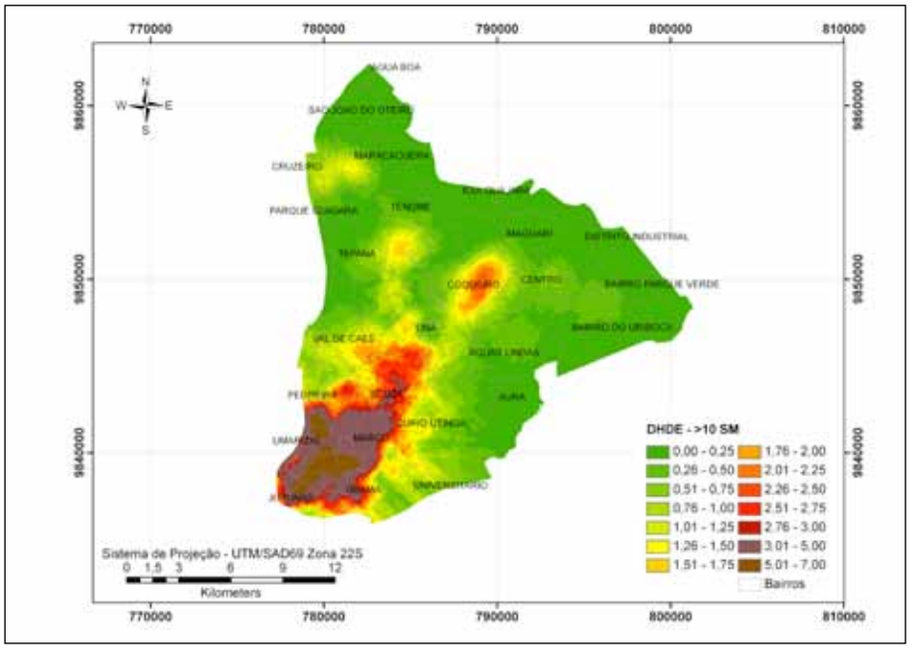
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 15 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 5 a 10 SM - Belém/PA



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 16 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda acima de 10 SM - Belém/PA

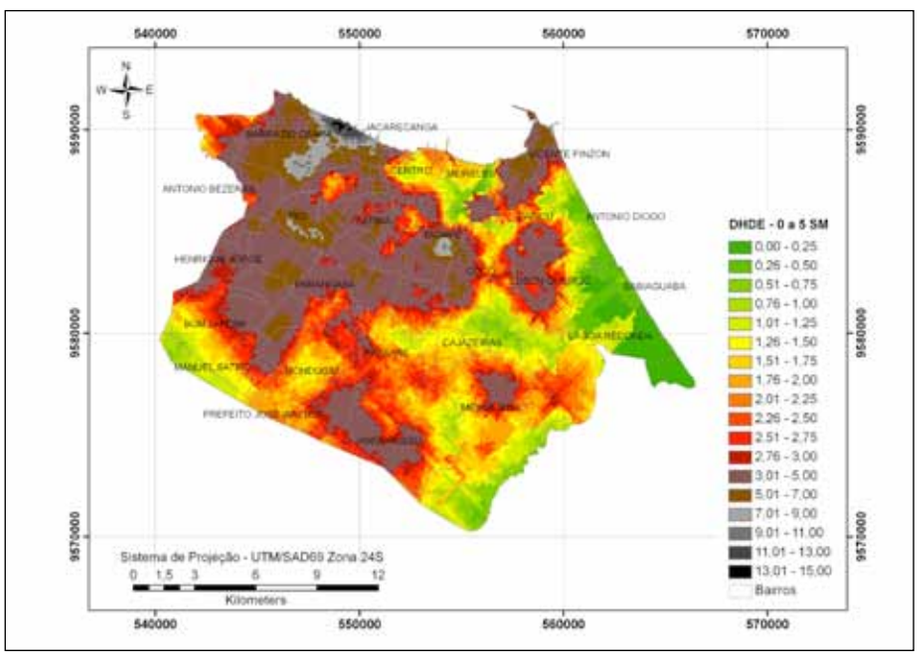


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.2.2. REGIÃO NORDESTE - CIDADE DE FORTALEZA/CE

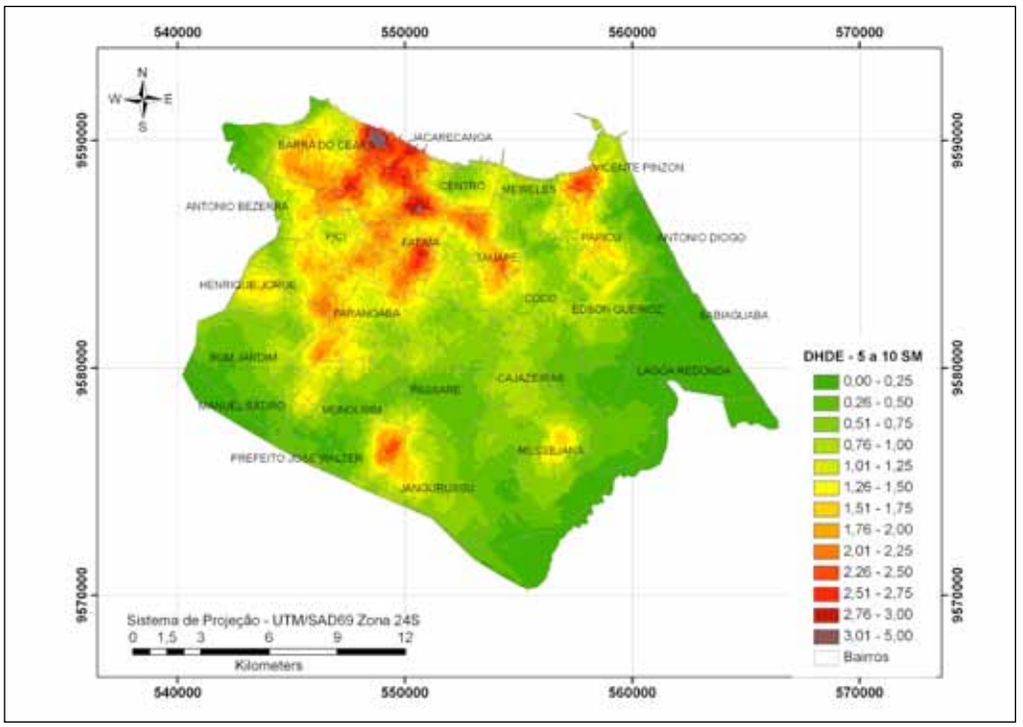
A distribuição de DHDE em Fortaleza na faixa de renda mais baixa é mais distribuída do que a DHDO, que apresenta pontos de concentração mais definidos. Na faixa de renda mais alta, assim como em Belém, a distribuição espacial de DHDE não acompanha a distribuição espacial da DHDO.

Figura 17 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 0a 5 SM – Fortaleza/CE



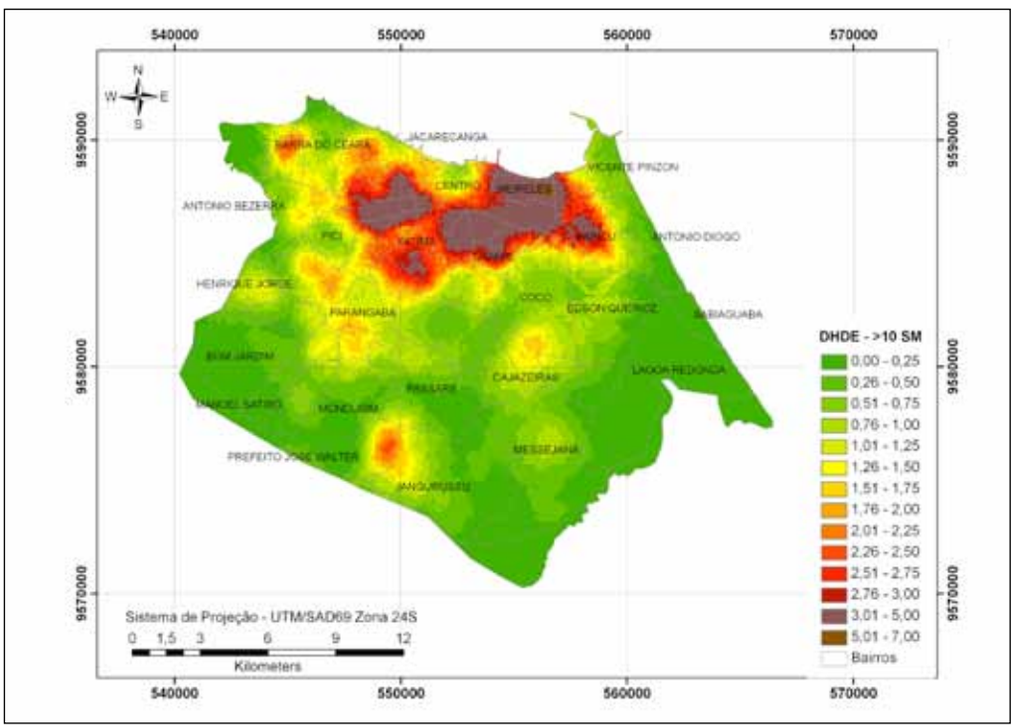
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 18 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 5 a 10 SM - Fortaleza/CE



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 19 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda acima de 10 SM – Fortaleza/CE

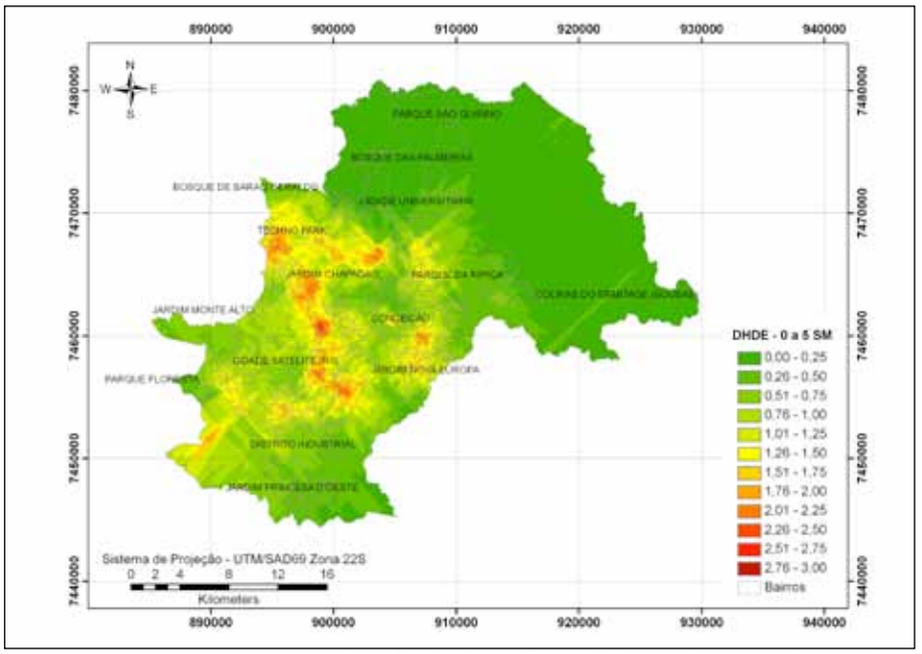


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.2.3. REGIÃO SUDESTE - CIDADE DE CAMPINAS/SP

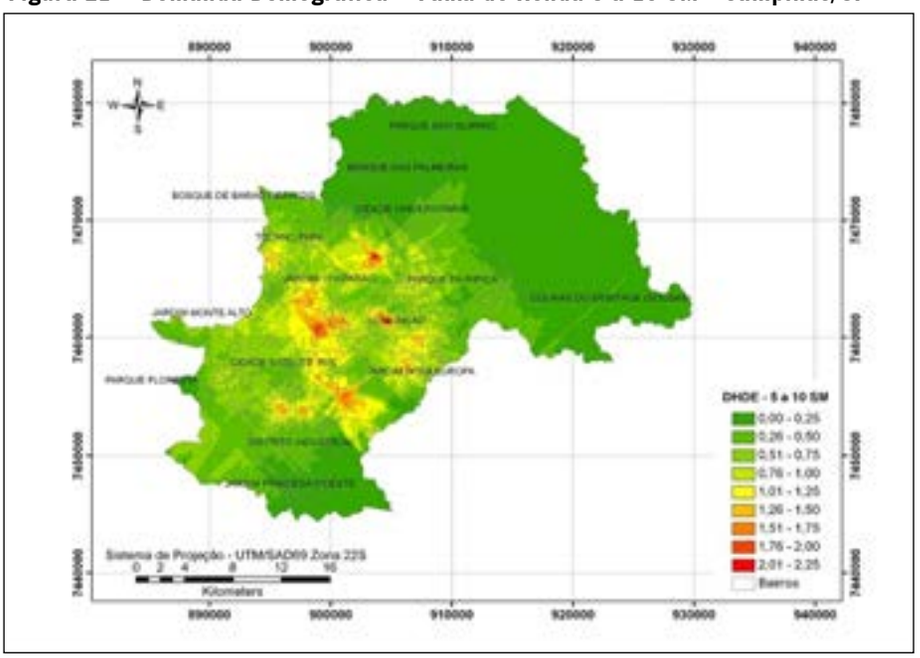
A DHDE no município de Campinas concentra-se nas faixas de renda mais alta na região central, apresentando distribuição espacial distinta de DHDO que se mostra mais incidente ao sul do município.

Figura 20 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 0 a 5 a SM - Campinas/SP



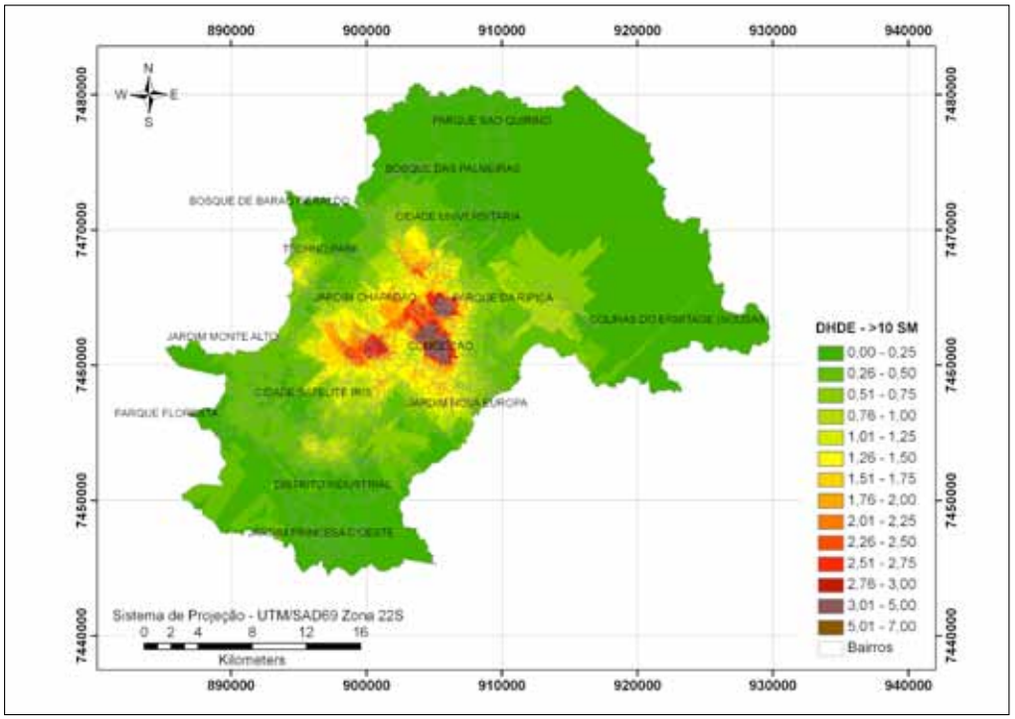
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 21 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 5 a 10 SM - Campinas/SP



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 22 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda acima de 10 SM - Campinas/SP

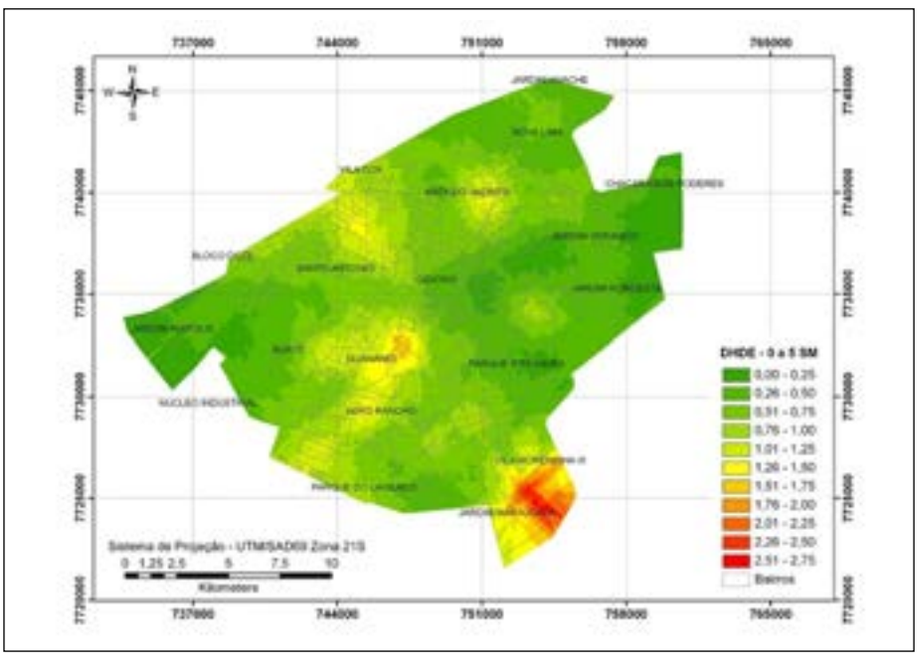


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.2.4. REGIÃO CENTRO-OESTE - CIDADE DE CAMPO GRANDE/MS

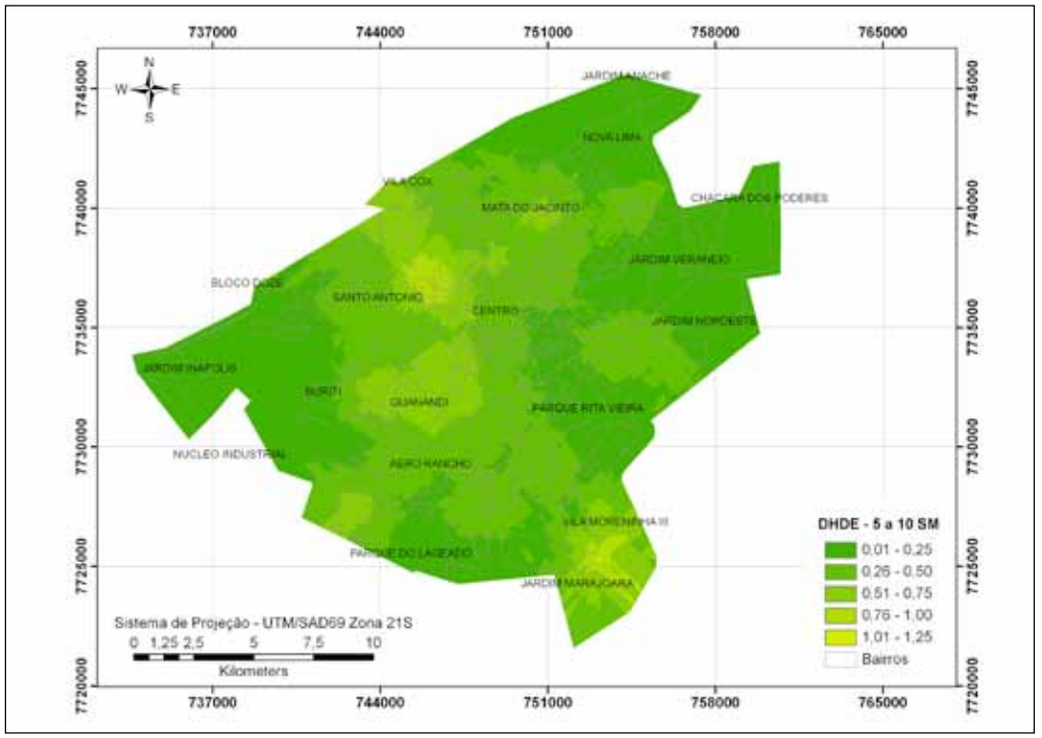
Em Campo Grande a DHDE se apresenta distribuída de forma bastante homogênea, assim como a DHDO. A exceção é percebida na faixa de renda mais baixa, que mostra uma área de concentração ao sul do município, contudo, com densidade muito inferior aos picos de DHDE dos outros municípios estudados.

Figura 23 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 0 a 5 SM - Campo Grande/MS



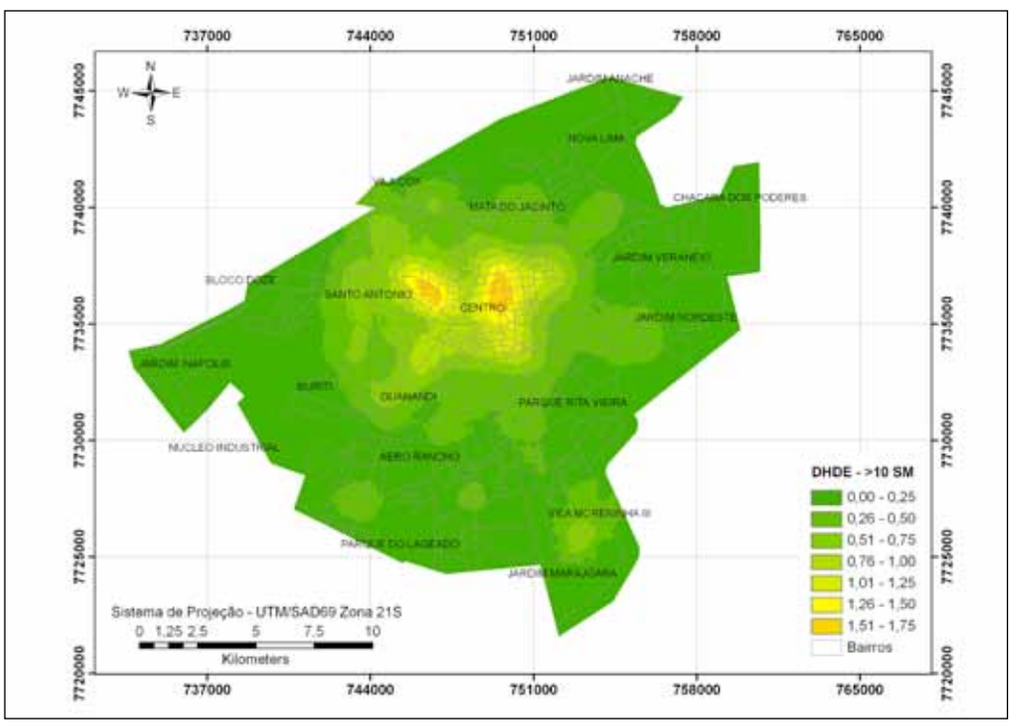
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 24 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 5 a 10 SM - Campo Grande/MS



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 25 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda acima de 10 SM - Campo Grande/MS

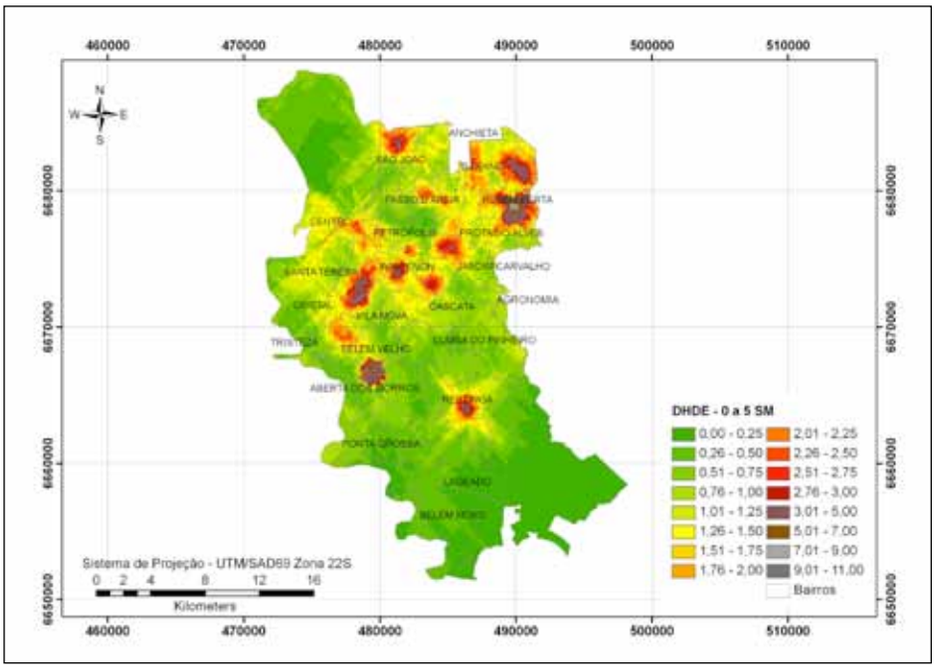


Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

5.4.2.5. REGIÃO SUL - CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

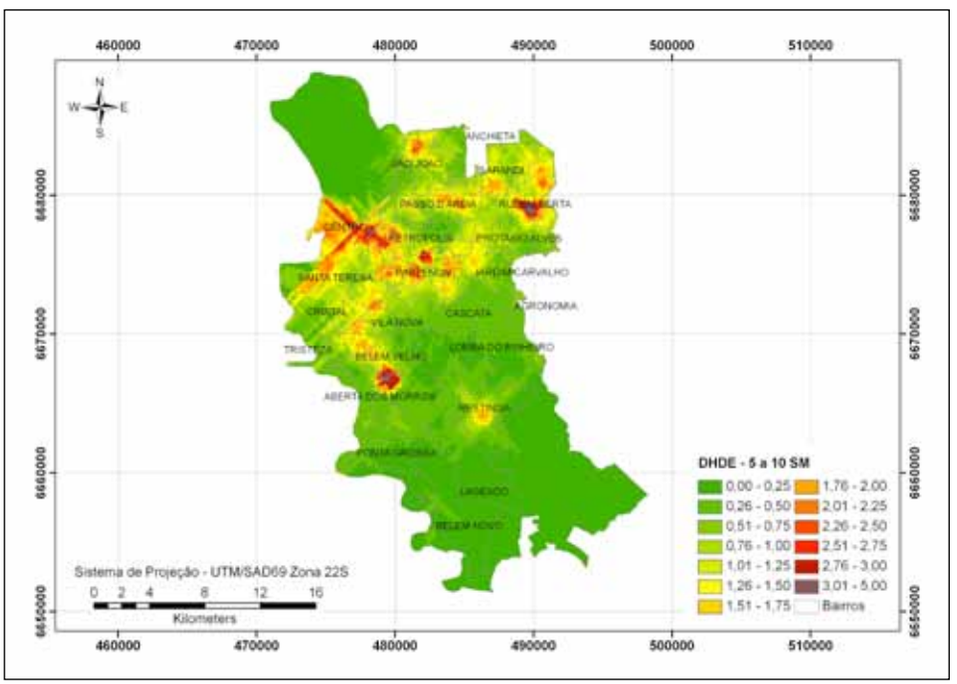
Porto Alegre apresenta maior concentração de DHDE na faixa de renda mais alta, nas proximidades do centro da cidade, onde existe maior densidade demográfica. Na faixa de renda mais baixa a distribuição de DHDE se mostra semelhante a de DHDO.

Figura 26 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 0 a 5 SM - Porto Alegre/RS



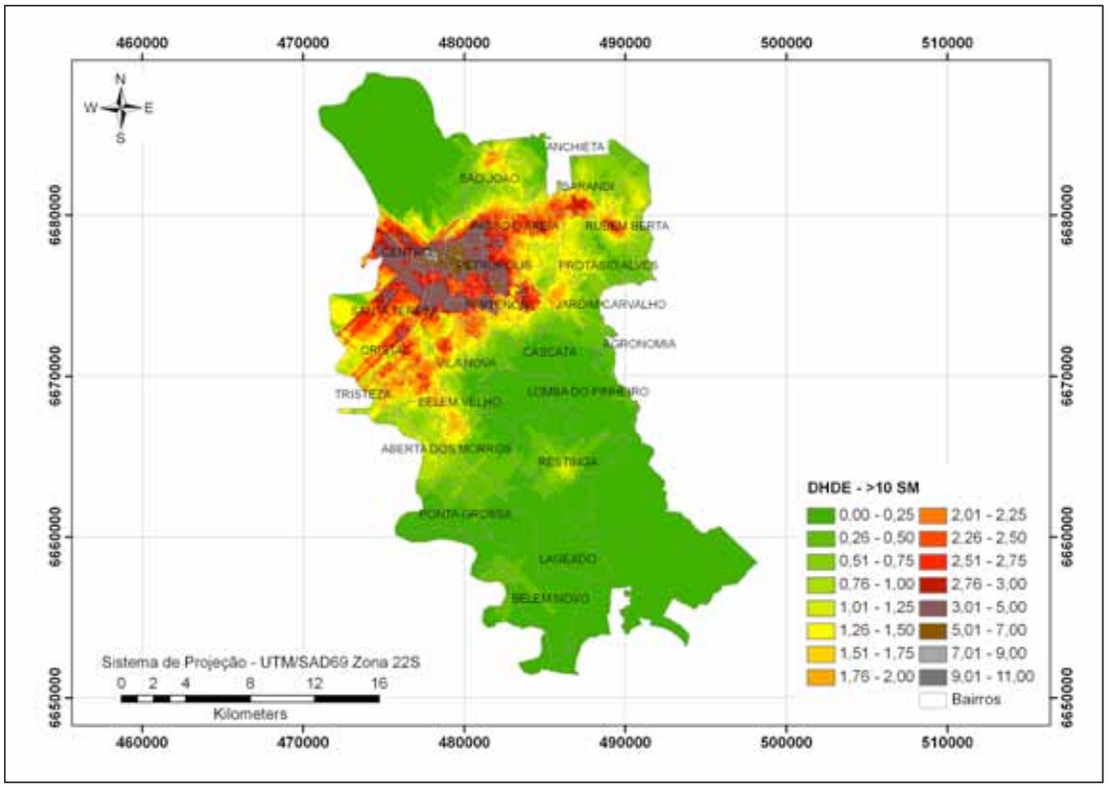
Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 27 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda 5 a 10 SM - Porto Alegre/RS



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Figura 28 – Demanda Demográfica – Faixa de Renda acima de 10 SM - Porto Alegre/RS



Fonte: CAIXA/VIGOV/SUDES/GEIPA - Estudo de Demanda por Habitação 2008

Melhor Prática: Participa Ação (2009) - São Bernardo do Campo/SP

6. A aplicação do Estudo de Demanda Habitacional

A identificação espacial da Demanda Habitacional adicionada a informações georreferenciadas proporciona elementos que enriquecem a leitura das cidades e facilitam as análises para localização de empreendimentos habitacionais.

A CAIXA desenvolveu um aplicativo denominado GEOPERFIL a partir da customização de ferramentas do software ArcGIS , onde agrega as tabelas com o cálculo da demanda habitacional nos municípios, dados censitários e informações cadastrais georreferencidadas disponíveis para os municípios.

A ferramenta GEOPERFIL possibilita a emissão automatizada de relatórios e mapas com detalhamento de informações sócio-econômicas, do mercado imobiliário, dos empreendimentos do entorno, de avaliação de valores de mercado de unidades habitacionais e terrenos. Gera análises sintéticas de custos de empreendimentos com base no SINAPI . Proporciona, desta forma, subsídios para a elaboração de análises mais precisas de intervenções urbanísticas.

O relatório de Caracterização da Região do Empreendimento, gerado pelo GEOPERFIL está estruturado em três blocos: Caracterização do Município, Caracterização da Área de Intervenção e Caracterização da Demanda Habitacional. Cada bloco é constituído de várias dimensões, que possibilitam a leitura integrada do território.

Este aplicativo, atualmente em uso nas unidades da CAIXA, pode ser utilizado para orientar a alocação de recursos públicos e privados em políticas de habitação, na elaboração de cenários, entre outras ações.

Em seguida, são apresentados exemplos de relatórios e mapas padronizadas gerados pelo GEO Perfil para análise de áreas para implantação de empreendimentos.

Figura 29 - GEO Perfil - Relatório de Caracterização do Empreendimento – Boa Vista/RR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

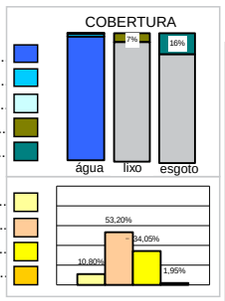
#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

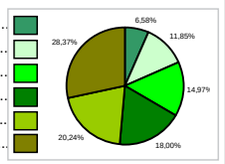
1 - IDENTIFICAÇÃO

Proponente	Solicitante	RSGOV

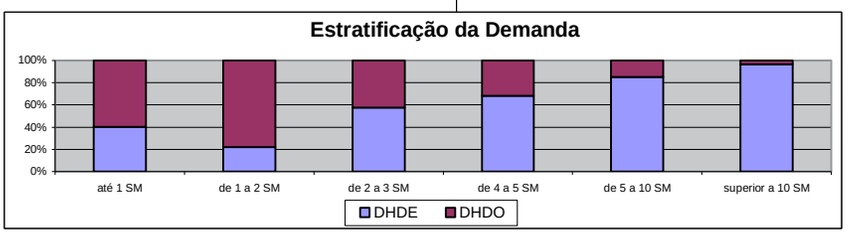
Empreendimento	Programa



ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	10.107	97,16%	Censo IBGE	01/08/2000
	Abastecimento de água por poço/nascente	237	2,28%	Censo IBGE	01/08/2000
	Outras formas de abastecimento de água	58	0,56%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem coleta de lixo	738	7,09%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	1.681	16,16%	Censo IBGE	01/08/2000
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	1.123	10,80%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 2 a 4 moradores	5.534	53,20%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 5 a 9 moradores	3.542	34,05%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 10 ou mais moradores	203	1,95%	Censo IBGE	01/08/2000



5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	1.889		CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda até 1 SM	124	6,58%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	224	11,85%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	283	14,97%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	340	18,00%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	382	20,24%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda superior a 10 SM	536	28,37%	CAIXA	01/08/2000



Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

6	OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

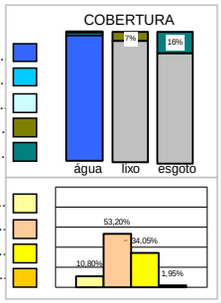
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

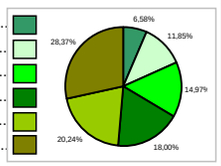
1 - IDENTIFICAÇÃO

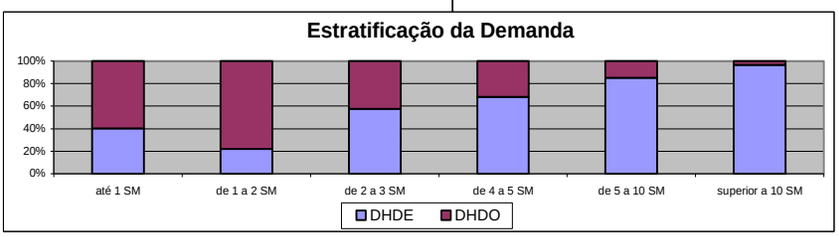
Proponente	Solicitante	RSGOV

Empreendimento	Programa

ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	10.107	97,16%	Censo IBGE	01/08/2000
	Abastecimento de água por poço/nascente	237	2,28%	Censo IBGE	01/08/2000
	Outras formas de abastecimento de água	58	0,56%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem coleta de lixo	738	7,09%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	1.681	16,16%	Censo IBGE	01/08/2000
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	1.123	10,80%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 2 a 4 moradores	5.534	53,20%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 5 a 9 moradores	3.542	34,05%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 10 ou mais moradores	203	1,95%	Censo IBGE	01/08/2000
5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	1.889		CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda até 1 SM	124	6,58%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	224	11,85%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	283	14,97%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	340	18,00%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	382	20,24%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda superior a 10 SM	536	28,37%	CAIXA	01/08/2000







Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

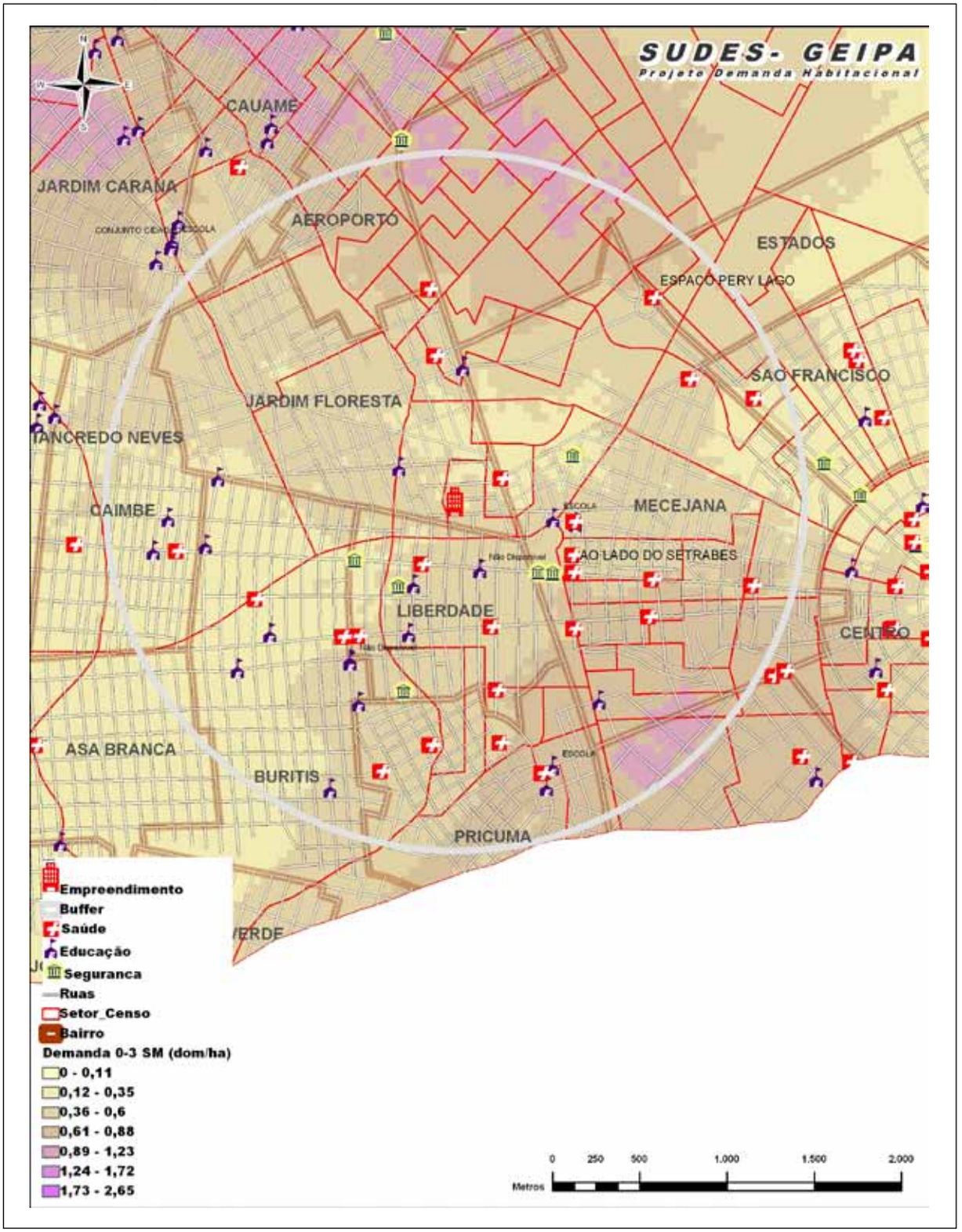
6 OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

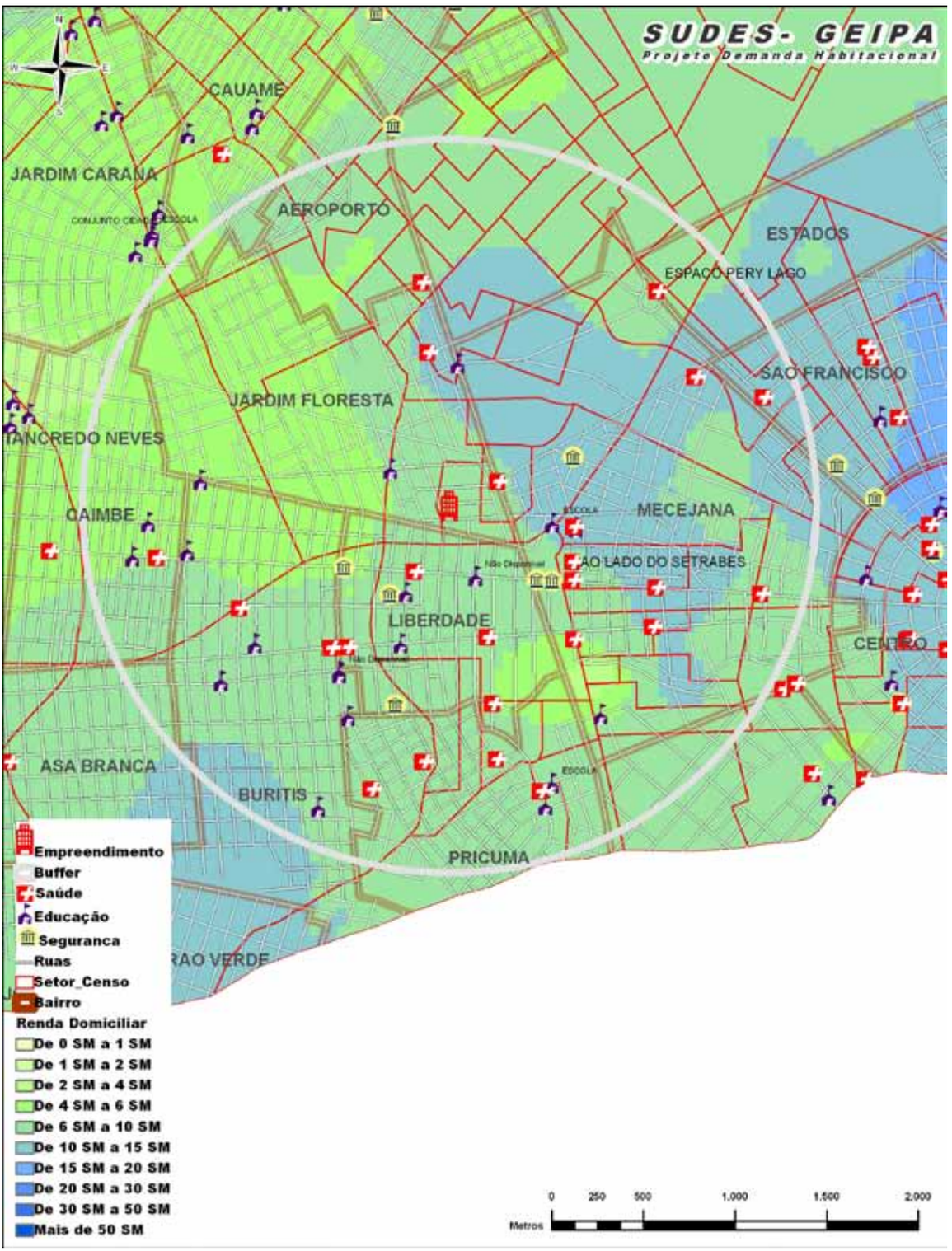
Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 30 - Mapa da distribuição da demanda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Boa Vista/RR



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 31 - Mapa da distribuição de renda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Boa Vista/RR



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 32 - GEO Perfil - Relatório de Caracterização do Empreendimento – Fortaleza/CE

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇAO

PROPONENTE	SOLICITANTE		GIDUR
EMPREENDIMENTO	**PROGRAMA**		
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**
CIDADE	**ESTADO**	**COORD. X**	**COORD. Y**
Fortaleza	CE	546,750	9,583,506

2 - CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO ONDE O EMPREENDIMENTO ESTÁ LOCALIZADO

ITEM	SERVIÇOS	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
1	GERAL				
	Qtde de Setores Selecionados	195		Censo IBGE	8/1/00
	Raio de Influência para Seleção Padrão	2,000 m			
2	PESSOAS				
	Total de pessoas	192,519		Censo IBGE	8/1/00
	Idade				
	Até 6 anos	25,932	13.47%	Censo IBGE	8/1/00
	De 7 a 10 anos	14,167	7.36%	Censo IBGE	8/1/00
	De 11 a 14 anos	15,933	8.28%	Censo IBGE	8/1/00
	De 15 a 17 anos	12,157	6.31%	Censo IBGE	8/1/00
	De 18 a 24 anos	27,758	14.42%	Censo IBGE	8/1/00
	De 25 a 39 anos	48,268	25.07%	Censo IBGE	8/1/00
	De 40 a 64 anos	38,308	19.90%	Censo IBGE	8/1/00
	Mais de 65 anos	9,996	5.19%	Censo IBGE	8/1/00
	Grau de Instrução dos Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes				
	Analfabetos	6,825	14.45%	Censo IBGE	8/1/00
	Nível fundamental completo	14,478	30.65%	Censo IBGE	8/1/00
	Nível médio completo	9,552	20.22%	Censo IBGE	8/1/00
	Nível superior completo	2,328	4.93%	Censo IBGE	8/1/00
3	RENDA				
	Soma dos rendimentos domiciliares	32,679,551.33		CAIXA	8/1/00
	Soma dos rendimentos do responsável pelo domicílio particular permanente	21,890,169.00		CAIXA	8/2/00
	Rendimento Médio por Domicílio Particular Permanente (R$)				
	Domiciliar	695.55		Censo IBGE	7/31/00
	Do Responsável (Homens e Mulheres)	465.91		Censo IBGE	8/1/00
	Mulheres	327.67		Censo IBGE	8/1/00
	Homens	541.79		Censo IBGE	8/1/00
	Rendimento dos Responsáveis por Domicílio Particular Permanente				
	Sem renda	4,988	2.69%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda até 1 salário mínimo	11,743	6.34%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda entre 1 e 2 SM	23,283	12.57%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda entre 2 e 3 SM	28,664	15.48%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda entre 3 e 5 SM	34,717	18.75%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda entre 5 e 10 SM	39,787	21.49%	Censo IBGE	8/1/00
	Com renda superior a 10 SM	41,996	22.68%	Censo IBGE	8/1/00
4	DOMICILIOS				
	Total de domicílios	47,240		Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios particulares permanentes	46,984	99.46%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios coletivos	151	0.32%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios improvisados	105	0.22%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios em Setores subnormais	0	0.00%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios sem banheiro ou sanitário	1,202	2.54%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios tipo casa	43,630	92.86%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios tipo apartamento	2,856	6.08%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios tipo cômodo	498	1.06%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios próprios quitados	33,289	70.85%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios com financiamento	1,580	3.36%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios alugados	9,696	20.64%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios cedidos	2,258	4.81%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios com outra forma de ocupação	161	0.34%	Censo IBGE	8/1/00

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

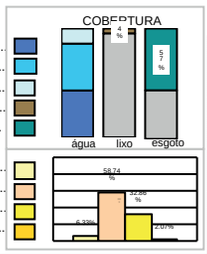
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

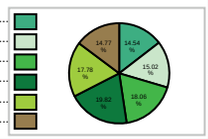
1 - IDENTIFICAÇÃO

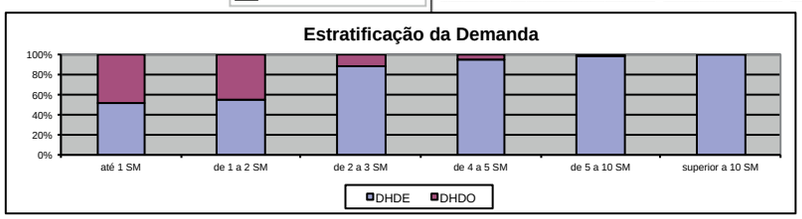
Proponente	Solicitante	GIDUR
0	0	0

Empreendimento	Programa
0	0

ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	41,650	88.65%	Censo IBGE	8/1/00
	Abastecimento de água por poço/nascente	4,011	8.54%	Censo IBGE	8/1/00
	Outras formas de abastecimento de água	1,323	2.82%	Censo IBGE	8/1/00
	Sem coleta de lixo	1,872	3.98%	Censo IBGE	8/1/00
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	26,561	56.53%	Censo IBGE	8/1/00
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	2,976	6.33%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios com 2 a 4 moradores	27,597	58.74%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios com 5 a 9 moradores	15,437	32.86%	Censo IBGE	8/1/00
	Domicílios com 10 ou mais moradores	974	2.07%	Censo IBGE	8/1/00
5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	10,601		CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda até 1 SM	1,542	14.54%	CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	1,592	15.02%	CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	1,914	18.06%	CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	2,101	19.82%	CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	1,885	17.78%	CAIXA	8/1/00
	Demanda com renda superior a 10 SM	1,566	14.77%	CAIXA	8/1/00







Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

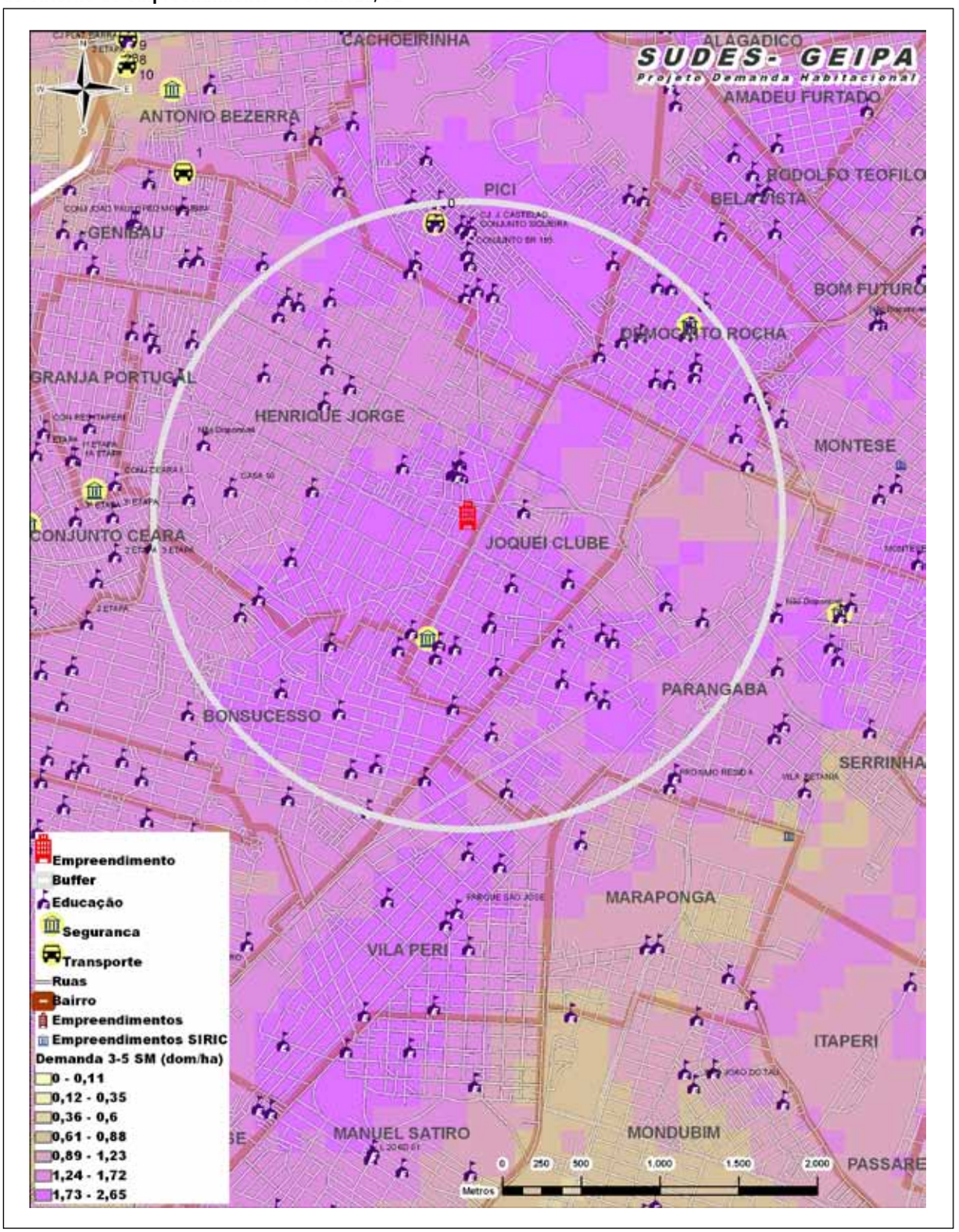
6 OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

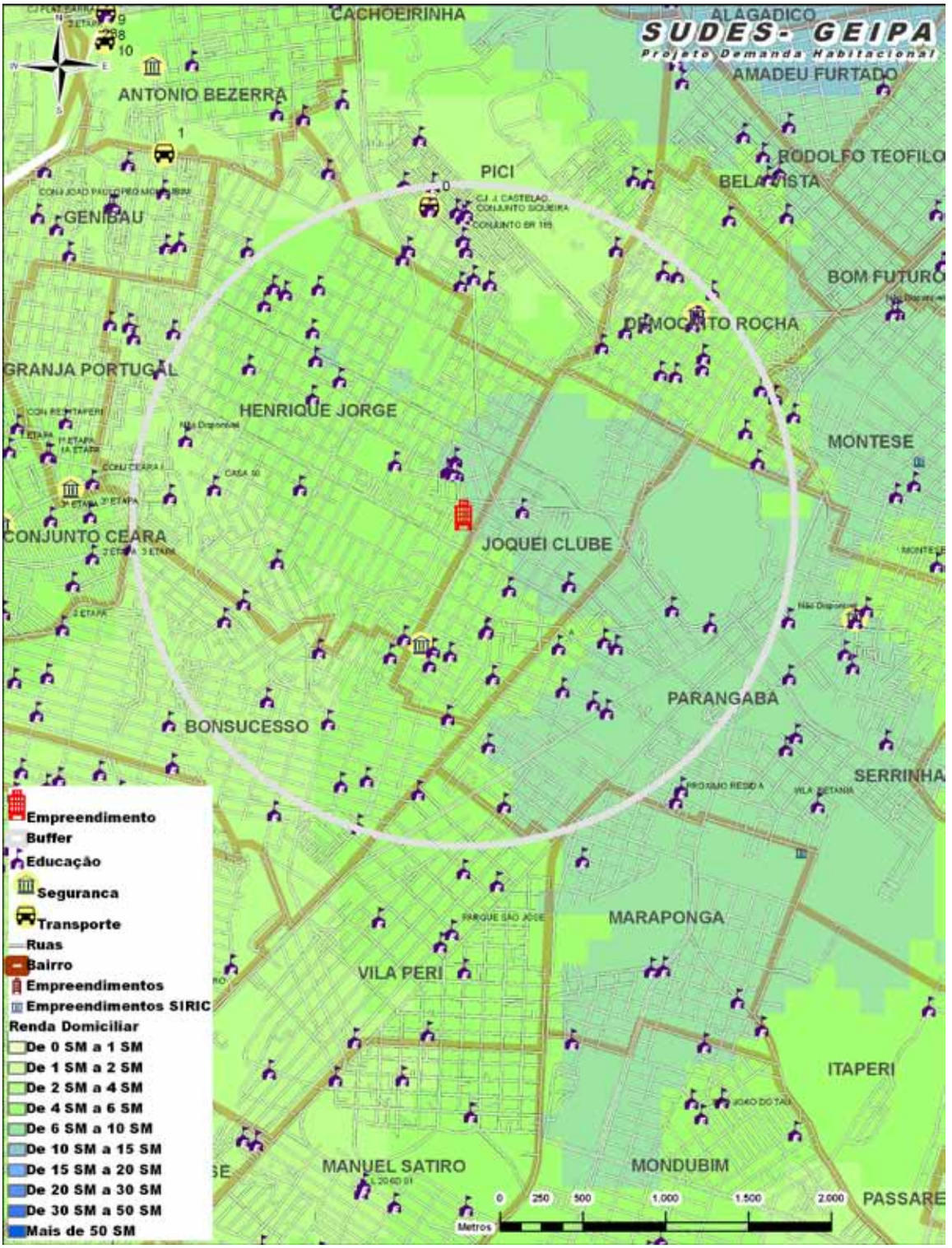
Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 33 - Mapa da distribuição da demanda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Fortaleza/CE



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 34 - Mapa da distribuição de renda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Fortaleza/CE



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

6.3. REGIÃO CENTRO OESTE MUNICÍPIO DE CUIABA/MT

Figura 35 - GEO Perfil - Relatório de Caracterização do Empreendimento – Cuiabá/MT

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇAO

PROPONENTE	SOLICITANTE		RSGOV
EMPREENDIMENTO	**PROGRAMA**		
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**
CIDADE	**ESTADO**	**COORD. X**	**COORD. Y**
CUIABÁ	RR	597.249	8.274.956

2 - CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO ONDE O EMPREENDIMENTO ESTÁ LOCALIZADO

ITEM	SERVIÇOS	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
1	GERAL				
	Qtde de Setores Selecionados	108		Censo IBGE	01/08/2000
	Raio de Influência para Seleção Padrão	2.000 m			
2	PESSOAS				
	Total de pessoas	91.978		Censo IBGE	01/08/2000
	Idade				
	Até 6 anos	8.927	9,71%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 7 a 10 anos	5.783	6,29%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 11 a 14 anos	6.683	7,27%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 15 a 17 anos	5.748	6,25%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 18 a 24 anos	14.645	15,92%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 25 a 39 anos	22.434	24,39%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 40 a 64 anos	22.191	24,13%	Censo IBGE	01/08/2000
	Mais de 65 anos	5.567	6,05%	Censo IBGE	01/08/2000
	Grau de Instrução dos Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes				
	Analfabetos	1.135	4,39%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível fundamental completo	3.970	15,36%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível médio completo	6.293	24,34%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível superior completo	7.583	29,33%	Censo IBGE	01/08/2000
3	RENDA				
	Soma dos rendimentos domiciliares	60.353.743,08		CAIXA	01/08/2000
	Soma dos rendimentos do responsável pelo domicílio particular permanente	44.621.851,00		CAIXA	02/08/2000
	Rendimento Médio por Domicílio Particular Permanente (R$)				
	Domiciliar	2.364,03		Censo IBGE	31/07/2000
	Do Responsável (Homens e Mulheres)	1.747,82		Censo IBGE	01/08/2000
	Mulheres	1.153,07		Censo IBGE	01/08/2000
	Homens	2.030,26		Censo IBGE	01/08/2000
	Rendimento dos Responsáveis por Domicílio Particular Permanente				
	Sem renda	1.701	2,49%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda até 1 salário mínimo	2.429	3,55%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 1 e 2 SM	5.506	8,05%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 2 e 3 SM	7.782	11,38%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 3 e 5 SM	11.148	16,31%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 5 e 10 SM	15.964	23,35%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda superior a 10 SM	23.829	34,86%	Censo IBGE	01/08/2000
4	DOMICILIOS				
	Total de domicílios	25.854		Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios particulares permanentes	25.530	98,75%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios coletivos	212	0,82%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios improvisados	112	0,43%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios em Setores subnormais	0	0,00%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios sem banheiro ou sanitário	60	0,23%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo casa	17.872	70,00%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo apartamento	7.000	27,42%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo cômodo	658	2,58%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios próprios quitados	15.555	60,93%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com financiamento	2.065	8,09%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios alugados	6.274	24,58%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios cedidos	1.487	5,82%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com outra forma de ocupação	149	0,58%	Censo IBGE	01/08/2000

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

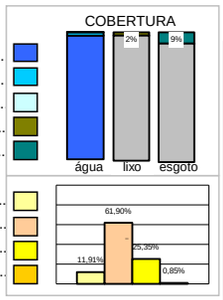
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇÃO

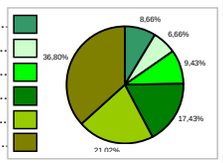
Proponente	Solicitante	RSGOV

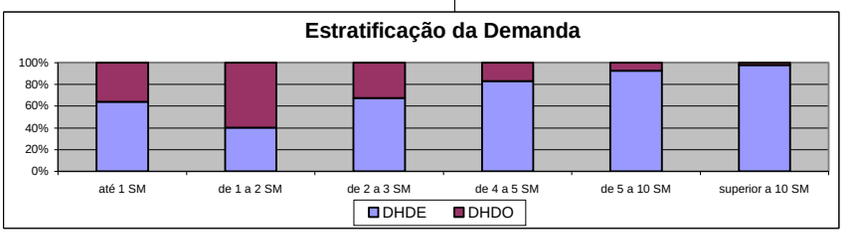
Empreendimento	Programa

ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	24.740	96,91%	Censo IBGE	01/08/2000
	Abastecimento de água por poço/nascente	737	2,89%	Censo IBGE	01/08/2000
	Outras formas de abastecimento de água	53	0,21%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem coleta de lixo	608	2,38%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	2.208	8,65%	Censo IBGE	01/08/2000
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	3.041	11,91%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 2 a 4 moradores	15.802	61,90%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 5 a 9 moradores	6.471	25,35%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 10 ou mais moradores	216	0,85%	Censo IBGE	01/08/2000



5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	5.400		CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda até 1 SM	467	8,66%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	359	6,66%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	509	9,43%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	941	17,43%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	1.135	21,02%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda superior a 10 SM	1.987	36,80%	CAIXA	01/08/2000





Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

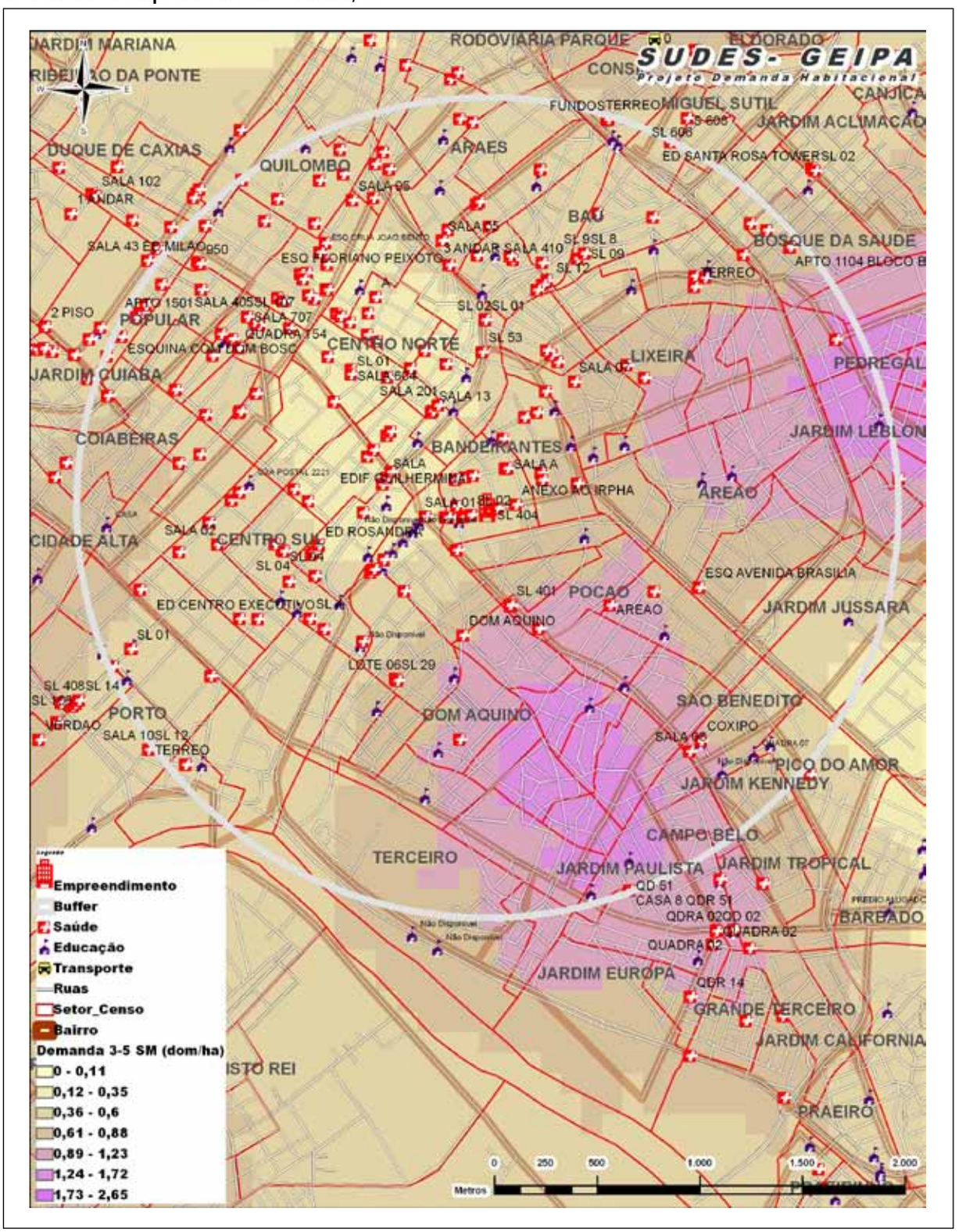
6	OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

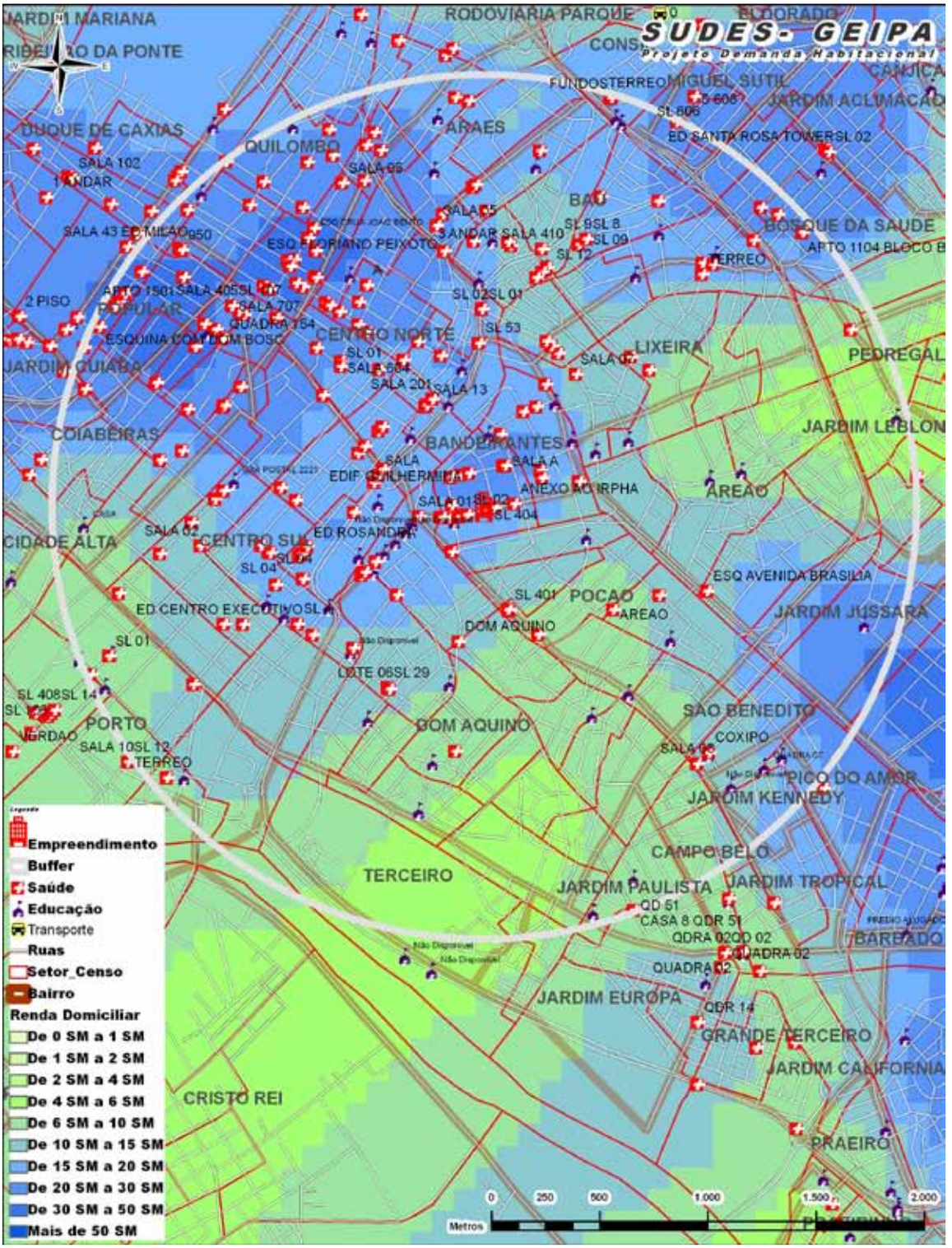
Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 36 - Mapa da distribuição da demanda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Cuiabá/MT



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 37 - Mapa da distribuição de renda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Cuiabá/MT



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 38 - GEO Perfil - Relatório de Caracterização do Empreendimento – Ribeirão Preto/SP

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇAO

PROPONENTE	SOLICITANTE		RSGOV
EMPREENDIMENTO	**PROGRAMA**		
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**
CIDADE	**ESTADO**	**COORD. X**	**COORD. Y**
Ribeirão Preto	SP	206.644	7.656.270

2 - CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO ONDE O EMPREENDIMENTO ESTÁ LOCALIZADO

ITEM	SERVIÇOS	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
1	GERAL				
	Qtde de Setores Selecionados	147		Censo IBGE	01/08/2000
	Raio de Influência para Seleção Padrão	2.000 m			
2	PESSOAS				
	Total de pessoas	103.748		Censo IBGE	01/08/2000
	Idade				
	Até 6 anos	8.931	8,61%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 7 a 10 anos	5.539	5,34%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 11 a 14 anos	6.463	6,23%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 15 a 17 anos	5.472	5,27%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 18 a 24 anos	13.706	13,21%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 25 a 39 anos	23.435	22,59%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 40 a 64 anos	28.897	27,85%	Censo IBGE	01/08/2000
	Mais de 65 anos	11.305	10,90%	Censo IBGE	01/08/2000
	Grau de Instrução dos Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes				
	Analfabetos	1.292	3,99%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível fundamental completo	5.754	17,78%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível médio completo	6.361	19,65%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível superior completo	5.959	18,41%	Censo IBGE	01/08/2000
3	RENDA				
	Soma dos rendimentos domiciliares	51.863.832,01		CAIXA	01/08/2000
	Soma dos rendimentos do responsável pelo domicílio particular permanente	38.620.065,00		CAIXA	02/08/2000
	Rendimento Médio por Domicílio Particular Permanente (R$)				
	Domiciliar	1.613,53		Censo IBGE	31/07/2000
	Do Responsável (Homens e Mulheres)	1.201,51		Censo IBGE	01/08/2000
	Mulheres	899,18		Censo IBGE	01/08/2000
	Homens	1.331,43		Censo IBGE	01/08/2000
	Rendimento dos Responsáveis por Domicílio Particular Permanente				
	Sem renda	1.300	1,45%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda até 1 salário mínimo	2.305	2,57%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 1 e 2 SM	5.693	6,34%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 2 e 3 SM	9.393	10,46%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 3 e 5 SM	15.856	17,66%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 5 e 10 SM	24.418	27,19%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda superior a 10 SM	30.843	34,34%	Censo IBGE	01/08/2000
4	DOMICILIOS				
	Total de domicílios	32.371		Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios particulares permanentes	32.143	99,30%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios coletivos	181	0,56%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios improvisados	47	0,15%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios em Setores subnormais	0	0,00%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios sem banheiro ou sanitário	29	0,09%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo casa	26.416	82,18%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo apartamento	5.547	17,26%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo cômodo	180	0,56%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios próprios quitados	18.723	58,25%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com financiamento	1.168	3,63%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios alugados	10.092	31,40%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios cedidos	2.025	6,30%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com outra forma de ocupação	135	0,42%	Censo IBGE	01/08/2000

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

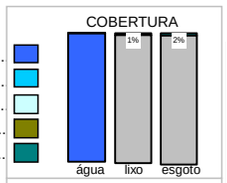
#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

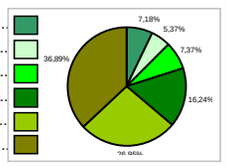
1 - IDENTIFICAÇÃO

Proponente	Solicitante	RSGOV

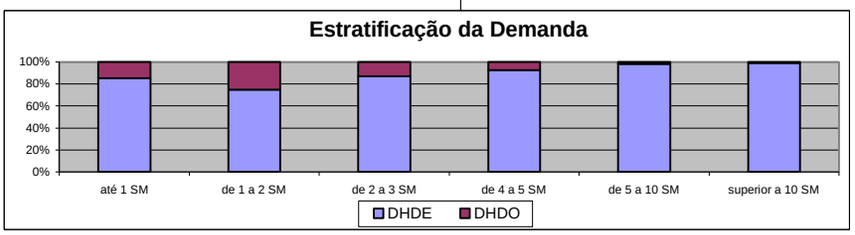
Empreendimento	Programa



ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	32.040	99,68%	Censo IBGE	01/08/2000
	Abastecimento de água por poço/nascente	74	0,23%	Censo IBGE	01/08/2000
	Outras formas de abastecimento de água	29	0,09%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem coleta de lixo	461	1,43%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	560	1,74%	Censo IBGE	01/08/2000
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	4.370	13,60%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 2 a 4 moradores	21.685	67,46%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 5 a 9 moradores	5.977	18,60%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 10 ou mais moradores	111	0,35%	Censo IBGE	01/08/2000



5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	4.822		CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda até 1 SM	346	7,18%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	259	5,37%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	355	7,37%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	783	16,24%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	1.300	26,95%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda superior a 10 SM	1.779	36,89%	CAIXA	01/08/2000



Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

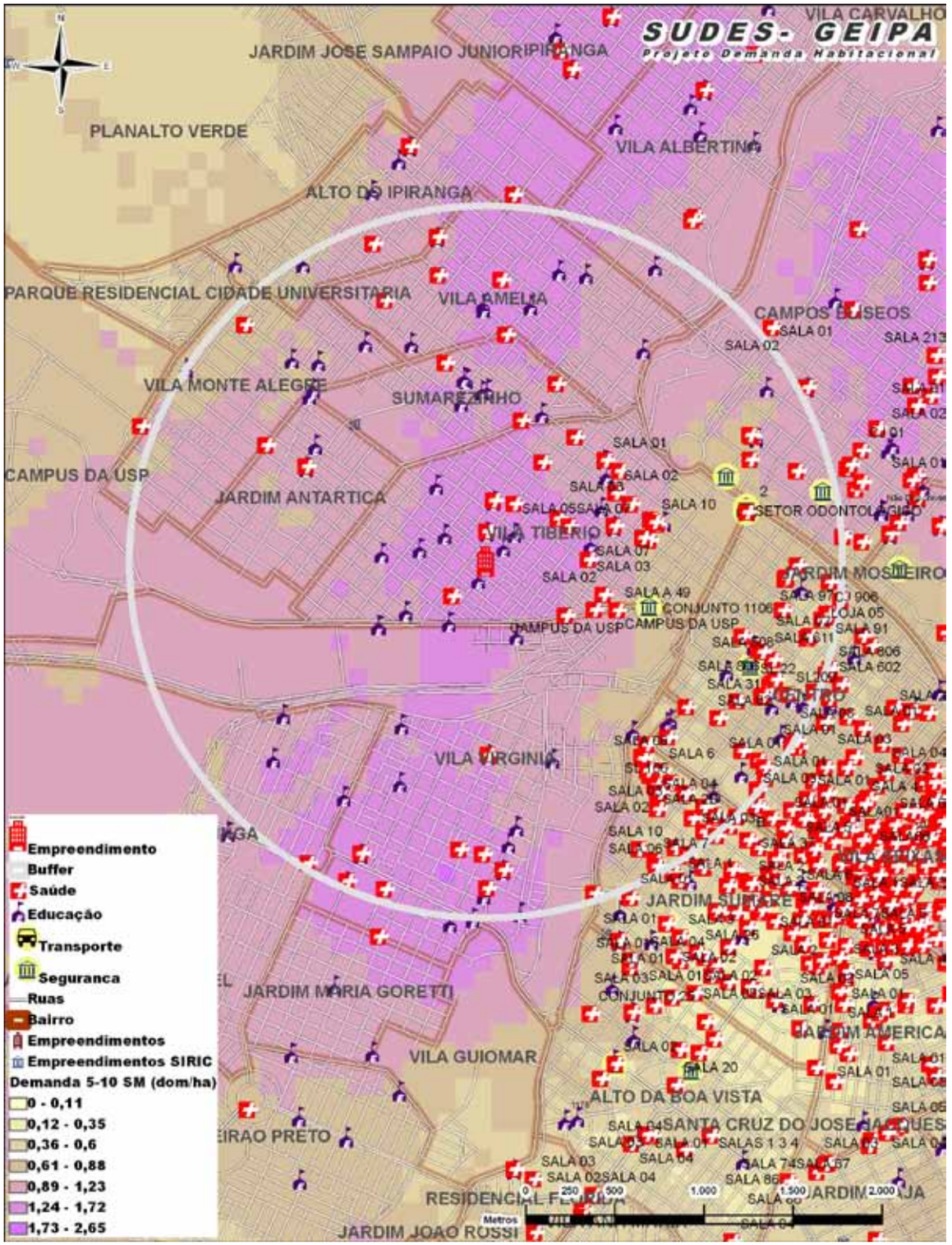
6 OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

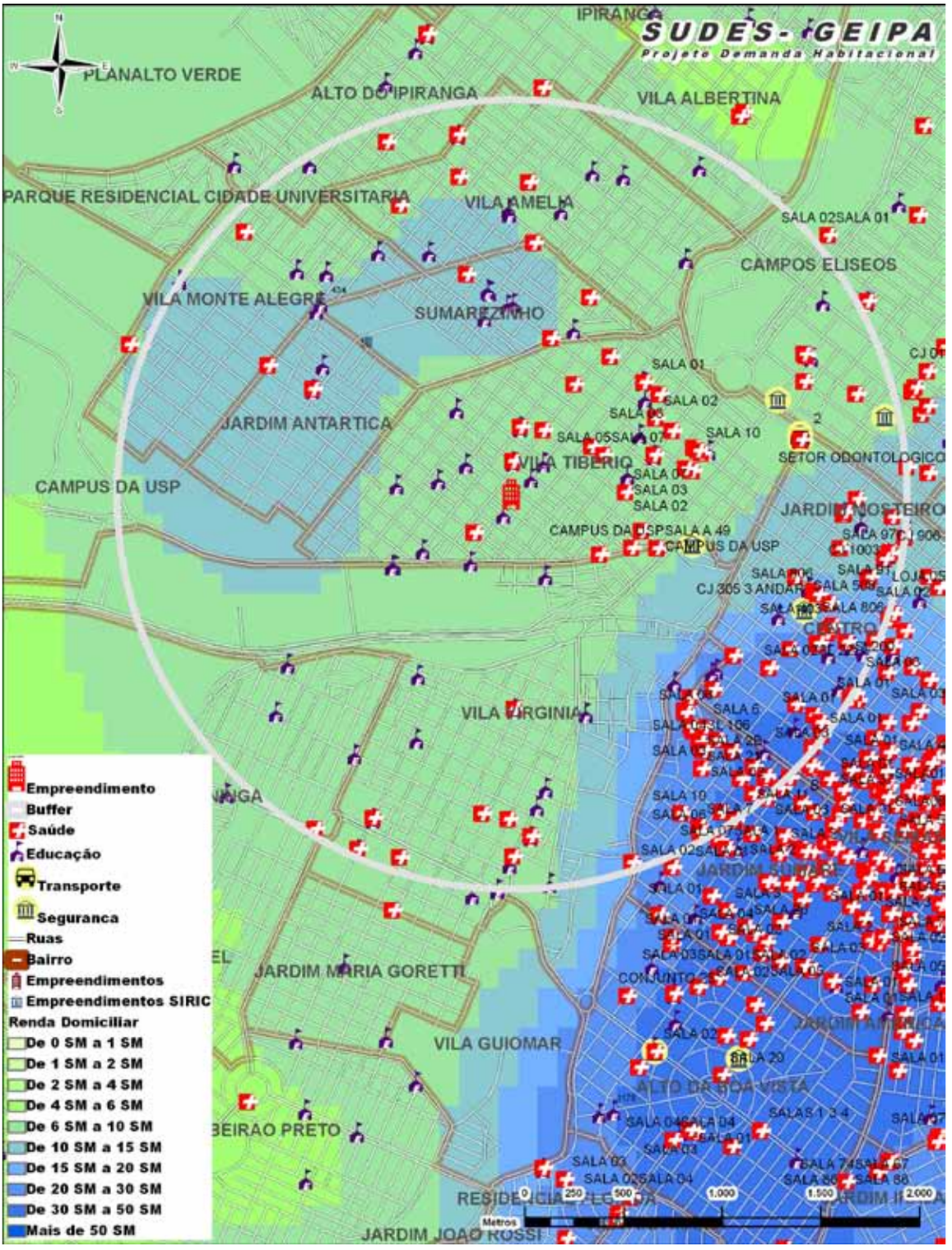
Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 39 - Mapa da distribuição da demanda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Ribeirão Preto/SP



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 40 - Mapa da distribuição de renda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Ribeirão Preto/SP



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

6.5. REGIÃO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS

Figura 41 - GEO Perfil - Relatório de Caracterização do Empreendimento – Porto Alegre/RS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇAO

PROPONENTE	SOLICITANTE		RSGOV
EMPREENDIMENTO	**PROGRAMA**		
ENDEREÇO	**BAIRRO**		**CEP**
CIDADE	**ESTADO**	**COORD. X**	**COORD. Y**
Porto Alegre	RS	482.818	6.672.383

2 - CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO ONDE O EMPREENDIMENTO ESTÁ LOCALIZADO

ITEM	SERVIÇOS	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
1	GERAL				
	Qtde de Setores Selecionados	136		Censo IBGE	01/08/2000
	Raio de Influência para Seleção Padrão	2.000 m			
2	PESSOAS				
	Total de pessoas	103.464		Censo IBGE	01/08/2000
	Idade				
	Até 6 anos	13.845	13,38%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 7 a 10 anos	7.321	7,08%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 11 a 14 anos	7.435	7,19%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 15 a 17 anos	6.058	5,86%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 18 a 24 anos	13.563	13,11%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 25 a 39 anos	22.589	21,83%	Censo IBGE	01/08/2000
	De 40 a 64 anos	24.266	23,45%	Censo IBGE	01/08/2000
	Mais de 65 anos	6.516	6,30%	Censo IBGE	01/08/2000
	Grau de Instrução dos Responsáveis por Domicílios Particulares Permanentes				
	Analfabetos	1.825	5,70%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível fundamental completo	8.809	27,52%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível médio completo	5.689	17,78%	Censo IBGE	01/08/2000
	Nível superior completo	2.450	7,66%	Censo IBGE	01/08/2000
3	RENDA				
	Soma dos rendimentos domiciliares	28.382.097,98		CAIXA	01/08/2000
	Soma dos rendimentos do responsável pelo domicílio particular permanente	19.882.160,00		CAIXA	02/08/2000
	Rendimento Médio por Domicílio Particular Permanente (R$)				
	Domiciliar	998,39		Censo IBGE	31/07/2000
	Do Responsável (Homens e Mulheres)	699,39		Censo IBGE	01/08/2000
	Mulheres	478,38		Censo IBGE	01/08/2000
	Homens	823,52		Censo IBGE	01/08/2000
	Rendimento dos Responsáveis por Domicílio Particular Permanente				
	Sem renda	2.226	2,27%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda até 1 salário mínimo	3.713	3,78%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 1 e 2 SM	9.714	9,90%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 2 e 3 SM	13.791	14,05%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 3 e 5 SM	18.917	19,28%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda entre 5 e 10 SM	23.578	24,02%	Censo IBGE	01/08/2000
	Com renda superior a 10 SM	26.201	26,70%	Censo IBGE	01/08/2000
4	DOMICILIOS				
	Total de domicílios	32.004		Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios particulares permanentes	28.428	88,83%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios coletivos	3.420	10,69%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios improvisados	156	0,49%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios em Setores subnormais	0	0,00%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios sem banheiro ou sanitário	524	1,64%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo casa	26.590	93,54%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo apartamento	1.675	5,89%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios tipo cômodo	162	0,57%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios próprios quitados	22.213	78,14%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com financiamento	992	3,49%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios alugados	3.266	11,49%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios cedidos	1.497	5,27%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com outra forma de ocupação	459	1,61%	Censo IBGE	01/08/2000

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

#10

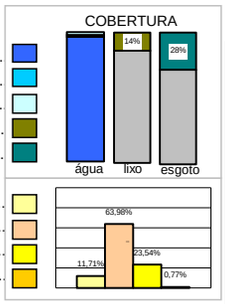
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO EMPREENDIMENTO

1 - IDENTIFICAÇÃO

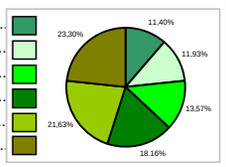
Proponente	Solicitante	RSGOV

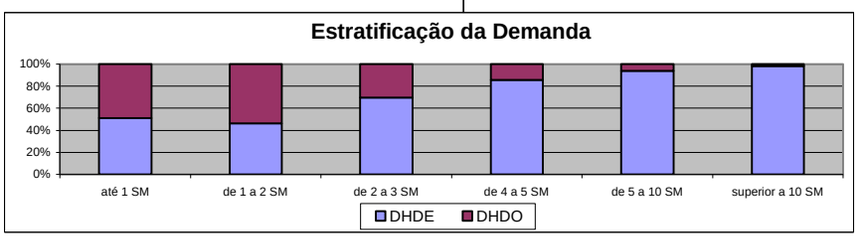
Empreendimento	Programa

ITEM	Serviços Públicos	Valor levantado	Porcent. (%)	Origem da inform.	Data de referência
	Abastecimento de água da rede geral	27.394	96,37%	Censo IBGE	01/08/2000
	Abastecimento de água por poço/nascente	424	1,49%	Censo IBGE	01/08/2000
	Outras formas de abastecimento de água	609	2,14%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem coleta de lixo	3.976	13,99%	Censo IBGE	01/08/2000
	Sem esgotamento sanitário via rede ou fossa	8.022	28,22%	Censo IBGE	01/08/2000
	Distribuição de Domicílios por Número de Habit.				
	Domicílios com 1 morador	3.329	11,71%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 2 a 4 moradores	18.187	63,98%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 5 a 9 moradores	6.691	23,54%	Censo IBGE	01/08/2000
	Domicílios com 10 ou mais moradores	220	0,77%	Censo IBGE	01/08/2000



5	DEMANDA				
	Demanda potencial total	4.182		CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda até 1 SM	477	11,40%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 1 a 2 SM	499	11,93%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 2 a 3 SM	568	13,57%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 3 a 5 SM	760	18,16%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda de 5 a 10 SM	905	21,63%	CAIXA	01/08/2000
	Demanda com renda superior a 10 SM	975	23,30%	CAIXA	01/08/2000





Obs.: 1 - A estratificação representa a composição dos valores da demanda para cada faixa de renda;
2 - DHDE (Demanda Habitacional Demográfica) está relacionada a Co-habitação;
3 - DHDO (Demanda Habitacional Domiciliar) está relacionada a Domicílios Improvisados/Sub-Moradias.

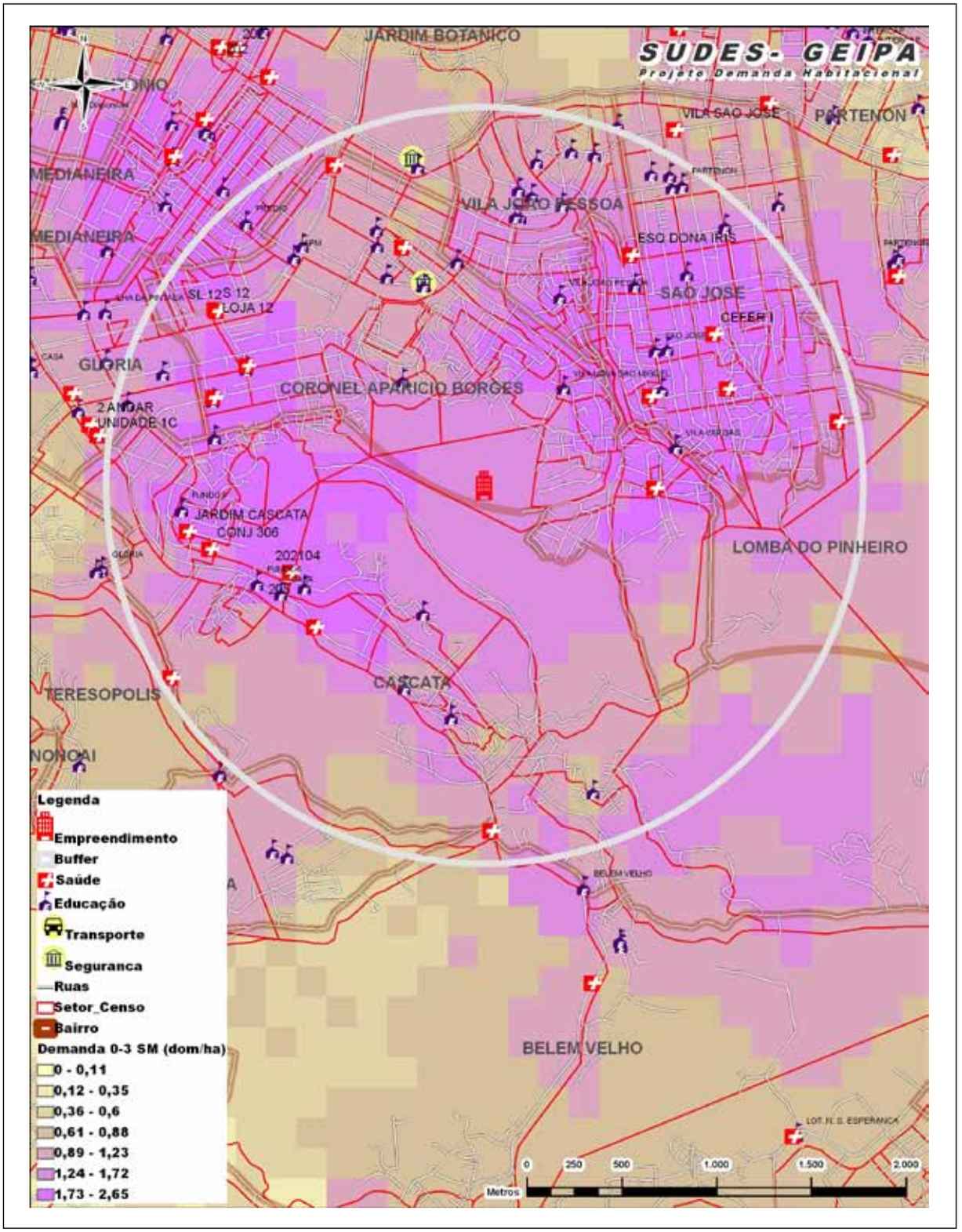
6	OBSERVAÇÕES

Responsável pelo preenchimento

Data

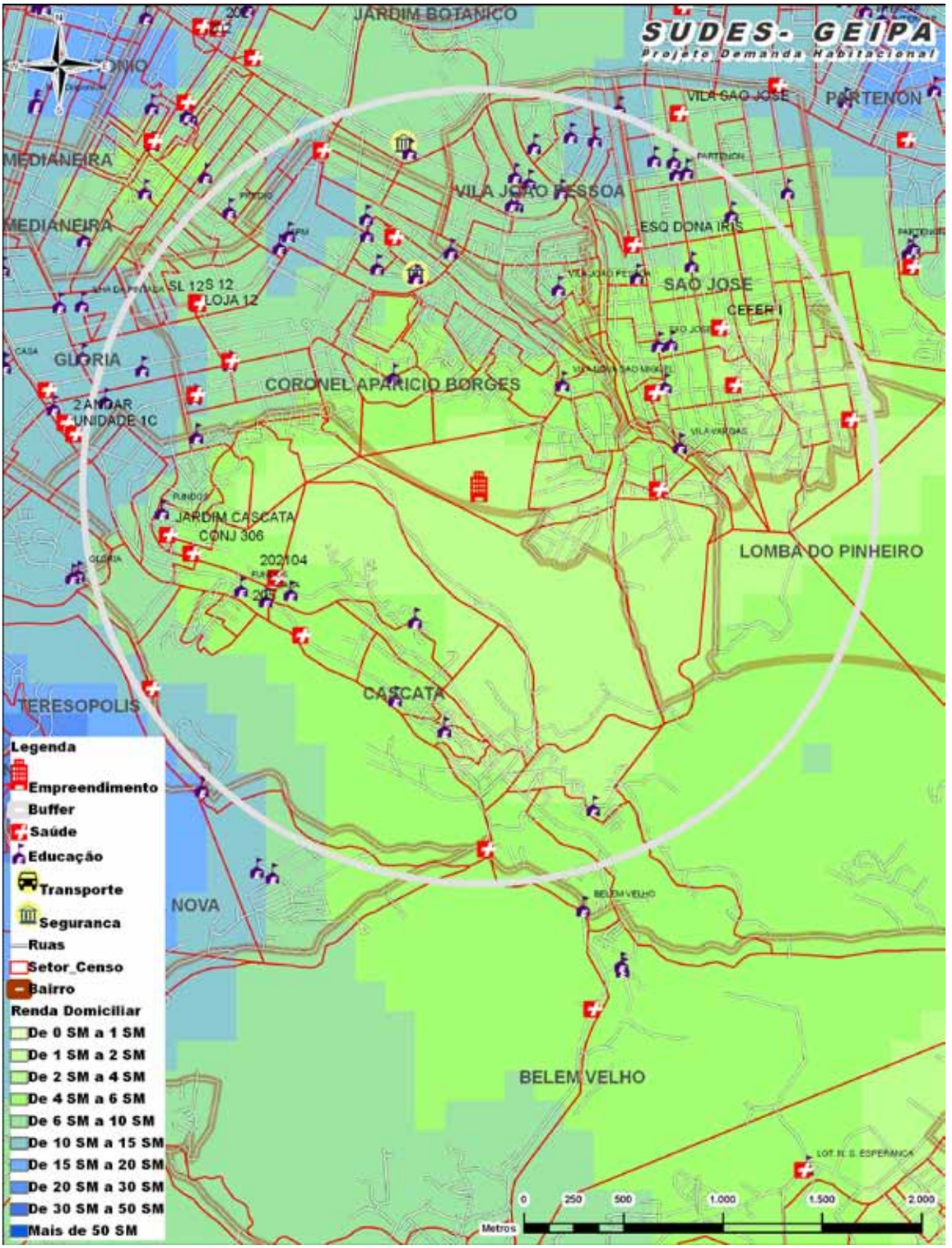
Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 42 - Mapa da distribuição da demanda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Porto Alegre/RS



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Figura 43 - Mapa da distribuição de renda em área selecionada para análise de entorno de empreendimento – Porto Alegre/RS



Fonte: GEIPA/SUDES/VIGOV/CAIXA 2010

Melhor Prática: Regularização (2009) – Osasco/SP

7. Considerações finais

A análise histórica demonstra que a atual Política Nacional de Habitação, instituída pelo Governo Federal em 2004, constitui um marco para o setor habitacional por abordar a questão da moradia de maneira ampla e integrada aos serviços urbanos. Por meio de seus dispositivos, estimula o planejamento e a articulação dos três níveis de governo, dos agentes promotores, agentes financeiros e da CAIXA para a criação da sinergia necessária à otimização dos recursos disponíveis para programas habitacionais.

Neste contexto, a CAIXA produziu o estudo Demanda Habitacional no Brasil, tema deste livro, que analisa as metodologias existentes para estimar a carência habitacional e propõe um método de quantificação da demanda alinhado a sua atuação no território nacional. O resultado obtido permite estimar e acompanhar a evolução da demanda habitacional, baseada em dados oficiais do IBGE, em diferentes níveis, Federal, Estadual, Municipal e intramunicipal (setores censitários), com resultados estratificados por faixa de renda familiar.

O trabalho desenvolvido demonstra que o crescimento da Demanda Habitacional é influenciado por fatores demográficos. A concentração populacional nos grandes centros urbanos, a redução do número de integrantes das famílias e o envelhecimento da população são fenômenos que têm ampliado a necessidade de moradias. Além disso, o "passivo social" causado pela ausência de políticas habitacionais nas décadas passadas pressiona a demanda por habitação nos estratos mais pobres da população.

O enfrentamento da carência de moradias exige um esforço integrado do governo e da iniciativa privada. A cada ano são necessários maiores investimentos, não só para suprir a falta acumulada de unidades habitacionais decorrente de questões estruturais dos domicílios (Demanda Habitacional Domiciliar),

mas também da parcela referente ao crescimento demográfico (Demanda Habitacional Demográfica).

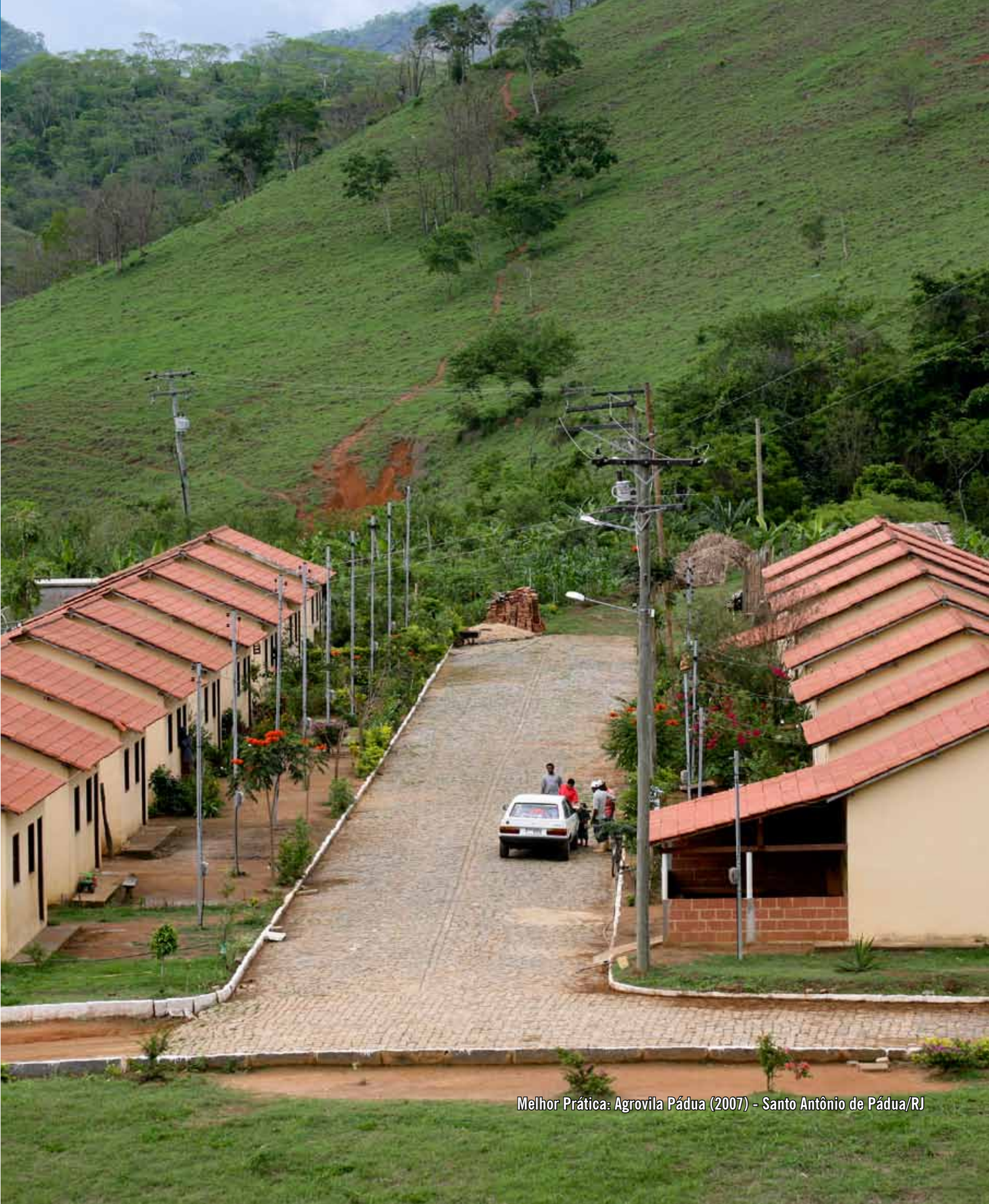
Este estudo demonstra que DHDE e DHDO incorporam características socioeconômicas e regionais. A visualização da distribuição espacial destes componentes da Demanda Habitacional associada a informações customizadas sobre as características do território facilitam o planejamento de ações governamentais e podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas.

O resultado da aplicação do cálculo apresenta uma estimativa para a Demanda Habitacional Total na ordem de 9.297.214 unidades habitacionais com base nos dados da PNAD 2009. Correspondem a este valor 6.978.415 de unidades referentes a DHDE e 2.318.799 de unidades a DHDO. Comparando-se com os valores baseados na PNAD 2001, observa-se que Demanda Habitacional Total permaneceu estável no período em função da redução de 1.526.860 unidades na Demanda Habitacional Domiciliar, relativa ao atendimento da população com renda de 0 a 3 SM e do crescimento da Demanda Habitacional Demográfica. Estes valores deverão ser atualizados a partir da divulgação dos resultados do Censo 2010 e conforme possibilita o modelo metodológico, também será calculada a Demanda Habitacional para as Unidades da Federação, municípios e setores censitários.

Na análise da Demanda Habitacional no Brasil depreende-se que é fundamental considerar os fatores que influenciam na conformação dos arranjos familiares. As transformações sociais ocorridas ao longo do tempo ocasionaram mudanças no tamanho das famílias e na quantidade de habitantes por domicílio. Na década de 70, a média de habitantes por domicílio equivalia a 5,28. Mantido este padrão, seriam necessários 36.324 mil domicílios para uma população de 191.795 mil em 2009. Considerando os 58.646 mil domicílios apropriados na PNAD 2009, haveria um saldo de 22.321mil que atenderia à Demanda Habitacional de 9.297 mil e restaria um superávit de 13.024 unidades habitacionais.

No período de 2001 a 2009 a quantidade de domicílios no Brasil aumentou em 11,66 milhões. A comparação deste quantitativo à produção de 4,51 milhões de unidades financiadas com recursos geridos pela CAIXA demonstra a relevância de sua contribuição para a promoção do acesso à moradia no Brasil. Principalmente, para o atendimento das famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, viabilizado por meio de financiamentos estruturados por programas governamentais, com juros subsidiados, e da simplificação dos processos de concessão. Desta forma, foi garantido acesso à moradia de expressiva parcela dos demandantes. Isto se reflete na redução de DHDO verificada neste estudo.

Com a divulgação deste trabalho, a CAIXA disponibiliza instrumentos que podem subsidiar o planejamento das políticas habitacionais a partir da leitura do território. Este conjunto de informações georreferenciadas proporcionam elementos para facilitar a compreensão das necessidades habitacionais e do comportamento do mercado imobiliário das cidades. Coerente com sua história de 150 anos de serviços prestados à sociedade brasileira, a CAIXA oferece esta colaboração para ampliação do conhecimento sobre a demanda habitacional no Brasil.



Melhor Prática: Agrovila Pádua (2007) - Santo Antônio de Pádua/RJ

Melhor Prática: Zumbi (2009) - Colombo/PR

8. Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustaquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. Família e domicilio no calculo do déficit habitacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11, 2005, Salvador. Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR. Salvador: ANPUR, 2005.

_____. Déficit ha¬bitacional, famílias conviventes e condições de moradia. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONOMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. Anais: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

ALVES, José Eustáquio Diniz. As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000. Rio de Janeiro: IBGE - Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. (Textos para Discussão, 10)

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Déficit Habitacional no Brasil 2007. Brasília: 2009. 129p.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Notas metodológicas sobre o déficit habitacional. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2001.

CAVENAGHI, Suzana. Estimativa da demanda habitacional intramunicipal para os municípios brasileiros: relatório de pesquisa. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2007. 20p (Não publicado).

CAVENAGHI, Suzana; AMADEO, Sergio. Demanda Habitacional Demográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS,6 , 2008, Aracaju. Anais do VI ENABER. Aracaju: ABER, 2008. v. 1. p. 1-20.

GENEVOIS, MARIE LOUISE B P.; COSTA, Olavo Viana. Carência habitacional e déficit de moradias-questões metodológicas, Perspectiva, São Paulo, v.15, n.1, jan./mar. 2001.

GONÇALVES, Robson R. O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por Unidades da Federação e por níveis de renda domiciliar. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para discussão, 559)

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998. Brasília: IPEA, 2001 (Texto para discussão, 788)

MINAS GERAIS. Governo de Minas Gerais. Fundação João Pinheiro. Déficit habitacional no Brasil. Belo Horizonte: Projeto PNUD-Sepurb/92/013, 1995.

_____. Centro de Estudos Políticos e So¬ciais. Déficit habitacional no Brasil. Belo Horizonte: FJP, 1995.

_____. Centro de Estatística e Informações. Déficit habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte: FJP, 2001.

_____. Déficit habitacional no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte, 2005.

_____. Déficit habitacional no Brasil 2007. Belo Horizonte, 2009.

MORAIS, Maria da Piedade. Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil. Boletim de Políticas Sociais acompanhamento e análise, nº 4, IPEA, Brasília, 2002.

PELOSO, Laura Almeida; COSTA, Sandra M. Fonseca da. Caracterização do processo de envelhecimento da população e o Município de São José dos Campos. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú, MG: ABEP, 2006.

RIOS NETO, Eduardo L. G.; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Demanda demográfica por moradias: um modelo para estimar o estoque e projetar a demanda por habitação. IX Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 2005.

RAO, J. N. K. Small area estimation. Hoboken: Wiley, 2003.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Bárbara. As famílias conviventes no Censo Demográfico 2000. ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004.

SANTOS, Morgana; SANTOS, Jonabio. Família monoparental brasileira. Fiscolex, [S.l], [20--]. Disponível em: http://www.fiscolex.com.br/doc_6221578_FAMILIA_MONOPARENTAL_BRASILEIRA.aspx. Acesso em 28/01/2011.

SMITH, S.; TAYMAN, J.; SWANSON, D. State and local population projections: methodology and analysis. New York: Kluwer, 2001.

SANTOS, Eleniza S. Viana. Uma análise dos diversos arranjos familiares da atualidade. Sociedade e Cultura, 11 jun. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/40312/1/Uma-analise-dos-diversos-arranjos-familiares-da-atualidade-/pagina1.html>. Acesso em 06 dez. 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Programa Habitar/Brasil/BID. Déficit habitacional no Brasil 2000. Belo Horizonte, Informativo CEI, junho de 2002. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit-habitacional-no-brasil>. Acesso em 06 dez. 2011.

_____ Déficit habitacional no Brasil 2005. Belo Horizonte, Informativo CEI, maio de 2006. Disponível em: < http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/70-deficit--habitacional-no-brasil>. Acesso em 06 dez. 2011.

IBGE. Censo demográfico: manual do recenseador. CD 1.09, Rio de Janeiro, 2000a. 91p.

_____. Censo demográfico 2000: questionário da amos¬tra. CD 1.02, Rio de Janeiro, 2000b. 32p.

_____. Censo demográfico 2000: questionário básico. CD 1.01, Rio de Janeiro, 2000c. 4p.

_____. Censo demográfico: manual do recenseador. CD 1.09, Rio de Janeiro, 2009. 320p.

_____. Censo demográfico: questionário da amostra. CD 2010, Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 13p.

Melhor Prática: Zumbi (2009) - Colombo/PR

9. Anexos

A.1 Anexo I

As mudanças nos questionários do censo demográfico 2010 do IBGE – Impactos no cálculo das metodologias do déficit e da demanda habitacional no Brasil

José Eustáquio Diniz Alves

Suzana Cavenaghi

O objetivo deste texto é analisar o impacto de algumas modificações introduzidas nos questionários do censo demográfico de 2010 e as modificações ocorridas no questionário da PNAD 2007 a 2009 sobre o cálculo do déficit e da demanda demográfica habitacional, como também avaliar as perspectivas futuras de trabalhos que poderão ser desenvolvidos a partir das novas categorias de respostas e das perguntas incluídas no censo 2010 do IBGE e da PNAD 2007 a 2009.

2. A metodologia de cálculo do déficit habitacional

Falar do cálculo do déficit habitacional no Brasil significa reporta-se a construção metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro - FJP, órgão do Governo do Estado de Minas Gerais, que elaborou o documento Déficit habitacional no Brasil, em 1995 e que se tornou uma referência nos estudos voltados para as políticas habitacionais no Brasil.

Em 2002, a FJP reviu e atualizou o estudo anterior e publicou o documento Déficit habitacional no Brasil 2000 (FJP, 2002) e o documento Déficit habitacional no Brasil 2005 (FJP, 2006). Em 2009, em parceria com o Ministério das Cidades, lançou o estudo sobre o Déficit Habitacional do Brasil, 2007 em que apresenta uma revisão metodológica do cálculo do déficit habitacional brasileiro (Brasil, 2009).

É importante rever alguns conceitos para que possamos analisar os impactos dos novos questionários, considerando que o déficit habitacional - requer incremento do estoque de moradias – conforme postulação, de 2002, que considerava:

Déficit por incremento de estoque (déficit habitacional)

• Coabitação familiar – domicílios com mais de uma família (famílias conviventes secundárias) e os cômodos cedidos ou alugados ("coabitação disfarçada");

• Domicílios improvisados;

• Ônus excessivo de aluguel – casas e apartamentos urbanos com até três salários mínimos de renda familiar que despendem mais do que 30% com aluguel.

Segundo levantamento publicado em 2002, tendo como referência o ano de 2000 que utilizou o questionário do censo IBGE, o cálculo do déficit habitacional total para o Brasil foi de 6.656.526 unidades, sendo 56,1% devido à coabitação, 24% habitações precárias, 18,2% ônus excessivo de aluguel e 1,8% reposição por depreciação.

Apesar de ter sido amplamente utilizado e tomado como referência bibliográfica para definição e balizadores dos indicadores do déficit para a realidade brasileira, tanto no contexto das políticas a serem estabelecidas, como utilização de referências pela Construção Civil,, vários autores brasileiros (Alves e Cavenaghi, 2005) já apontavam limitações quanto à metodologia empregada, pelas razões a seguir relatadas:

a) não trata da questão do déficit relativo aos domicílios coletivos, especialmente no que diz respeito ao crescente envelhecimento da população brasileira;

b) não incluem os domicílios não-ocupados, especialmente aqueles disponíveis para venda e aluguel, no cômputo do déficit habitacional;

c) considera inadequada toda habitação com mais de 50 anos (depreciação) como déficit o que, evidentemente, pode significar um superdimensionamento do problema se não se considera o estado de conservação do imóvel; e

d) considera toda coabitação como déficit habitacional o que é pouco justificável do ponto de vista sociológico e demográfico.

Este último item tornou-se uma das principais críticas à metodologia construída, pois na composição do cálculo das famílias conviventes existe uma diferença substancial largamente utilizada no conceito mundial, definido pela metodologia estabelecida pela entidade da ONU que estuda o referido assunto e busca uniformizar procedimentos e padrões mundiais para tornar possível a comparação no contexto metodológico com os diversos países; e, além disto, com as mudanças na dinâmica demográfica brasileira é cada vez mais comum a convivência de parentes de duas, três ou mesmo até quatro gerações morando no mesmo domicílio.

Se o domicílio comporta este tipo de arranjo multi-geracional não há porque considerá-lo déficit habitacional, no seu conceito literal, a não ser que haja densidade excessiva ou o desejo de se construir uma nova unidade domiciliar, pergunta que não está disponível nos censos brasileiros.

A metodologia, tão amplamente utilizada e referenciada no Brasil, depois de diversos estudos e debates no meio acadêmico e por diversos estudiosos sobre o assunto, percebeu a necessidade de incorporar as ponderações sobre as famílias conviventes, buscando uma estimativa da porcentagem de famílias conviventes que desejavam nova unidade domiciliar.

A partir do amplo debate, foi sugerido que o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acrescentasse duas perguntas sobre convivência a partir da pesquisa da PNAD 2007, sendo duas questões incorporadas, quais sejam:

- Qual o principal motivo de morar neste domicílio com outra(s) família(s)? (financeiro, saúde, vontade própria, outros motivos)

- Existe a intenção (da família) de se mudar e constituir outro domicílio?

A partir da formulação das perguntas acima descritas, foi possível constatar que nem todas as famílias conviventes desejavam a construção de um novo domicílio. Assim, partindo desta constatação percebe que houve uma mudança metodológica na quantificação do déficit em 2007 uma redução no seu quantitativo de cerca de 40% para o componente das famílias conviventes, as quais eram todas consideradas como déficit habitacional.

Desta forma, o déficit habitacional brasileiro, do componente coabitação familiar, que havia sido calculado em 4.489.139 unidades, referência PNAD 2005 (FJP, 2006) teve uma forte redução para 2.463.998 unidades quando se utiliza a pesquisa PNAD em 2007 (FJP, 2009).

Percebe-se, portanto uma ligeira mudança na construção metodológica que fragiliza o resultado, quando comparamos situações distintas. Com isso aponta-se fragilidade e limitações no processo de análise e continuidade de verificação, uma vez que estamos comparando duas situações especificas.

Outro aspecto importante a ser observado na referida metodologia, decorre da impossibilidade de sua desagregação intraterritorial. Isto porque, o cálculo do montante das famílias conviventes era feito com base em uma pergunta do questionário da amostra do censo e não com base no questionário básico. Assim, a unidade mínima para análise do déficit dentro do município, em 2000, era a área de ponderação e não o setor censitário.

No censo 2000, a pergunta item 4.02 - questionário básico que esclarece sobre a pessoa responsável pelo domicílio (que abarca o universo dos domicílios particulares permanentes ocupados), acrescido da pergunta (4.03 – questionário básico) – "qual é a relação com a pessoa responsável pela família?" só fazia parte do questionário da amostra e estas duas perguntas combinadas é o que possibilita a identificação de famílias conviventes em um mesmo domicílio.

Esta limitação que já existia com base nos dados do censo demográfico do ano 2000, vai se ampliar com o censo demográfico de 2010, pois se manteve no questionário básico a pergunta (5.02) - "qual é a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?" e a pergunta sobre a relação de parentesco com o responsável pela família foi retirada do questionário da amostra.

No entanto, constata-se uma novidade do censo 2010 com a inclusão de uma nova pergunta referente ao item 4.02 que traz a possibilidade de indicação de mais de uma pessoa responsável pelo domicílio: "responsabilidade pelo domicílio" (pessoa responsável pelo domicílio é aquela que é reconhecida como tal pelos demais moradores do domicílio): 1 - apenas um responsável; 2 - mais de um responsável"

Contudo, na pergunta (5.02) – "qual é a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?" é preciso, por motivos operacionais, definir um responsável que servirá de referência para definir a relação de parentesco ou de convivência com as demais pessoas do domicílio e não se indica qual o motivo para tal seleção. As categorias de relação de parentesco ou de convivência com responsável estão bastante ampliadas e mais detalhadas que em censos anteriores: As alternativas de respostas são:

1 - pessoa responsável pelo domicílio;

2 - cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente;

3 - cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo;

4 - filho(a) do responsável e do cônjuge;

5 - filho(a) somente do responsável;

6 - enteado(a);

7 - genro ou nora;

8 - pai ou mãe;

9 - sogro(a);

10 - neto(a);

11 - bisneto(a);

12 - irmão ou irmã;

13 - avô ou avó;

14 - outro parente;

15 - agregado(a);

16 – convivente;

17 – pensionista;

18 - empregado(a) doméstico(a);

19 - parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e

20 - individual em domicílio coletivo.

Nota-se que, pela primeira vez, vai haver identificação de parceria conjugal do mesmo sexo (apenas para as que vivem no mesmo domicílio e são o responsável ou o cônjuge).

Como a pergunta sobre o responsável pela família foi retirada do questionário da amostra do censo 2010, não é possível identificar as famílias conviventes dentro do domicílio. Desta forma, o cálculo do principal componente do déficit habitacional segundo a metodologia largamente utilizada no Brasil ficará prejudicado a partir do novo questionário do censo 2010. Para exemplificar tal afirmativa, podemos citar que o cálculo do déficit habitacional municipal, que é feito somente com os dados censais não poderá ser realizado em 2010, pelo menos de forma comparável com as quantidades anteriormente calculadas que utilizaram os censos anteriores.

Espera-se que, em parte, algumas famílias conviventes poderão ser identificadas no censo 2010 em função das perguntas do item (6.04a) - "tem mãe viva? 1 - sim e mora neste domicílio (siga 6.04b); 2 - sim e mora em outro domicílio; 3 - não (passe 6.05) e 4 - não sabe" e (6.04b) – "assinale o nome da mãe da pessoa".

Porém, ressalta-se que a utilização de metodologia que se valia das perguntas formuladas nos censos anteriores e que agora não mais acontecerão, perderá a possibilidade de comparabilidade no item famílias conviventes de 2010, somente uma aproximação. A identificação de coabitação, que utilizava dessas perguntas, ficará bastante prejudicada para as famílias reconstruídas e para aquelas que a mãe não more no domicílio (pois não há a pergunta sobre o nome do pai das pessoas do domicílio). Qualquer mudança no indicador do déficit habitacional, que utiliza o referido método não poderá ser diretamente atribuída a mudanças na política habitacional, pois será impossível medir o efeito da mudança de método.

Com estes detalhamentos, pode-se perceber que a metodologia do cálculo do déficit habitacional vai ficar prejudicada com as inovações introduzidas no questionário da amostra do censo de 2010, no que se refere ao componente da coabitação. Além disto, é preciso destacar que, embora a metodologia estabelecida para o déficit seja útil para se avaliar "uma certa" carência geral de domicílios nos municípios, estados, região ou no país, possui limitações de uso, pois não permitiu:

1) fazer uma análise ao nível do setor censitário isto é, um cálculo mais detalhado na intramunicipalidade;

2) estimar uma demanda nova por habitação em função da dinâmica demográfica própria, do ciclo de vida dos indivíduos e do processo de formação de novos arranjos familiares.

Para superar estas lacunas da metodologia do déficit habitacional e para estimar as necessidades de financiamento de novas moradias (num contexto de déficit ou não déficit) é que outros estudos foram criados, a exemplo da metodologia que calcula a demanda habitacional demográfica, necessidade essa percebida em função das transformações que o país passa na sua estrutura etária e na conformação de arranjos familiares.

3. A metodologia de cálculo da demanda habitacional demográfica

Cada vez mais, percebe-se uma necessidade de conhecer a demanda habitacional do país, com o máximo de desagregação geográfica possível. Neste sentido a metodologia da demanda habitacional demográfica leva em consideração a procura por uma nova unidade habitacional por parte das pessoas que pretendem formar um novo arranjo domiciliar (que pode ser uma pessoa sozinha, pessoas ligadas por laço de parentesco ou pessoas que se unem mesmo sem laços de parentesco - como, por exemplo, as repúblicas de estudantes).

As condições demográficas de um país, especialmente a sua estrutura etária, são determinantes para o cálculo da demanda habitacional demográfica (DHDE). Por exemplo, um país jovem, com alta proporção de crianças em sua população geralmente terá uma demanda habitacional menor do que um país que tiver uma população mais envelhecida, pois as crianças não possuem autonomia para gerar um novo arranjo domiciliar, enquanto os adultos e idosos, geralmente, possuem maior probabilidade de terem condições de criar uma nova demanda habitacional. No caso do Brasil, que está passando por uma transição demográfica e uma transição da sua

estrutura etária, a demanda habitacional tende a aumentar em decorrência do processo de envelhecimento populacional, conseqüentemente ampliando a necessidade de novas moradias. Dois fenômenos demográficos são responsáveis por isto:

1) O ciclo de vida e a transição da adolescência para a vida adulta; e

2) A formação de novos arranjos domiciliares e a distribuição das taxas de chefia.

Constatado que esta realidade esta presente nas mudanças que vem acontecendo com a população brasileira e seguindo tais considerações, existem dois parâmetros importantes para se definir os adultos que estão no domicílio e que podem ser demandantes potencias de habitação: 1) a idade média ao casar e 2) a taxa de chefia. Pelo primeiro parâmetro pode-se fazer um corte etário entre 24 anos de idade e 64 anos de idade, pois a partir desta idade a taxa de chefia se estabiliza. Assim, para o cálculo da DHDE pode-se trabalhar com adultos entre 24 e 64 anos, pois é nesta faixa de idade que a grande maioria dos adultos forma os novos arranjos domiciliares. Desta forma, a metodologia para o cálculo da DHDE foi definida da seguinte maneira:

a) Não foram considerados na demanda habitacional demográfica os arranjos domiciliares onde o responsável pelo domicilio (chefe homem ou mulher), com ou sem cônjuge, vive(m) só ou com crianças e jovens abaixo de 24 anos ou com idosos com 65 anos ou mais;

b) Os potenciais demandantes adultos por novas moradias são aqueles que possuem idades compreendidas entre 24 e 64 anos e moram em um domicílio com um arranjo domiciliar caracterizado no item anterior, isto é, chefe unipessoal só e/ou com cônjuge e/ou com crianças e jovens (menos de 24 anos) e/ou com idosos (com 65 anos ou mais);

c) Calcula-se a taxa de chefia para cada município, estado ou para o país (dependendo do nível de análise) para os seguintes grupos de idade: 24-29 anos; 30-39 anos e 40-64 anos;

d) Calcula-se quantos adultos (filhos e/ou parentes e/ou agregados) existiam em cada domicílio (e que não eram chefe ou cônjuge) para cada grupo de idade definida no item anterior (24-29 anos, 30-39 anos e 40-64 anos) e multiplicamos pela respectiva taxa de chefia de cada grupo de idade. Por exemplo, se existia apenas um adulto entre 24 e 29 anos e a taxa de chefia neste grupo era de 30%, então este domicílio contribuía com uma demanda de 0,3 (1 vez 0,3) unidade habitacional. Se existissem três adultos entre 40 e 64 anos e a taxa de chefia neste grupo era de 55%, então este domicílio contribui com a demanda de 1,65 (3 vezes 0,55) unidade habitacional e assim por diante.

e) O cálculo da DHDE pode ser apresentado por Setor Censitário, para os Municípios, para a Unidade da Federação ou para o Brasil.

É importante destacar que a DHDE é uma demanda potencial e não se confunde com a noção de déficit habitacional, embora diversas necessidades de moradia que entram nos cálculos usuais do déficit sejam consideradas. A DHDE capta, pela estrutura demográfica, as possibilidades de surgimento de novos chefes, pois calcula o número de pessoas adultas no domicílio (além do responsável e cônjuge), ponderadas pela taxa de chefia do respectivo grupo etário.

No questionário do censo 2010, a DHDE pode ser calculada a partir da pergunta (5.02) – "qual é a relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pelo domicílio?" que combinada com as perguntas de sexo e idade (itens de 6.01 a 6.04) e fornece, em nível de setor censitário, as bases para se calcular a demanda demográfica habitacional. O uso da taxa de chefia, combinada com o tipo de família e a estrutura etária dos moradores dos domicílios, permite localizar uma demanda habitacional no nível territorial mais desagregado possível (intraterritorialidade). Além disso, o setor é identificado na área rural ou urbana e a demanda pode ser classificada por categorias sócio-econômicas do domicílio, que foi estimada indiretamente por regressão linear a partir do rendimento do responsável pelo domicílio, informação dis-

ponível no questionário básico do censo de 2000, e de informações contidas no questionário da amostra do mesmo censo.

O questionário básico do censo demográfico 2010 traz uma novidade importante para a caracterização da demanda habitacional por classes sócio-econômicas, que é a inclusão da pergunta feita para todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade: "6.15 - qual era o seu rendimento mensal total, em julho de 2009?". A questão envolve a soma de todos os rendimentos mensais de trabalhos e de outras fontes da pessoa, discriminadas em duas alternativas: "1 - em dinheiro, produtos ou mercadorias 2 - somente em benefícios (moradia, alimentação, treinamento, etc.) e 0 - não tem". Para cada morador do domicílio (com mais de 10 anos) é perguntado o valor do rendimento em reais.

A pergunta estabelecida no item 6.15 é um grande avanço em relação à pergunta do item (4.09) do questionário básico do censo 2000 que perguntava "qual foi o seu rendimento bruto do mês de julho de 2000?" somente para o responsável pelo domicílio. Assim, no censo 2000, não era possível calcular a renda domiciliar e tampouco identificar as demais pessoas adultas do domicílio com rendimento e que são potenciais demandantes de novas moradias.

Já no questionário do censo 2010, haverá uma riqueza significativa de informações sobre o rendimento das pessoas (maiores de 10 anos) do domicílio, assim será possível somar a renda total do domicílio e apresentar os resultados em nível de setor censitário, sem a necessidade de estimação indireta como feita para o ano de 2000, com a utilização de instrumentos estatísticos. Esta informação vai enriquecer, de forma significativa, a metodologia da demanda habitacional demográfica (embora não traga muitas vantagens para a metodologia do déficit habitacional), possibilitando um refinamento do cálculo da demanda habitacional, que poderá ser melhor localizada no território intramunicipal.

4. Perspectivas futuras e estimativas de população

Os censos demográficos são fontes fundamentais de informação e diferente de outras pesquisas domiciliares, por possuir dados desagregados até o nível de setor censitário, para todo o país. Porém, possuem a desvantagem de serem realizados somente de dez em dez anos. No período, intercensitário as informações da PNAD não possuem a desagregação nem para o nível municipal, quanto menos para o nível intramunicipal. Assim, quanto mais distante do censo, ao longo da década, mais desatualizada ficam as informações em nível desagregado.

Metodologias de projeção populacional se tornam necessárias e existem várias propostas metodológicas, para dar respostas para pequenas áreas, mas de uma forma ou outras, todas apresentam algumas desvantagens (Smith et al., 2001; Rao, 2003). Algumas propostas carecem de informações básicas atualizadas e uma novidade do censo demográfico 2010, que pode trazer avanços para o cálculo de estimativas e projeções populacionais em pequenos domínios (áreas) são as informações sobre energia elétrica em cada domicílio, que anteriormente foi perguntado somente no questionário da amostra. As perguntas dos itens 2.10 a 2.12, colocadas no questionário básico trazem as seguintes questões sobre energia elétrica:

"2.10 – Existe energia elétrica no domicílio?

1 - sim (siga 2.11)

2 - não (passe 2.13)

2.11 – A energia elétrica é de companhia distribuidora?

1 - sim, com medidor de uso exclusivo

2 - sim, com medidor comum a mais de um domicílio

3 - sim, sem medidor

4 - não

2.12 – Habitualmente, a energia elétrica esta disponível:

1 - todos os dias, em tempo integral

2 - todos os dias

3 - de outra forma"

O uso destas perguntas, usadas de forma criativa e combinado com as informações de sexo, estrutura etária, estrutura familiar e rendimento das pessoas dos domicílios, servem de base para projeções, em nível de setor censitário, se houver informações atualizadas do consumo de energia para os domicílios por setor censitário. Ou mesmo ajuda na estimativa populacional em nível municipal, que na atualidade tem uma incerteza muito grande, quanto mais se afasta do ano de realização do censo demográfico.

Um trabalho conjunto do IBGE, coordenador do sistema nacional de estatística com as empresas de energia elétrica, coordenadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) possibilitaria o fornecimento de bases para uma projeção anual (ou até mensal, bimestral ou trimestral) da população, desde que haja uma compatibilização dos dados e que se faça os pressupostos necessários para torná-los referências de mensuração. Mesmo com as dificuldades inerentes a todo método de projeção, esta possibilidade aberta com a introdução das questões de energia no questionário básico do censo demográfico 2010 apresenta um desafio que deve ser enfrentado para melhorar a atualização das estimativas de população.

5. À guisa de conclusão

Este texto traz uma contextualização sobre os impactos que as mudanças nos instrumentos de coleta de dados do censo demográfico 2010, do IBGE, terão sobre as metodologias do déficit habitacional e da demanda demográfica habitacional (DHDE).

De modo geral, podemos dizer que as modificações realizadas, principalmente no questionário básico do censo, trarão um impacto positivo no cálculo da demanda demográfica habitacional (DHDE). Com isto ajudará a todos os estudiosos sobre o assunto, os implementadores e formuladores de políticas no Brasil a identificar e qualificar melhor, a demanda habitacional potencial, em nível de setor censitário, com melhor clareza da dinâmica intramunicipal.

A.2 Anexo II

Cálculo da demanda habitacional para as Unidades da Federação - 2001 a 2009

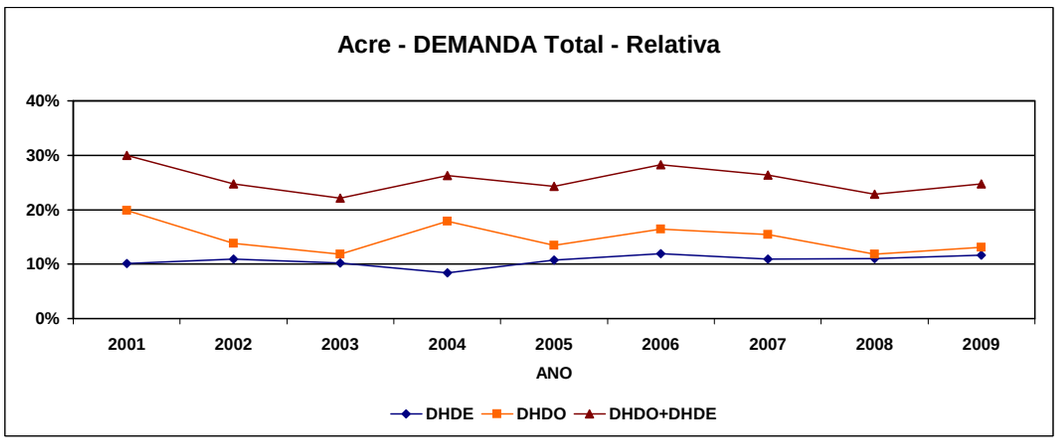
DEMANDA TOTAL RELATIVA

ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Acre - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,10%	19,88%	29,98%
2002	10,89%	13,86%	24,75%
2003	10,24%	11,87%	22,11%
2004	8,38%	17,92%	26,30%
2005	10,78%	13,47%	24,25%
2006	11,88%	16,39%	28,27%
2007	10,92%	15,42%	26,34%
2008	10,99%	11,83%	22,82%
2009	11,66%	13,06%	24,72%

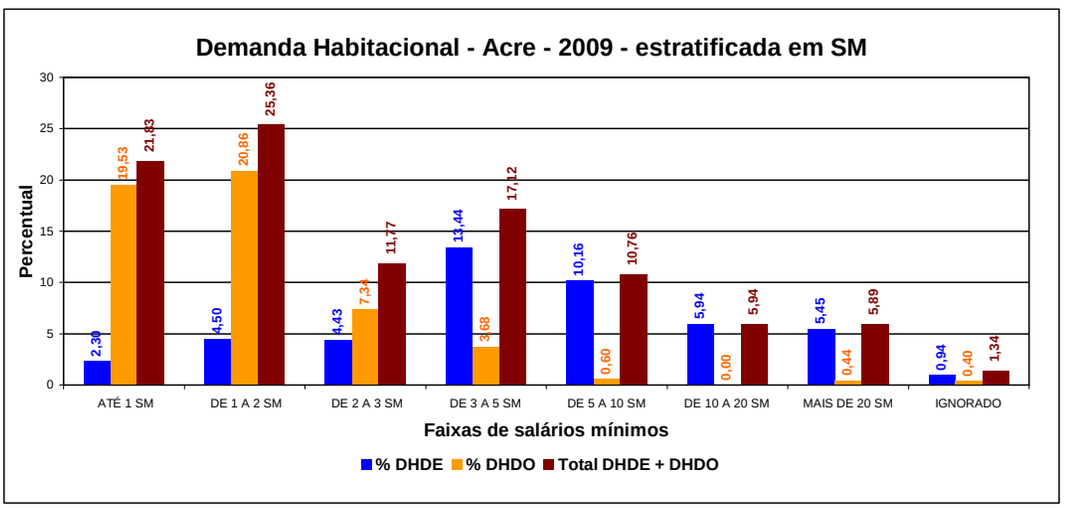
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Acre - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,30	4,50	4,43	13,44	10,16	5,94	5,45	0,94
% DHDO	19,53	20,86	7,34	3,68	0,60	0,00	0,44	0,40
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**21,83**	**25,36**	**11,77**	**17,12**	**10,76**	**5,94**	**5,89**	**1,34**

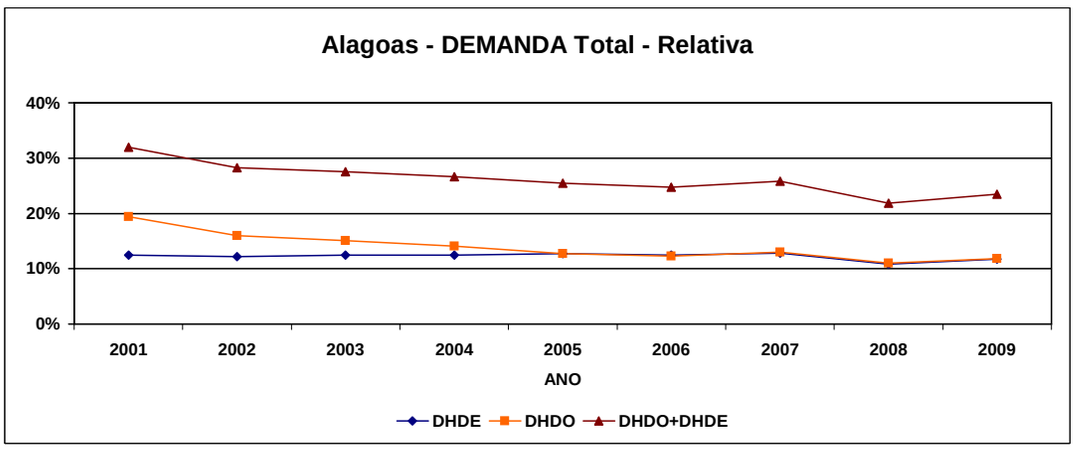


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Alagoas - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,49%	19,45%	31,94%
2002	12,22%	16,01%	28,23%
2003	12,43%	15,11%	27,55%
2004	12,50%	14,12%	26,62%
2005	12,77%	12,69%	25,46%
2006	12,51%	12,28%	24,78%
2007	12,86%	13,01%	25,86%
2008	10,83%	11,03%	21,86%
2009	11,73%	11,79%	23,52%

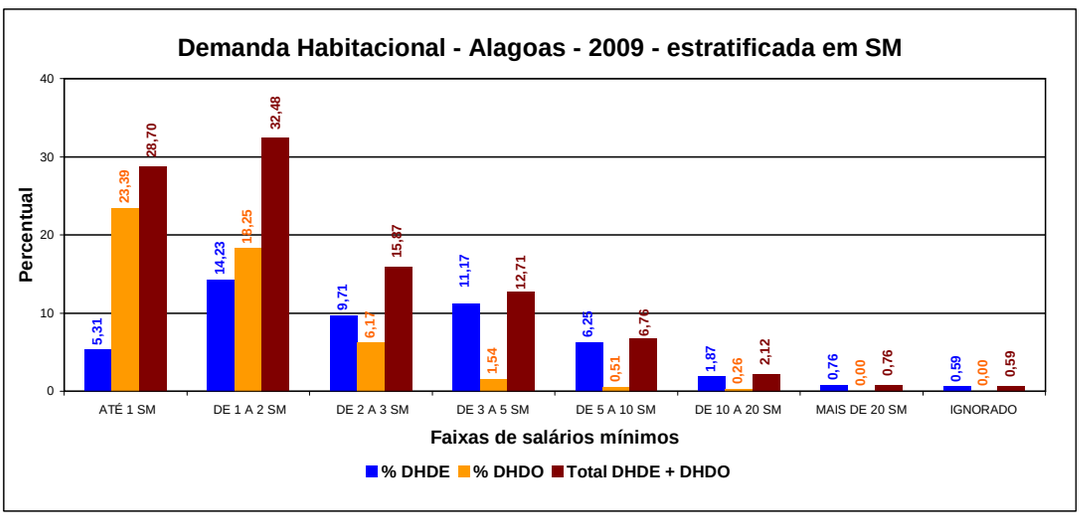
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Alagoas - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	5,31	14,23	9,71	11,17	6,25	1,87	0,76	0,59
% DHDO	23,39	18,25	6,17	1,54	0,51	0,26	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**28,70**	**32,48**	**15,87**	**12,71**	**6,76**	**2,12**	**0,76**	**0,59**

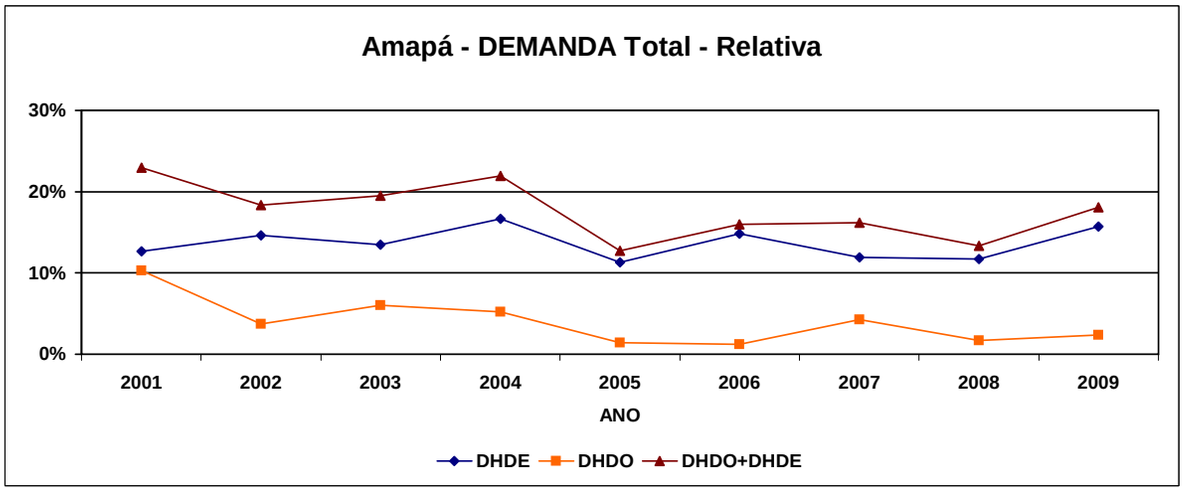


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Amapá - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,66%	10,30%	22,96%
2002	14,62%	3,72%	18,34%
2003	13,47%	6,03%	19,49%
2004	16,68%	5,24%	21,92%
2005	11,30%	1,42%	12,72%
2006	14,80%	1,21%	16,01%
2007	11,91%	4,30%	16,20%
2008	11,69%	1,68%	13,37%
2009	15,71%	2,36%	18,07%

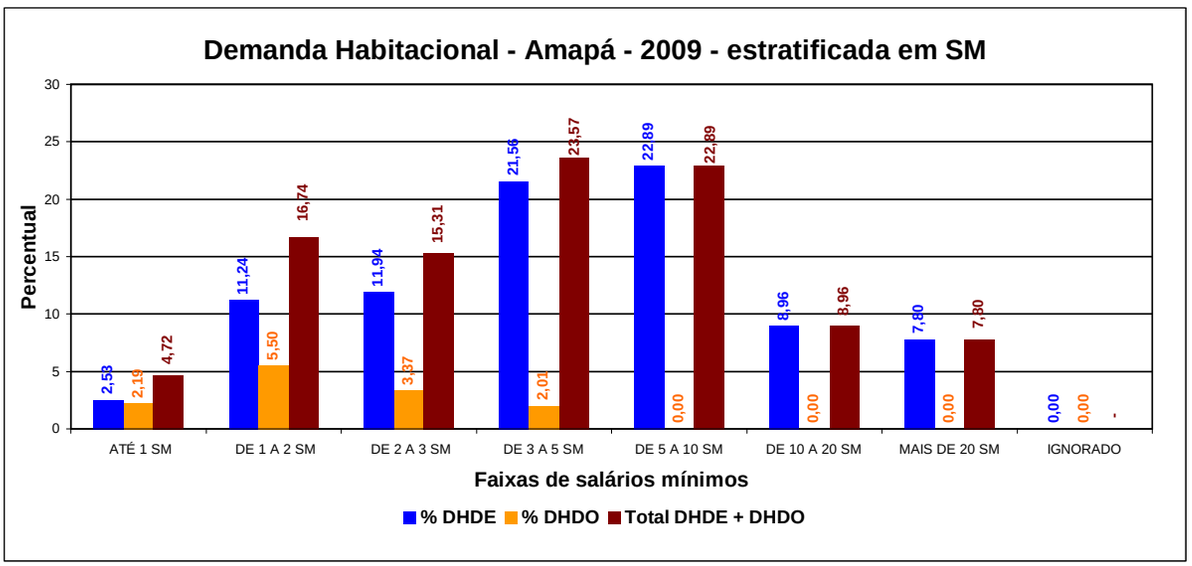
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Amapá - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,53	11,24	11,94	21,56	22,89	8,96	7,80	0,00
% DHDO	2,19	5,50	3,37	2,01	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**4,72**	**16,74**	**15,31**	**23,57**	**22,89**	**8,96**	**7,80**	**-**

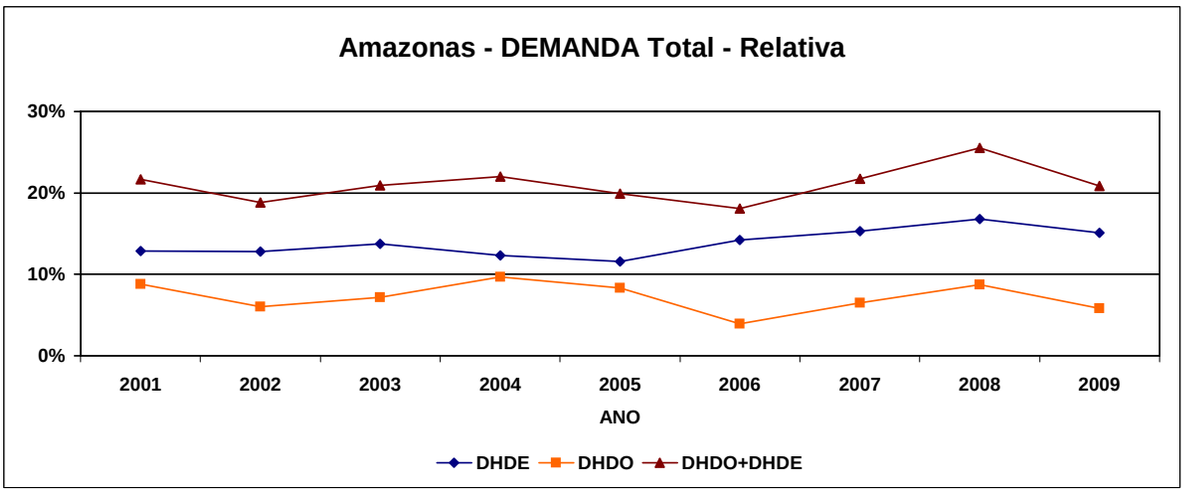


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Amazonas - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,87%	8,81%	21,67%
2002	12,78%	6,03%	18,81%
2003	13,72%	7,18%	20,90%
2004	12,31%	9,71%	22,01%
2005	11,60%	8,34%	19,94%
2006	14,20%	3,90%	18,10%
2007	15,28%	6,49%	21,76%
2008	16,79%	8,75%	25,54%
2009	15,10%	5,79%	20,89%

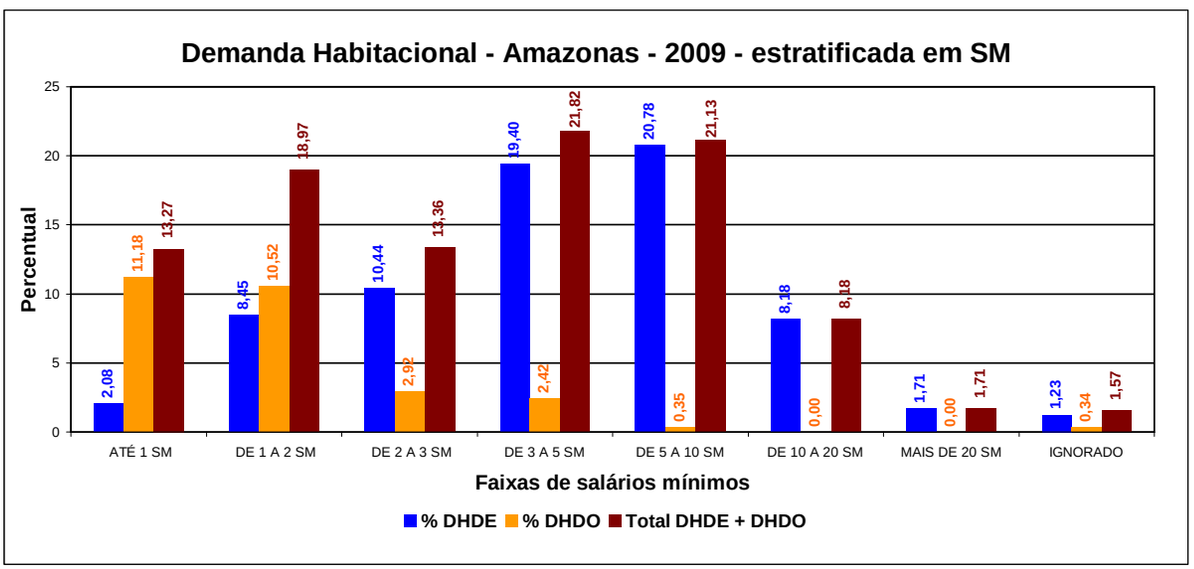
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Amazonas - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,08	8,45	10,44	19,40	20,78	8,18	1,71	1,23
% DHDO	11,18	10,52	2,92	2,42	0,35	0,00	0,00	0,34
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**13,27**	**18,97**	**13,36**	**21,82**	**21,13**	**8,18**	**1,71**	**1,57**

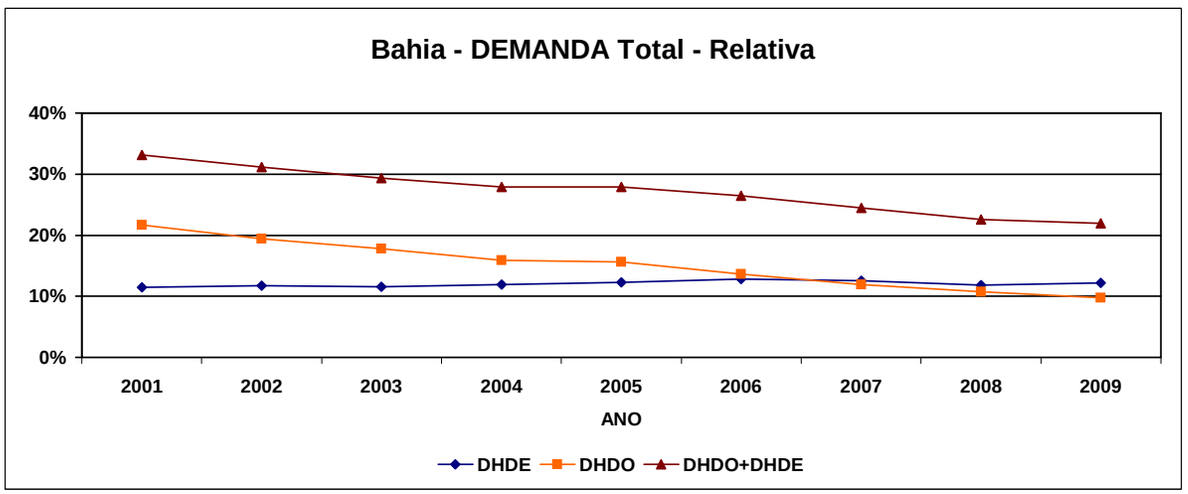


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Bahia - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	11,48%	21,69%	33,17%
2002	11,74%	19,39%	31,13%
2003	11,60%	17,77%	29,37%
2004	11,95%	15,94%	27,88%
2005	12,28%	15,66%	27,94%
2006	12,85%	13,60%	26,44%
2007	12,52%	11,94%	24,46%
2008	11,83%	10,74%	22,57%
2009	12,20%	9,73%	21,93%

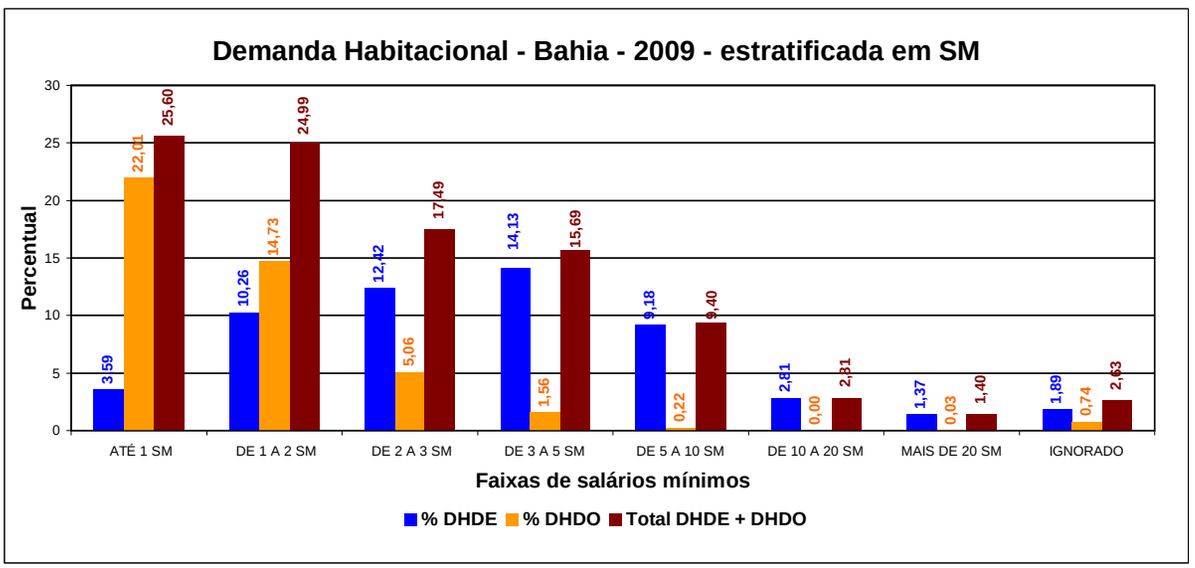
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Bahia - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,59	10,26	12,42	14,13	9,18	2,81	1,37	1,89
% DHDO	22,01	14,73	5,06	1,56	0,22	0,00	0,03	0,74
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**25,60**	**24,99**	**17,49**	**15,69**	**9,40**	**2,81**	**1,40**	**2,63**

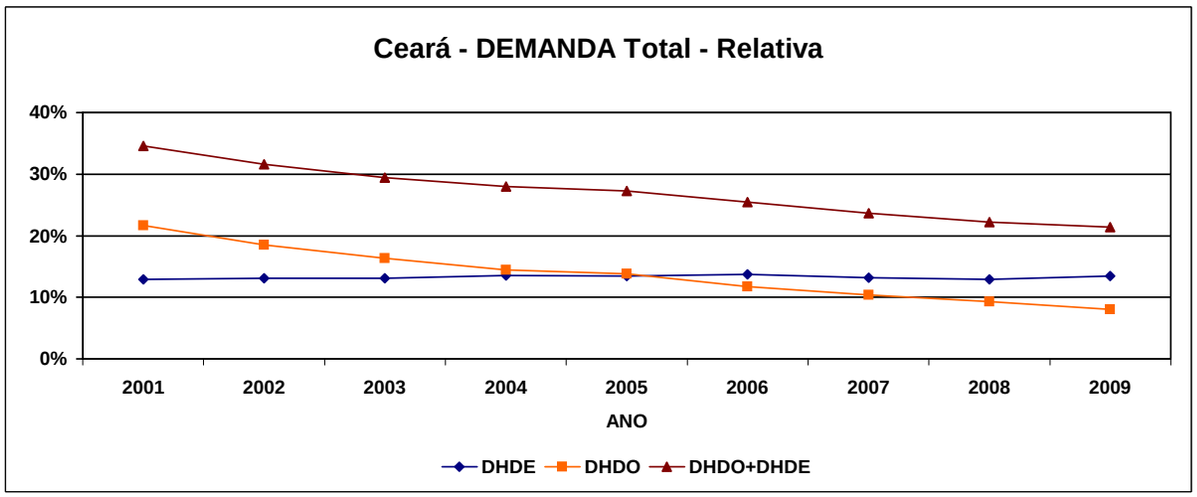


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Ceará - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,93%	21,64%	34,57%
2002	13,12%	18,48%	31,60%
2003	13,07%	16,36%	29,43%
2004	13,54%	14,45%	27,99%
2005	13,43%	13,86%	27,29%
2006	13,69%	11,72%	25,42%
2007	13,22%	10,39%	23,61%
2008	12,95%	9,26%	22,22%
2009	13,42%	8,00%	21,42%

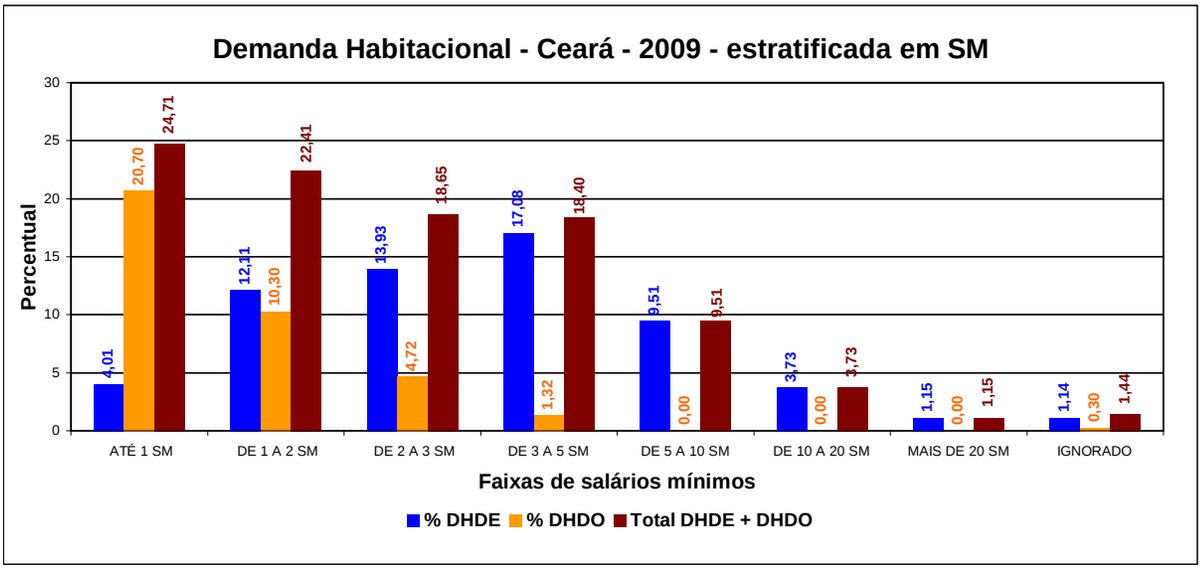
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Ceará - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	4,01	12,11	13,93	17,08	9,51	3,73	1,15	1,14
% DHDO	20,70	10,30	4,72	1,32	0,00	0,00	0,00	0,30
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**24,71**	**22,41**	**18,65**	**18,40**	**9,51**	**3,73**	**1,15**	**1,44**

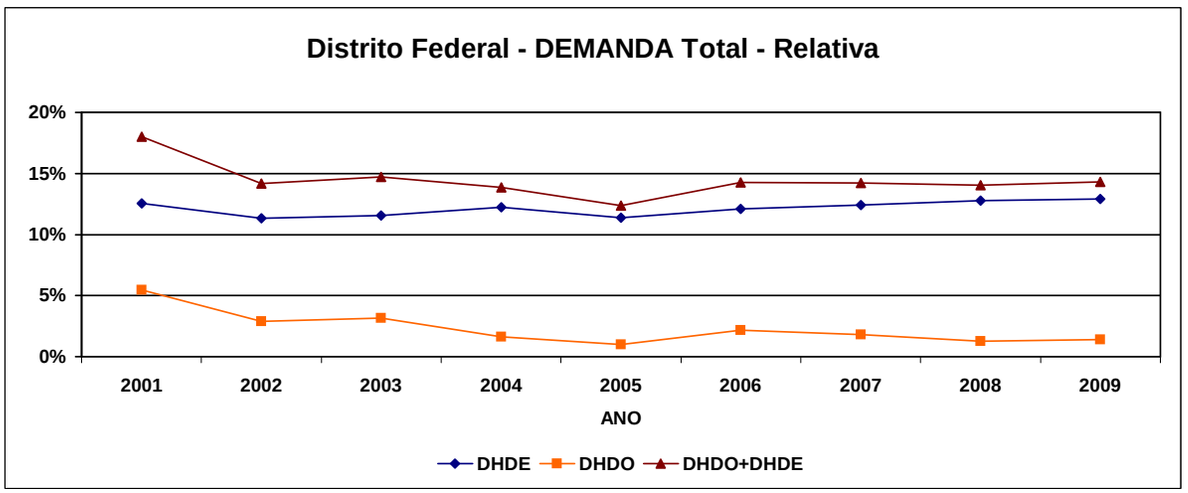


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Distrito Federal - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,53%	5,48%	18,00%
2002	11,32%	2,87%	14,19%
2003	11,56%	3,17%	14,73%
2004	12,25%	1,63%	13,88%
2005	11,38%	1,00%	12,37%
2006	12,11%	2,16%	14,27%
2007	12,42%	1,81%	14,23%
2008	12,76%	1,26%	14,02%
2009	12,93%	1,40%	14,32%

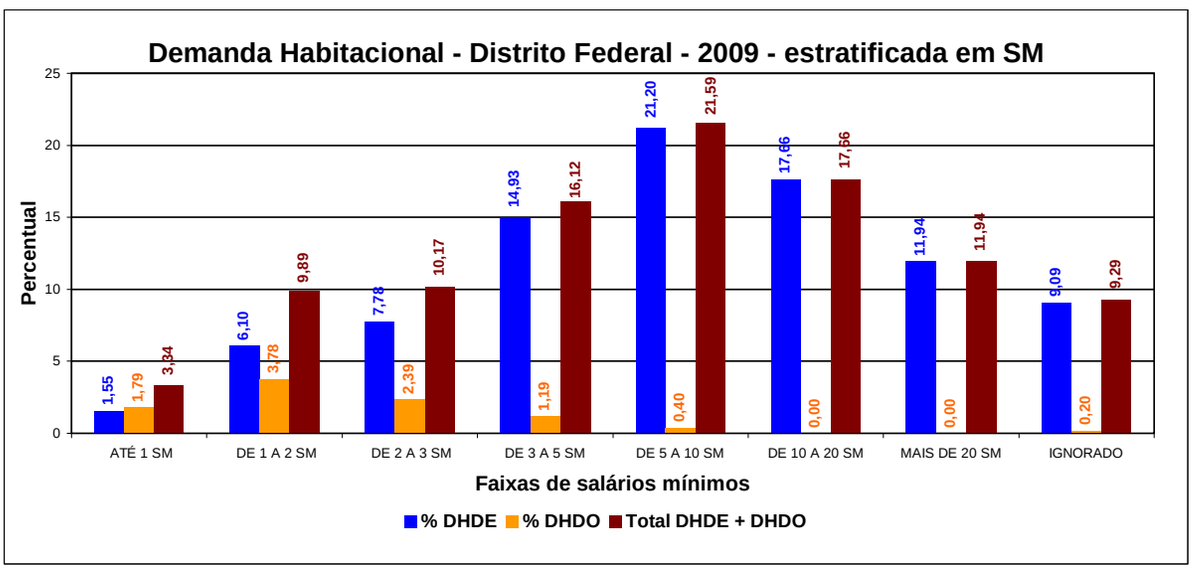
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Distrito Federal - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,55	6,10	7,78	14,93	21,20	17,66	11,94	9,09
% DHDO	1,79	3,78	2,39	1,19	0,40	0,00	0,00	0,20
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**3,34**	**9,89**	**10,17**	**16,12**	**21,59**	**17,66**	**11,94**	**9,29**

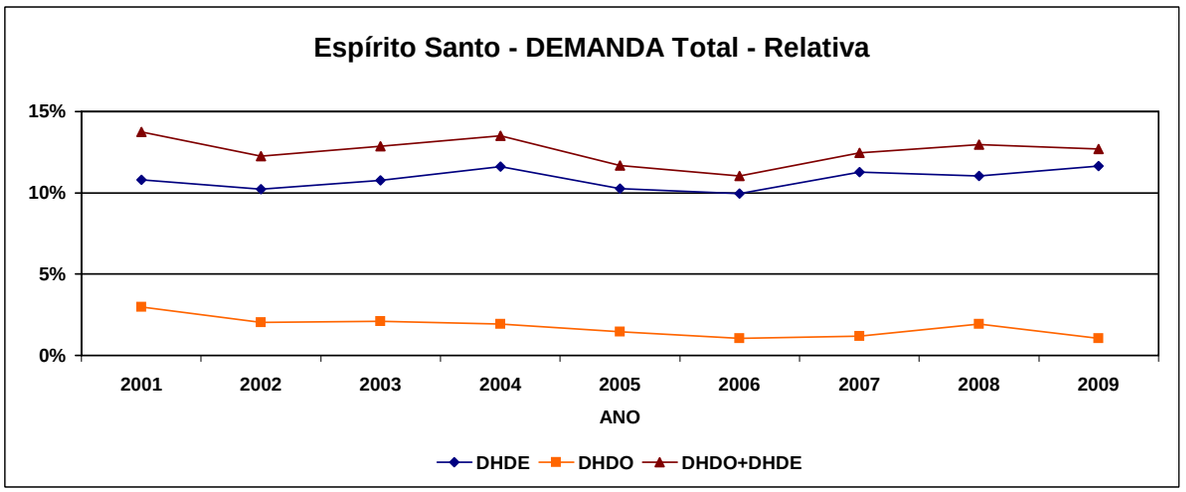


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Espírito Santo - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,79%	2,97%	13,76%
2002	10,22%	2,02%	12,24%
2003	10,76%	2,10%	12,86%
2004	11,60%	1,92%	13,52%
2005	10,24%	1,44%	11,68%
2006	9,97%	1,06%	11,03%
2007	11,27%	1,19%	12,46%
2008	11,03%	1,93%	12,95%
2009	11,65%	1,03%	12,68%

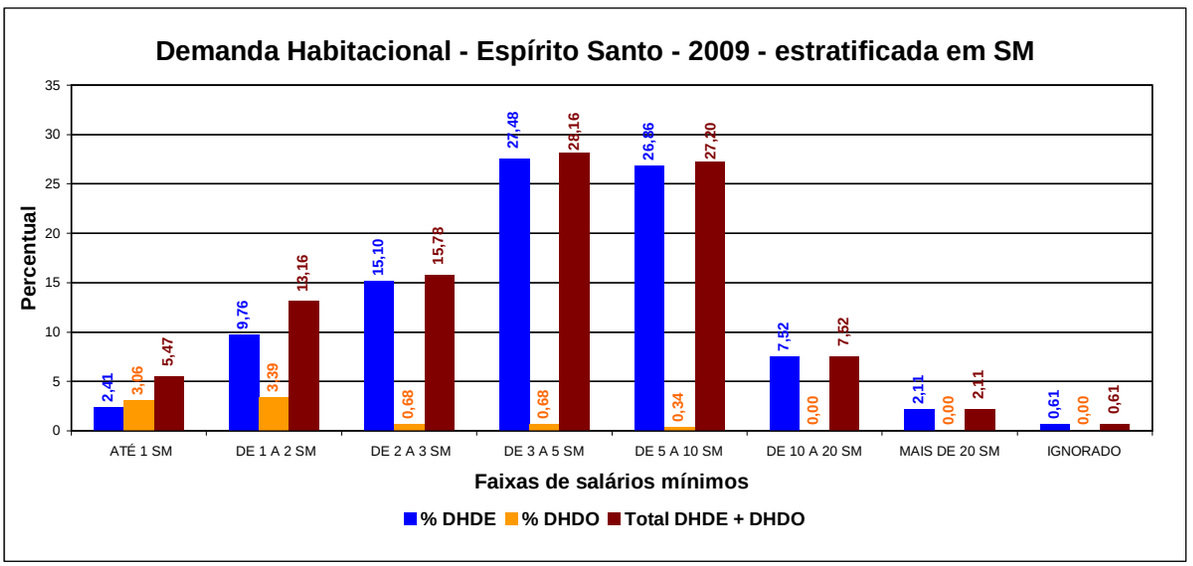
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Espírito Santo - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,41	9,76	15,10	27,48	26,86	7,52	2,11	0,61
% DHDO	3,06	3,39	0,68	0,68	0,34	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**5,47**	**13,16**	**15,78**	**28,16**	**27,20**	**7,52**	**2,11**	**0,61**

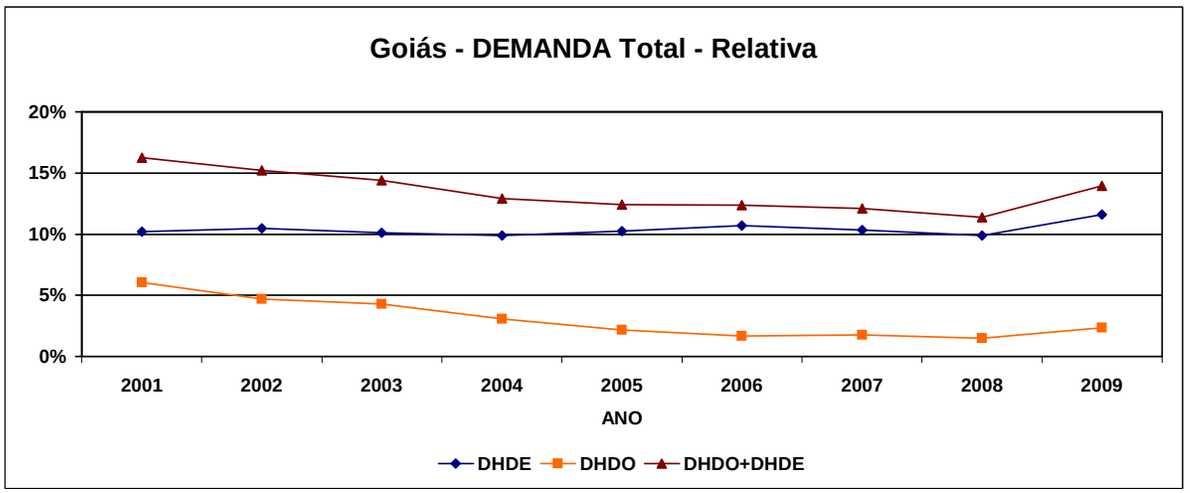


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Goiás - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,22%	6,04%	16,27%
2002	10,49%	4,71%	15,20%
2003	10,10%	4,29%	14,40%
2004	9,88%	3,05%	12,93%
2005	10,23%	2,17%	12,39%
2006	10,70%	1,69%	12,38%
2007	10,36%	1,74%	12,10%
2008	9,90%	1,50%	11,40%
2009	11,62%	2,35%	13,97%

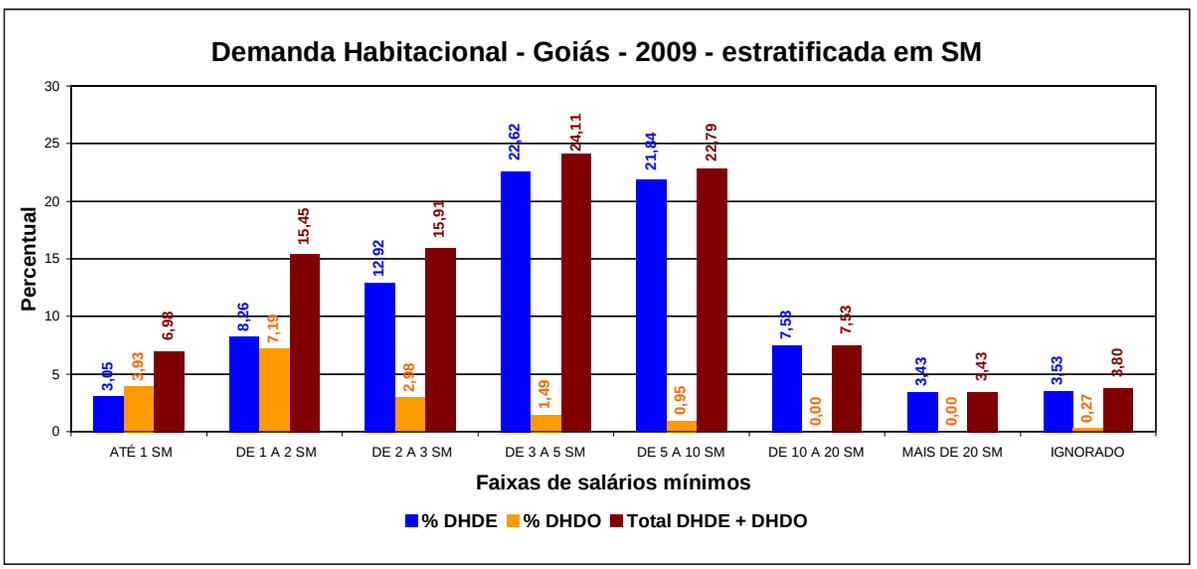
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Goiás - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,05	8,26	12,92	22,62	21,84	7,53	3,43	3,53
% DHDO	3,93	7,19	2,98	1,49	0,95	0,00	0,00	0,27
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**6,98**	**15,45**	**15,91**	**24,11**	**22,79**	**7,53**	**3,43**	**3,80**

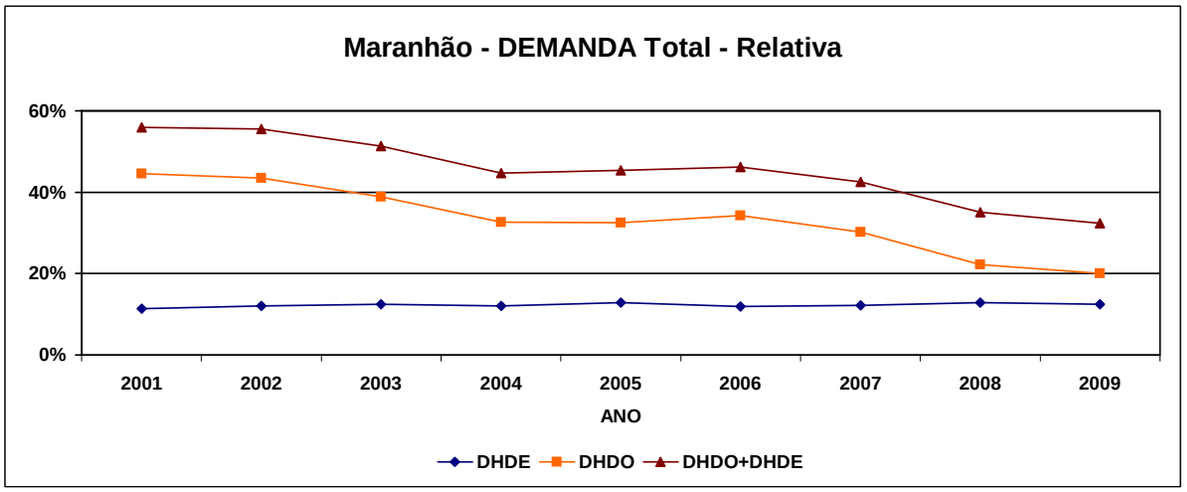


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Maranhão - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	11,34%	44,61%	55,95%
2002	12,00%	43,50%	55,50%
2003	12,45%	38,91%	51,36%
2004	12,05%	32,64%	44,69%
2005	12,93%	32,46%	45,39%
2006	11,97%	34,27%	46,25%
2007	12,23%	30,24%	42,47%
2008	12,91%	22,21%	35,12%
2009	12,43%	20,01%	32,44%

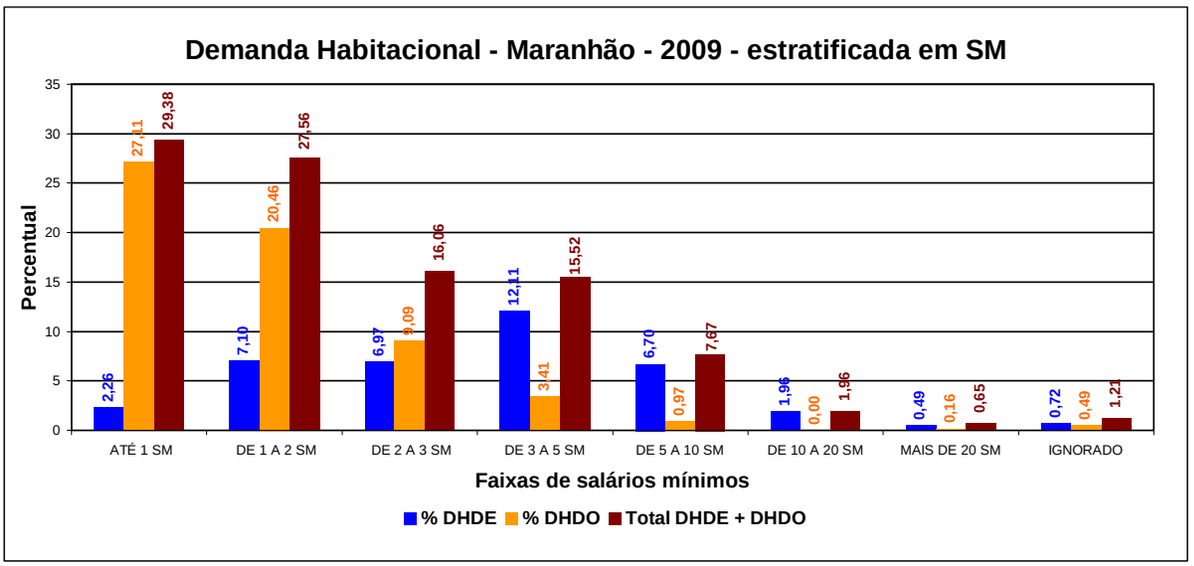
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Maranhão - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,26	7,10	6,97	12,11	6,70	1,96	0,49	0,72
% DHDO	27,11	20,46	9,09	3,41	0,97	0,00	0,16	0,49
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**29,38**	**27,56**	**16,06**	**15,52**	**7,67**	**1,96**	**0,65**	**1,21**

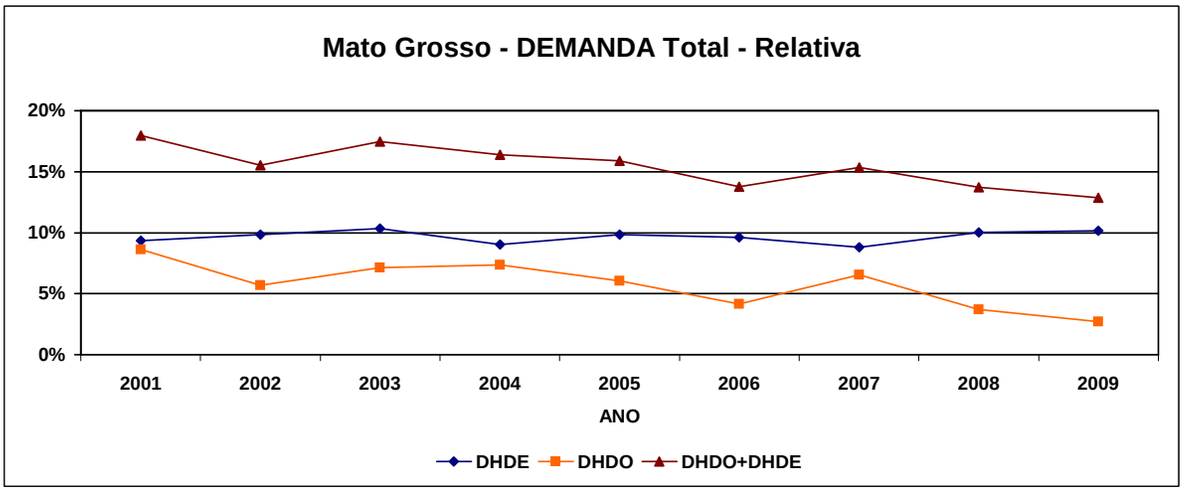


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Mato Grosso - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	9,35%	8,60%	17,95%
2002	9,83%	5,69%	15,52%
2003	10,36%	7,13%	17,49%
2004	9,01%	7,36%	16,37%
2005	9,84%	6,04%	15,88%
2006	9,61%	4,17%	13,77%
2007	8,80%	6,54%	15,34%
2008	10,03%	3,68%	13,71%
2009	10,15%	2,72%	12,87%

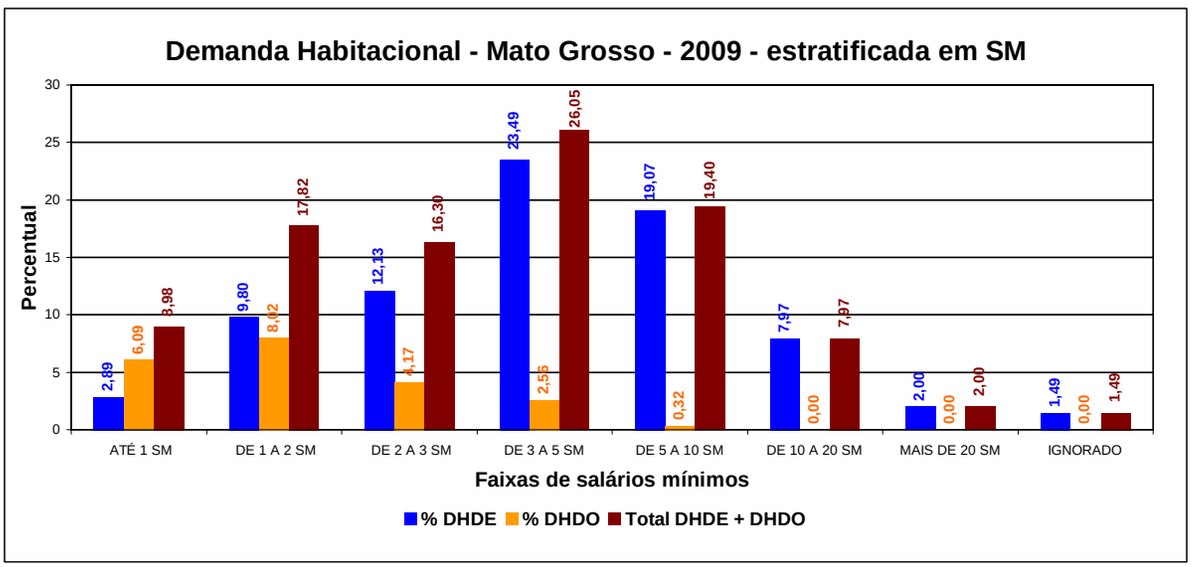
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Mato Grosso - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,89	9,80	12,13	23,49	19,07	7,97	2,00	1,49
% DHDO	6,09	8,02	4,17	2,56	0,32	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**8,98**	**17,82**	**16,30**	**26,05**	**19,40**	**7,97**	**2,00**	**1,49**

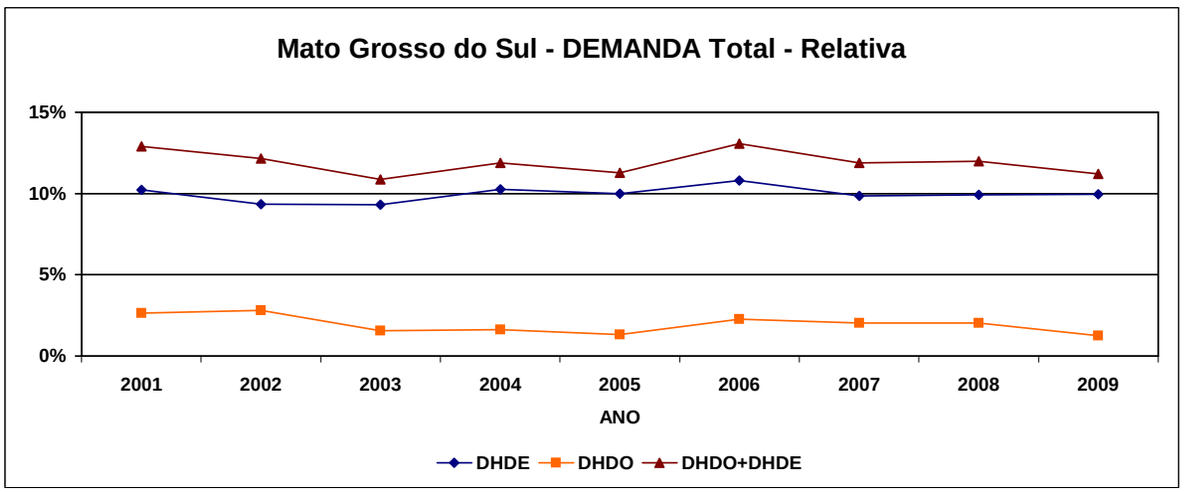


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Mato Grosso do Sul - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,24%	2,65%	12,89%
2002	9,36%	2,81%	12,17%
2003	9,30%	1,57%	10,88%
2004	10,27%	1,62%	11,89%
2005	9,97%	1,31%	11,29%
2006	10,81%	2,26%	13,07%
2007	9,86%	2,02%	11,88%
2008	9,94%	2,04%	11,98%
2009	9,94%	1,26%	11,21%

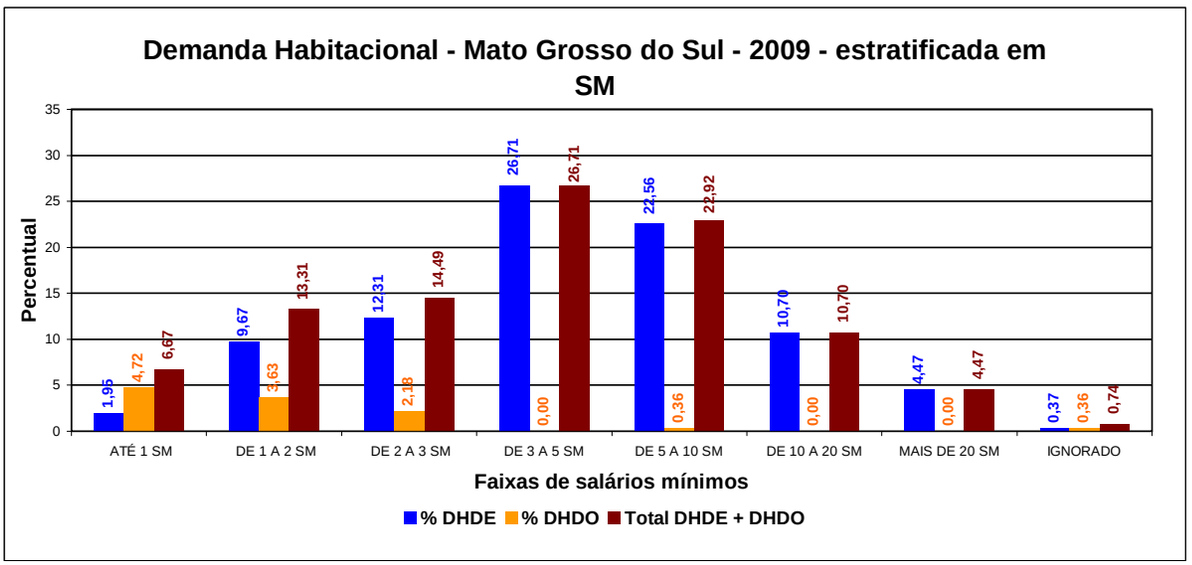
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Mato Grosso do Sul - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,95	9,67	12,31	26,71	22,56	10,70	4,47	0,37
% DHDO	4,72	3,63	2,18	0,00	0,36	0,00	0,00	0,36
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**6,67**	**13,31**	**14,49**	**26,71**	**22,92**	**10,70**	**4,47**	**0,74**

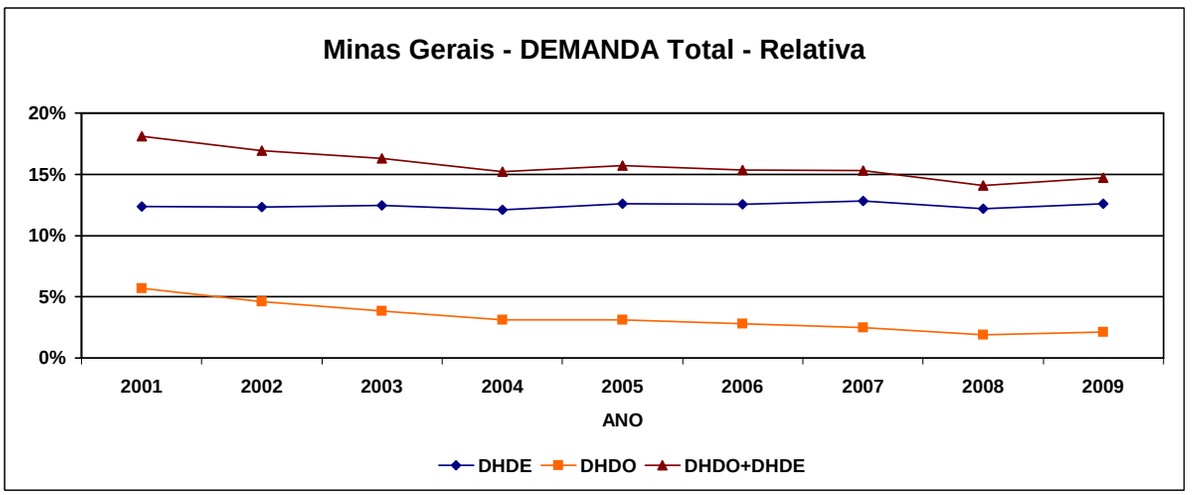


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Minas Gerais - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,37%	5,71%	18,08%
2002	12,33%	4,62%	16,95%
2003	12,44%	3,86%	16,30%
2004	12,10%	3,10%	15,20%
2005	12,61%	3,10%	15,70%
2006	12,53%	2,81%	15,34%
2007	12,82%	2,48%	15,30%
2008	12,18%	1,92%	14,10%
2009	12,60%	2,11%	14,71%

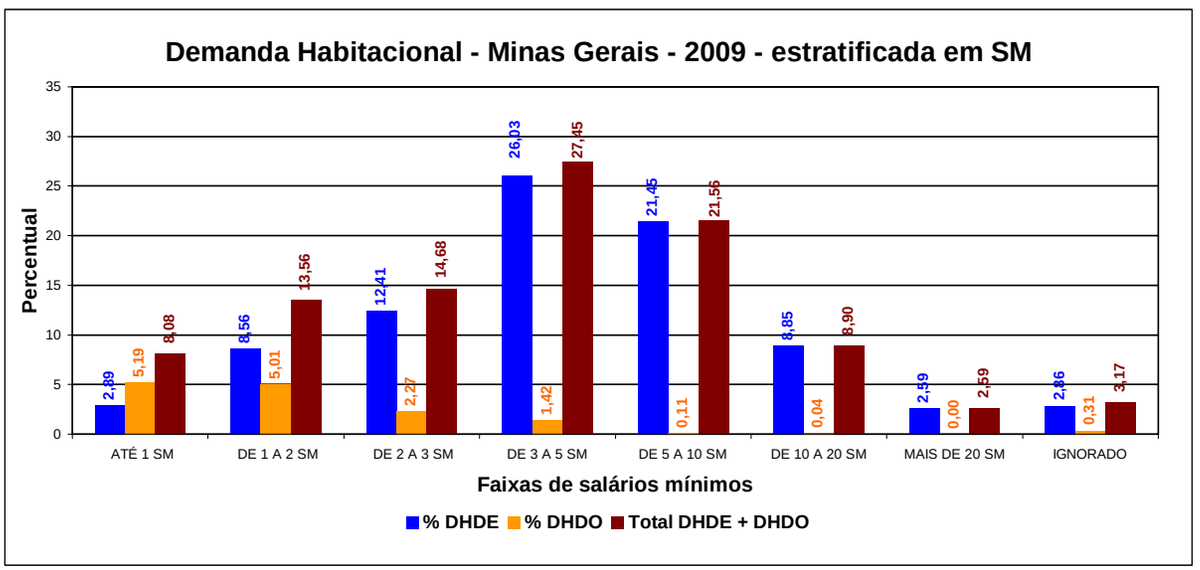
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Minas Gerais - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,89	8,56	12,41	26,03	21,45	8,85	2,59	2,86
% DHDO	5,19	5,01	2,27	1,42	0,11	0,04	0,00	0,31
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**8,08**	**13,56**	**14,68**	**27,45**	**21,56**	**8,90**	**2,59**	**3,17**

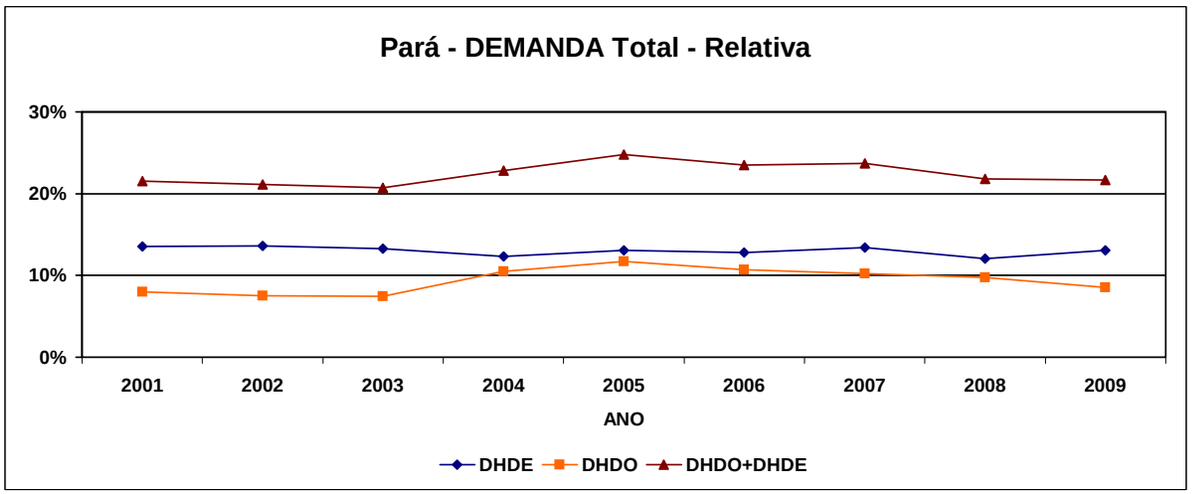


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Pará - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	13,56%	7,96%	21,52%
2002	13,61%	7,54%	21,15%
2003	13,28%	7,42%	20,70%
2004	12,31%	10,49%	22,80%
2005	13,06%	11,75%	24,81%
2006	12,81%	10,70%	23,51%
2007	13,42%	10,26%	23,68%
2008	12,04%	9,75%	21,79%
2009	13,09%	8,56%	21,64%

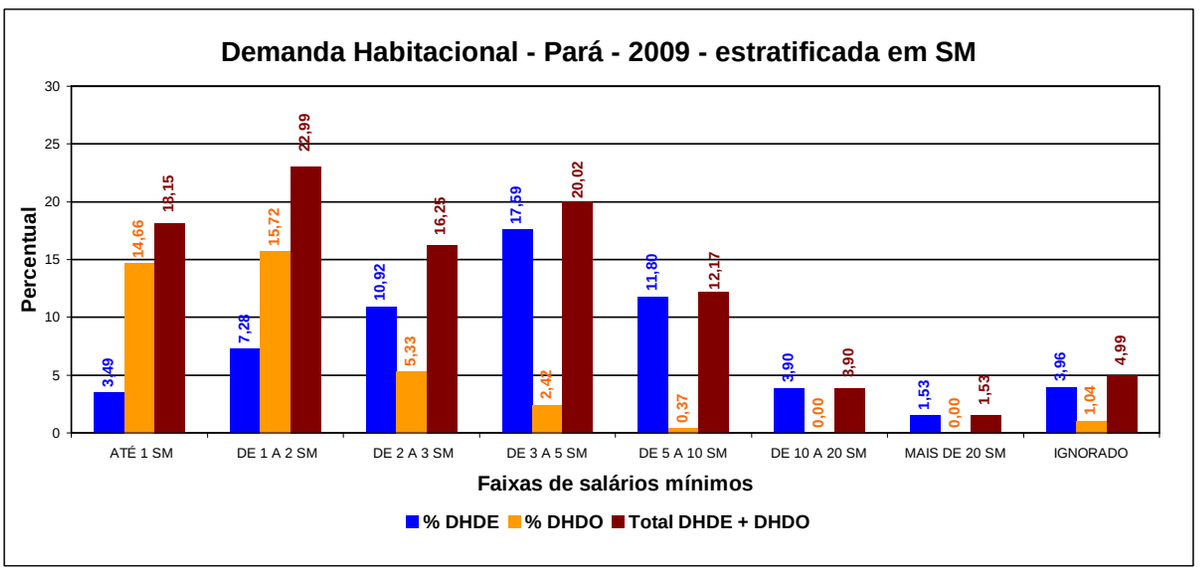
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Pará - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,49	7,28	10,92	17,59	11,80	3,90	1,53	3,96
% DHDO	14,66	15,72	5,33	2,42	0,37	0,00	0,00	1,04
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**18,15**	**22,99**	**16,25**	**20,02**	**12,17**	**3,90**	**1,53**	**4,99**

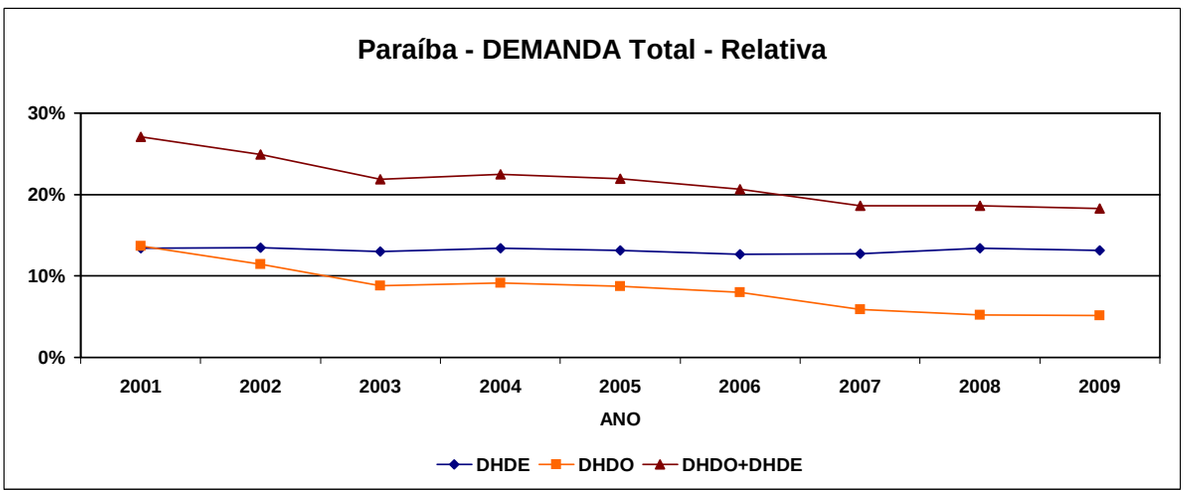


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Paraíba - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	13,41%	13,67%	27,08%
2002	13,47%	11,43%	24,90%
2003	13,03%	8,83%	21,85%
2004	13,38%	9,11%	22,49%
2005	13,16%	8,77%	21,93%
2006	12,68%	7,97%	20,65%
2007	12,77%	5,89%	18,65%
2008	13,38%	5,23%	18,61%
2009	13,15%	5,11%	18,26%

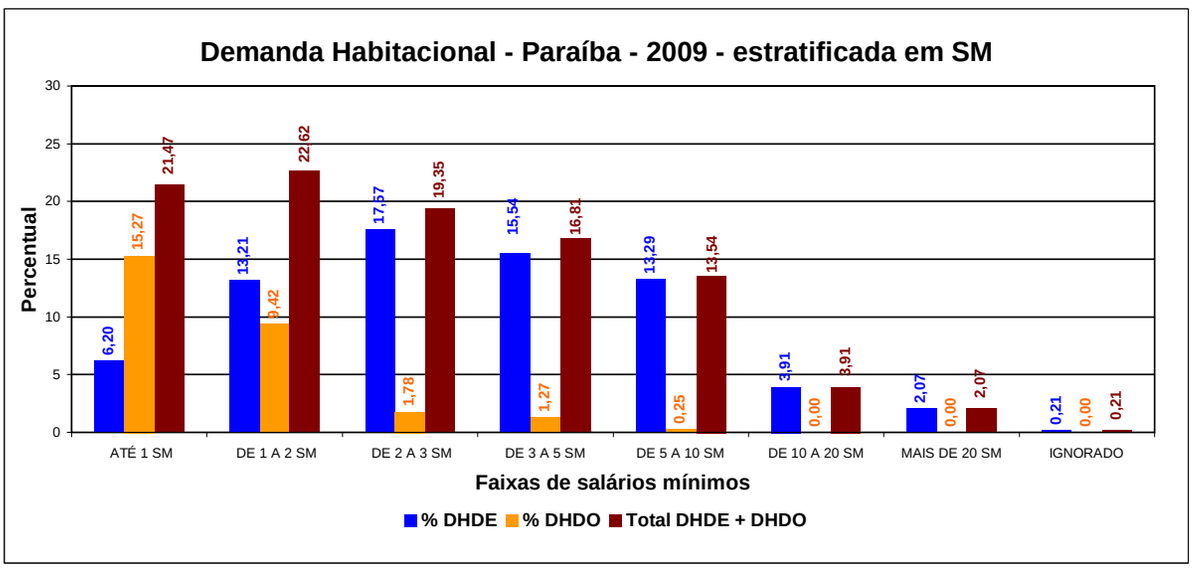
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Paraíba - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	6,20	13,21	17,57	15,54	13,29	3,91	2,07	0,21
% DHDO	15,27	9,42	1,78	1,27	0,25	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**21,47**	**22,62**	**19,35**	**16,81**	**13,54**	**3,91**	**2,07**	**0,21**

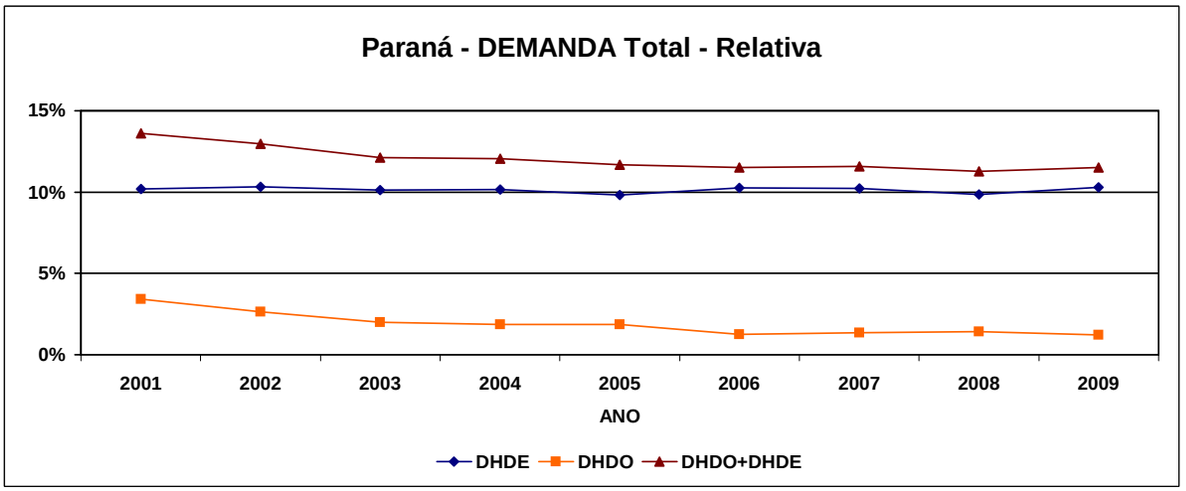


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Paraná - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,18%	3,43%	13,62%
2002	10,33%	2,63%	12,96%
2003	10,12%	2,01%	12,13%
2004	10,17%	1,88%	12,04%
2005	9,83%	1,85%	11,68%
2006	10,27%	1,24%	11,51%
2007	10,22%	1,36%	11,57%
2008	9,84%	1,43%	11,26%
2009	10,30%	1,21%	11,51%

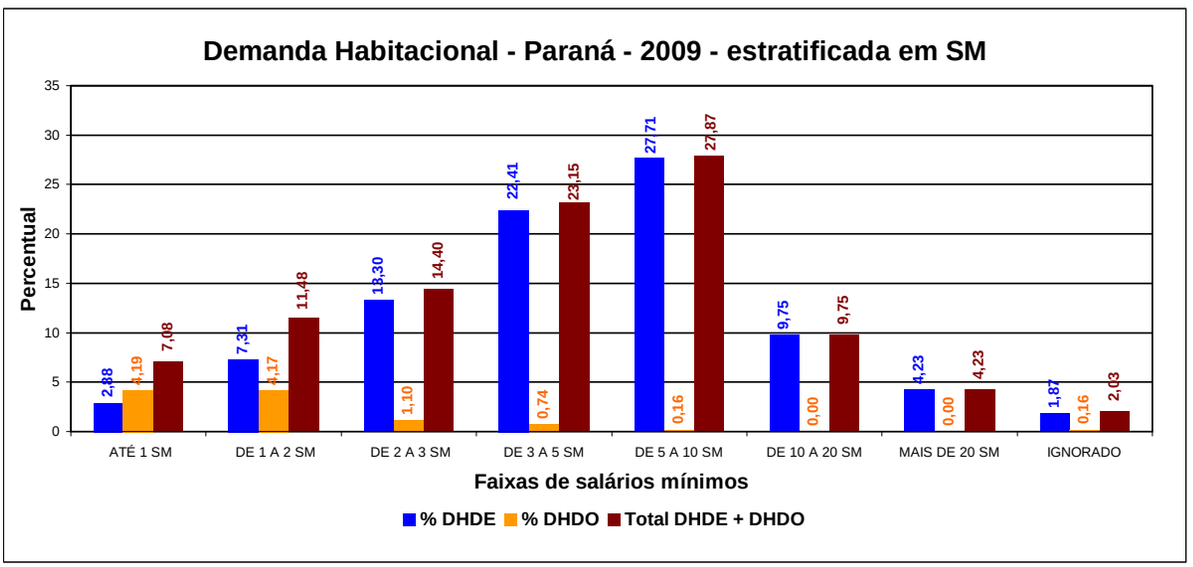
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Paraná - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,88	7,31	13,30	22,41	27,71	9,75	4,23	1,87
% DHDO	4,19	4,17	1,10	0,74	0,16	0,00	0,00	0,16
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**7,08**	**11,48**	**14,40**	**23,15**	**27,87**	**9,75**	**4,23**	**2,03**

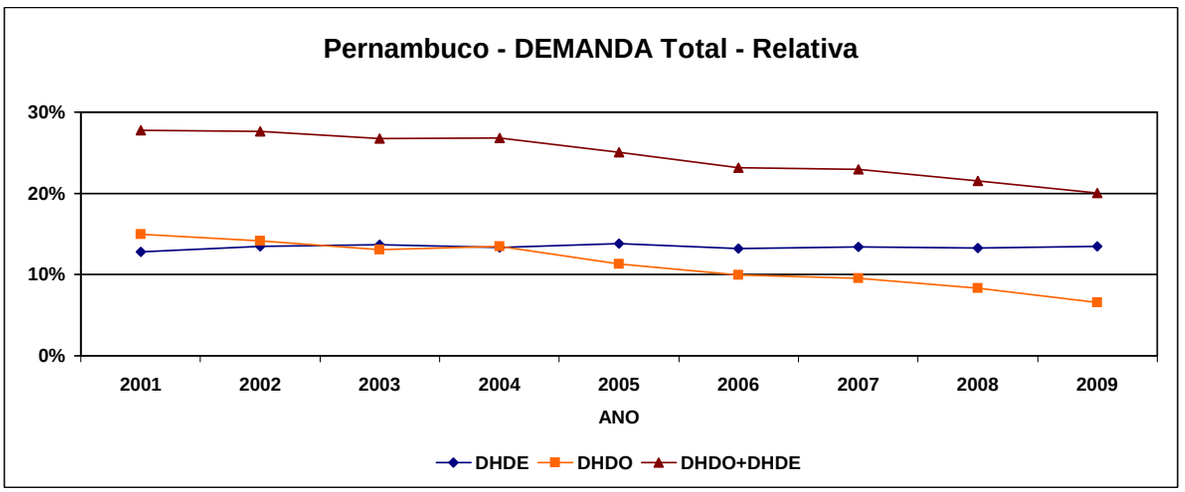


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Pernambuco - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,79%	14,99%	27,78%
2002	13,50%	14,15%	27,65%
2003	13,65%	13,07%	26,72%
2004	13,31%	13,50%	26,81%
2005	13,80%	11,28%	25,08%
2006	13,21%	9,94%	23,14%
2007	13,43%	9,56%	22,99%
2008	13,24%	8,30%	21,54%
2009	13,48%	6,60%	20,08%

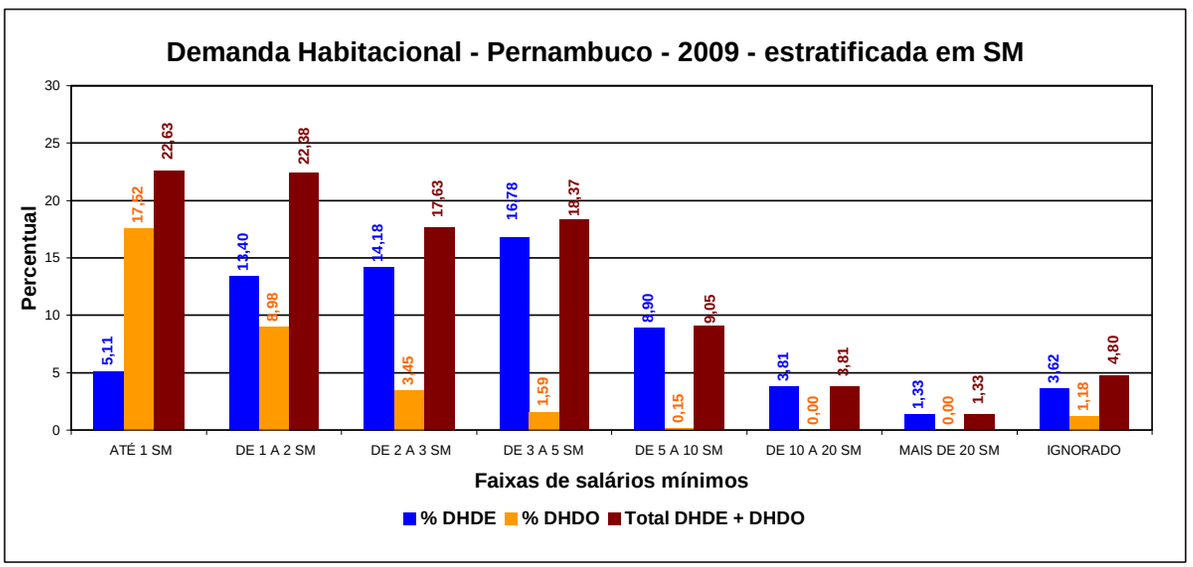
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Pernambuco - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	5,11	13,40	14,18	16,78	8,90	3,81	1,33	3,62
% DHDO	17,52	8,98	3,45	1,59	0,15	0,00	0,00	1,18
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**22,63**	**22,38**	**17,63**	**18,37**	**9,05**	**3,81**	**1,33**	**4,80**

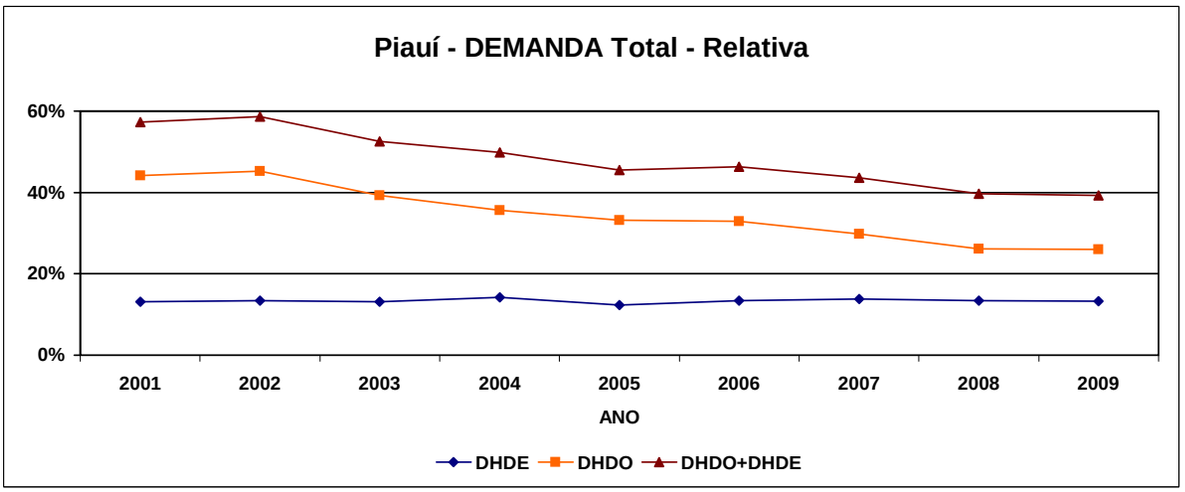


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Piauí - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	13,10%	44,15%	57,25%
2002	13,36%	45,23%	58,59%
2003	13,17%	39,34%	52,50%
2004	14,25%	35,63%	49,88%
2005	12,28%	33,22%	45,50%
2006	13,44%	32,92%	46,36%
2007	13,82%	29,85%	43,67%
2008	13,44%	26,21%	39,64%
2009	13,21%	26,07%	39,27%

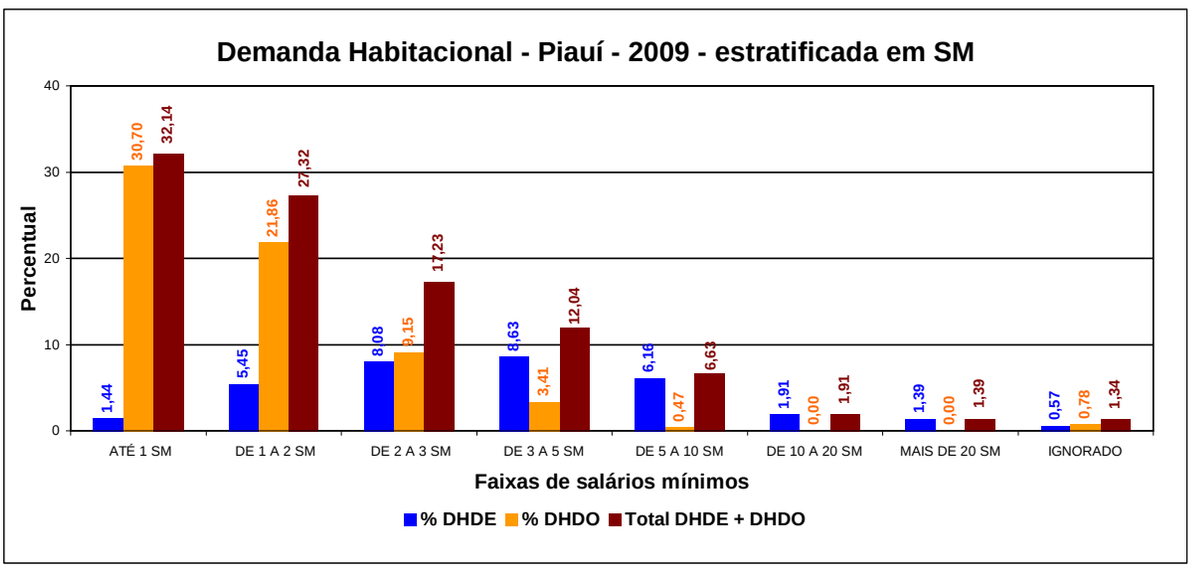
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Piauí - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,44	5,45	8,08	8,63	6,16	1,91	1,39	0,57
% DHDO	30,70	21,86	9,15	3,41	0,47	0,00	0,00	0,78
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**32,14**	**27,32**	**17,23**	**12,04**	**6,63**	**1,91**	**1,39**	**1,34**

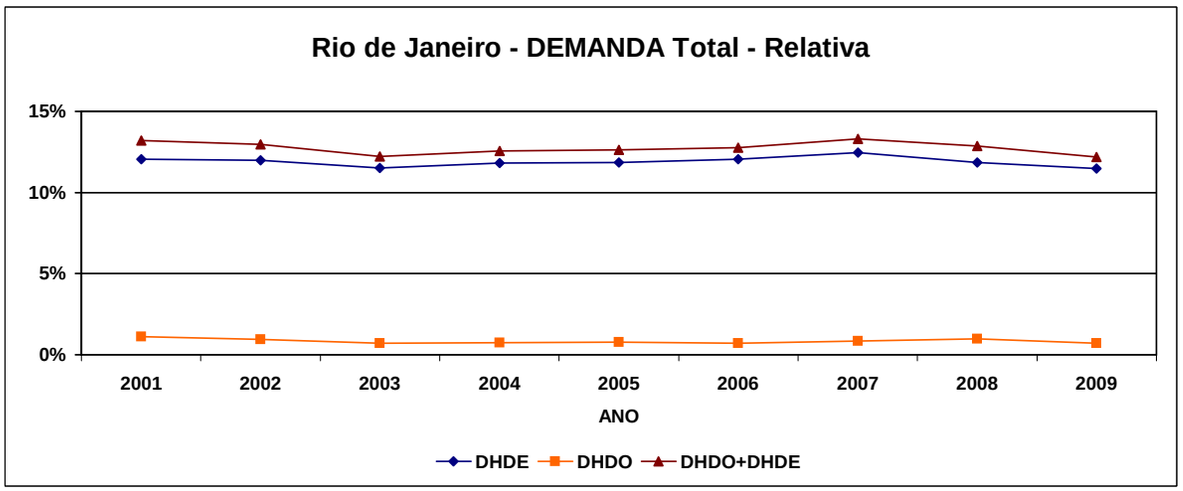


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio de Janeiro - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,07%	1,12%	13,19%
2002	11,99%	0,96%	12,96%
2003	11,52%	0,71%	12,24%
2004	11,83%	0,74%	12,57%
2005	11,84%	0,77%	12,61%
2006	12,05%	0,72%	12,77%
2007	12,47%	0,84%	13,31%
2008	11,86%	0,99%	12,85%
2009	11,49%	0,70%	12,19%

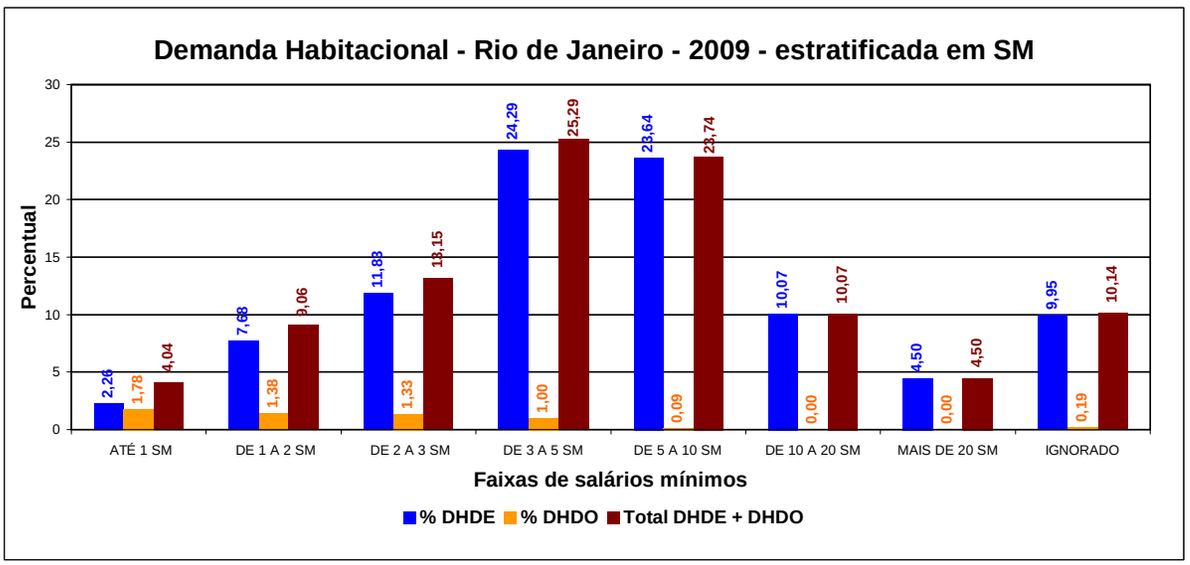
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio de Janeiro - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,26	7,68	11,83	24,29	23,64	10,07	4,50	9,95
% DHDO	1,78	1,38	1,33	1,00	0,09	0,00	0,00	0,19
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**4,04**	**9,06**	**13,15**	**25,29**	**23,74**	**10,07**	**4,50**	**10,14**

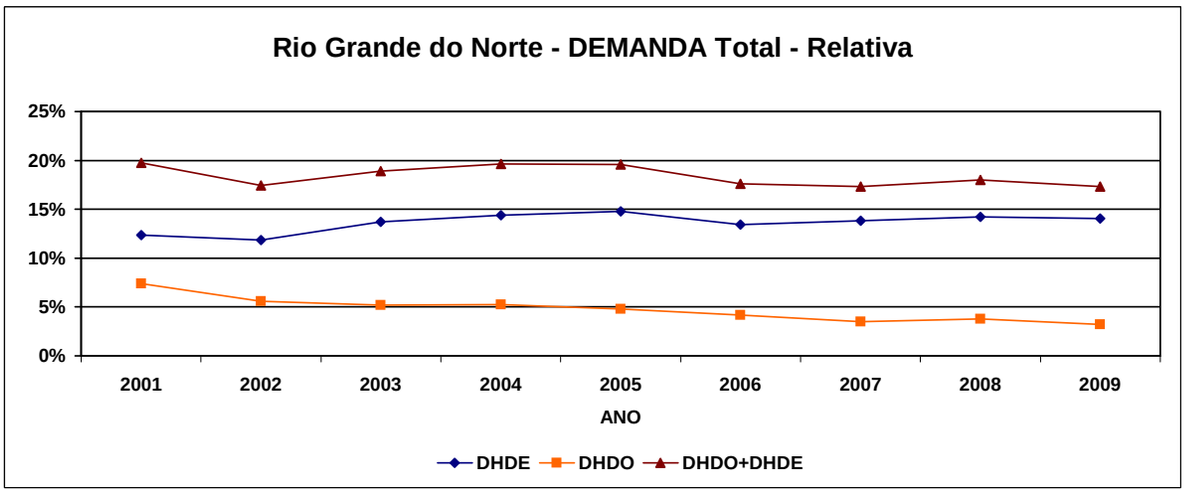


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio Grande do Norte - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,38%	7,40%	19,77%
2002	11,83%	5,61%	17,44%
2003	13,72%	5,21%	18,93%
2004	14,39%	5,26%	19,66%
2005	14,77%	4,80%	19,57%
2006	13,43%	4,18%	17,61%
2007	13,83%	3,48%	17,31%
2008	14,23%	3,77%	18,00%
2009	14,08%	3,23%	17,31%

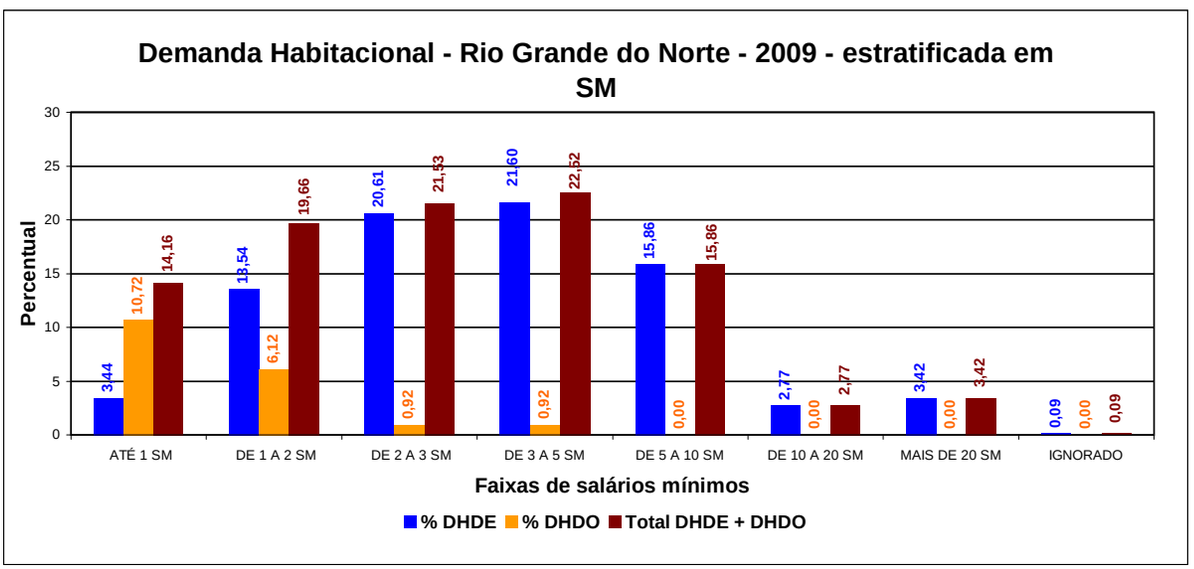
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio Grande do Norte - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,44	13,54	20,61	21,60	15,86	2,77	3,42	0,09
% DHDO	10,72	6,12	0,92	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**14,16**	**19,66**	**21,53**	**22,52**	**15,86**	**2,77**	**3,42**	**0,09**

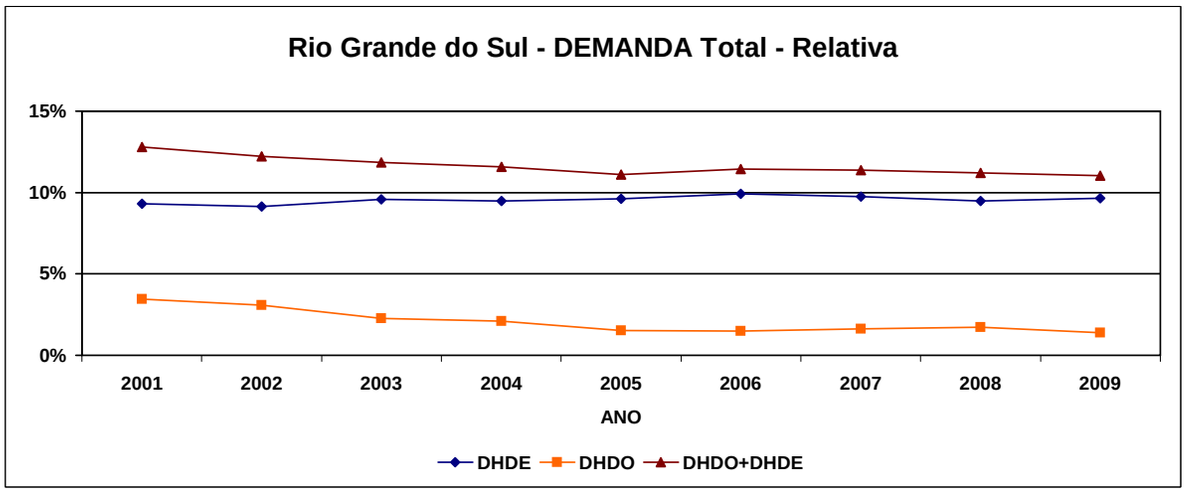


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio Grande do Sul - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	9,32%	3,46%	12,78%
2002	9,13%	3,08%	12,21%
2003	9,57%	2,27%	11,84%
2004	9,49%	2,09%	11,58%
2005	9,60%	1,52%	11,12%
2006	9,93%	1,51%	11,44%
2007	9,75%	1,63%	11,38%
2008	9,47%	1,74%	11,21%
2009	9,65%	1,40%	11,06%

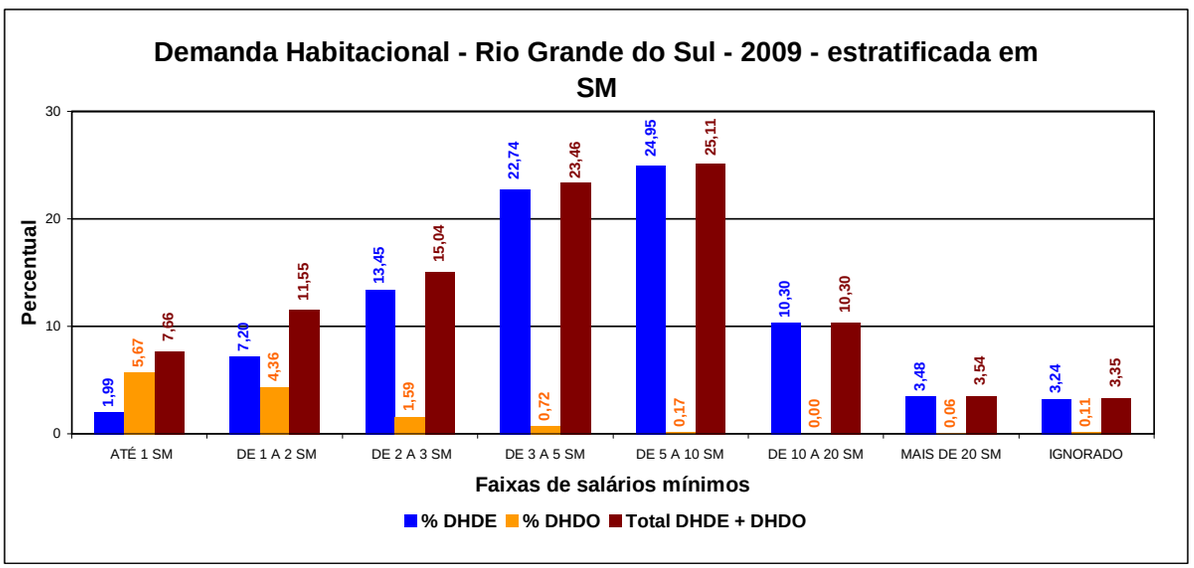
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio Grande do Sul - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,99	7,20	13,45	22,74	24,95	10,30	3,48	3,24
% DHDO	5,67	4,36	1,59	0,72	0,17	0,00	0,06	0,11
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**7,66**	**11,55**	**15,04**	**23,46**	**25,11**	**10,30**	**3,54**	**3,35**

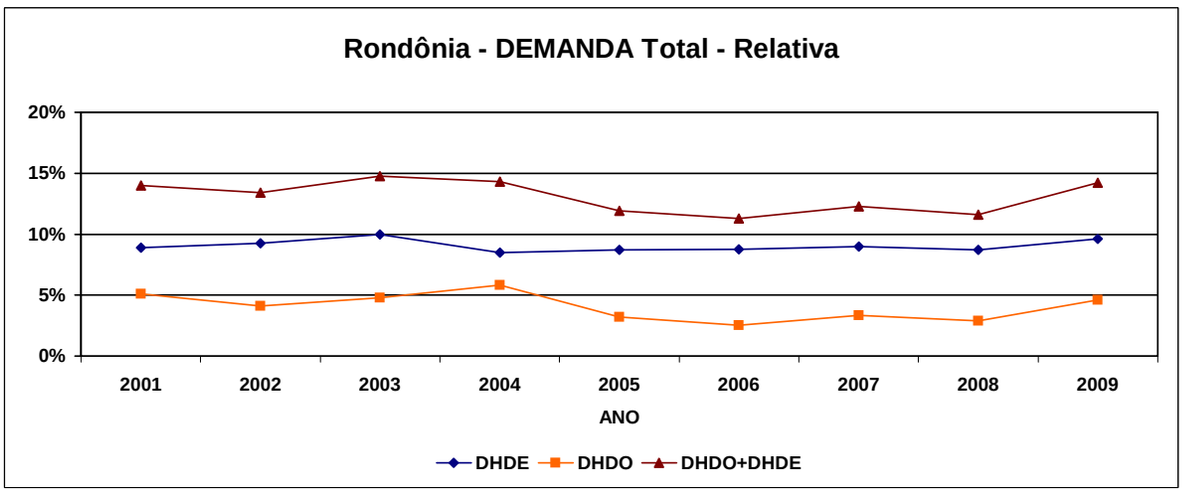


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rondônia - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	8,89%	5,09%	13,98%
2002	9,27%	4,13%	13,40%
2003	9,96%	4,80%	14,77%
2004	8,47%	5,84%	14,32%
2005	8,69%	3,22%	11,91%
2006	8,77%	2,52%	11,30%
2007	8,97%	3,32%	12,30%
2008	8,72%	2,88%	11,61%
2009	9,62%	4,62%	14,24%

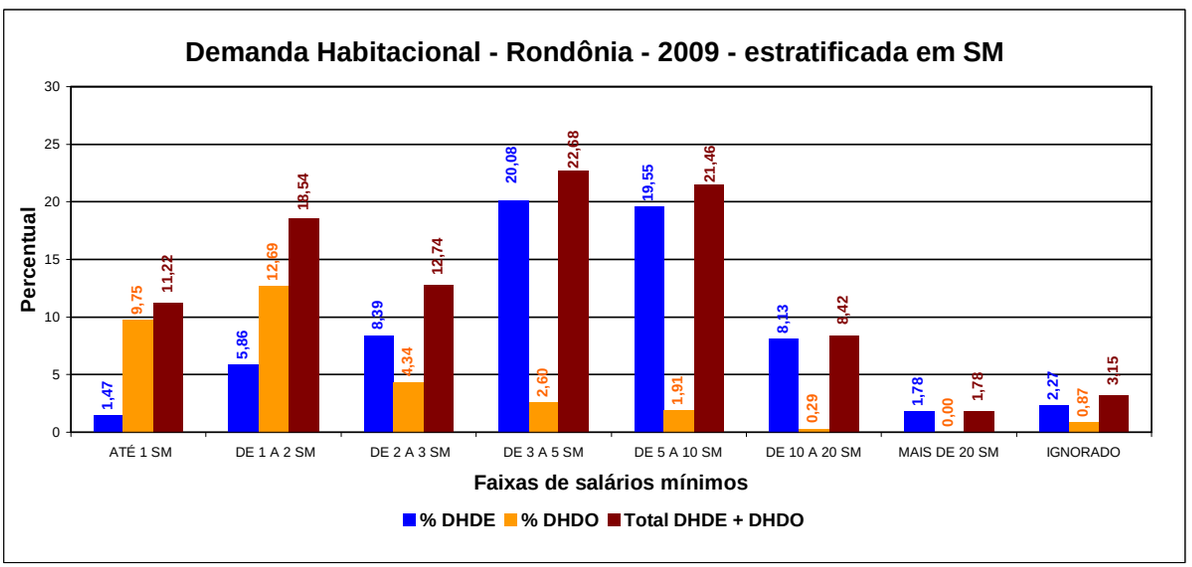
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rondônia - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,47	5,86	8,39	20,08	19,55	8,13	1,78	2,27
% DHDO	9,75	12,69	4,34	2,60	1,91	0,29	0,00	0,87
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**11,22**	**18,54**	**12,74**	**22,68**	**21,46**	**8,42**	**1,78**	**3,15**

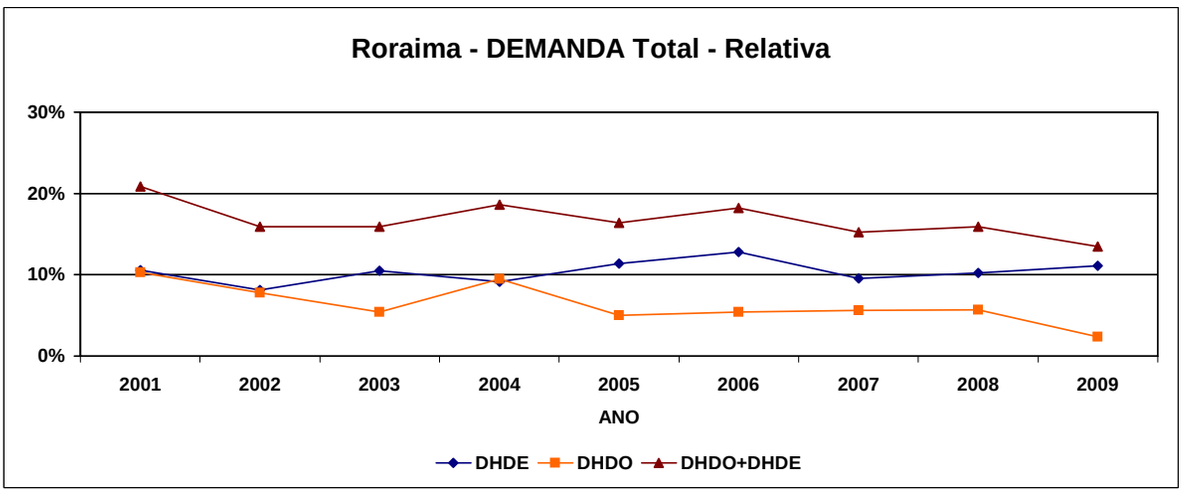


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Roraima - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,55%	10,32%	20,87%
2002	8,12%	7,79%	15,92%
2003	10,51%	5,42%	15,93%
2004	9,17%	9,47%	18,64%
2005	11,41%	5,01%	16,42%
2006	12,79%	5,42%	18,21%
2007	9,56%	5,65%	15,21%
2008	10,23%	5,67%	15,90%
2009	11,12%	2,34%	13,46%

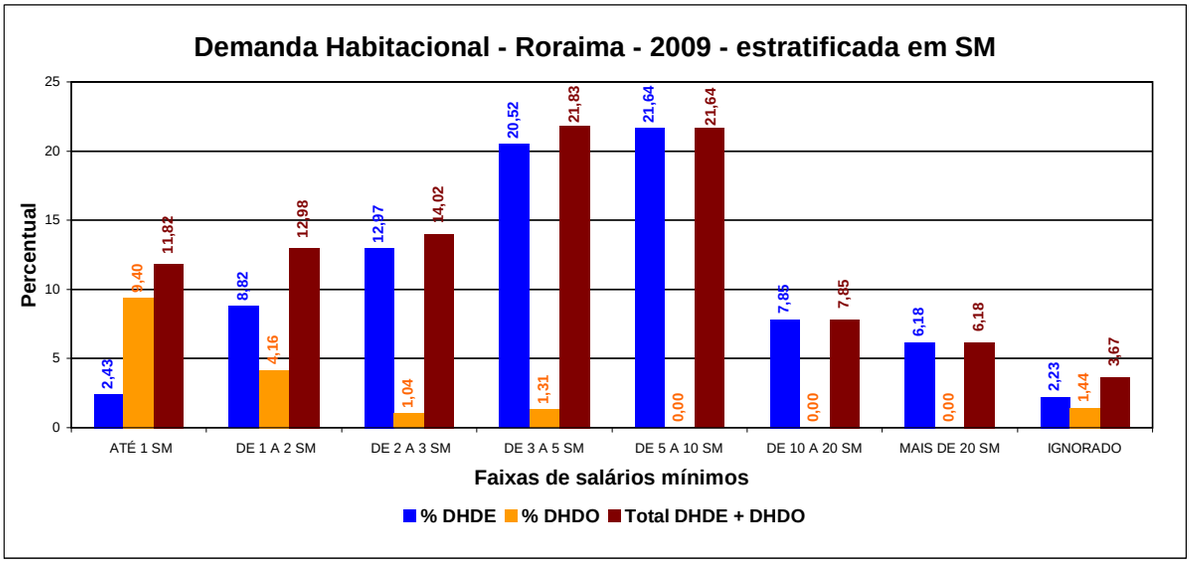
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Roraima - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,43	8,82	12,97	20,52	21,64	7,85	6,18	2,23
% DHDO	9,40	4,16	1,04	1,31	0,00	0,00	0,00	1,44
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**11,82**	**12,98**	**14,02**	**21,83**	**21,64**	**7,85**	**6,18**	**3,67**

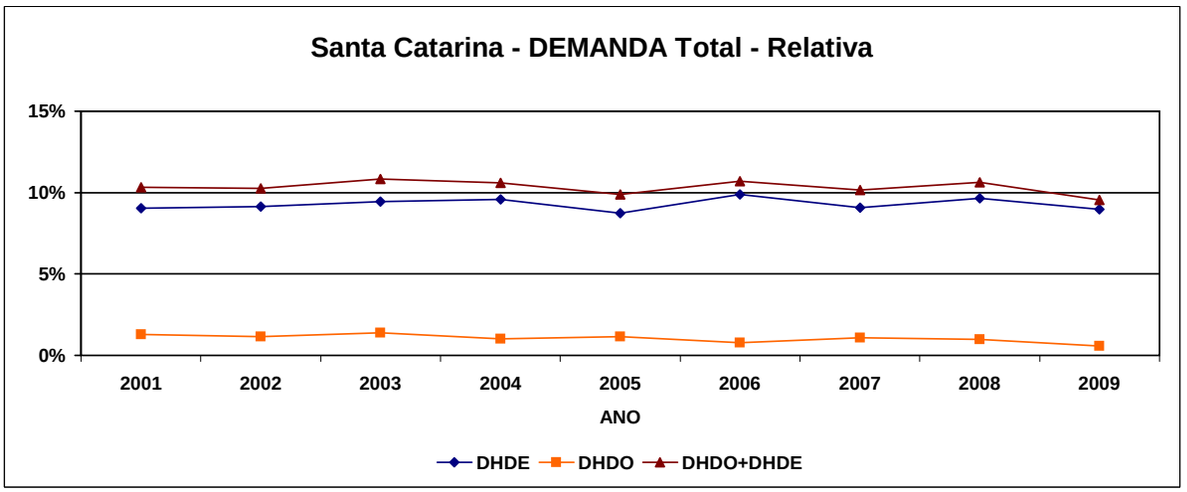


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Santa Catarina - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	9,02%	1,29%	10,31%
2002	9,13%	1,15%	10,28%
2003	9,45%	1,39%	10,83%
2004	9,58%	1,00%	10,58%
2005	8,74%	1,14%	9,88%
2006	9,90%	0,79%	10,69%
2007	9,09%	1,08%	10,17%
2008	9,66%	0,97%	10,63%
2009	8,96%	0,58%	9,54%

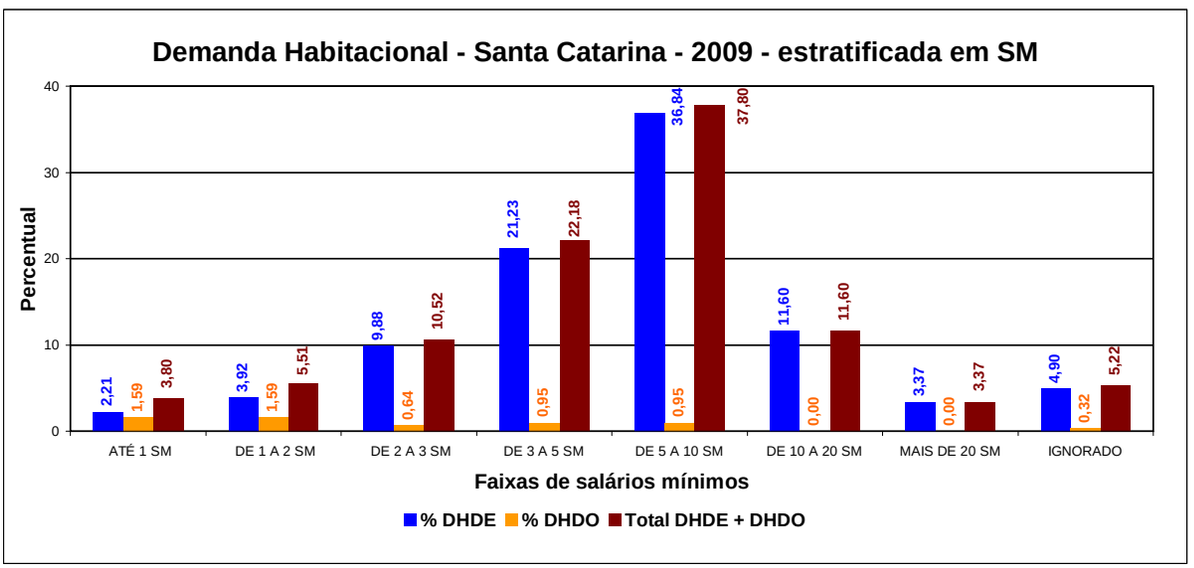
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Santa Catarina - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,21	3,92	9,88	21,23	36,84	11,60	3,37	4,90
% DHDO	1,59	1,59	0,64	0,95	0,95	0,00	0,00	0,32
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**3,80**	**5,51**	**10,52**	**22,18**	**37,80**	**11,60**	**3,37**	**5,22**

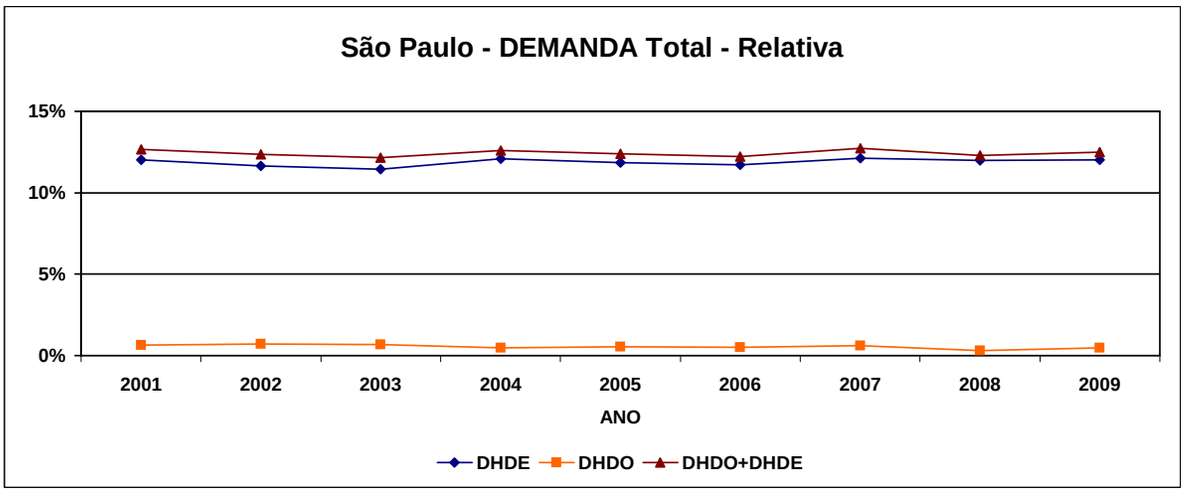


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

São Paulo - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	12,02%	0,66%	12,67%
2002	11,65%	0,70%	12,36%
2003	11,45%	0,68%	12,14%
2004	12,10%	0,49%	12,59%
2005	11,85%	0,53%	12,38%
2006	11,73%	0,51%	12,24%
2007	12,11%	0,60%	12,72%
2008	12,00%	0,30%	12,29%
2009	12,02%	0,47%	12,49%

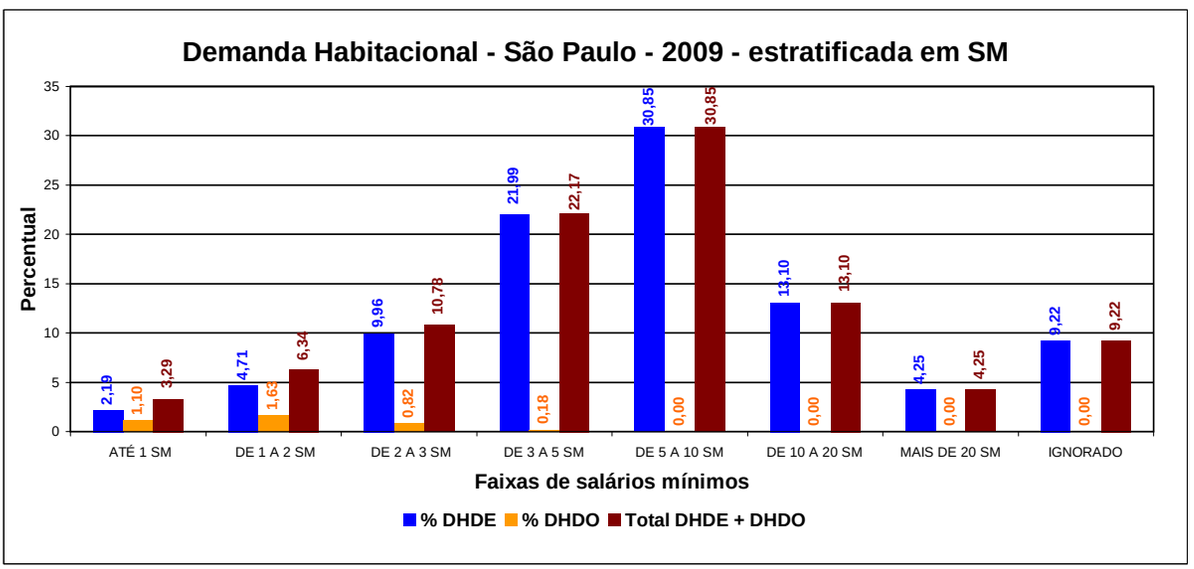
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - São Paulo - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,19	4,71	9,96	21,99	30,85	13,10	4,25	9,22
% DHDO	1,10	1,63	0,82	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**3,29**	**6,34**	**10,78**	**22,17**	**30,85**	**13,10**	**4,25**	**9,22**

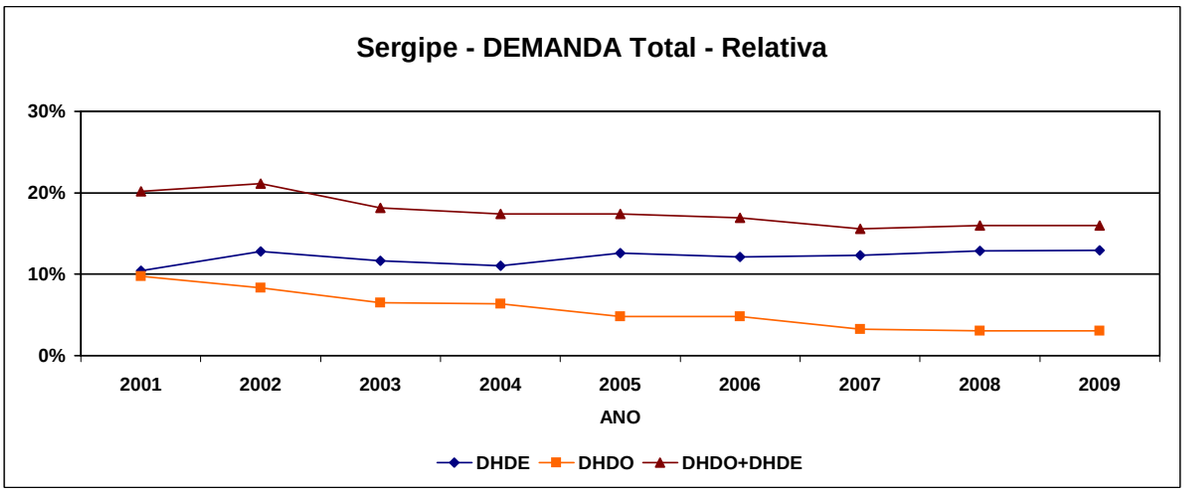


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Sergipe - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	10,43%	9,72%	20,15%
2002	12,78%	8,36%	21,14%
2003	11,66%	6,47%	18,13%
2004	11,06%	6,37%	17,42%
2005	12,60%	4,78%	17,38%
2006	12,15%	4,81%	16,96%
2007	12,32%	3,24%	15,57%
2008	12,90%	3,07%	15,97%
2009	12,93%	3,03%	15,96%

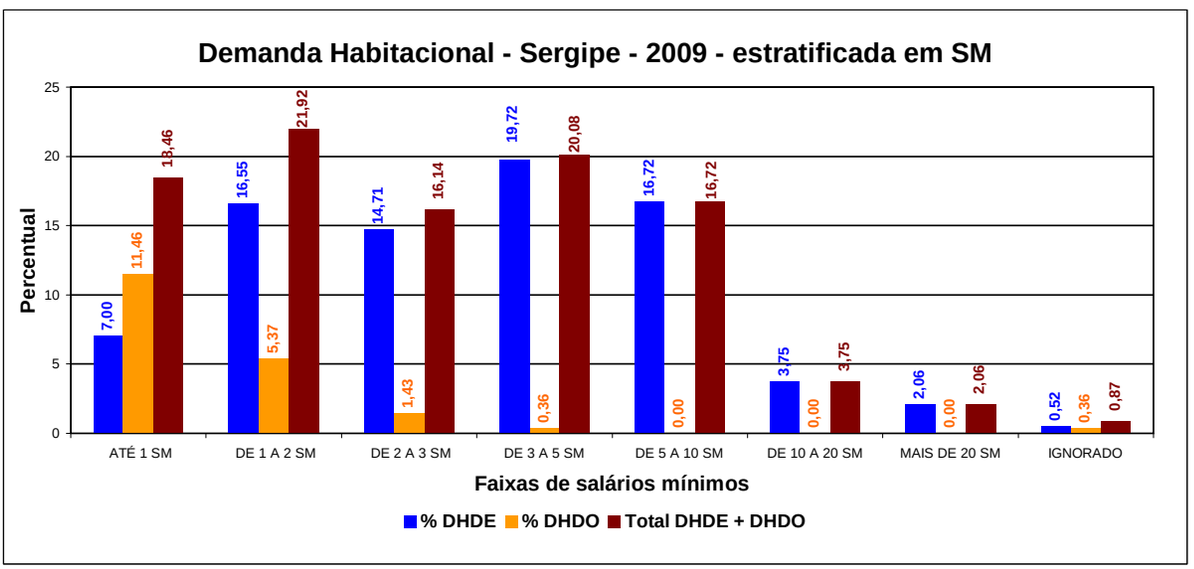
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Sergipe - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	7,00	16,55	14,71	19,72	16,72	3,75	2,06	0,52
% DHDO	11,46	5,37	1,43	0,36	0,00	0,00	0,00	0,36
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**18,46**	**21,92**	**16,14**	**20,08**	**16,72**	**3,75**	**2,06**	**0,87**

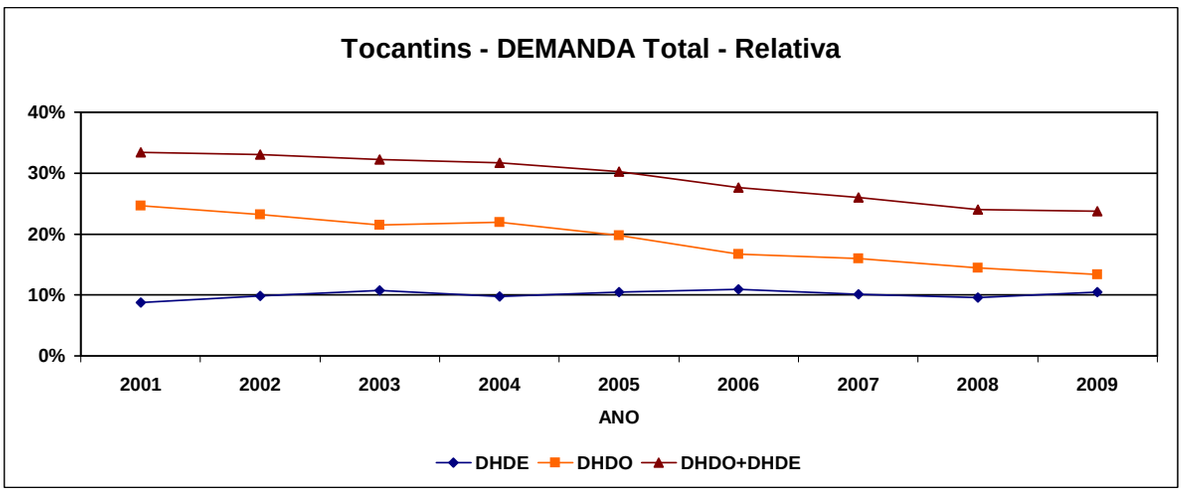


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Tocantins - DEMANDA Total - Relativa

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Relativa	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Relativa	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	8,76%	24,68%	33,44%
2002	9,83%	23,23%	33,05%
2003	10,75%	21,46%	32,21%
2004	9,77%	21,92%	31,69%
2005	10,49%	19,76%	30,26%
2006	10,92%	16,71%	27,63%
2007	10,09%	15,96%	26,05%
2008	9,53%	14,47%	24,00%
2009	10,45%	13,32%	23,77%

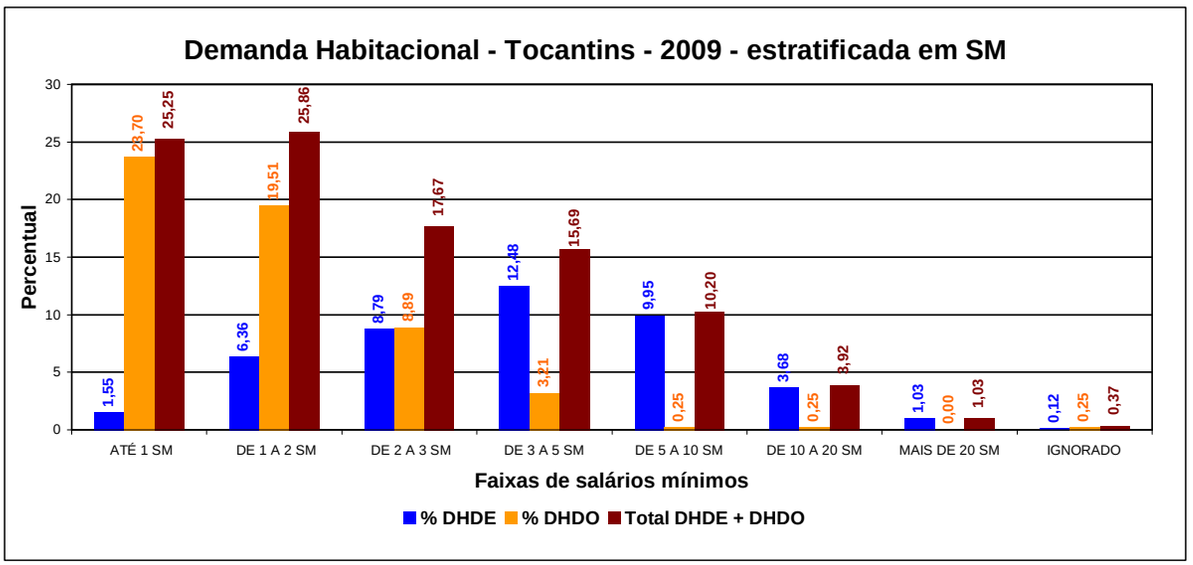
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Tocantins - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,55	6,36	8,79	12,48	9,95	3,68	1,03	0,12
% DHDO	23,70	19,51	8,89	3,21	0,25	0,25	0,00	0,25
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**25,25**	**25,86**	**17,67**	**15,69**	**10,20**	**3,92**	**1,03**	**0,37**



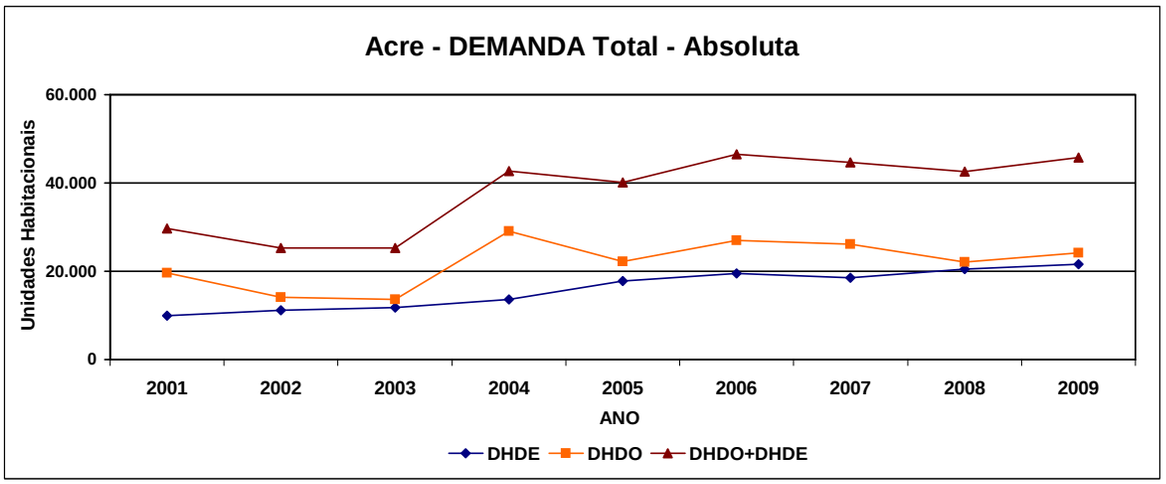
DEMANDA TOTAL ABSOLUTA

ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Acre - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	9.986	19.653	29.639
2002	11.115	14.142	25.257
2003	11.719	13.585	25.304
2004	13.586	29.054	42.640
2005	17.815	22.261	40.076
2006	19.551	26.984	46.535
2007	18.510	26.149	44.659
2008	20.525	22.097	42.622
2009	21.601	24.198	45.799

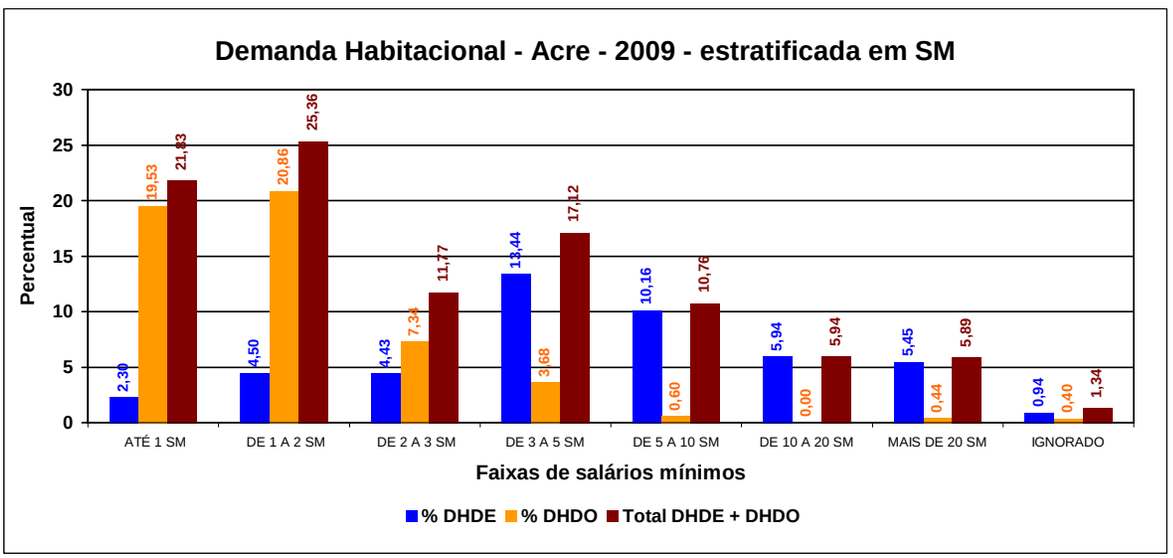
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Acre - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,30	4,50	4,43	13,44	10,16	5,94	5,45	0,94
% DHDO	19,53	20,86	7,34	3,68	0,60	0,00	0,44	0,40
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**21,83**	**25,36**	**11,77**	**17,12**	**10,76**	**5,94**	**5,89**	**1,34**

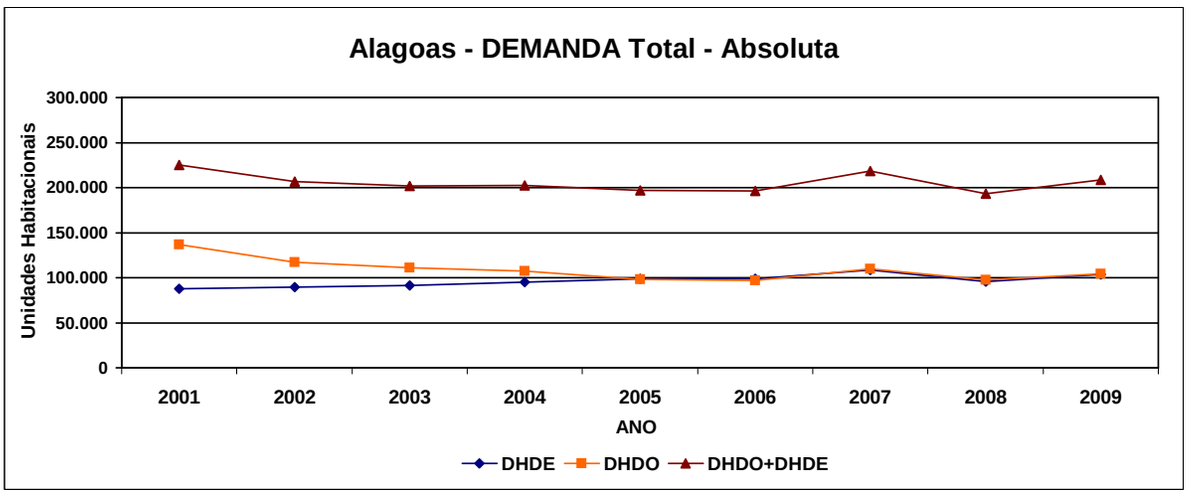


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Alagoas - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	87.914	136.967	224.881
2002	89.545	117.262	206.807
2003	91.215	110.909	202.124
2004	94.983	107.350	202.333
2005	98.793	98.209	197.002
2006	98.931	97.140	196.071
2007	108.489	109.756	218.245
2008	95.721	97.553	193.274
2009	103.959	104.480	208.439

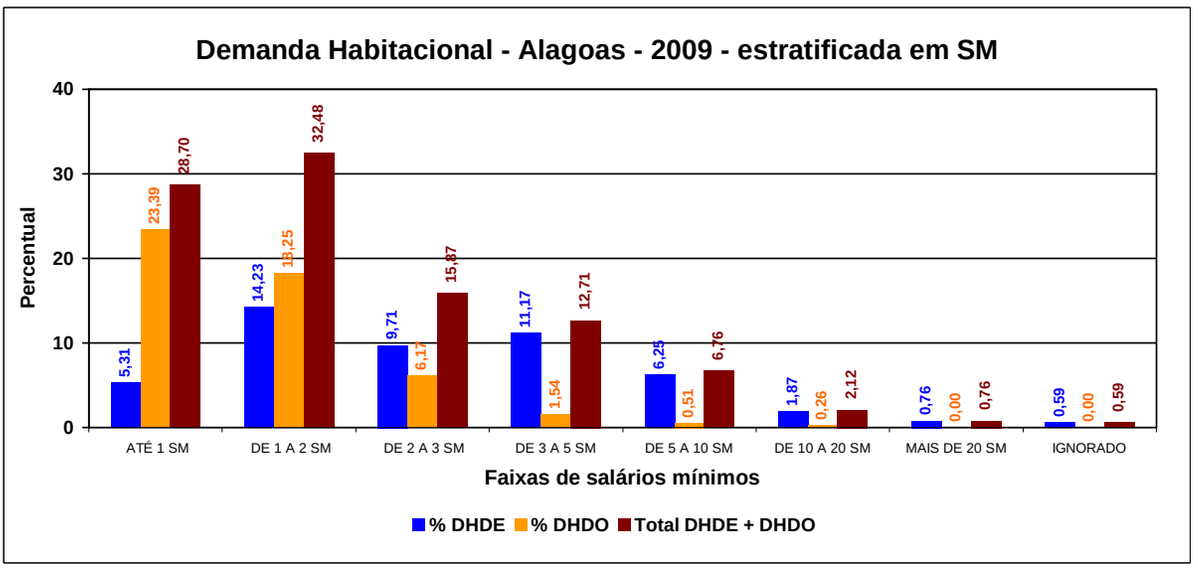
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Alagoas - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	5,31	14,23	9,71	11,17	6,25	1,87	0,76	0,59
% DHDO	23,39	18,25	6,17	1,54	0,51	0,26	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**28,70**	**32,48**	**15,87**	**12,71**	**6,76**	**2,12**	**0,76**	**0,59**

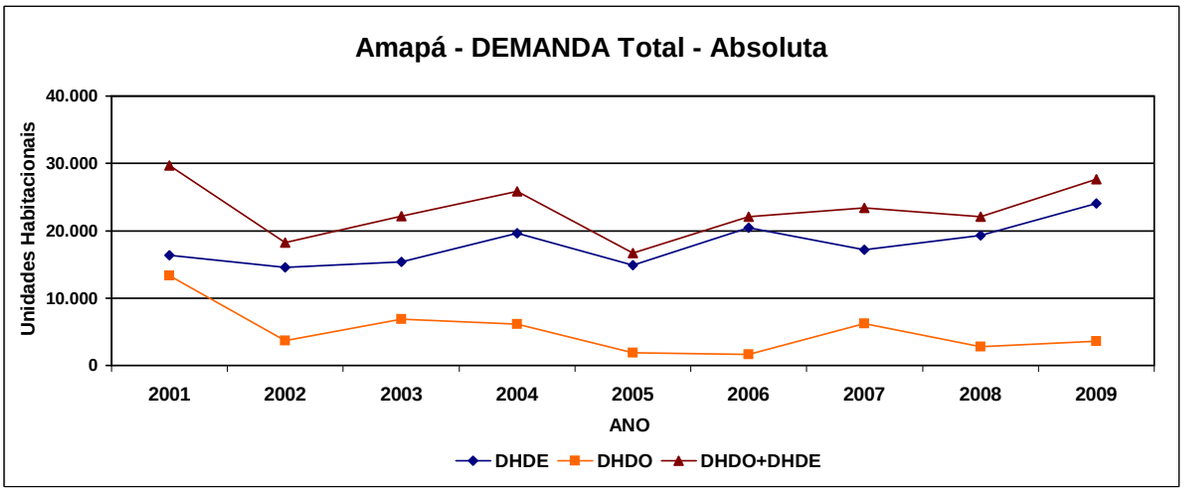


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Amapá - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	16.383	13.340	29.723
2002	14.526	3.700	18.226
2003	15.339	6.865	22.204
2004	19.645	6.167	25.812
2005	14.857	1.871	16.728
2006	20.413	1.669	22.082
2007	17.183	6.200	23.383
2008	19.301	2.773	22.074
2009	24.016	3.611	27.627

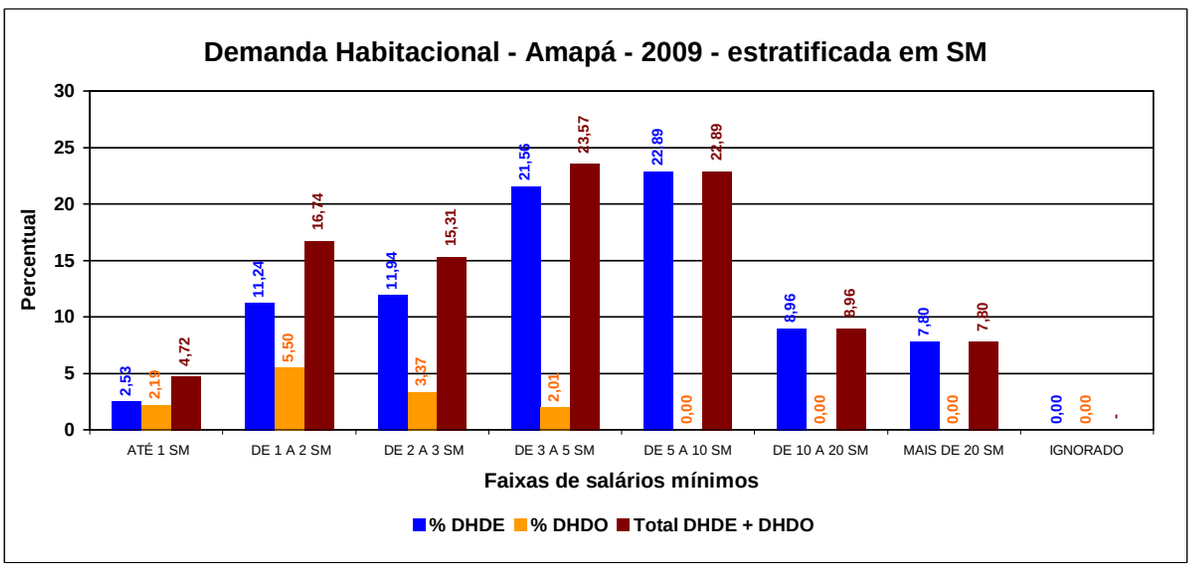
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Amapá - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,53	11,24	11,94	21,56	22,89	8,96	7,80	0,00
% DHDO	2,19	5,50	3,37	2,01	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**4,72**	**16,74**	**15,31**	**23,57**	**22,89**	**8,96**	**7,80**	**-**

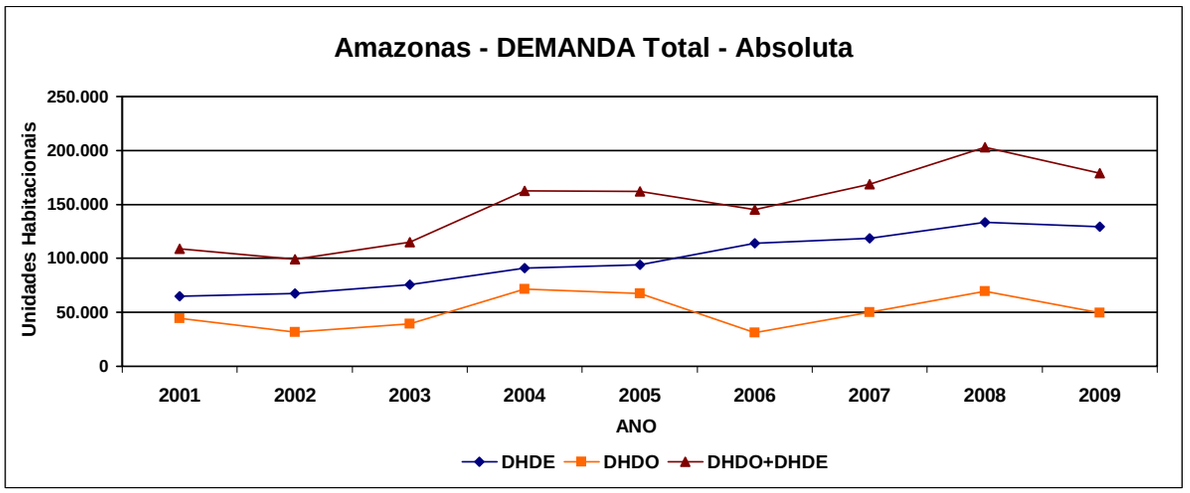


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Amazonas - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	64.709	44.299	109.008
2002	67.418	31.830	99.248
2003	75.641	39.567	115.208
2004	90.894	71.699	162.593
2005	94.197	67.694	161.891
2006	113.769	31.235	145.004
2007	118.368	50.270	168.638
2008	133.570	69.567	203.137
2009	129.480	49.691	179.171

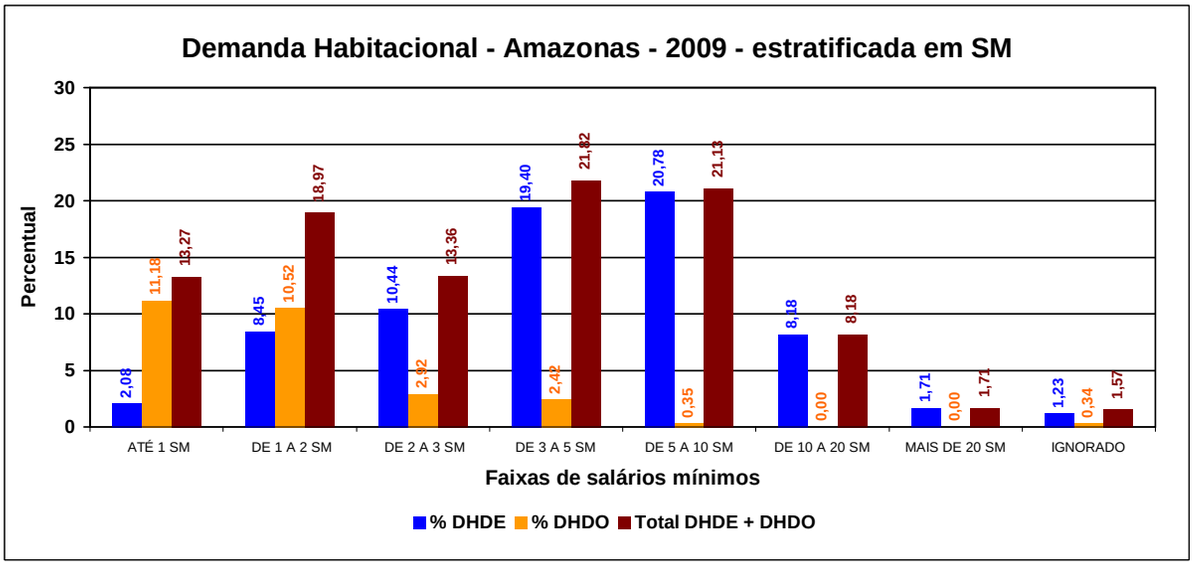
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Amazonas - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,08	8,45	10,44	19,40	20,78	8,18	1,71	1,23
% DHDO	11,18	10,52	2,92	2,42	0,35	0,00	0,00	0,34
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**13,27**	**18,97**	**13,36**	**21,82**	**21,13**	**8,18**	**1,71**	**1,57**

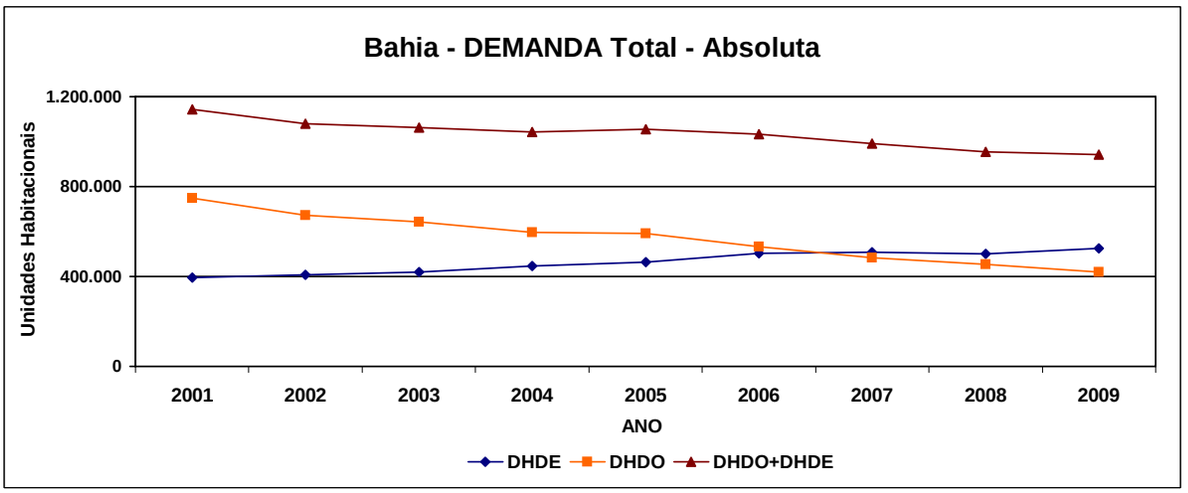


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Bahia - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	395.888	747.953	1.143.841
2002	407.016	672.249	1.079.265
2003	419.629	642.882	1.062.511
2004	447.132	596.357	1.043.489
2005	463.286	591.123	1.054.409
2006	502.295	531.568	1.033.863
2007	507.448	484.123	991.571
2008	500.196	454.256	954.452
2009	524.943	418.503	943.446

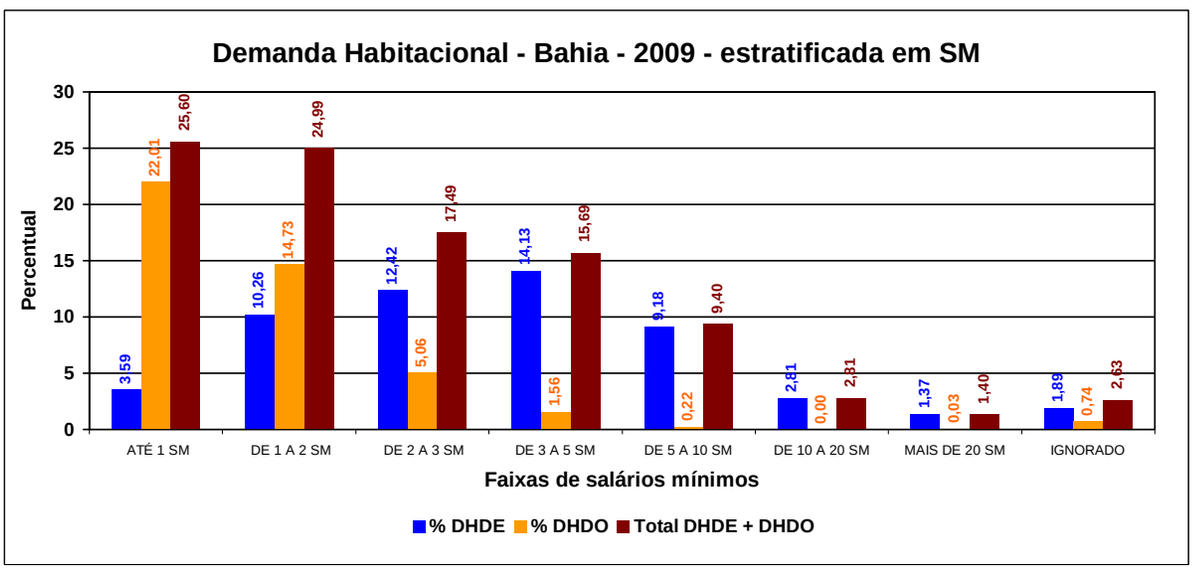
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Bahia - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,59	10,26	12,42	14,13	9,18	2,81	1,37	1,89
% DHDO	22,01	14,73	5,06	1,56	0,22	0,00	0,03	0,74
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**25,60**	**24,99**	**17,49**	**15,69**	**9,40**	**2,81**	**1,40**	**2,63**

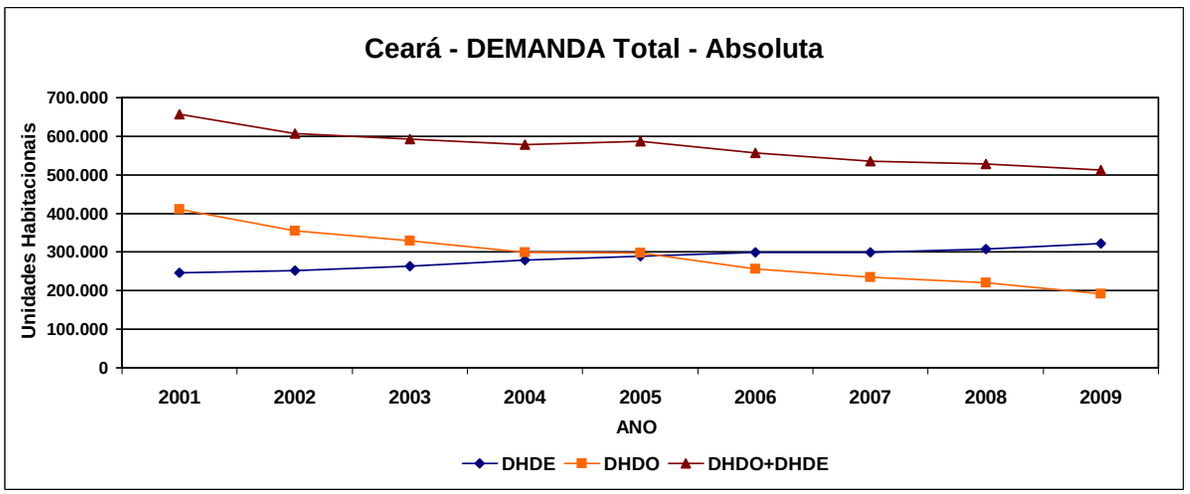


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Ceará - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	245.778	411.394	657.172
2002	251.920	354.980	606.900
2003	263.284	329.693	592.977
2004	279.801	298.548	578.349
2005	288.658	297.771	586.429
2006	299.687	256.561	556.248
2007	299.474	235.370	534.844
2008	307.895	220.092	527.987
2009	321.424	191.539	512.963

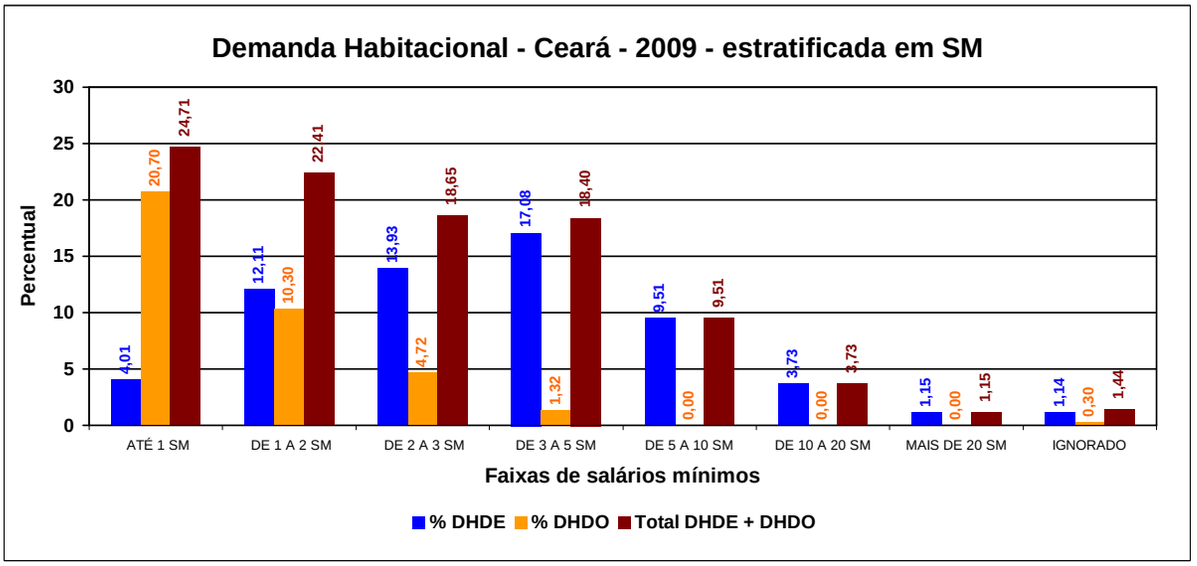
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Ceará - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	4,01	12,11	13,93	17,08	9,51	3,73	1,15	1,14
% DHDO	20,70	10,30	4,72	1,32	0,00	0,00	0,00	0,30
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**24,71**	**22,41**	**18,65**	**18,40**	**9,51**	**3,73**	**1,15**	**1,44**

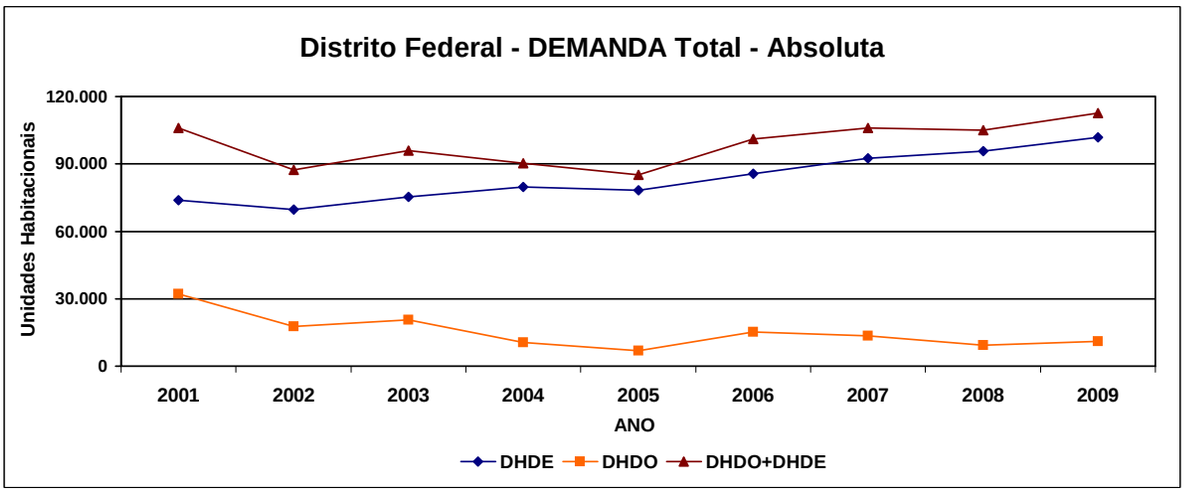


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Distrito Federal - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	73.763	32.236	105.999
2002	69.693	17.685	87.378
2003	75.292	20.645	95.937
2004	79.772	10.629	90.401
2005	78.206	6.848	85.054
2006	85.731	15.294	101.025
2007	92.493	13.464	105.957
2008	95.693	9.447	105.140
2009	101.752	10.993	112.745

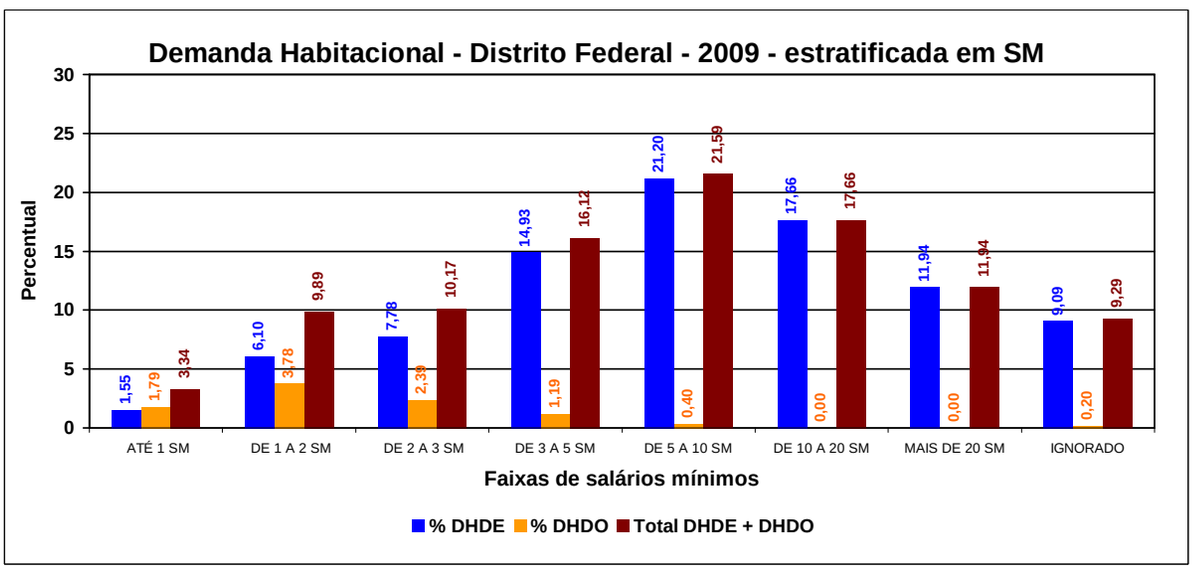
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Distrito Federal - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,55	6,10	7,78	14,93	21,20	17,66	11,94	9,09
% DHDO	1,79	3,78	2,39	1,19	0,40	0,00	0,00	0,20
% TOTAL (DHDO+DHDE)	3,34	9,89	10,17	16,12	21,59	17,66	11,94	9,29

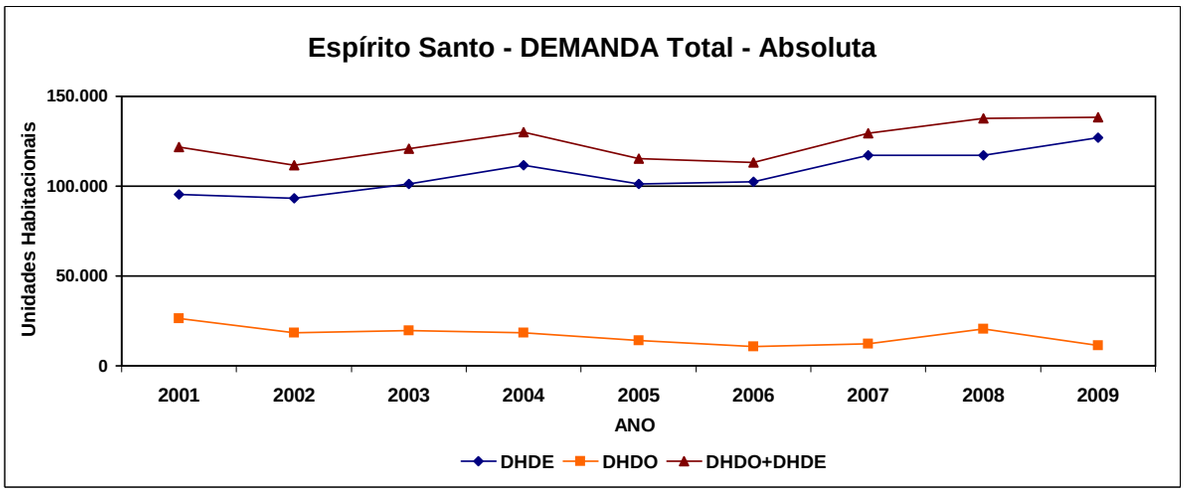


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Espírito Santo - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	95.450	26.323	121.773
2002	93.296	18.486	111.782
2003	101.086	19.722	120.808
2004	111.680	18.466	130.146
2005	101.179	14.233	115.412
2006	102.396	10.844	113.240
2007	117.153	12.372	129.525
2008	117.329	20.502	137.831
2009	126.986	11.259	138.245

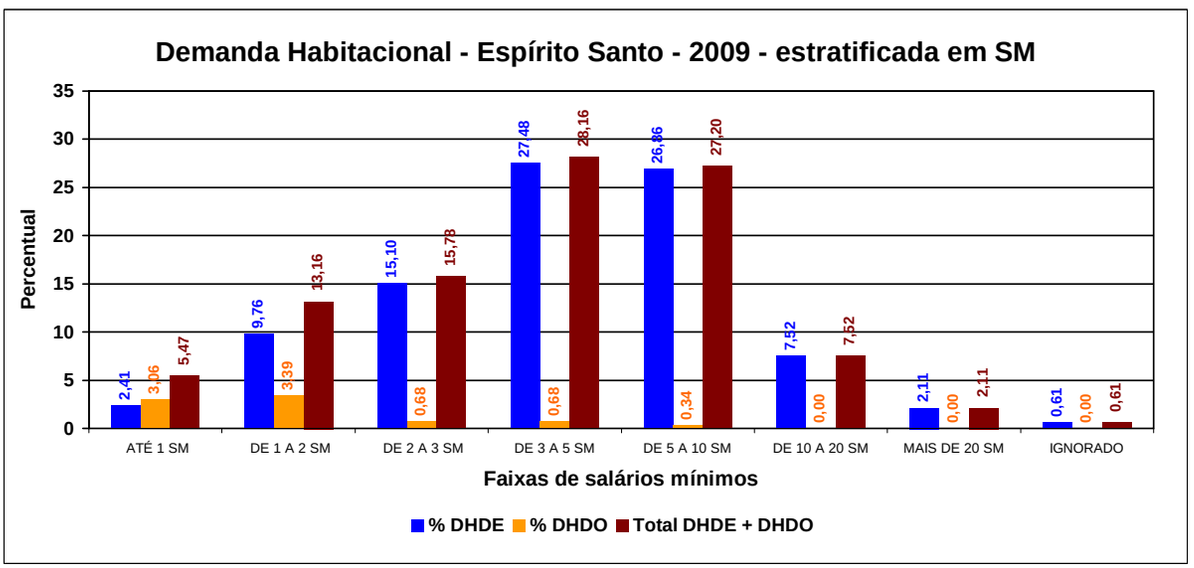
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Espírito Santo - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,41	9,76	15,10	27,48	26,86	7,52	2,11	0,61
% DHDO	3,06	3,39	0,68	0,68	0,34	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**5,47**	**13,16**	**15,78**	**28,16**	**27,20**	**7,52**	**2,11**	**0,61**

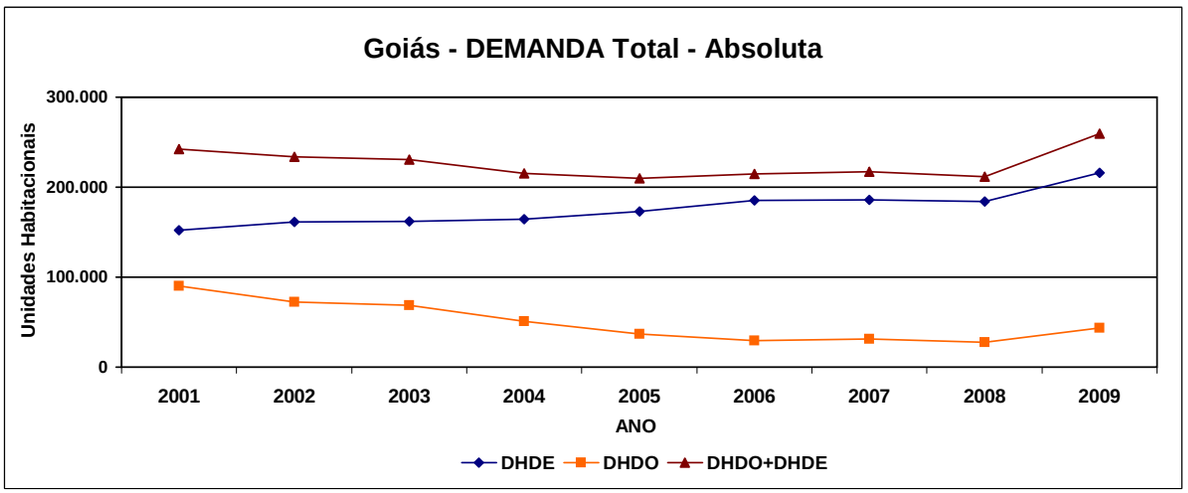


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Goiás - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	152.175	89.915	242.090
2002	161.248	72.354	233.602
2003	162.015	68.872	230.887
2004	164.623	50.824	215.447
2005	172.942	36.637	209.579
2006	185.380	29.213	214.593
2007	185.929	31.313	217.242
2008	183.978	27.891	211.869
2009	216.070	43.667	259.737

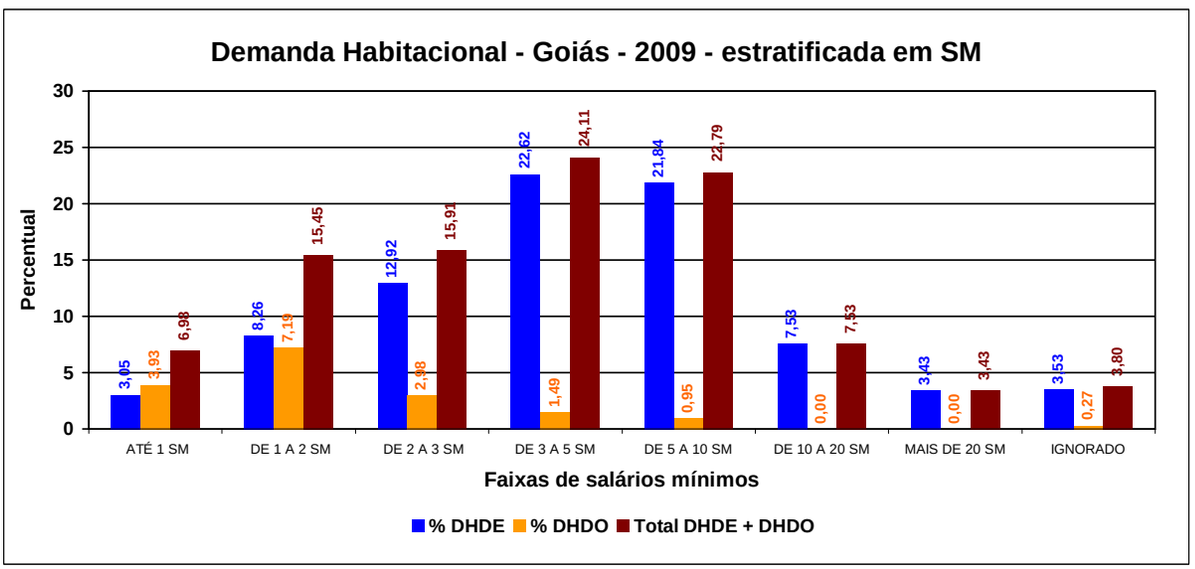
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Goiás - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,05	8,26	12,92	22,62	21,84	7,53	3,43	3,53
% DHDO	3,93	7,19	2,98	1,49	0,95	0,00	0,00	0,27
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**6,98**	**15,45**	**15,91**	**24,11**	**22,79**	**7,53**	**3,43**	**3,80**

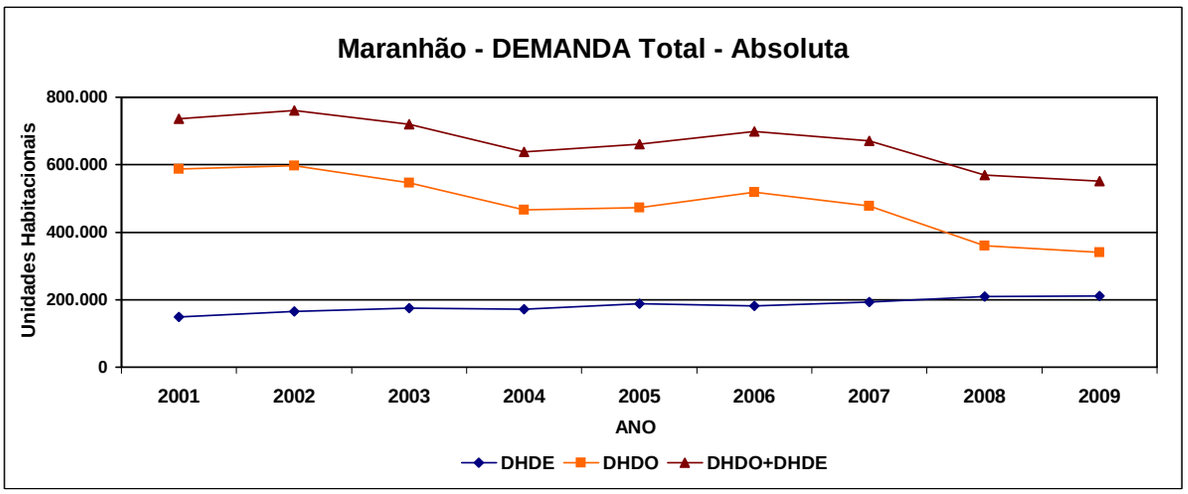


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Maranhão - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	149.361	587.631	736.992
2002	164.640	596.813	761.453
2003	174.720	545.929	720.649
2004	172.224	466.403	638.627
2005	188.386	473.080	661.466
2006	180.954	517.947	698.901
2007	193.048	477.415	670.463
2008	209.362	360.102	569.464
2009	211.329	340.340	551.669

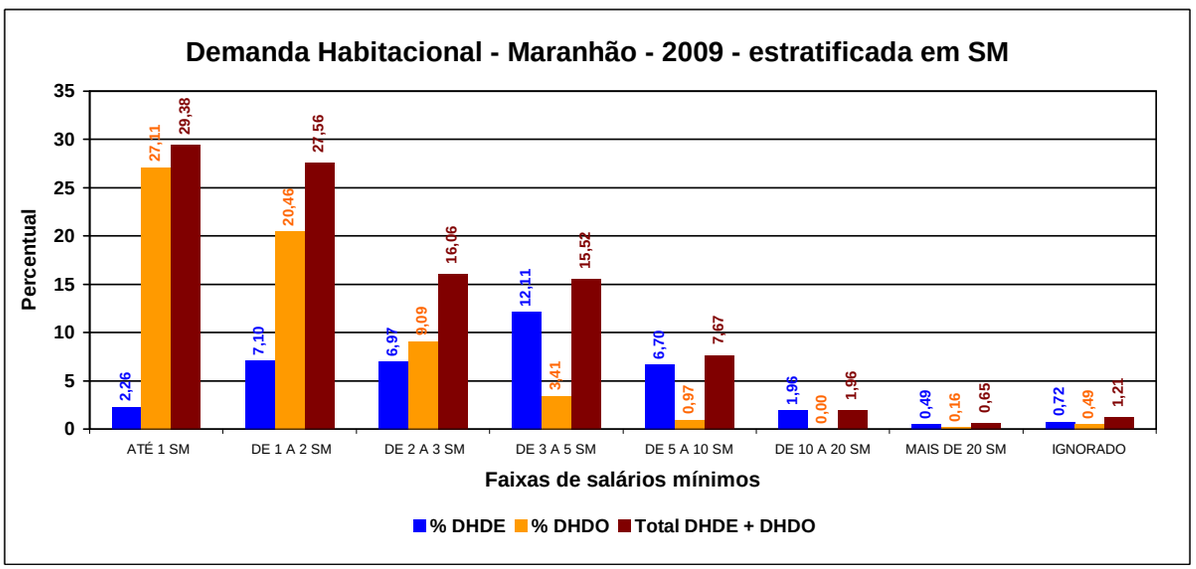
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Maranhão - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,26	7,10	6,97	12,11	6,70	1,96	0,49	0,72
% DHDO	27,11	20,46	9,09	3,41	0,97	0,00	0,16	0,49
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**29,38**	**27,56**	**16,06**	**15,52**	**7,67**	**1,96**	**0,65**	**1,21**

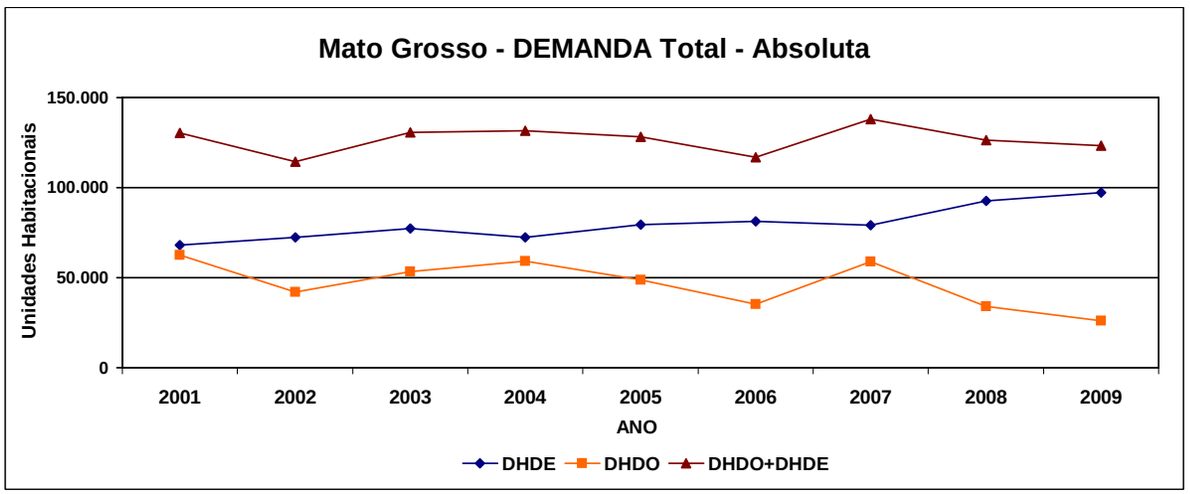


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Mato Grosso - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	67.966	62.549	130.515
2002	72.460	41.983	114.443
2003	77.313	53.254	130.567
2004	72.513	59.170	131.683
2005	79.544	48.779	128.323
2006	81.431	35.310	116.741
2007	79.183	58.913	138.096
2008	92.551	33.980	126.531
2009	97.170	26.082	123.252

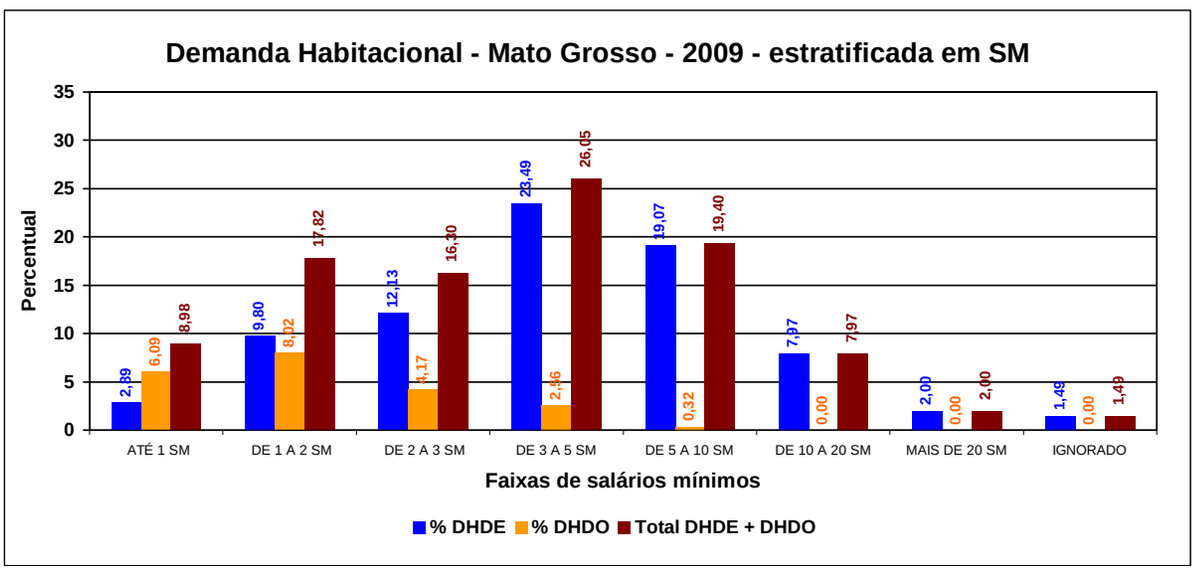
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Mato Grosso - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,89	9,80	12,13	23,49	19,07	7,97	2,00	1,49
% DHDO	6,09	8,02	4,17	2,56	0,32	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**8,98**	**17,82**	**16,30**	**26,05**	**19,40**	**7,97**	**2,00**	**1,49**

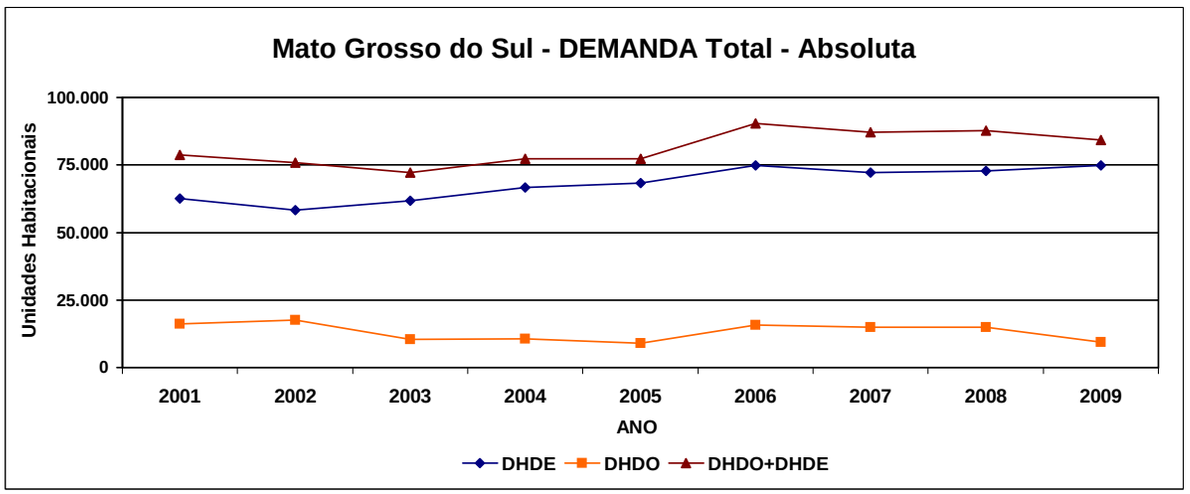


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Mato Grosso do Sul - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	62.491	16.160	78.651
2002	58.358	17.545	75.903
2003	61.746	10.444	72.190
2004	66.685	10.549	77.234
2005	68.329	9.004	77.333
2006	74.816	15.657	90.473
2007	72.264	14.828	87.092
2008	72.787	14.945	87.732
2009	74.823	9.495	84.318

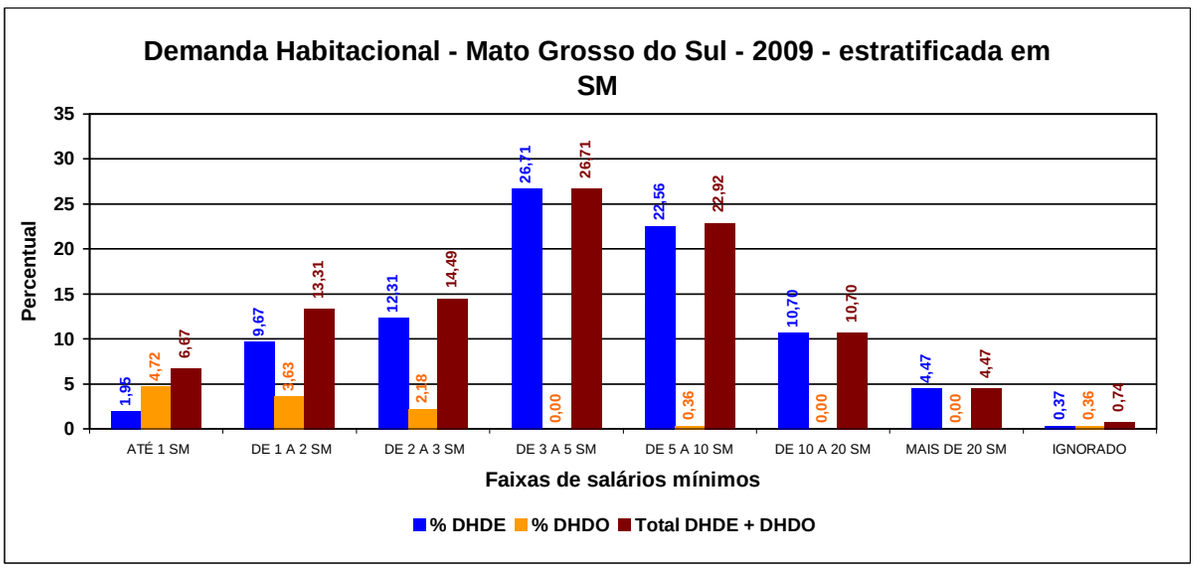
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Mato Grosso do Sul - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,95	9,67	12,31	26,71	22,56	10,70	4,47	0,37
% DHDO	4,72	3,63	2,18	0,00	0,36	0,00	0,00	0,36
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**6,67**	**13,31**	**14,49**	**26,71**	**22,92**	**10,70**	**4,47**	**0,74**

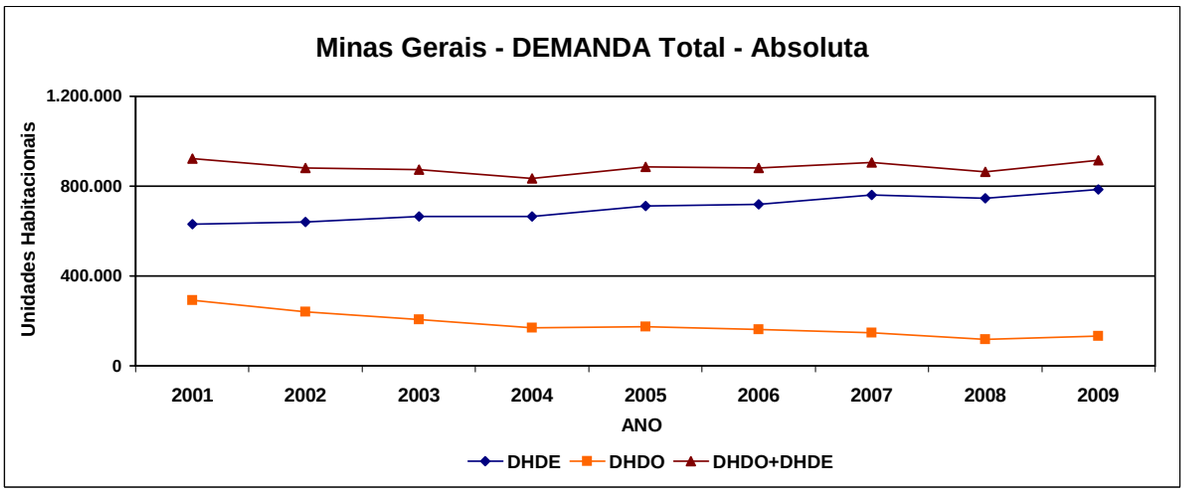


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Minas Gerais - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	630.863	291.132	921.995
2002	641.223	240.438	881.661
2003	666.220	206.527	872.747
2004	665.100	170.472	835.572
2005	711.253	174.574	885.827
2006	718.925	161.024	879.949
2007	759.575	146.702	906.277
2008	745.548	117.427	862.975
2009	784.946	131.499	916.445

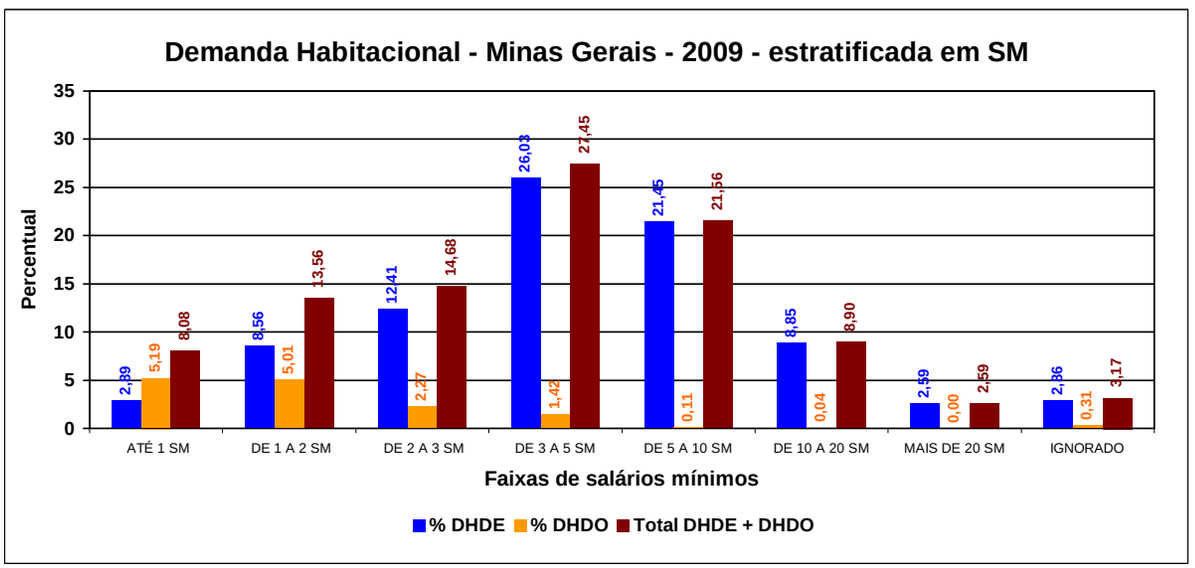
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Minas Gerais - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,89	8,56	12,41	26,03	21,45	8,85	2,59	2,86
% DHDO	5,19	5,01	2,27	1,42	0,11	0,04	0,00	0,31
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**8,08**	**13,56**	**14,68**	**27,45**	**21,56**	**8,90**	**2,59**	**3,17**

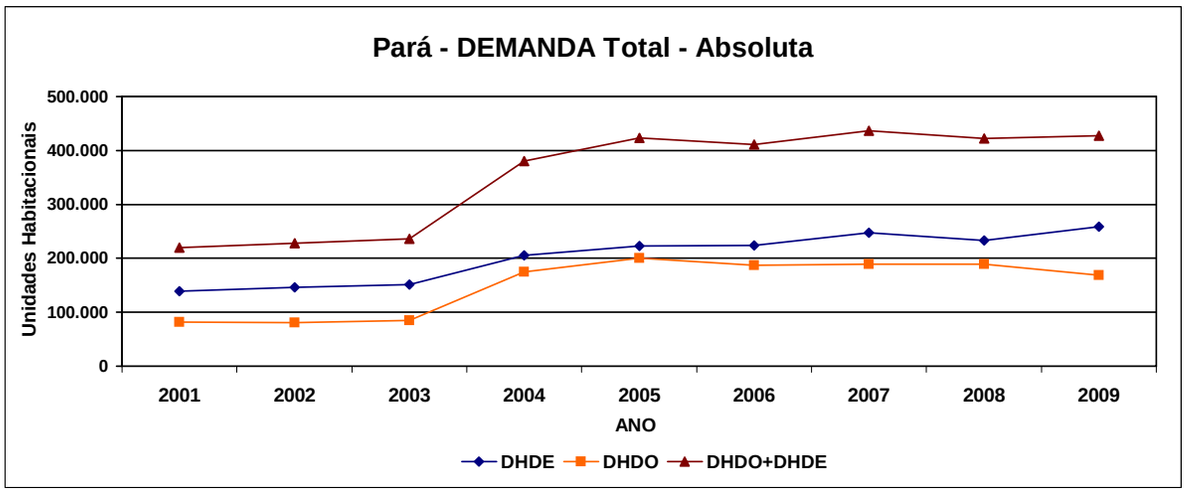


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Pará - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	138.719	81.445	220.164
2002	146.627	81.193	227.820
2003	151.514	84.597	236.111
2004	205.467	175.102	380.569
2005	222.833	200.469	423.302
2006	224.185	187.117	411.302
2007	247.633	189.329	436.962
2008	233.559	189.240	422.799
2009	258.415	168.997	427.412

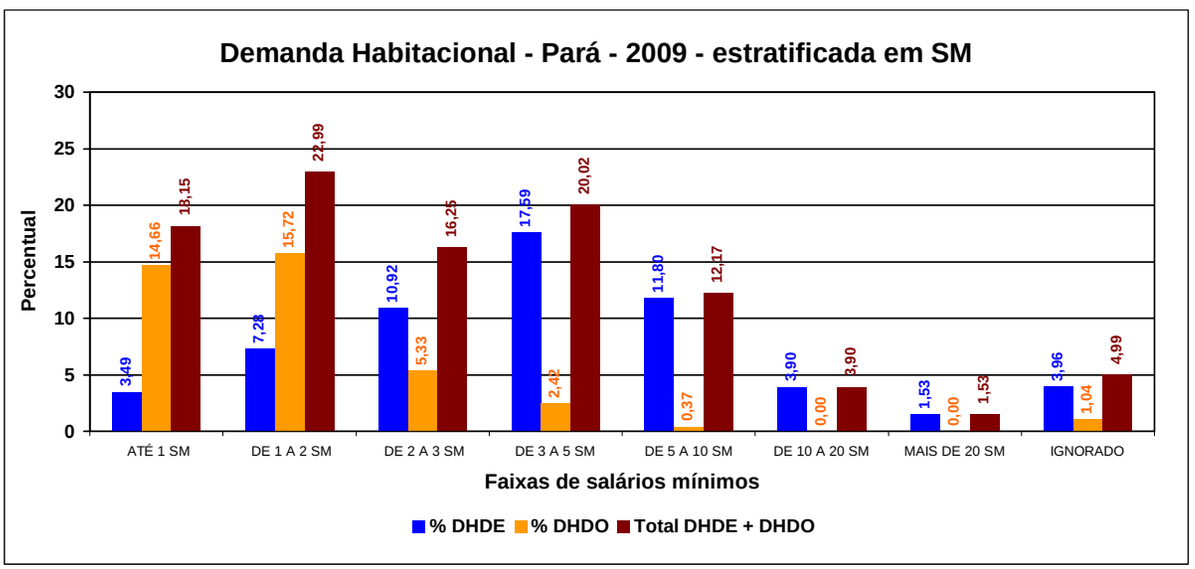
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Pará - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,49	7,28	10,92	17,59	11,80	3,90	1,53	3,96
% DHDO	14,66	15,72	5,33	2,42	0,37	0,00	0,00	1,04
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**18,15**	**22,99**	**16,25**	**20,02**	**12,17**	**3,90**	**1,53**	**4,99**

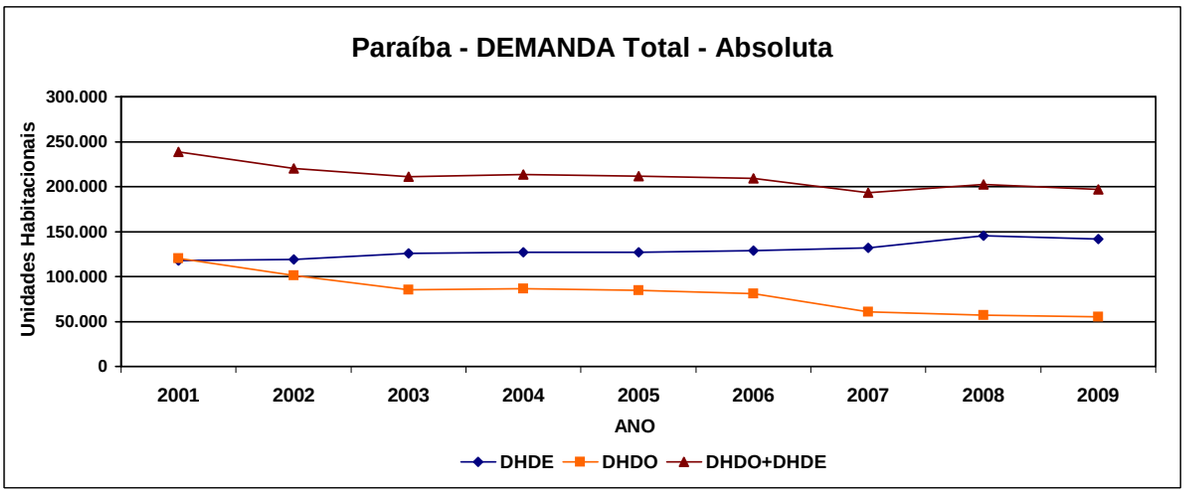


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Paraíba - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	118.053	120.317	238.370
2002	119.103	101.032	220.135
2003	125.874	85.294	211.168
2004	126.869	86.402	213.271
2005	126.927	84.534	211.461
2006	128.572	80.856	209.428
2007	132.062	60.915	192.977
2008	145.454	56.833	202.287
2009	141.957	55.209	197.166

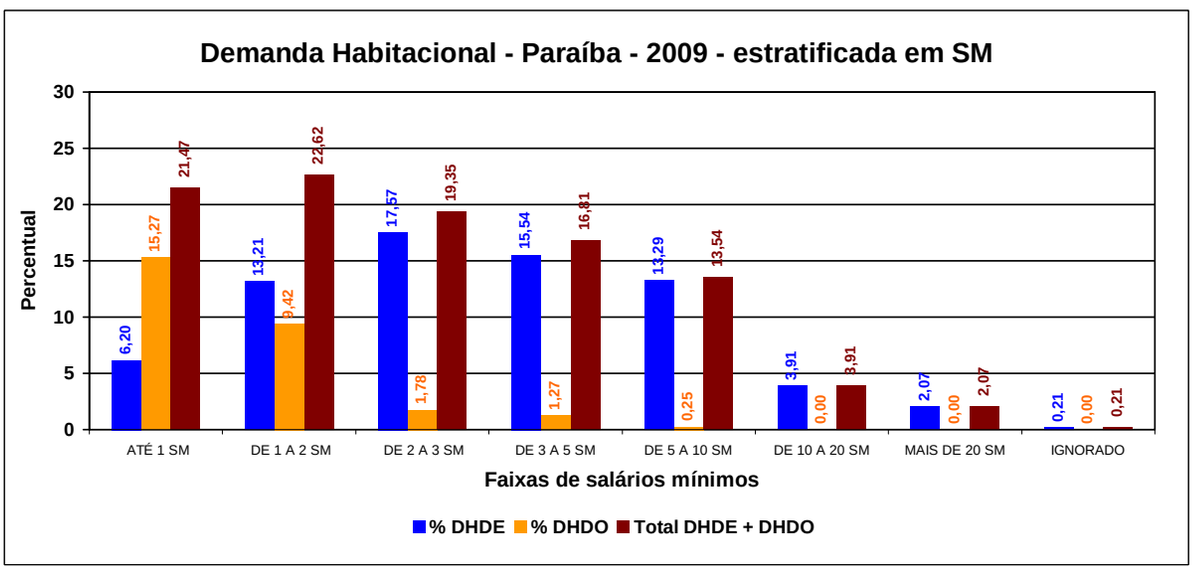
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Paraíba - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	6,20	13,21	17,57	15,54	13,29	3,91	2,07	0,21
% DHDO	15,27	9,42	1,78	1,27	0,25	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**21,47**	**22,62**	**19,35**	**16,81**	**13,54**	**3,91**	**2,07**	**0,21**

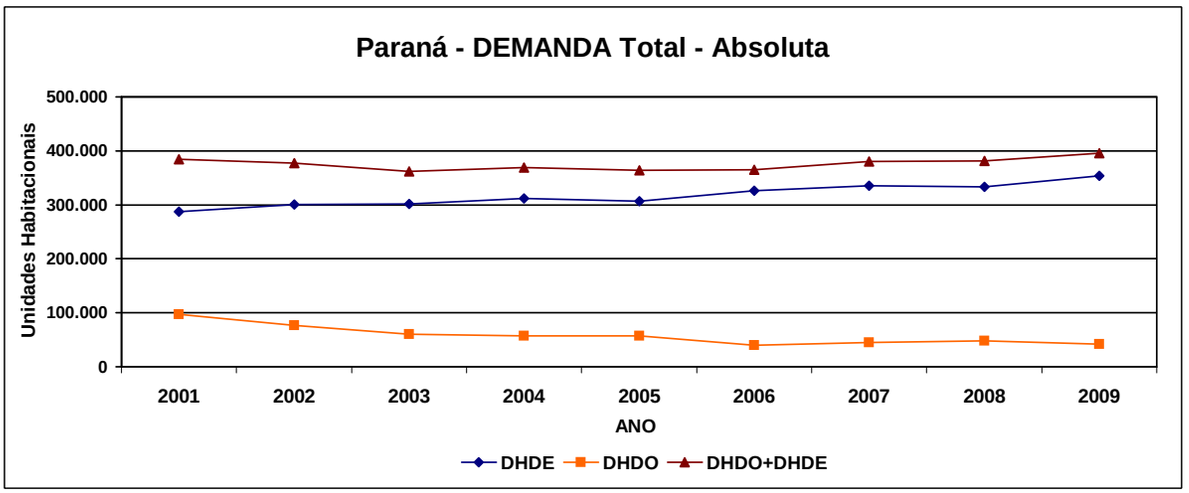


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Paraná - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	287.797	97.074	384.871
2002	300.685	76.508	377.193
2003	302.037	59.936	361.973
2004	311.568	57.507	369.075
2005	306.491	57.646	364.137
2006	325.911	39.505	365.416
2007	335.629	44.532	380.161
2008	333.414	48.363	381.777
2009	354.038	41.680	395.718

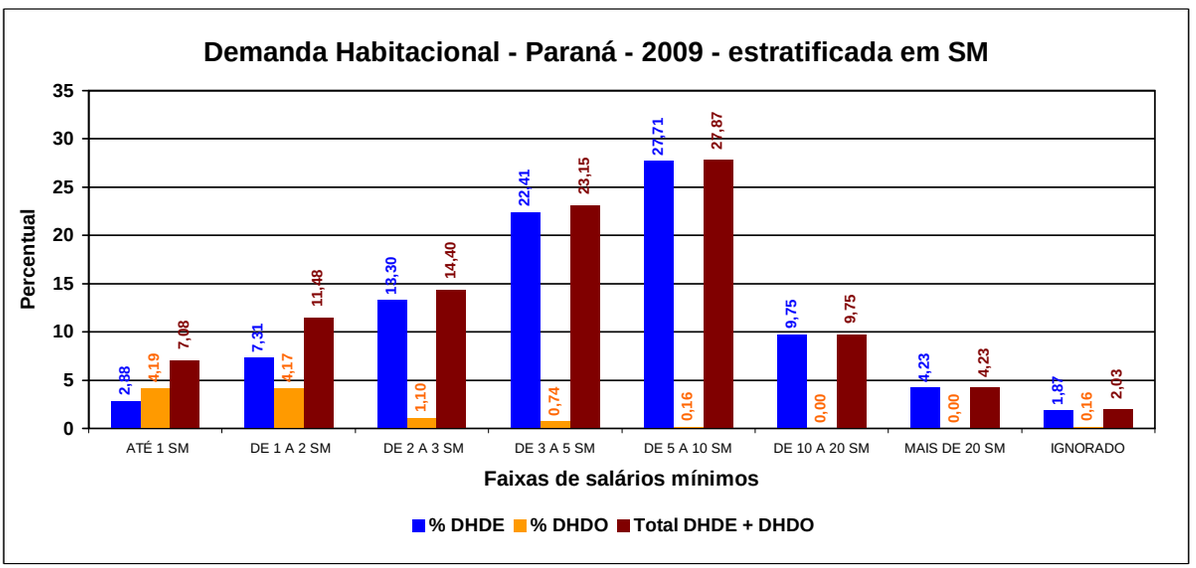
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Paraná - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,88	7,31	13,30	22,41	27,71	9,75	4,23	1,87
% DHDO	4,19	4,17	1,10	0,74	0,16	0,00	0,00	0,16
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**7,08**	**11,48**	**14,40**	**23,15**	**27,87**	**9,75**	**4,23**	**2,03**

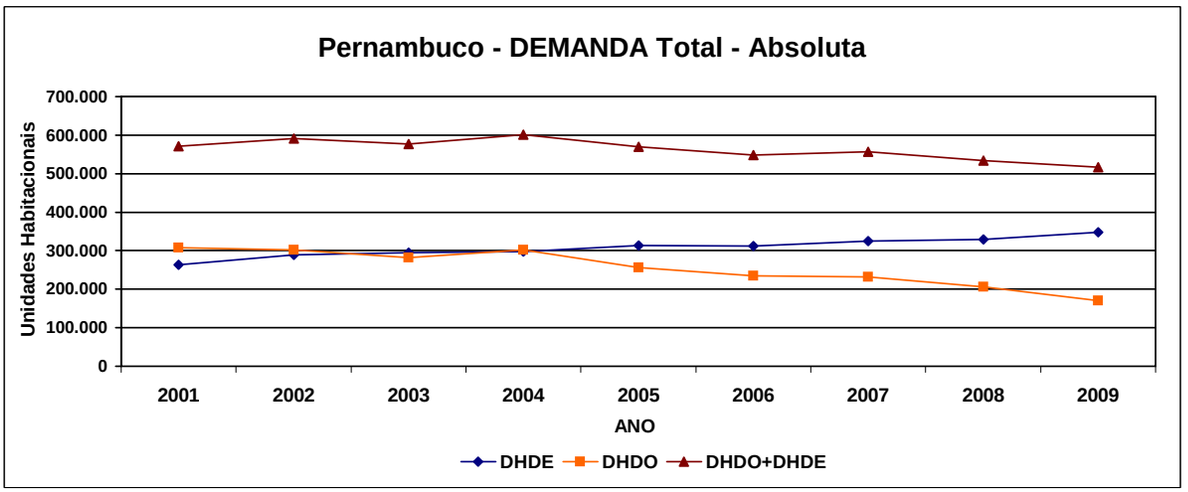


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Pernambuco - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	262.831	307.842	570.673
2002	288.864	302.723	591.587
2003	294.914	282.317	577.231
2004	298.339	302.530	600.869
2005	313.636	256.360	569.996
2006	312.509	235.133	547.642
2007	325.195	231.448	556.643
2008	328.686	205.928	534.614
2009	347.277	170.095	517.372

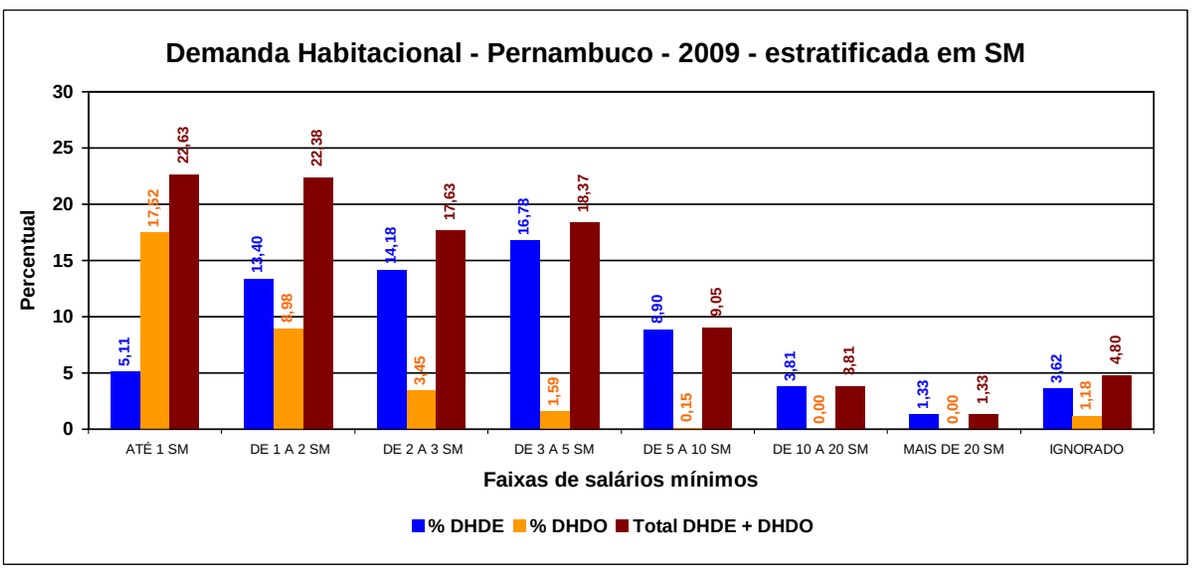
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Pernambuco - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	5,11	13,40	14,18	16,78	8,90	3,81	1,33	3,62
% DHDO	17,52	8,98	3,45	1,59	0,15	0,00	0,00	1,18
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**22,63**	**22,38**	**17,63**	**18,37**	**9,05**	**3,81**	**1,33**	**4,80**

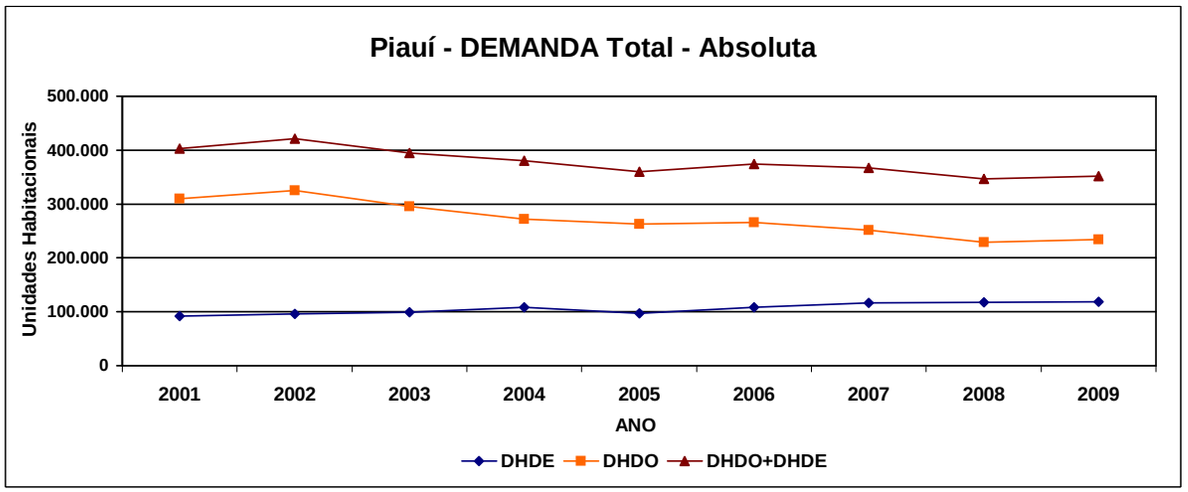


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Piauí - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	92.074	310.284	402.358
2002	96.124	325.451	421.575
2003	99.043	295.853	394.896
2004	108.810	272.027	380.837
2005	97.258	263.091	360.349
2006	108.363	265.488	373.851
2007	116.213	251.072	367.285
2008	117.613	229.415	347.028
2009	118.407	233.662	352.069

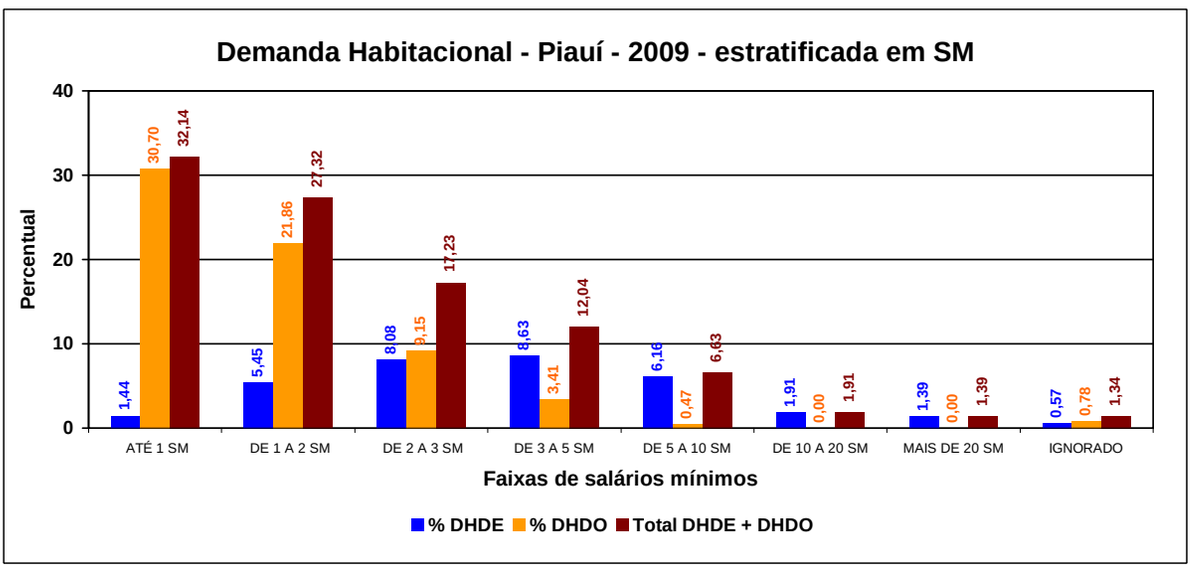
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Piauí - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,44	5,45	8,08	8,63	6,16	1,91	1,39	0,57
% DHDO	30,70	21,86	9,15	3,41	0,47	0,00	0,00	0,78
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**32,14**	**27,32**	**17,23**	**12,04**	**6,63**	**1,91**	**1,39**	**1,34**

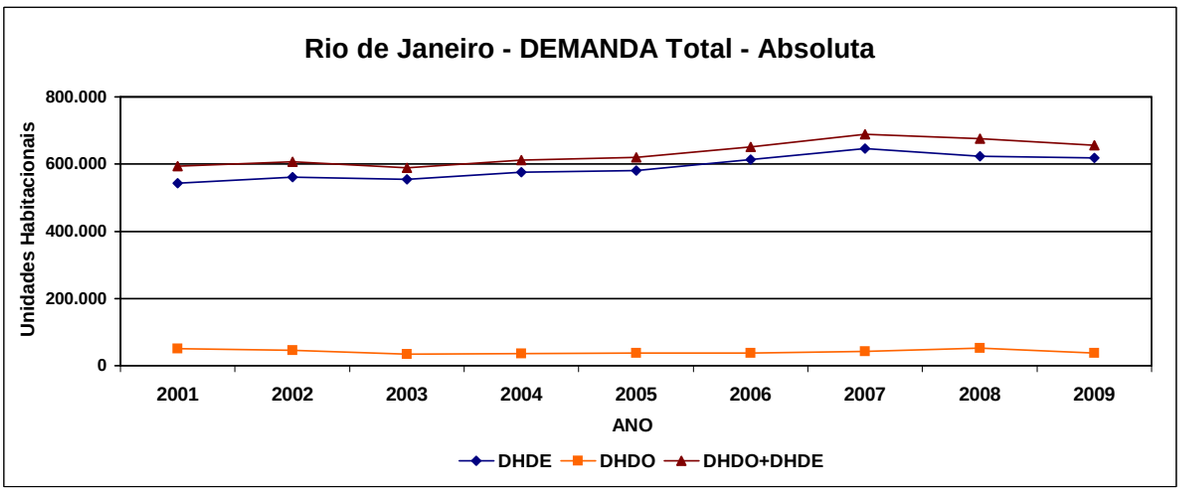


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio de Janeiro - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	543.404	50.626	594.030
2002	561.248	45.146	606.394
2003	554.658	34.334	588.992
2004	575.938	35.944	611.882
2005	581.575	37.847	619.422
2006	614.026	36.865	650.891
2007	646.063	43.315	689.378
2008	623.439	52.251	675.690
2009	618.849	37.888	656.737

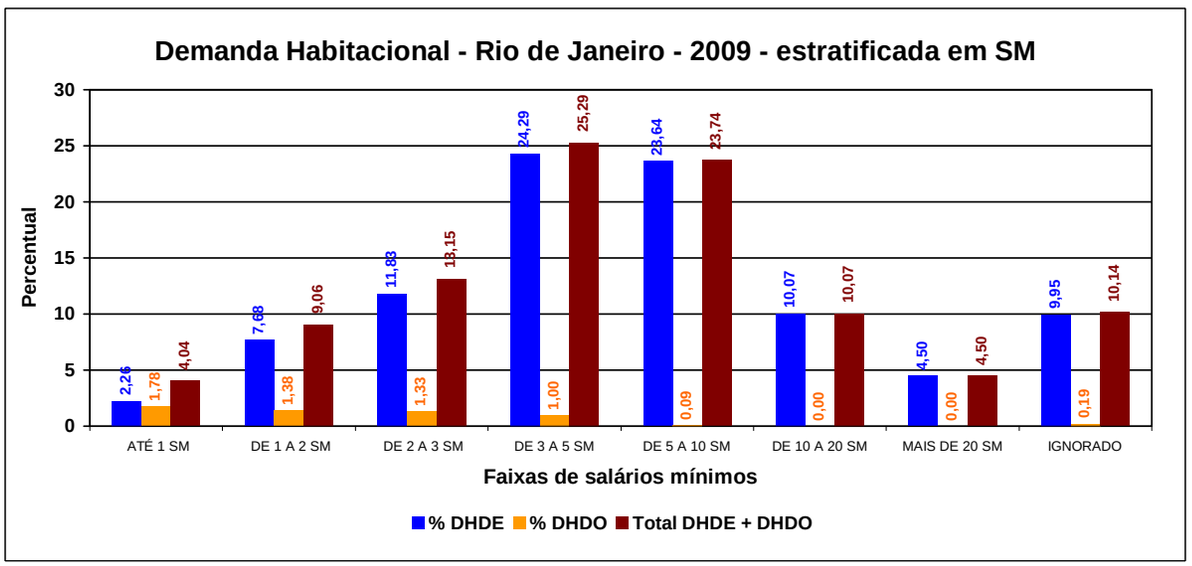
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio de Janeiro - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,26	7,68	11,83	24,29	23,64	10,07	4,50	9,95
% DHDO	1,78	1,38	1,33	1,00	0,09	0,00	0,00	0,19
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**4,04**	**9,06**	**13,15**	**25,29**	**23,74**	**10,07**	**4,50**	**10,14**

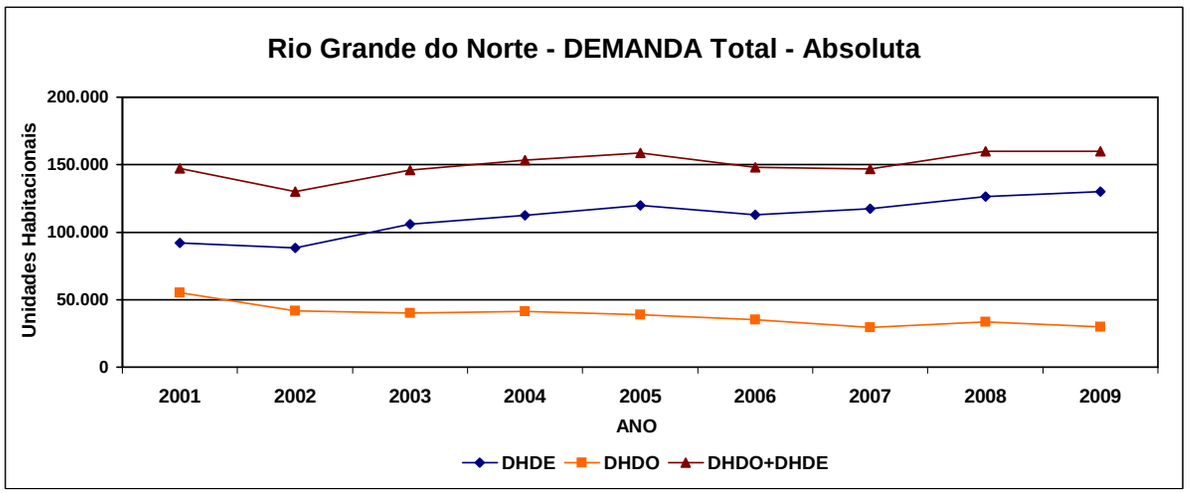


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio Grande do Norte - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	92.167	55.069	147.236
2002	88.154	41.840	129.994
2003	105.848	40.236	146.084
2004	112.422	41.108	153.530
2005	119.905	38.941	158.846
2006	112.809	35.107	147.916
2007	117.315	29.563	146.878
2008	126.446	33.481	159.927
2009	129.914	29.843	159.757

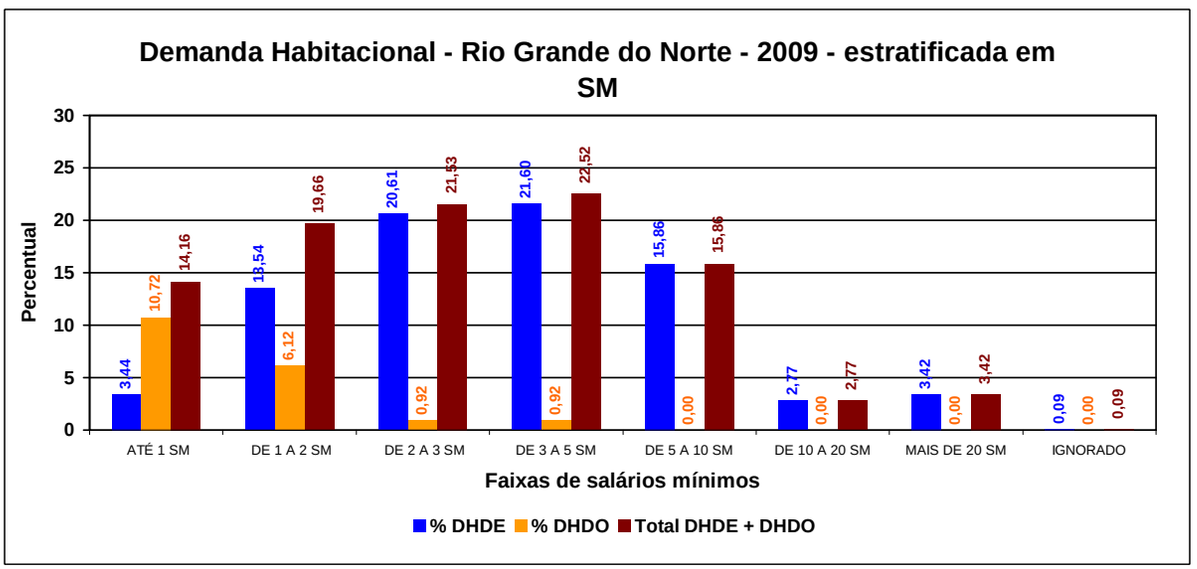
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio Grande do Norte - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	3,44	13,54	20,61	21,60	15,86	2,77	3,42	0,09
% DHDO	10,72	6,12	0,92	0,92	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**14,16**	**19,66**	**21,53**	**22,52**	**15,86**	**2,77**	**3,42**	**0,09**

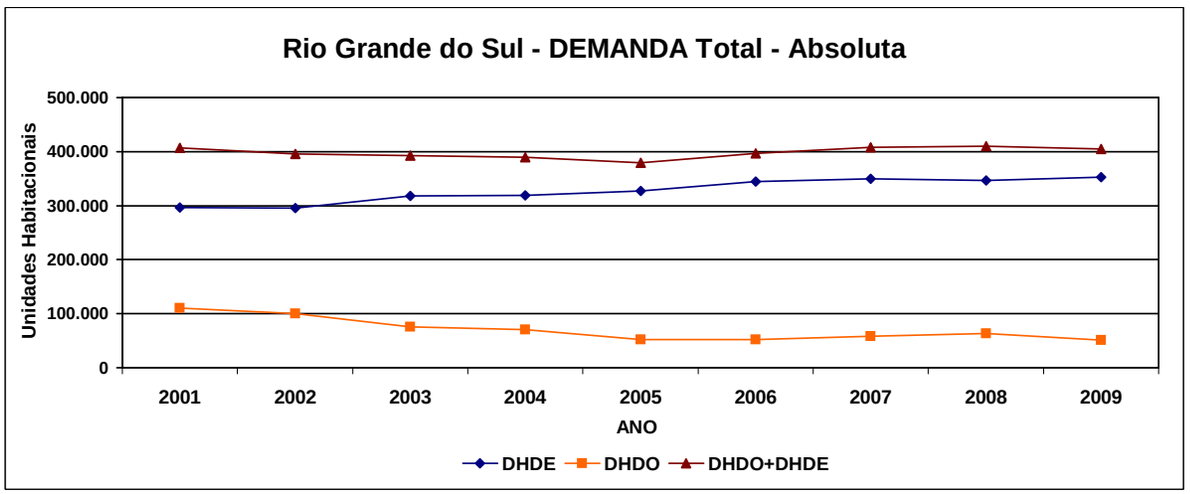


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rio Grande do Sul - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	296.721	110.122	406.843
2002	295.917	99.766	395.683
2003	317.615	75.400	393.015
2004	319.448	70.456	389.904
2005	327.148	51.815	378.963
2006	344.308	52.207	396.515
2007	349.258	58.456	407.714
2008	346.152	63.569	409.721
2009	353.262	51.264	404.526

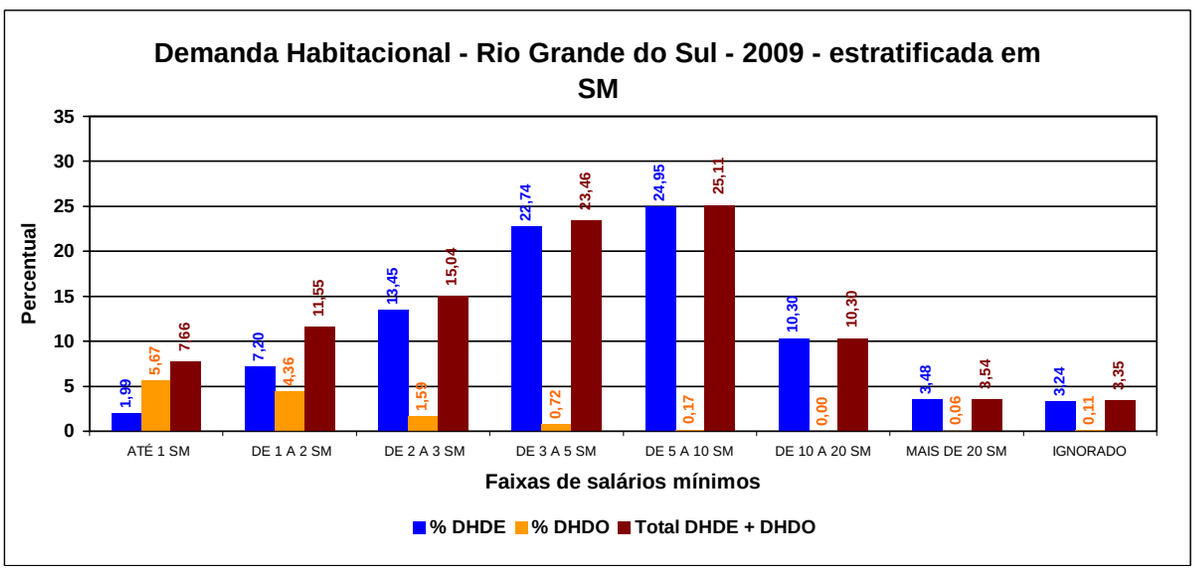
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rio Grande do Sul - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,99	7,20	13,45	22,74	24,95	10,30	3,48	3,24
% DHDO	5,67	4,36	1,59	0,72	0,17	0,00	0,06	0,11
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**7,66**	**11,55**	**15,04**	**23,46**	**25,11**	**10,30**	**3,54**	**3,35**

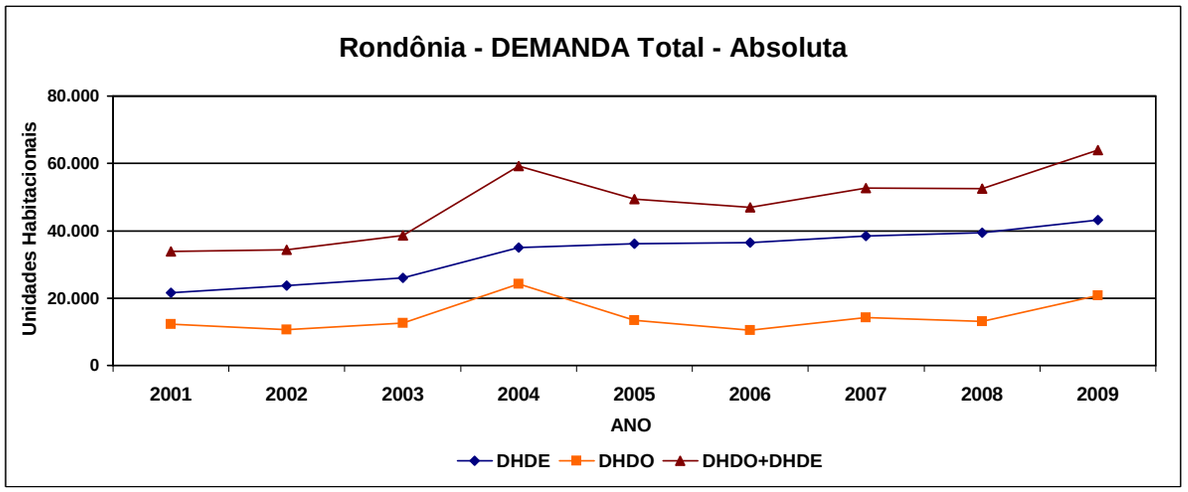


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Rondônia - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	21.532	12.338	33.870
2002	23.755	10.569	34.324
2003	26.041	12.547	38.588
2004	35.059	24.183	59.242
2005	36.123	13.363	49.486
2006	36.422	10.478	46.900
2007	38.441	14.235	52.676
2008	39.432	13.032	52.464
2009	43.166	20.745	63.911

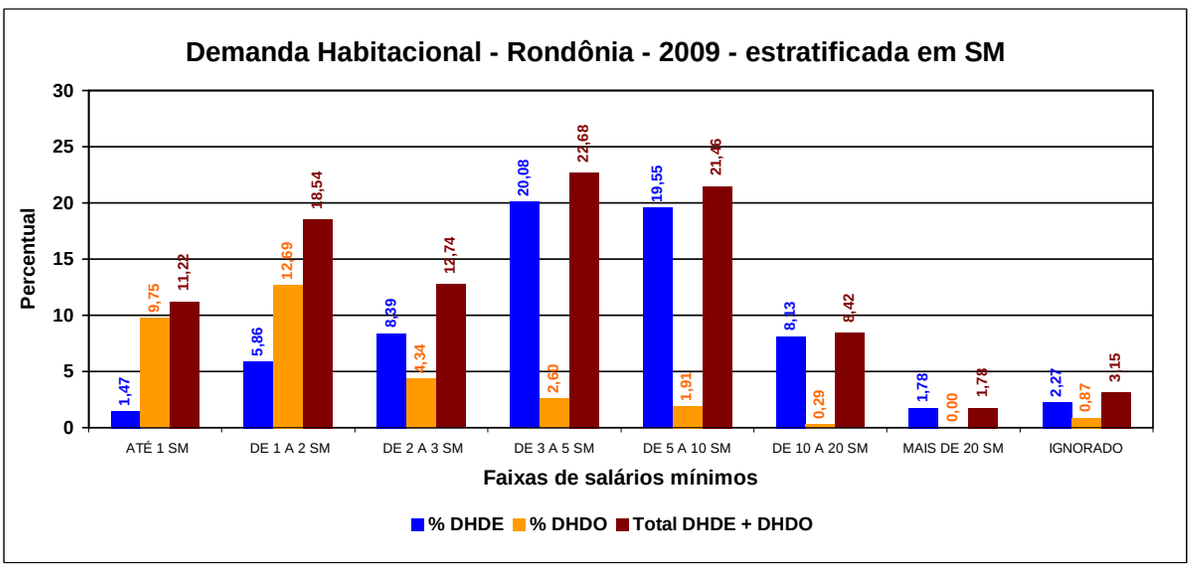
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Rondônia - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,47	5,86	8,39	20,08	19,55	8,13	1,78	2,27
% DHDO	9,75	12,69	4,34	2,60	1,91	0,29	0,00	0,87
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**11,22**	**18,54**	**12,74**	**22,68**	**21,46**	**8,42**	**1,78**	**3,15**

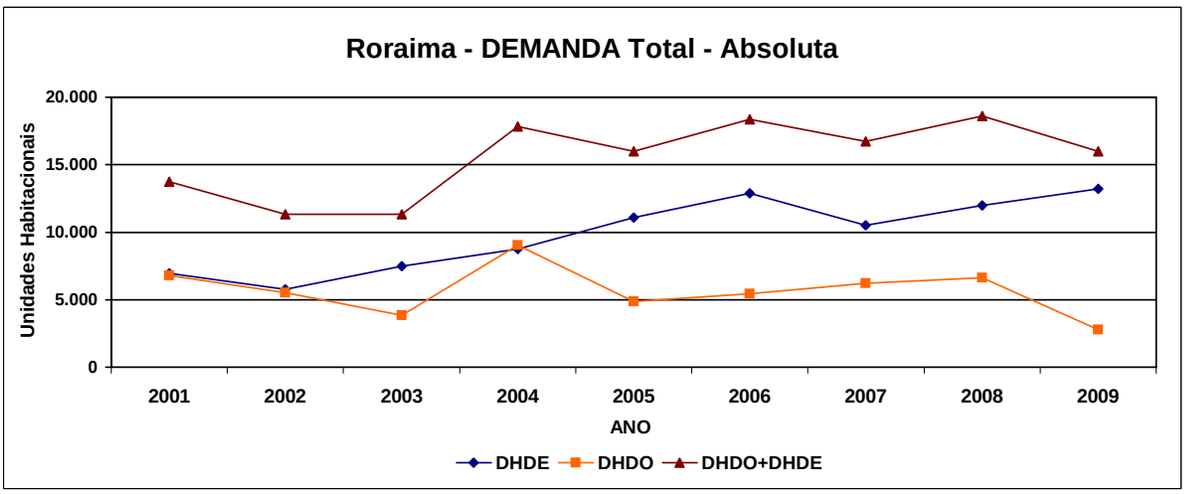


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Roraima - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	6.954	6.804	13.758
2002	5.774	5.538	11.312
2003	7.474	3.853	11.327
2004	8.769	9.058	17.827
2005	11.100	4.878	15.978
2006	12.887	5.458	18.345
2007	10.516	6.217	16.733
2008	11.965	6.626	18.591
2009	13.217	2.777	15.994

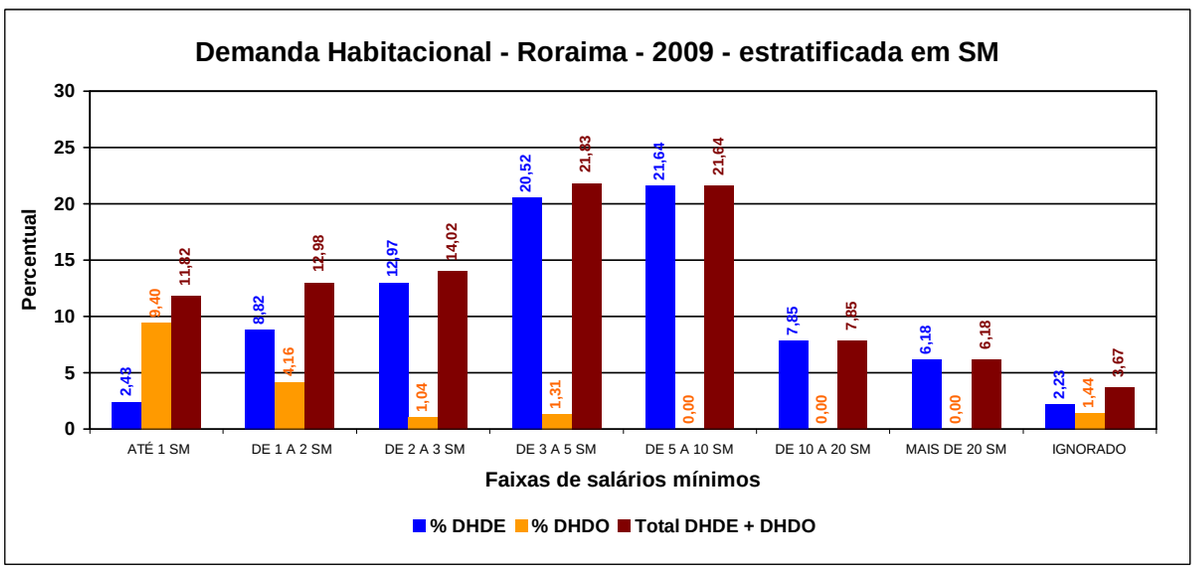
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Roraima - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,43	8,82	12,97	20,52	21,64	7,85	6,18	2,23
% DHDO	9,40	4,16	1,04	1,31	0,00	0,00	0,00	1,44
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**11,82**	**12,98**	**14,02**	**21,83**	**21,64**	**7,85**	**6,18**	**3,67**

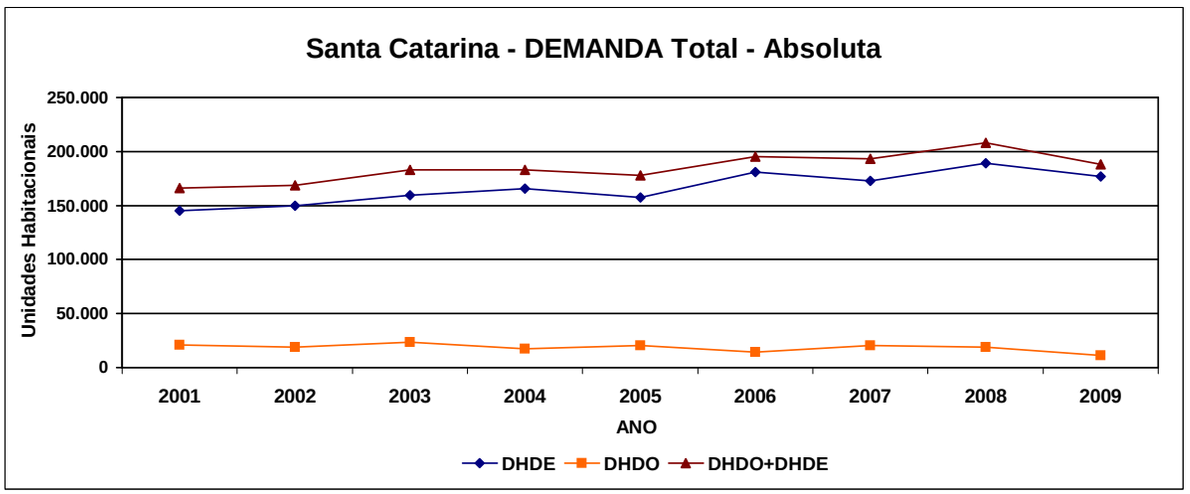


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Santa Catarina - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	145.302	20.713	166.015
2002	149.982	18.900	168.882
2003	159.566	23.454	183.020
2004	165.846	17.354	183.200
2005	157.567	20.467	178.034
2006	180.899	14.408	195.307
2007	172.871	20.595	193.466
2008	189.292	18.984	208.276
2009	176.666	11.343	188.009

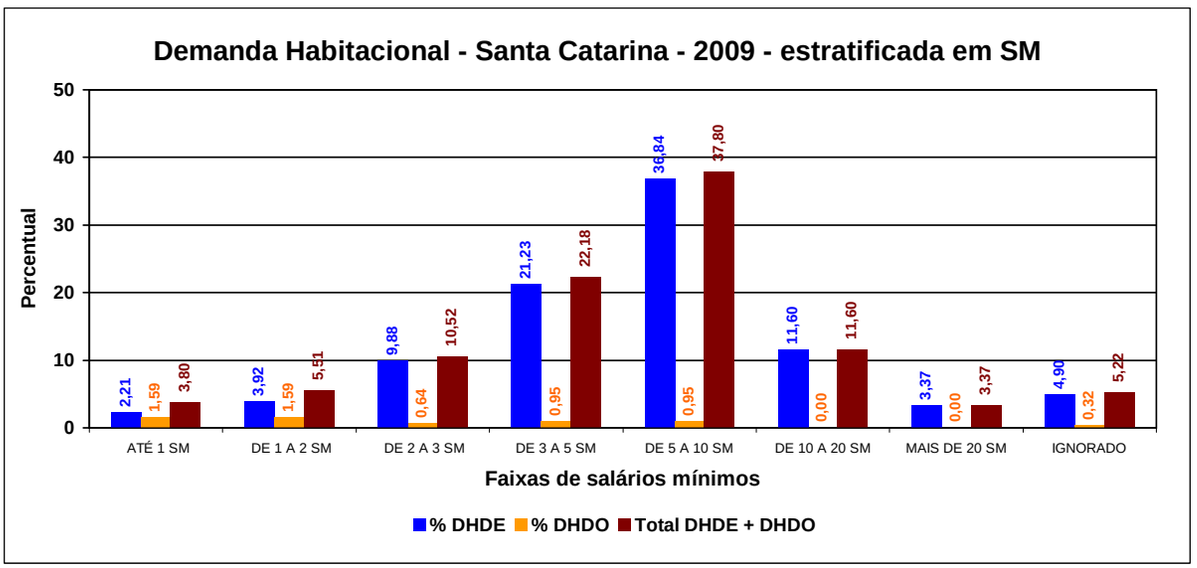
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Santa Catarina - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,21	3,92	9,88	21,23	36,84	11,60	3,37	4,90
% DHDO	1,59	1,59	0,64	0,95	0,95	0,00	0,00	0,32
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**3,80**	**5,51**	**10,52**	**22,18**	**37,80**	**11,60**	**3,37**	**5,22**

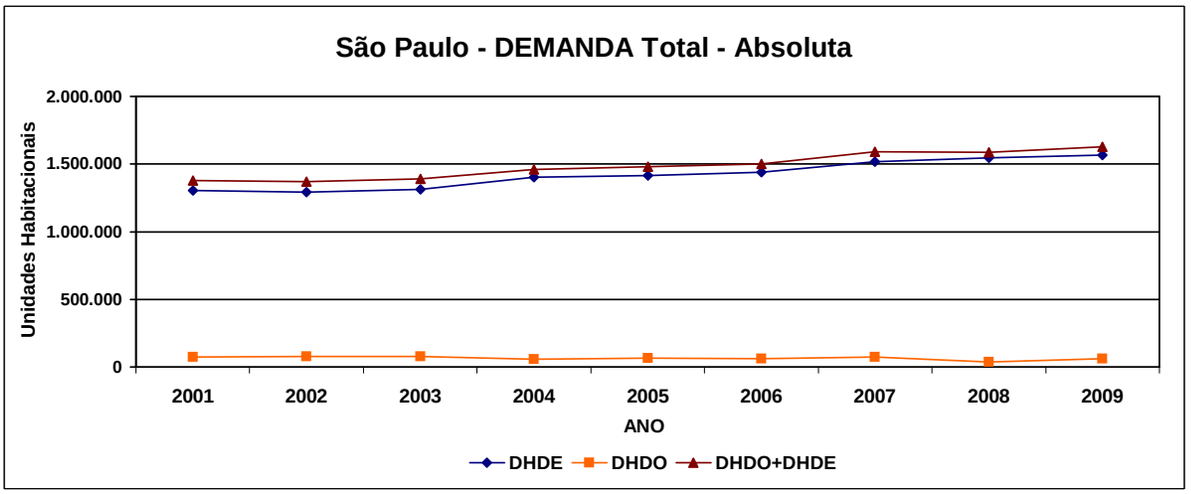


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

São Paulo - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	1.306.261	71.605	1.377.866
2002	1.292.527	77.919	1.370.446
2003	1.311.938	78.379	1.390.317
2004	1.404.406	56.399	1.460.805
2005	1.416.924	63.960	1.480.884
2006	1.439.310	62.147	1.501.457
2007	1.516.098	75.278	1.591.376
2008	1.547.154	38.203	1.585.357
2009	1.567.697	60.752	1.628.449

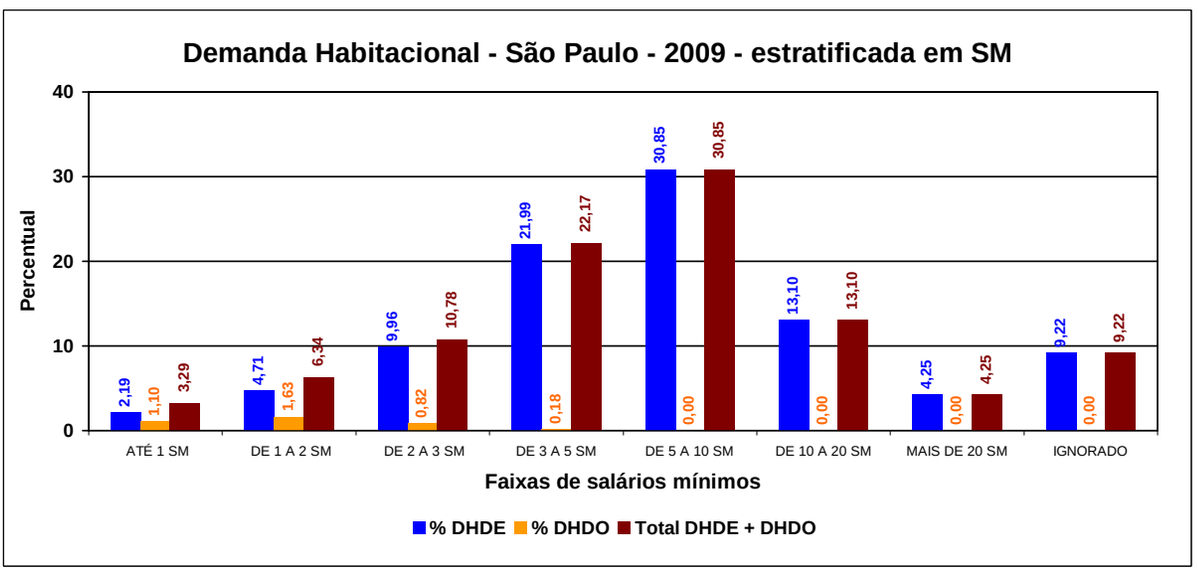
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - São Paulo - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	2,19	4,71	9,96	21,99	30,85	13,10	4,25	9,22
% DHDO	1,10	1,63	0,82	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**3,29**	**6,34**	**10,78**	**22,17**	**30,85**	**13,10**	**4,25**	**9,22**

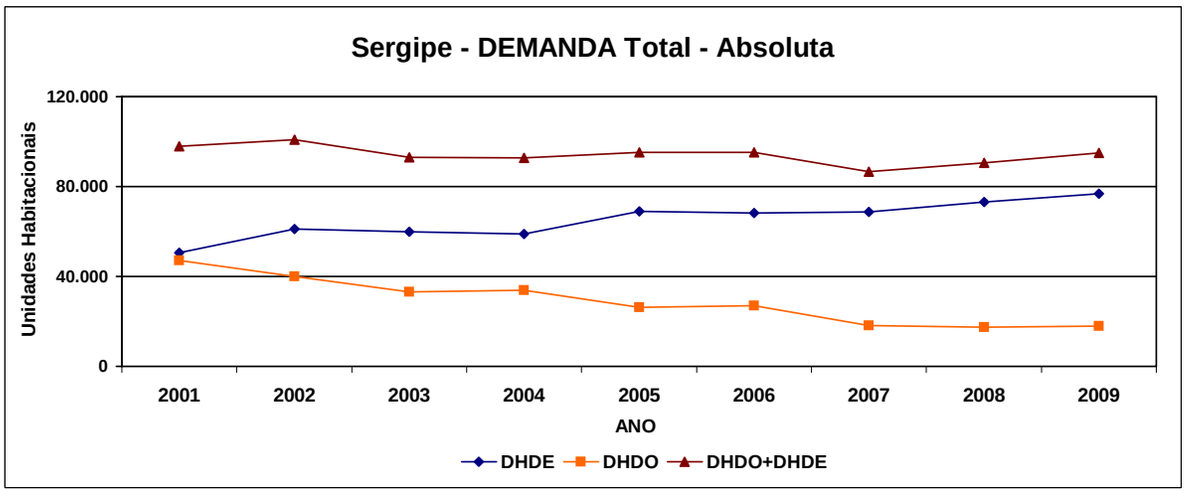


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Sergipe - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	50.636	47.206	97.842
2002	61.015	39.915	100.930
2003	59.790	33.169	92.959
2004	58.887	33.901	92.788
2005	69.036	26.221	95.257
2006	68.261	27.040	95.301
2007	68.663	18.062	86.725
2008	73.174	17.441	90.615
2009	76.925	18.019	94.944

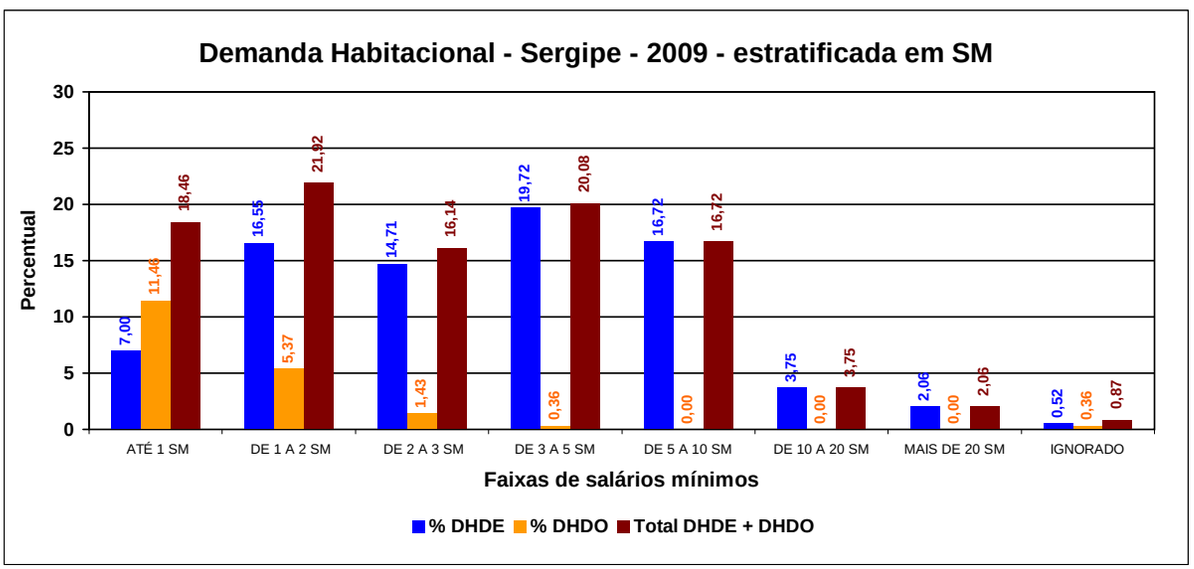
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Sergipe - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	7,00	16,55	14,71	19,72	16,72	3,75	2,06	0,52
% DHDO	11,46	5,37	1,43	0,36	0,00	0,00	0,00	0,36
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**18,46**	**21,92**	**16,14**	**20,08**	**16,72**	**3,75**	**2,06**	**0,87**

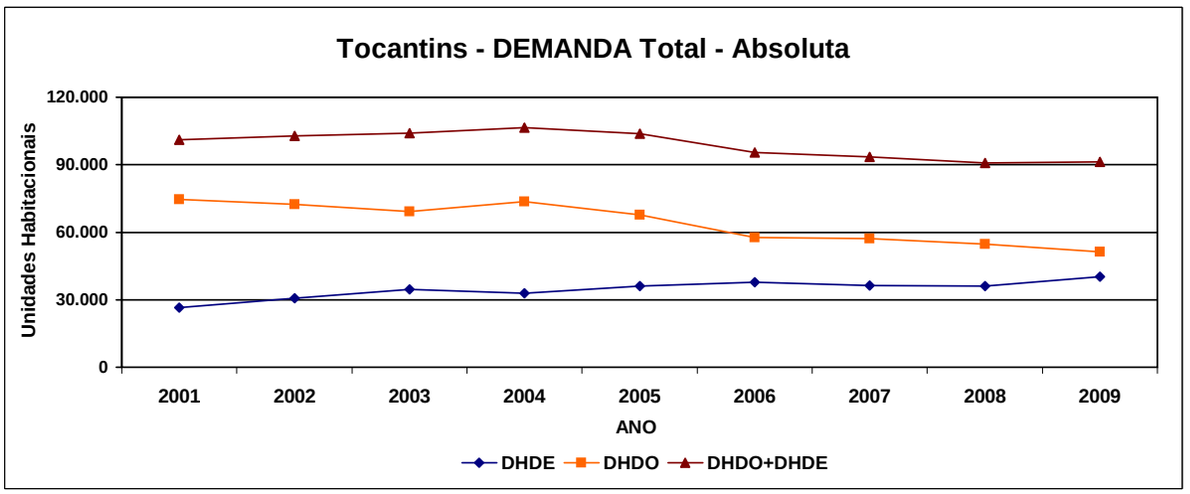


ESTUDO DEMANDA HABITACIONAL

Tocantins - DEMANDA Total - Absoluta

ANO	DHDE - DEMANDA DEMOGRAFICA Absoluta	DHDO - DEMANDA DOMICILIAR Absoluta	DHT DEMANDA TOTAL (DHDE+DHDO)
2001	26.485	74.662	101.147
2002	30.598	72.336	102.934
2003	34.687	69.260	103.947
2004	32.849	73.663	106.512
2005	35.958	67.728	103.686
2006	37.720	57.709	95.429
2007	36.202	57.260	93.462
2008	36.038	54.688	90.726
2009	40.126	51.168	91.294

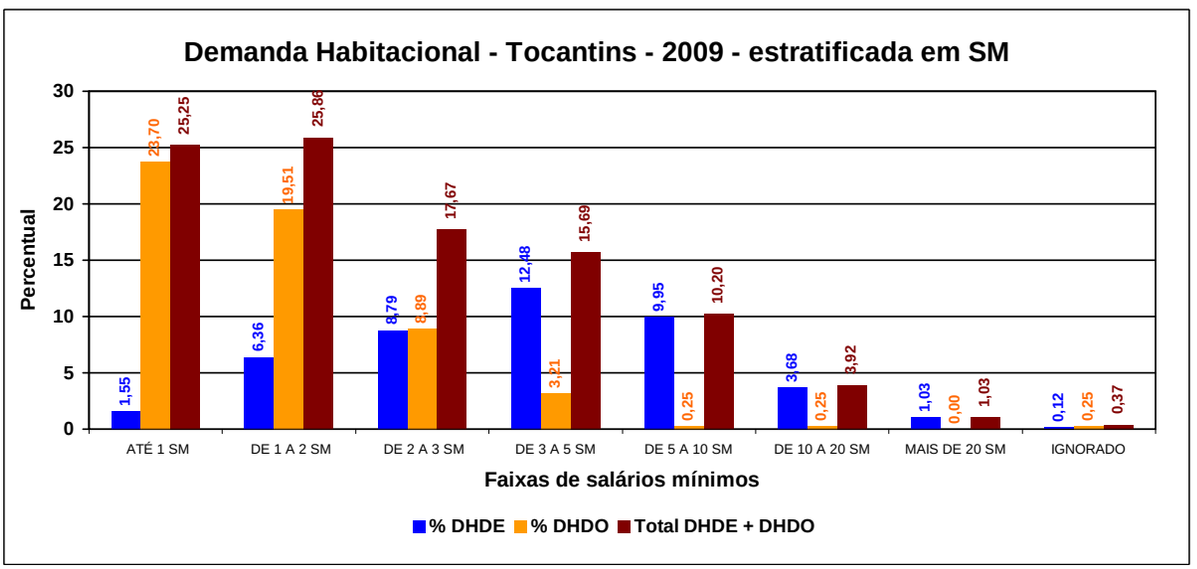
Fonte: PNAD IBGE



Demanda Habitacional - Tocantins - 2009 - estratificada em SM

BASE 2009

RENDA EM SM	ATÉ 1 SM	DE 1 A 2 SM	DE 2 A 3 SM	DE 3 A 5 SM	DE 5 A 10 SM	DE 10 A 20 SM	MAIS DE 20 SM	IGNORADO
% DHDE	1,55	6,36	8,79	12,48	9,95	3,68	1,03	0,12
% DHDO	23,70	19,51	8,89	3,21	0,25	0,25	0,00	0,25
% TOTAL (DHDO+DHDE)	**25,25**	**25,86**	**17,67**	**15,69**	**10,20**	**3,92**	**1,03**	**0,37**



A.3 Anexo III

Cálculo da demanda habitacional para os municípios brasileiros com base no Censo 2000

REGIÃO CENTRO-OESTE							
UF	**MUNICÍPIO**	**DHDE**	**DHDE 3SM**	**DHDE 3 a 5SM**	**DHDE 5 a 10SM**	**DHDE >10SM**	**Número de domicílios particulares**
DF	BRASÍLIA	67.621	10.612	11.056	15.197	30.756	550.526
DF Total	67.621	10.612	11.056	15.197	30.756	550.526	
GO	ABADIA DE GOIÁS	123	54	32	27	10	1.403
	ABADIÂNIA	361	184	79	62	37	3.228
	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	140	82	29	15	13	1.209
	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	2.278	695	658	672	253	26.775
	ALEXÂNIA	592	273	141	121	58	5.538
	ANÁPOLIS	9.628	3.625	2.257	2.025	1.721	80.703
	APARECIDA DE GOIÂNIA	9.084	3.317	2.334	2.269	1.165	91.506
	ARAGOIÂNIA	189	79	54	34	23	1.889
	BELA VISTA DE GOIÁS	541	234	128	110	69	5.753
	CABECEIRAS	172	101	41	23	7	1.816
	CALDAS NOVAS	1.232	393	318	273	248	14.600
	CATALÃO	2.014	814	441	431	328	18.834
	CIDADE OCIDENTAL	1.127	256	226	309	336	10.365
	COCALZINHO DE GOIÁS	420	217	98	68	37	3.808
	CORUMBÁ DE GOIÁS	290	161	60	47	22	2.597
	CRISTALINA	905	332	226	187	160	8.915
	FORMOSA	2.278	947	522	445	364	20.066
	GOIANÁPOLIS	302	141	90	45	26	2.833
	GOIANÉSIA	1.457	705	378	234	140	13.793
	GOIÂNIA	38.949	9.968	7.441	8.921	12.619	314.960
	GOIANIRA	515	239	141	89	45	5.293
	GUAPÓ	448	196	121	89	42	3.836
	HIDROLÂNDIA	371	132	119	74	47	3.724
	ITUMBIARA	2.657	1.100	632	525	400	24.332
	JATAÍ	2.291	881	571	485	354	21.478
	LUZIÂNIA	3.618	1.296	909	827	585	36.143
	MIMOSO DE GOIÁS	72	46	14	10	3	761
	NERÓPOLIS	624	258	159	128	79	4.993

GO	NOVO GAMA	1.853	541	464	467	380	18.694
	PADRE BERNARDO	522	274	120	82	47	5.721
	PIRENÓPOLIS	680	338	160	120	62	5.854
	PLANALTINA	1.783	659	495	403	227	18.358
	RIO VERDE	3.494	1.250	824	749	672	33.037
	SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS	156	71	27	31	27	1.676
	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	1.209	482	304	277	145	13.093
	SENADOR CANEDO	1.266	504	364	270	128	14.347
	TRINDADE	2.520	1.060	667	537	255	22.402
	VALPARAÍSO DE GOIÁS	2.494	519	488	650	838	24.653
	VILA BOA	74	36	16	12	10	789
GO Total	98.732	32.459	22.148	22.141	21.984	889.775	
MS	AQUIDAUANA	1.402	581	335	246	240	11.510
	CAMPO GRANDE	20.942	6.068	4.318	4.921	5.634	186.377
	CORUMBÁ	3.355	1.033	797	804	722	22.409
	DOURADOS	4.382	1.675	1.031	896	781	45.452
	NAVIRAÍ	951	432	248	169	103	9.984
	PONTA PORÃ	1.561	634	343	309	276	15.800
	TRÊS LAGOAS	2.427	833	567	527	500	22.496
MS Total	35.021	11.256	7.637	7.872	8.255	314.028	
MT	ALTA FLORESTA	1.198	373	313	296	217	12.544
	BARRA DO GARÇAS	1.551	559	363	338	290	14.391
	CÁCERES	2.483	890	608	509	477	21.736
	CUIABÁ	16.275	3.583	3.262	4.047	5.383	127.937
	JUÍNA	916	295	229	225	166	9.960
	LUCAS DO RIO VERDE	427	72	101	148	107	5.195
	NOVA MUTUM	287	46	70	90	81	3.854
	PRIMAVERA DO LESTE	1.044	132	193	321	397	10.453
	RONDONÓPOLIS	4.418	1.576	1.048	952	841	41.543
	SINOP	1.849	354	441	557	497	19.567
	SORRISO	795	166	178	233	218	9.500
	TANGARÁ DA SERRA	1.529	475	398	371	285	15.912
	VÁRZEA GRANDE	6.638	1.957	1.592	1.701	1.388	55.735
MT Total	39.410	10.478	8.796	9.789	10.347	348.327	
Total geral	**240.783**	**64.805**	**49.637**	**54.999**	**71.342**	**2.102.656**	

REGIÃO NORDESTE							
UF	MUNICÍPIO	DHDE	DHDE 3SM	DHDE 3 a 5SM	DHDE 5 a 10SM	DHDE >10SM	Número de domicílios particulares
AL	ARAPIRACA	5.892	4.040	925	548	379	44.179
	ATALAIA	1.142	830	182	91	39	8.558
	BARRA DE SANTO ANTÔNIO	327	235	65	21	6	2.378
	BARRA DE SÃO MIGUEL	195	100	39	30	25	1.421
	COQUEIRO SECO	172	123	33	12	5	1.210
	CORURIPE	1.344	918	211	128	87	10.585
	MACEIÓ	29.324	12.789	5.500	5.155	5.879	202.226
	MARECHAL DEODORO	1.083	730	182	107	64	8.066
	MESSIAS	351	253	57	31	9	2.570
	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	2.073	1.397	306	220	150	17.133
	PARIPUEIRA	229	156	43	19	12	1.768
	PENEDO	1.674	1.137	260	153	124	13.043
	PILAR	994	677	175	89	53	6.872
	RIO LARGO	2.136	1.276	443	280	137	14.927
	SANTA LUZIA DO NORTE	192	133	26	25	8	1.384
	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	1.656	1.003	356	204	93	11.026
	SATUBA	450	232	108	76	34	2.875
	UNIÃO DOS PALMARES	1.590	1.185	211	129	65	13.494
AL Total	50.823	27.214	9.121	7.317	7.171	363.715	
BA	ALAGOINHAS	4.596	2.077	808	829	881	31.741
	ARACI	1.116	855	167	69	25	10.430
	BARREIRAS	3.413	1.568	744	605	496	31.714
	BOM JESUS DA LAPA	1.490	873	277	186	155	11.694
	BRUMADO	2.005	1.140	392	287	187	14.712
	CAMAÇARI	4.116	1.919	873	745	578	41.525
	CAMPO FORMOSO	1.570	1.124	243	127	75	14.102
	CANDEIAS	2.426	1.155	463	470	339	18.913
	CASA NOVA	1.718	1.139	351	162	66	12.493
	CONCEIÇÃO DO COITÉ	1.505	1.136	228	87	54	13.793
	CRUZ DAS ALMAS	1.902	1.038	380	283	201	13.100
	DIAS D AVILA	1.131	537	226	197	171	11.388
	EUCLIDES DA CUNHA	1.524	1.102	242	119	62	12.698
	EUNÁPOLIS	2.415	1.417	412	336	250	21.043
	FEIRA DE SANTANA	16.186	7.743	3.367	2.755	2.322	119.849
	GUANAMBI	2.281	1.510	401	218	151	17.326
	ILHÉUS	6.785	3.325	1.384	1.073	1.003	55.552
	IPIRÁ	1.536	1.155	250	98	33	14.702
	IRECÊ	1.619	939	365	194	122	14.271
	ITABERABA	1.665	1.095	279	178	113	14.329
	ITABUNA	6.968	3.602	1.354	1.095	917	51.576

BA	ITAMARAJU	1.590	993	302	170	125	15.945
	ITAPARICA	630	340	131	94	65	4.916
	ITAPETINGA	2.051	1.246	416	223	166	14.222
	JACOBINA	2.011	1.338	351	199	122	20.374
	JEQUIÉ	4.791	2.970	842	554	424	36.942
	JUAZEIRO	5.740	2.797	1.194	968	782	42.559
	LAURO DE FREITAS	3.142	1.288	580	522	752	29.407
	MADRE DE DEUS	443	193	99	82	68	2.958
	MONTE SANTO	1.458	1.169	204	63	22	12.680
	PAULO AFONSO	3.149	1.393	541	571	644	23.810
	PORTO SEGURO	2.161	1.004	475	361	322	24.471
	SALVADOR	92.876	32.496	17.978	19.100	23.302	653.522
	SANTO AMARO	2.117	1.072	453	349	243	14.257
	SANTO ANTÔNIO DE JESUS	2.651	1.560	548	340	203	19.719
	SÃO FRANCISCO DO CONDE	854	427	172	125	130	6.218
	SENHOR DO BONFIM	2.321	1.358	421	301	240	17.176
	SERRINHA	2.379	1.504	443	259	172	19.290
	SIMÕES FILHO	2.626	1.312	554	449	312	23.222
	TEIXEIRA DE FREITAS	2.890	1.703	522	352	313	27.402
	VALENÇA	2.204	1.351	422	280	150	19.289
	VERA CRUZ	877	502	186	120	69	7.773
	VITÓRIA DA CONQUISTA	9.223	4.952	1.819	1.322	1.131	63.981
BA Total	216.150	99.418	41.859	36.914	37.959	1.647.084	
CE	ACARAÚ	1.312	911	242	108	51	10.518
	AQUIRAZ	1.760	1.183	350	134	93	14.120
	ARACATI	2.122	1.313	451	204	156	14.381
	BARBALHA	1.541	885	369	173	114	10.510
	BOA VIAGEM	1.271	994	166	66	44	12.231
	CAMOCIM	1.526	998	261	153	113	12.113
	CANINDÉ	2.020	1.549	286	122	64	15.778
	CASCAVEL	1.914	1.432	301	120	61	13.796
	CAUCAIA	7.567	4.126	1.699	1.073	669	59.915
	CHOROZINHO	518	373	95	33	17	4.482
	CRATEÚS	2.243	1.453	364	240	187	18.335
	CRATO	3.804	2.133	776	460	436	24.762
	EUSÉBIO	920	560	189	99	72	7.271
	FORTALEZA	86.606	30.370	17.804	17.075	21.357	527.905
	GRANJA	1.258	936	206	77	38	10.417
	GUAIÚBA	579	389	133	40	17	4.472
	HORIZONTE	983	669	177	93	44	8.064
	ICÓ	1.875	1.226	344	181	125	14.771
	IGUATU	3.067	1.732	635	424	277	21.903
	ITAITINGA	856	560	176	82	38	6.772
	ITAPIPOCA	2.514	1.754	425	210	124	20.610

CE	JUAZEIRO DO NORTE	7.482	4.304	1.519	969	690	50.220
	LIMOEIRO DO NORTE	1.816	1.093	406	200	118	12.582
	MARACANAÚ	5.471	2.716	1.253	985	518	42.375
	MARANGUAPE	3.051	1.834	654	368	195	19.904
	MORADA NOVA	1.999	1.325	402	179	94	15.441
	PACAJUS	1.399	904	292	121	82	10.424
	PACATUBA	1.493	834	325	227	107	12.059
	QUIXADÁ	2.260	1.460	415	230	156	16.400
	QUIXERAMOBIM	1.842	1.355	290	122	75	14.450
	RUSSAS	2.023	1.284	388	223	128	13.824
	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	1.039	728	192	84	36	8.405
	SOBRAL	5.160	2.894	1.030	691	545	35.519
	TAUÁ	1.516	1.046	271	138	62	12.651
	TIANGUÁ	1.507	1.032	242	142	90	13.058
	VIÇOSA DO CEARÁ	1.172	871	189	78	34	9.555
CE Total	165.489	79.225	33.317	25.922	27.025	1.119.993	
MA	AÇAILÂNDIA	2.101	1.325	376	232	167	19.725
	BACABAL	2.715	1.832	437	279	167	21.277
	BALSAS	1.569	1.006	280	163	120	13.167
	BARRA DO CORDA	1.762	1.264	262	131	104	17.182
	BURITICUPU	940	585	166	120	69	10.196
	CAXIAS	4.072	2.653	672	396	351	31.945
	CHAPADINHA	1.421	1.064	192	100	65	13.355
	CODÓ	2.979	2.076	525	239	138	25.151
	COROATÁ	1.402	1.096	168	90	48	13.103
	GRAJAÚ	1.066	693	182	112	79	9.551
	IMPERATRIZ	6.731	3.594	1.395	970	773	54.545
	ITAPECURU MIRIM	972	693	138	86	55	9.486
	PAÇO DO LUMIAR	2.185	1.000	487	420	277	17.711
	PINHEIRO	1.891	1.266	345	186	94	14.545
	RAPOSA	418	265	100	39	14	3.698
	SANTA INÊS	2.013	1.264	382	224	143	15.059
	SANTA LUZIA	1.467	1.090	208	112	57	14.378
	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	3.112	1.682	633	448	349	23.612
	SÃO LUÍS	31.436	11.643	6.435	6.022	7.336	202.891
	TIMON	3.942	2.336	785	529	293	29.462
MA Total	74.193	38.426	14.168	10.899	10.699	560.039	
PB	ALAGOA GRANDE	826	565	166	73	23	7.043
	BAYEUX	3.271	1.813	732	473	253	21.329
	CABEDELO	1.503	592	255	316	340	10.983
	CAJAZEIRAS	1.830	1.215	332	152	131	14.204
	CAMPINA GRANDE	13.209	6.331	2.652	2.107	2.118	90.059
	CONDE	431	278	85	45	24	3.891
	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	440	298	91	40	10	3.215

PB	GUARABIRA	1.637	985	318	207	127	13.178
	JOÃO PESSOA	22.751	7.743	4.317	4.570	6.120	152.535
	LUCENA	266	179	42	26	19	2.284
	MAMANGUAPE	1.174	729	244	131	70	9.304
	PATOS	3.333	1.935	626	460	312	23.025
	PEDRAS DE FOGO	755	559	115	56	26	5.951
	RIO TINTO	788	542	151	68	27	5.571
	SANTA RITA	4.003	2.329	923	535	216	28.320
	SOUSA	2.223	1.319	387	282	235	15.486
PB Total	58.439	27.411	11.435	9.540	10.053	406.378	
PE	ABREU E LIMA	3.263	1.724	731	555	252	22.650
	ARAÇOIABA	453	311	87	37	17	3.406
	ARARIPINA	1.888	1.285	308	180	114	16.341
	ARCOVERDE	2.033	1.137	337	303	257	16.080
	BELO JARDIM	2.002	1.455	274	152	122	18.360
	BEZERROS	1.826	1.354	243	141	88	16.316
	CABO DE SANTO AGOSTINHO	5.343	2.933	1.116	884	410	37.218
	CAMARAGIBE	4.888	2.580	1.131	757	421	32.339
	CARPINA	2.404	1.364	456	350	234	15.565
	CARUARU	8.789	4.690	1.606	1.286	1.208	68.384
	ESCADA	1.869	1.156	366	240	108	13.757
	GARANHUNS	3.722	2.097	654	527	443	29.713
	GOIANA	2.531	1.461	487	356	228	17.181
	GRAVATÁ	2.138	1.430	352	221	134	17.990
	IGARASSU	2.882	1.625	600	427	230	20.229
	ILHA DE ITAMARACÁ	447	241	95	59	52	3.707
	IPOJUCA	1.893	1.169	425	220	80	13.499
	ITAPISSUMA	707	438	137	85	47	4.782
	JABOATÃO DOS GUARARAPES	21.464	9.494	4.446	4.021	3.504	151.452
	LIMOEIRO	2.049	1.366	348	218	118	14.416
	MORENO	1.859	1.174	380	220	85	12.191
	OLINDA	16.592	6.522	3.319	3.388	3.364	94.277
	OURICURI	1.557	1.101	260	129	67	12.594
	PALMARES	1.855	1.063	326	266	200	13.317
	PAULISTA	10.131	4.059	2.121	2.137	1.814	68.308
	PESQUEIRA	1.947	1.370	297	174	106	15.052
	PETROLINA	6.971	3.084	1.465	1.344	1.078	51.164
	RECIFE	62.837	24.014	11.652	11.351	15.820	377.070
	SALGUEIRO	1.738	986	322	234	195	11.888
	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	1.741	1.055	343	206	138	15.683
	SÃO LOURENÇO DA MATA	3.155	1.814	648	462	232	22.304
	SERRA TALHADA	2.311	1.556	364	233	159	17.753
	SURUBIM	1.524	995	257	164	108	12.962
	TIMBAÚBA	1.899	1.289	328	164	118	13.394

PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	3.931	2.481	711	442	297	30.118
PE Total	192.640	91.872	36.990	31.931	31.848	1.301.460	
PI	FLORIANO	1.790	976	325	253	236	13.193
	PARNAÍBA	4.648	2.450	926	714	558	30.279
	PICOS	2.458	1.420	469	327	242	17.324
	PIRIPIRI	1.866	1.242	303	200	122	14.167
	TERESINA	24.932	9.957	5.204	4.588	5.183	170.104
PI Total	35.694	16.045	7.227	6.081	6.341	245.067	
RN	AÇU	1.737	1.020	362	198	156	11.391
	CAICÓ	2.384	1.272	488	338	285	14.511
	CEARÁ-MIRIM	2.010	1.183	463	220	144	13.627
	EXTREMOZ	588	308	120	92	69	4.634
	MACAÍBA	1.732	1.093	336	183	120	13.196
	MONTE ALEGRE	573	385	114	45	29	4.350
	MOSSORÓ	8.292	4.012	1.898	1.296	1.086	52.202
	NATAL	27.743	8.989	5.325	5.502	7.928	178.312
	NÍSIA FLORESTA	553	323	116	59	55	4.461
	PARNAMIRIM	3.742	1.427	749	729	837	31.890
	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2.150	1.235	483	288	144	16.647
	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	1.069	654	198	115	103	8.130
RN Total	52.574	21.903	10.650	9.065	10.956	353.351	
SE	ARACAJU	17.707	6.474	3.342	3.333	4.558	117.011
	ESTÂNCIA	1.742	1.058	310	232	142	14.336
	ITABAIANA	2.079	1.344	374	226	134	20.062
	LAGARTO	2.375	1.681	390	187	118	21.056
	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	3.152	1.894	662	440	157	33.024
	SÃO CRISTÓVÃO	1.852	1.019	424	275	134	15.961
SE Total	28.908	13.470	5.502	4.693	5.243	221.450	
Total geral	**874.909**	**414.984**	**170.270**	**142.361**	**147.293**	**6.218.537**	

REGIÃO NORTE							
UF	MUNICÍPIO	DHDE	DHDE 3SM	DHDE 3 a 5SM	DHDE 5 a 10SM	DHDE >10SM	Número de domicílios particulares
AC	CRUZEIRO DO SUL	1.351	571	332	277	171	14.157
	RIO BRANCO	6.959	2.175	1.551	1.501	1.732	64.353
AC Total	8.310	2.746	1.884	1.778	1.903	78.510	
AM	CAREIRO DA VÁRZEA	423	286	68	48	21	3.778
	COARI	1.752	846	484	289	134	10.768
	IRANDUBA	1.096	481	279	203	134	5.983
	ITACOATIARA	1.946	972	490	300	184	14.453
	MANACAPURU	1.865	1.001	426	277	160	13.842
	MANAUS	48.538	13.839	11.260	11.482	11.956	328.440
	NOVO AIRÃO	211	135	50	18	8	1.930
	PARINTINS	2.511	1.300	680	342	190	16.033
	PRESIDENTE FIGUEIREDO	354	148	66	77	63	4.092
	RIO PRETO DA EVA	486	243	117	79	47	3.572
	TEFÉ	1.681	739	509	291	142	10.630
AM Total	60.862	19.990	14.429	13.406	13.037	413.521	
AP	LARANJAL DO JARI	662	277	168	143	74	6.128
	MACAPÁ	8.717	1.989	1.708	1.992	3.028	60.730
	SANTANA	2.023	719	535	418	352	15.920
AP Total	11.402	2.985	2.411	2.553	3.453	82.778	
PA	ABAETETUBA	3.414	1.682	907	554	272	21.442
	ALENQUER	969	603	211	91	64	8.207
	ALTAMIRA	2.000	844	483	398	276	17.953
	ANANINDEUA	13.149	4.128	3.179	3.194	2.648	92.849
	BARCARENA	1.462	647	367	248	200	13.336
	BELÉM	55.854	14.859	11.930	12.938	16.128	297.167
	BENEVIDES	993	408	269	187	130	8.162
	BRAGANÇA	2.578	1.413	622	352	190	18.726
	BREVES	1.720	1.009	352	224	135	13.753
	CAMETÁ	2.549	1.317	699	359	174	16.168
	CAPANEMA	1.674	870	361	248	194	12.808
	CAPITÃO POÇO	1.141	740	240	104	57	10.133
	CASTANHAL	4.173	1.903	1.031	731	508	30.782
	IGARAPÉ-MIRI	1.444	757	350	228	109	9.117
	ITAITUBA	2.449	1.228	544	381	296	20.533
	JACUNDÁ	908	488	216	130	73	9.343
	MARABÁ	4.162	1.955	928	707	572	38.306
	MARITUBA	2.268	995	586	435	252	17.168
	MOJU	1.184	656	290	154	85	9.823
	MONTE ALEGRE	1.274	725	289	167	93	12.775
	NOVO REPARTIMENTO	797	485	163	103	46	8.810

PA	ORIXIMINÁ	1.211	609	292	178	132	9.257
	PARAGOMINAS	1.774	774	450	313	238	16.925
	PARAUAPEBAS	1.458	624	363	284	187	16.712
	REDENÇÃO	1.628	814	387	231	197	15.123
	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	313	140	86	51	37	2.418
	SANTA ISABEL DO PARÁ	1.225	605	287	198	134	9.619
	SANTARÉM	7.633	3.589	1.803	1.298	942	53.659
	SÃO FÉLIX DO XINGU	809	364	190	145	109	7.689
	TAILÂNDIA	863	396	211	154	102	8.135
	TUCURUÍ	1.904	729	491	409	274	15.981
	VISEU	1.055	747	198	78	32	9.471
PA Total	126.035	47.104	28.775	25.271	24.886	852.350	
RO	ARIQUEMES	1.705	576	446	377	306	19.306
	CACOAL	1.688	652	408	319	308	19.382
	JARU	1.166	463	265	255	182	13.614
	JI-PARANÁ	2.537	927	569	563	478	28.219
	PORTO VELHO	9.151	2.481	1.850	2.112	2.709	84.096
	VILHENA	1.246	432	316	261	236	14.542
RO Total	17.491	5.531	3.854	3.887	4.219	179.159	
RR	BOA VISTA	5.202	1.187	1.069	1.246	1.699	48.949
	RORAINÓPOLIS	380	152	91	89	48	3.548
RR Total	5.582	1.339	1.160	1.336	1.747	52.497	
TO	ARAGUAÍNA	3.265	1.489	750	557	468	27.813
	GURUPI	1.946	870	467	320	290	17.076
	PALMAS	3.374	973	740	776	886	35.544
TO Total	8.584	3.331	1.957	1.653	1.643	80.433	
Total geral	**238.268**	**83.027**	**54.470**	**49.884**	**50.888**	**1.739.248**	

REGIÃO SUDESTE							
UF	MUNICÍPIO	DHDE	DHDE 3SM	DHDE 3 a 5SM	DHDE 5 a 10SM	DHDE >10SM	Número de domicílios particulares
ES	ARACRUZ	1.720	617	428	370	305	16.235
	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	5.385	1.970	1.288	1.215	912	48.661
	CARIACICA	10.220	3.799	2.419	2.278	1.724	88.348
	COLATINA	3.747	1.454	961	760	573	31.311
	FUNDÃO	417	177	82	86	72	3.637
	GUARAPARI	2.544	918	651	522	453	24.629
	LINHARES	3.236	1.255	807	685	489	29.110
	SÃO MATEUS	2.303	948	544	443	368	23.489
	SERRA	8.670	2.760	2.038	2.117	1.755	86.149
	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	471	151	133	102	86	4.267
	VIANA	1.496	667	363	314	152	14.240
	VILA VELHA	12.110	3.077	2.214	2.816	4.004	99.248
	VITÓRIA	10.118	2.105	1.616	2.196	4.201	85.838
ES Total	62.437	19.898	13.545	13.902	15.093	555.162	
MG	ALFENAS	2.212	728	511	557	415	18.522
	ARAGUARI	3.765	1.302	835	881	747	29.493
	ARAXÁ	2.915	999	610	722	583	22.111
	BALDIM	267	145	63	36	24	2.239
	BARÃO DE COCAIS	831	319	181	195	135	5.812
	BARBACENA	4.630	1.616	981	1.008	1.024	30.929
	BELO HORIZONTE	91.272	21.962	16.512	21.147	31.651	630.377
	BELO VALE	282	136	67	45	34	2.013
	BETIM	8.617	3.082	2.177	2.067	1.291	79.043
	BONFIM	270	164	69	26	12	2.069
	BRUMADINHO	967	384	213	230	140	7.217
	BURITIS	495	269	115	73	38	5.281
	CAETÉ	1.432	499	322	391	221	9.297
	CAMPO BELO	1.759	822	437	305	195	14.621
	CAPIM BRANCO	285	141	84	45	15	2.063
	CARATINGA	2.579	1.129	599	462	389	20.934
	CATAGUASES	2.272	867	590	503	312	18.296
	CONFINS	170	70	43	36	21	1.250
	CONSELHEIRO LAFAIETE	3.866	1.226	825	949	866	27.527
	CONTAGEM	19.600	5.877	4.392	5.113	4.218	143.810
	CORONEL FABRICIANO	3.378	1.262	746	682	688	25.815
	CURVELO	2.443	1.148	599	412	284	17.996
	DIVINÓPOLIS	6.845	2.128	1.559	1.647	1.511	50.470
	ESMERALDAS	1.379	590	399	247	142	12.135
	FLORESTAL	199	63	46	45	45	1.561
	FORMIGA	2.273	1.026	504	455	288	18.363

MG	FORTUNA DE MINAS	96	41	26	17	12	623
	FRUTAL	1.515	562	380	318	255	14.111
	FUNILÂNDIA	99	52	28	14	5	844
	GOVERNADOR VALADARES	8.544	2.900	1.835	1.829	1.980	66.140
	IBIRITÉ	3.653	1.479	965	824	386	33.934
	IGARAPÉ	719	301	193	137	88	6.422
	INHAÚMA	201	89	58	40	14	1.292
	IPATINGA	6.392	2.048	1.332	1.435	1.577	56.182
	ITABIRA	3.713	1.122	781	763	1.046	24.309
	ITABIRITO	1.435	471	329	357	278	9.796
	ITAGUARA	434	212	113	71	38	3.177
	ITAJUBÁ	3.256	885	662	796	913	22.495
	ITATIAIUÇU	265	129	65	50	20	2.286
	ITAÚNA	2.803	1.037	684	667	415	21.293
	ITUIUTABA	3.256	1.350	818	602	486	26.851
	JABOTICATUBAS	447	241	115	53	38	3.553
	JANAÚBA	1.792	899	452	265	176	14.314
	JANUÁRIA	1.704	930	400	215	160	14.089
	JOÃO MONLEVADE	2.661	877	568	597	620	17.458
	JUATUBA	466	226	114	77	49	4.360
	JUIZ DE FORA	18.114	5.104	3.680	4.396	4.934	132.805
	LAGOA SANTA	1.359	428	305	306	320	9.927
	LAVRAS	2.920	878	626	658	759	21.775
	MANHUAÇU	2.115	867	550	390	307	17.590
	MARIANA	1.478	593	359	284	242	11.704
	MÁRIO CAMPOS	296	112	88	64	31	2.720
	MATEUS LEME	792	324	203	164	102	6.534
	MATOZINHOS	1.038	355	271	232	180	7.620
	MOEDA	177	80	58	26	13	1.202
	MONTES CLAROS	10.221	3.874	2.446	2.037	1.864	76.039
	MURIAÉ	3.085	1.273	796	591	425	25.983
	NOVA LIMA	2.589	844	597	614	534	16.805
	NOVA SERRANA	1.152	410	340	281	121	9.774
	NOVA UNIÃO	158	70	48	32	8	1.381
	OURO PRETO	2.536	855	548	599	534	16.746
	PARÁ DE MINAS	2.607	1.023	625	560	399	19.538
	PARACATU	2.197	943	545	399	309	18.679
	PASSOS	3.557	1.308	810	787	653	27.249
	PATOS DE MINAS	4.223	1.685	970	856	711	35.416
	PATROCÍNIO	2.505	1.017	596	529	363	19.640
	PEDRO LEOPOLDO	1.989	665	487	468	368	13.977
	PIRAPORA	1.626	588	431	347	260	12.240
	POÇOS DE CALDAS	4.723	1.257	999	1.292	1.176	39.800
	PONTE NOVA	2.198	823	557	448	370	14.718

MG	POUSO ALEGRE	3.804	1.159	836	913	897	29.536
	PRUDENTE DE MORAIS	279	100	61	72	46	1.986
	RAPOSOS	577	207	141	153	76	3.520
	RIBEIRÃO DAS NEVES	6.977	2.665	1.896	1.670	746	62.227
	RIO ACIMA	290	113	75	75	27	1.937
	RIO MANSO	169	84	42	26	17	1.272
	SABARÁ	4.451	1.424	997	1.063	968	29.421
	SANTA BÁRBARA	841	312	227	174	129	5.911
	SANTA LUZIA	6.305	2.218	1.642	1.548	897	46.962
	SANTANA DO PARAÍSO	487	234	142	79	32	4.596
	SÃO FRANCISCO	1.312	853	276	115	69	10.651
	SÃO JOÃO DEL REI	3.433	1.187	802	805	639	22.051
	SÃO JOAQUIM DE BICAS	500	210	131	90	68	4.694
	SÃO JOSÉ DA LAPA	486	177	123	116	70	3.840
	SÃO JOSÉ DA VARGINHA	100	46	32	15	7	883
	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	1.939	744	484	400	311	16.633
	SARZEDO	461	171	120	114	56	4.435
	SETE LAGOAS	7.271	2.347	1.666	1.754	1.503	47.626
	TAQUARAÇU DE MINAS	131	66	39	19	7	921
	TEIXEIRAS	380	185	95	55	45	3.052
	TEÓFILO OTONI	4.683	2.010	1.061	870	742	33.336
	TIMÓTEO	2.463	737	503	547	676	18.947
	TRÊS CORAÇÕES	2.357	723	584	542	508	16.895
	TRÊS PONTAS	1.809	717	518	342	232	13.398
	UBÁ	2.984	1.049	747	716	472	23.440
	UBERABA	9.819	3.062	2.080	2.293	2.383	72.758
	UBERLÂNDIA	16.973	4.896	3.725	4.328	4.024	144.968
	UNAÍ	2.035	910	492	360	273	18.759
	VARGINHA	3.843	1.177	867	963	837	29.408
	VESPASIANO	2.471	931	631	551	357	19.295
	VIÇOSA	2.176	735	457	466	518	17.231
MG Total	373.916	120.626	81.827	85.002	86.461	2.813.224	
RJ	ANGRA DOS REIS	3.516	992	749	897	877	32.818
	ARARUAMA	2.574	1.012	571	538	452	23.768
	BARRA DO PIRAÍ	3.571	1.095	782	927	767	25.442
	BARRA MANSA	6.420	2.117	1.416	1.680	1.206	48.046
	BELFORD ROXO	14.438	5.408	3.597	3.647	1.786	122.366
	CABO FRIO	3.639	1.124	836	868	811	36.676
	CACHOEIRAS DE MACACU	1.656	579	413	391	273	13.936
	CAMPOS DOS GOYTACAZES	15.060	5.631	3.577	3.234	2.618	112.381
	CASIMIRO DE ABREU	675	247	172	126	129	6.442
	DUQUE DE CAXIAS	26.687	9.301	6.254	6.755	4.377	220.545
	GUAPIMIRIM	1.172	442	284	270	176	10.666
	ITABORAÍ	5.850	2.331	1.452	1.300	767	53.684

RJ	ITAGUAÍ	2.592	847	605	636	503	23.041
	ITAPERUNA	3.016	1.182	739	660	435	25.159
	JAPERI	2.455	1.062	660	519	214	23.048
	MACAÉ	4.082	1.058	849	1.074	1.101	38.196
	MAGÉ	6.587	2.472	1.619	1.544	952	58.302
	MANGARATIBA	785	214	160	197	213	7.292
	MARICÁ	2.578	809	546	589	634	22.962
	NILÓPOLIS	6.799	1.862	1.381	1.750	1.806	44.514
	NITERÓI	18.839	3.368	2.605	4.040	8.825	144.187
	NOVA FRIBURGO	5.942	1.880	1.351	1.490	1.221	53.728
	NOVA IGUAÇU	33.127	10.908	7.757	8.444	6.018	261.353
	PARACAMBI	1.423	541	353	333	197	11.438
	PETRÓPOLIS	10.987	3.137	2.336	2.874	2.641	84.684
	QUEIMADOS	4.054	1.537	1.059	971	487	33.497
	RESENDE	3.717	1.054	802	927	934	29.550
	RIO BONITO	1.699	628	428	350	293	13.778
	RIO DAS OSTRAS	1.074	295	240	262	277	10.596
	RIO DE JANEIRO	240.462	49.749	39.887	59.453	91.373	1.808.560
	SÃO GONÇALO	35.181	10.988	7.790	9.217	7.186	263.513
	SÃO JOÃO DE MERITI	17.048	5.536	4.021	4.544	2.947	129.576
	SÃO PEDRO DA ALDEIA	1.872	680	443	408	341	17.891
	SAQUAREMA	1.671	642	413	327	290	15.108
	SEROPÉDICA	2.187	714	513	549	412	18.175
	SILVA JARDIM	573	269	122	109	72	5.945
	TANGUÁ	810	386	210	151	63	7.305
	TERESÓPOLIS	4.354	1.390	939	1.046	979	41.405
	TRÊS RIOS	2.977	965	723	687	603	19.957
	VALENÇA	2.776	935	662	616	563	18.769
	VOLTA REDONDA	8.806	2.347	1.749	2.232	2.479	71.000
RJ Total	513.731	137.732	101.067	126.633	148.298	4.009.299	
SP	AMERICANA	6.313	1.156	1.117	1.901	2.139	52.689
	AMPARO	2.270	445	488	711	627	16.806
	ANDRADINA	1.847	539	454	451	403	16.359
	ARAÇATUBA	6.282	1.487	1.329	1.757	1.709	49.878
	ARARAQUARA	6.512	1.173	1.201	1.899	2.238	53.654
	ARARAS	3.524	682	669	1.099	1.074	28.463
	ARTUR NOGUEIRA	1.017	218	283	304	211	9.029
	ARUJÁ	1.662	318	351	488	504	15.333
	ASSIS	2.992	785	651	836	720	25.858
	ATIBAIA	3.686	707	767	978	1.235	30.547
	AVARÉ	2.403	572	515	670	645	21.561
	BARRETOS	3.683	931	804	1.051	897	30.507
	BARUERI	5.812	1.258	1.217	1.691	1.646	55.514
	BATATAIS	1.666	418	350	468	431	14.724

SP	BAURU	10.707	1.917	1.928	2.995	3.867	90.726
	BEBEDOURO	2.416	615	559	709	532	21.197
	BERTIOGA	758	141	158	224	235	8.589
	BIRIGUI	3.327	815	887	974	651	27.327
	BIRITIBA-MIRIM	746	186	189	196	175	6.413
	BOTUCATU	3.674	738	681	974	1.280	31.343
	BRAGANÇA PAULISTA	4.485	1.054	933	1.261	1.238	34.452
	CAÇAPAVA	2.794	566	554	760	913	19.958
	CAIEIRAS	2.227	412	434	700	680	19.067
	CAJAMAR	1.471	340	340	450	342	13.755
	CAMPINAS	34.729	5.955	5.868	9.230	13.676	284.433
	CAMPO LIMPO PAULISTA	1.943	374	393	596	581	16.917
	CAPIVARI	1.341	313	305	412	311	10.991
	CARAGUATATUBA	2.374	515	488	710	661	22.312
	CARAPICUÍBA	10.993	2.274	2.403	3.432	2.885	91.780
	CATANDUVA	3.632	877	812	1.030	913	31.524
	COSMÓPOLIS	1.395	286	316	415	379	12.362
	COTIA	4.542	848	826	1.287	1.581	38.931
	CRUZEIRO	2.845	661	636	780	768	19.504
	CUBATÃO	3.638	766	687	1.125	1.061	30.037
	DIADEMA	11.649	2.437	2.458	3.620	3.134	98.715
	EMBU	6.403	1.355	1.461	2.057	1.529	53.747
	EMBU-GUAÇU	1.798	370	397	521	510	14.577
	ENGENHEIRO COELHO	294	59	97	95	43	2.591
	FERNANDÓPOLIS	1.996	563	457	516	460	18.642
	FERRAZ DE VASCONCELOS	4.344	1.008	1.056	1.303	977	36.713
	FRANCA	9.539	2.291	2.196	2.784	2.269	80.767
	FRANCISCO MORATO	3.206	866	846	967	529	34.124
	FRANCO DA ROCHA	3.097	682	660	937	819	26.456
	GUARAREMA	688	161	151	189	186	5.938
	GUARATINGUETÁ	4.161	877	813	1.120	1.351	28.461
	GUARUJÁ	9.006	1.804	1.823	2.701	2.677	72.395
	GUARULHOS	34.732	6.731	6.881	10.123	10.997	291.171
	HOLAMBRA	247	32	68	89	58	1.873
	HORTOLÂNDIA	4.340	915	975	1.420	1.030	40.654
	IBITINGA	1.629	416	406	499	308	13.658
	IBIÚNA	1.928	541	526	486	374	17.047
	INDAIATUBA	4.796	816	952	1.459	1.570	40.468
	ITANHAÉM	2.112	472	425	585	630	20.608
	ITAPECERICA DA SERRA	3.731	850	900	1.104	876	33.872
	ITAPETININGA	4.132	977	899	1.154	1.102	33.542
	ITAPEVA	2.362	815	590	543	414	22.087
	ITAPEVI	4.432	1.193	1.107	1.301	831	41.889
	ITAPIRA	2.339	586	535	685	534	17.522

SP	ITAQUAQUECETUBA	7.130	1.805	1.899	2.154	1.272	69.216
	ITATIBA	2.865	482	580	925	879	22.339
	ITU	4.546	748	810	1.377	1.611	36.395
	JABOTICABAL	2.274	456	440	695	683	19.168
	JACAREÍ	6.925	1.435	1.394	1.943	2.153	51.830
	JAGUARIÚNA	1.041	203	228	322	288	7.982
	JANDIRA	2.576	546	568	830	631	24.478
	JAÚ	3.845	788	777	1.204	1.076	32.116
	JUNDIAÍ	11.812	2.019	1.932	3.273	4.588	92.819
	JUQUITIBA	750	226	185	185	154	6.912
	LEME	2.517	657	667	683	511	21.907
	LENÇÓIS PAULISTA	1.741	401	413	506	420	14.673
	LIMEIRA	8.231	1.798	1.711	2.541	2.182	69.474
	LINS	2.356	598	544	627	587	19.636
	LORENA	2.984	630	643	818	893	21.041
	MAIRIPORÃ	1.859	368	381	517	593	16.210
	MARÍLIA	6.937	1.487	1.444	2.033	1.973	55.865
	MATÃO	2.229	434	504	725	566	19.394
	MAUÁ	11.195	2.442	2.356	3.331	3.065	99.099
	MIRASSOL	1.683	385	349	543	406	14.401
	MOCOCA	2.263	594	564	629	476	17.669
	MOGI DAS CRUZES	11.232	2.228	2.158	3.135	3.711	89.257
	MOGI GUAÇU	4.037	898	915	1.251	972	33.893
	MOGI MIRIM	2.836	628	593	800	815	23.122
	MONGAGUÁ	932	221	196	259	255	9.869
	MONTE MOR	1.077	243	292	306	237	9.920
	NOVA ODESSA	1.383	242	259	430	452	11.781
	OSASCO	23.610	4.825	4.542	6.817	7.425	181.289
	OURINHOS	3.110	727	716	899	768	26.570
	PAULÍNIA	1.699	243	312	475	669	13.820
	PEDREIRA	1.248	242	286	421	299	9.710
	PENÁPOLIS	1.812	474	430	522	386	15.929
	PERUÍBE	1.469	311	346	403	409	14.516
	PINDAMONHANGABA	4.340	934	903	1.182	1.321	32.414
	PIRACICABA	11.246	1.996	1.987	3.307	3.957	92.862
	PIRAPORA DO BOM JESUS	334	95	92	85	62	3.288
	PIRASSUNUNGA	2.271	473	407	622	769	18.672
	POÁ	3.150	734	703	880	833	25.068
	PRAIA GRANDE	5.987	1.131	1.183	1.760	1.913	55.233
	PRESIDENTE PRUDENTE	6.241	1.422	1.312	1.726	1.781	55.235
	REGISTRO	1.634	426	383	407	418	13.729
	RIBEIRÃO PIRES	3.517	695	651	955	1.216	28.320
	RIBEIRÃO PRETO	18.025	2.927	2.904	5.239	6.955	145.497
	RIO CLARO	5.901	1.095	1.058	1.796	1.952	48.370

SP	RIO DAS PEDRAS	784	167	187	256	174	6.139
	RIO GRANDE DA SERRA	1.149	268	258	365	258	9.751
	SALESÓPOLIS	463	141	128	115	80	3.963
	SALTO	2.835	576	591	899	769	25.547
	SANTA BÁRBARA D_OESTE	5.547	1.236	1.266	1.806	1.239	47.123
	SANTA ISABEL	1.395	371	348	382	293	11.823
	SANTANA DE PARNAÍBA	1.668	328	306	385	650	19.314
	SANTO ANDRÉ	24.705	4.295	3.890	6.695	9.825	187.240
	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	645	154	143	211	137	4.924
	SANTOS	16.732	2.072	2.154	4.336	8.170	131.324
	SÃO BERNARDO DO CAMPO	23.213	3.839	3.703	6.263	9.408	198.486
	SÃO CAETANO DO SUL	5.863	918	732	1.557	2.656	43.511
	SÃO CARLOS	6.858	1.181	1.291	2.113	2.273	55.483
	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.863	667	619	826	750	22.392
	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	1.610	408	407	391	404	13.597
	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	12.195	2.375	2.295	3.538	3.987	108.419
	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	17.455	3.100	3.147	4.819	6.389	145.050
	SÃO LOURENÇO DA SERRA	352	91	95	105	60	3.291
	SÃO PAULO	398.162	67.757	65.640	106.703	158.061	2.998.445
	SÃO ROQUE	2.284	471	451	688	674	18.430
	SÃO SEBASTIÃO	1.709	346	355	478	530	16.362
	SÃO VICENTE	11.334	2.061	2.057	3.460	3.756	83.744
	SERTÃOZINHO	3.036	583	591	907	954	25.804
	SOROCABA	16.538	2.987	2.997	4.709	5.845	135.434
	SUMARÉ	5.851	1.289	1.296	1.877	1.389	53.905
	SUZANO	6.990	1.534	1.481	2.035	1.941	59.701
	TABOÃO DA SERRA	6.905	1.334	1.411	2.118	2.042	52.822
	TAQUARITINGA	1.698	431	407	504	357	14.774
	TATUÍ	2.897	676	676	867	679	25.853
	TAUBATÉ	9.088	1.866	1.763	2.379	3.081	66.538
	TUPÃ	2.207	636	543	557	471	18.644
	UBATUBA	1.859	395	425	532	507	18.332
	VALINHOS	3.023	509	541	923	1.051	23.395
	VARGEM GRANDE PAULISTA	969	187	203	280	298	8.486
	VÁRZEA PAULISTA	2.765	581	657	865	663	24.499
	VINHEDO	1.562	236	258	460	608	12.889
	VOTORANTIM	3.142	679	636	993	834	25.508
	VOTUPORANGA	2.390	644	516	672	559	23.129
SP Total	1.088.254	206.257	201.750	305.429	374.819	8.735.116	
Total geral	**2.038.338**	**484.513**	**398.188**	**530.966**	**624.671**	**16.112.801**	

REGIÃO SUL							
UF	MUNICÍPIO	DHDE	DHDE 3SM	DHDE 3 a 5SM	DHDE 5 a 10SM	DHDE >10SM	Número de domicílios particulares
PR	ADRIANÓPOLIS	170	92	37	30	11	1.875
	AGUDOS DO SUL	180	100	50	21	9	1.936
	ALMIRANTE TAMANDARÉ	2.162	764	563	561	273	23.440
	ÂNGULO	73	39	20	9	5	831
	APUCARANA	3.442	1.218	849	768	608	30.681
	ARAPONGAS	2.835	839	687	768	541	24.341
	ARAUCÁRIA	2.525	728	563	732	502	25.183
	BALSA NOVA	300	114	82	66	38	2.830
	BELA VISTA DO PARAÍSO	508	233	128	82	66	4.175
	BOCAIÚVA DO SUL	234	108	53	37	36	2.449
	CAMBÉ	2.840	895	739	730	475	24.456
	CAMPINA GRANDE DO SUL	812	279	215	204	114	9.301
	CAMPO LARGO	2.763	889	625	710	538	25.266
	CAMPO MAGRO	561	198	141	132	90	5.380
	CAMPO MOURÃO	2.262	881	546	461	374	22.811
	CASCAVEL	6.500	1.979	1.517	1.598	1.406	67.957
	CASTRO	1.736	782	378	331	244	16.895
	CERRO AZUL	293	177	59	36	21	4.382
	CIANORTE	1.734	647	419	385	283	16.558
	COLOMBO	4.971	1.480	1.210	1.450	831	49.293
	CONTENDA	417	177	111	70	59	3.454
	CURITIBA	53.562	10.286	8.879	13.944	20.453	472.181
	DOUTOR ULYSSES	88	58	17	11	2	1.551
	FAZENDA RIO GRANDE	1.478	441	382	439	216	16.555
	FOZ DO IGUAÇU	6.344	1.692	1.395	1.664	1.592	70.137
	FRANCISCO BELTRÃO	1.664	610	411	353	290	19.155
	GUARAPUAVA	4.244	1.643	988	929	684	42.206
	IBIPORÃ	1.332	466	350	312	204	11.803
	IGUARAÇU	99	43	23	17	15	1.032
	IRATI	1.618	738	398	300	182	14.524
	ITAPERUÇU	321	153	82	66	20	5.217
	JATAIZINHO	346	151	79	87	30	3.146
	LAPA	1.303	602	285	246	170	11.388
	LONDRINA	14.884	3.918	3.006	3.767	4.193	127.877
	MANDAGUAÇU	517	228	128	94	67	4.706
	MANDAGUARI	993	416	240	210	126	9.181
	MANDIRITUBA	498	214	116	117	51	4.669
	MARIALVA	875	332	214	178	151	8.131
	MARINGÁ	9.383	2.223	1.888	2.540	2.732	84.375
	PAIÇANDU	919	398	232	209	80	8.574
	PARANAGUÁ	3.868	988	783	1.039	1.057	34.683
	PARANAVAÍ	2.423	868	589	518	449	21.787

PR	PATO BRANCO	1.609	534	376	365	334	17.874
	PINHAIS	3.061	823	680	877	681	28.697
	PIRAQUARA	1.739	552	446	464	278	19.021
	PONTA GROSSA	8.419	2.530	1.845	2.104	1.940	76.359
	QUATRO BARRAS	411	130	95	114	71	4.425
	QUITANDINHA	419	234	96	54	35	4.069
	RIO BRANCO DO SUL	645	278	177	113	77	7.900
	ROLÂNDIA	1.647	530	444	373	300	14.011
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	5.770	1.564	1.276	1.583	1.348	55.966
	SARANDI	2.018	803	577	471	167	20.101
	SERTANÓPOLIS	495	192	127	107	69	4.317
	TAMARANA	224	88	62	46	29	2.587
	TELÊMACO BORBA	1.591	573	321	381	316	17.539
	TIJUCAS DO SUL	308	152	73	56	26	3.333
	TOLEDO	2.526	855	631	582	458	27.965
	TUNAS DO PARANÁ	66	32	14	14	5	950
	UMUARAMA	2.750	986	660	633	471	26.323
	UNIÃO DA VITÓRIA	1.416	485	331	363	236	13.516
PR Total	179.193	50.433	37.711	44.920	46.128	1.681.325	
RS	ALEGRETE	2.858	1.094	667	556	542	24.330
	ALVORADA	5.006	1.651	1.247	1.342	765	51.345
	ARARICÁ	87	40	22	20	5	1.225
	ARROIO DOS RATOS	363	174	83	67	38	4.094
	BAGÉ	4.078	1.462	921	879	816	35.235
	BENTO GONÇALVES	3.001	508	533	919	1.041	27.203
	CACHOEIRA DO SUL	2.720	1.169	605	515	430	27.176
	CACHOEIRINHA	3.105	867	670	918	650	31.706
	CAMAQUÃ	1.697	680	406	330	282	17.896
	CAMPO BOM	1.484	454	348	420	261	16.187
	CANGUÇU	1.819	758	409	396	255	15.105
	CANOAS	9.190	2.482	1.776	2.489	2.442	89.752
	CAPELA DE SANTANA	246	119	55	47	26	3.024
	CARAZINHO	1.596	583	365	360	288	18.092
	CAXIAS DO SUL	10.405	2.289	1.883	3.069	3.164	109.714
	CHARQUEADAS	741	228	153	207	153	7.937
	CRUZ ALTA	2.263	711	463	551	538	20.934
	DOIS IRMÃOS	602	160	171	187	84	6.541
	ELDORADO DO SUL	667	223	157	181	107	7.891
	ERECHIM	2.532	738	551	663	580	27.042
	ESTÂNCIA VELHA	916	240	237	272	167	10.267
	ESTEIO	2.377	663	470	623	621	23.613
	FARROUPILHA	1.643	357	324	496	466	16.039
	GLORINHA	134	62	34	24	14	1.811
	GRAVATAÍ	6.309	1.746	1.325	1.819	1.420	67.243
	GUAÍBA	2.633	798	582	708	544	27.513

RS	IJUÍ	2.239	771	479	539	451	23.360
	IVOTI	412	98	102	119	92	4.434
	LAJEADO	1.609	475	358	443	332	19.758
	MONTENEGRO	1.528	504	332	384	309	16.711
	NOVA HARTZ	331	128	102	77	23	4.392
	NOVA SANTA RITA	790	255	183	196	156	9.140
	NOVO HAMBURGO	6.602	2.044	1.464	1.712	1.383	71.211
	PAROBÉ	986	371	271	245	98	13.106
	PASSO FUNDO	4.767	1.401	941	1.202	1.223	49.720
	PELOTAS	10.672	3.457	2.278	2.487	2.450	99.269
	PORTÃO	617	217	154	148	99	7.376
	PORTO ALEGRE	45.221	8.947	6.993	11.091	18.189	441.866
	RIO GRANDE	5.816	1.801	1.148	1.483	1.384	56.951
	SANTA CRUZ DO SUL	3.131	932	691	806	702	32.952
	SANTA MARIA	8.006	1.973	1.432	1.963	2.638	72.665
	SANTA ROSA	1.600	514	347	417	323	19.268
	SANTANA DO LIVRAMENTO	2.996	1.126	680	609	580	26.864
	SANTO ÂNGELO	2.131	777	487	454	413	23.243
	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	1.091	554	230	172	136	11.522
	SÃO BORJA	2.124	857	502	405	360	18.051
	SÃO GABRIEL	2.208	975	484	386	364	18.580
	SÃO JERÔNIMO	651	249	137	134	131	5.907
	SÃO LEOPOLDO	5.290	1.431	1.068	1.377	1.414	57.835
	SAPIRANGA	1.753	622	510	401	219	20.262
	SAPUCAIA DO SUL	3.328	1.071	707	941	610	36.513
	TAQUARA	1.337	450	314	311	263	16.302
	TRIUNFO	521	210	116	117	78	6.800
	URUGUAIANA	4.052	1.340	878	915	920	34.661
	VACARIA	1.753	625	386	403	339	16.831
	VENÂNCIO AIRES	1.721	672	436	388	225	18.905
	VIAMÃO	6.728	2.007	1.422	1.813	1.487	66.124
RS Total	200.484	57.111	40.087	50.196	53.090	2.009.494	
SC	ÁGUAS MORNAS	160	61	47	37	14	1.418
	ALFREDO WAGNER	178	61	49	45	23	2.421
	ANGELINA	173	70	52	35	14	1.491
	ANITÁPOLIS	101	35	27	30	9	898
	ANTÔNIO CARLOS	198	45	49	60	44	1.742
	ARAQUARI	507	171	118	124	94	6.194
	ARARANGUÁ	1.345	430	309	336	271	15.921
	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	1.972	327	337	546	763	23.495
	BIGUAÇU	1.234	309	276	353	296	13.234
	BLUMENAU	7.310	1.318	1.357	2.351	2.283	77.386
	BRUSQUE	2.190	496	487	678	528	22.039
	CAÇADOR	1.752	413	387	495	456	17.389

SC	CAMBORIÚ	1.020	305	273	283	159	10.975
	CANELINHA	276	97	80	67	32	2.483
	CANOINHAS	1.491	558	408	303	222	13.765
	CHAPECÓ	3.466	1.016	828	876	746	41.737
	CONCÓRDIA	1.696	378	357	501	461	18.223
	CRICIÚMA	4.408	1.045	974	1.307	1.082	48.123
	FLORIANÓPOLIS	10.235	1.498	1.348	2.472	4.917	104.065
	GAROPABA	355	126	110	73	45	3.773
	GASPAR	1.266	296	285	426	260	13.144
	GOVERNADOR CELSO RAMOS	305	116	81	72	35	3.341
	IÇARA	1.097	312	298	328	160	13.366
	IMBITUBA	976	303	219	253	202	10.357
	INDAIAL	1.066	239	275	331	221	11.486
	ITAJAÍ	4.372	1.045	890	1.230	1.207	41.480
	JARAGUÁ DO SUL	2.960	521	612	958	868	30.694
	JOAÇABA	698	154	150	196	199	7.107
	JOINVILLE	11.517	2.296	2.245	3.600	3.376	120.887
	LAGES	4.837	1.391	1.123	1.212	1.110	43.174
	LAGUNA	1.325	443	334	293	254	14.280
	LEOBERTO LEAL	78	25	23	16	15	984
	MAFRA	1.493	474	347	364	308	13.681
	MAJOR GERCINO	80	22	12	32	14	908
	NAVEGANTES	960	231	225	297	208	10.934
	NOVA TRENTO	298	111	81	70	36	2.777
	PALHOÇA	2.623	615	569	763	676	27.811
	PAULO LOPES	150	63	43	29	15	1.633
	PENHA	454	134	105	122	93	5.115
	POMERODE	707	119	184	258	146	6.199
	RANCHO QUEIMADO	64	26	16	12	10	738
	RIO DO SUL	1.360	356	300	404	301	15.198
	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	422	143	110	97	73	4.325
	SÃO BENTO DO SUL	1.682	347	452	559	324	17.761
	SÃO BONIFÁCIO	88	26	40	17	6	889
	SÃO FRANCISCO DO SUL	905	244	180	245	236	9.247
	SÃO JOÃO BATISTA	400	136	122	96	47	4.304
	SÃO JOSÉ	5.213	920	917	1.472	1.904	50.075
	SÃO MIGUEL DO OESTE	740	230	190	186	134	9.448
	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	116	34	32	30	20	1.030
	TIJUCAS	615	209	150	141	115	6.619
	TIMBÓ	865	180	179	295	211	8.460
	TUBARÃO	2.614	614	531	746	722	26.159
	XANXERÊ	966	298	231	253	184	10.686
SC Total	93.379	21.428	19.423	26.375	26.153	971.069	
Total geral	**473.056**	**128.971**	**97.222**	**121.491**	**125.372**	**4.661.888**	